



Joelmir Pinho

# JANELAS

UMA COLETÂNEA DE IDEIAS E OPINIÕES

JOELMIR PINHO

# JANELAS

UMA COLETÂNEA DE IDEIAS E OPINIÕES

2019 | IBIKARIRI



©IbiKariri 2019, para a presente edição.

©Joelmir Pinho 2019

Revisão ortográfica e gramatical: Graça Oliveira

Diagramação: Joelmir Pinho

Foto da capa: Joelmir Pinho

Pinho, Joelmir, 1969-

Janelas: uma coletânea de ideias e opiniões / Joelmir Pinho. - Crato :

IbiKariri, 2019. 379 p. ; 15,24cm x 22,86cm.

Selo editorial IbiKariri

Crato | Cariri | Ceará

ascom.epuca@gmail.com

www.portalepuca.org

## **SUMÁRIO**

Primeiras palavras	8
Prefácio	10
A busca da receita mágica	13
Grande sertão, veredas: conexões inevitáveis e outras reflexões	15
Jesus e os moradores de rua de Pinheiros	18
Breve história da aventura humana na Terra	21
Brasil latifúndio: quanto cabras ainda irão morrer?	26
Uma nova ruralidade para uma nova juventude	31
Amanhã precisa ser maior	35
Vamos precisar de todo mundo	39
Um dia só é muito pouco	44
Onde fica o Estado laico?	48
Quem tem medo da participação?	51
Carta para Paulo	54
Orações para Bobby	58

O medo não me paralisará	70
Sandices autoritárias do [des]governo Temer	75
Sobre eleições, democracia e desobediência civil	82
Fora Temer é necessário. Mas, não basta	87
A democracia para além do lugar comum	92
Carta aberta ao Senado brasileiro [ou sobre escolhas, história e memória]	95
Reflexões sobre empatia, luto e outras questões humanas	102
Um falso herói para um falso problema central	110
Não! Não foi acidente	114
Da Era das revoluções à Era das devoluções	119
O limite entre liberdade de expressão e violência	125
PMDB se assume como patife ao chantagear povo brasileiro	129
O Brasil resumido à Lava Jato	133
Crônica de uma geração que se acovardou	138
A vaquejada e o antropocentrismo nosso de cada dia	142
O acesso à informação como direito	146

O acesso à informação como ponte para o direito	152
O acesso à informação como instrumento de controle social	156
Defesa da redução da maioria penal é atestado de cegueira coletiva	161
O acesso à informação como elemento de poder político	168
Não há educação sem reflexão	173
Conjugando o verbo esperança	177
Antes que lhe aprisionem a alma, desobedeça!	181
Onde sobra ódio, falta sensatez	185
Quando a omissão é sinônimo de cumplicidade	188
2018 poderia ser eleito o ano nacional da baderna	192
Para muito além das ilusões	195
Sobre educação, coerência e cuidado	200
Celebração para Casaldáliga	205
A censura como “pedra de toque” dos tiranos	210
Menos glamour e mais inclusão	216
O Juquinha precisa saber	220

A páscoa para além de coelhos e ovos de chocolate	225
Em defesa do SUS e da vida	230
Não pode haver razão na guerra	238
Ceará 2050: para quem?	243
A eugenia como manto invisível do preconceito no século XXI	250
Agrotóxicos: um negócio sujo e nada pop	257
Vencer o medo. Reaprender a amar	263
Sobre domingo e o porvir	270
Carta aberta à juventude	279
Sobre fé e política	287
A barbárie anunciada e suas origens recentes	296
Aos meus	304
Prelúdio de ano novo	308
Jesus e a nossa hipocrisia natalina	317
Pela mãe terra, pela vida e pelos que virão	321
Novas tragédias de um velho trágico modelo	327

Entre a maldade, o cinismo e o vexame	334
Se é pra cantar, cantemos!	345
{Des}governo Bolsonaro: um remaking pastelão de 1964	252
Nenhum direito a menos. Nenhuma flor a menos	367
Sobre o autor	377

## **PRIMEIRAS PALAVRAS**

Algumas ideias e alguns projetos nascem sem precisar de grandes esforços, num parto espontâneo, tendo como doulas a sabedoria dos nossos ancestrais, a determinação de viver das gentes simples dos sertões e a utopia de um novo mundo. Foi assim com o Janelas, uma coletânea de ideias e opiniões publicadas em meu blog ao longo de quase uma década e agora reunidas neste e-book.

O que sou - e o que está reunido neste livro digital -é resultado dos muitos encontros que a vida me proporcionou até aqui, das muitas janelas que se abriram para que eu pudesse, através delas, mirar o mundo e as coisas do mundo. Mesmo quando a paisagem era árida e os corpos humanos e não humanos que a compunham revelavam sofrimento e dor, ainda assim foi possível encontrar beleza, seja na celebração da vida que renasce a cada dia, na capacidade de partilha dos mais pobres, no milagre que fazia do pouco pão a ceia de muitos, na renovação cotidiana da fé que nos faz seguir caminhando, ou ainda, na coragem de muitos e muitas de se oporem a toda forma de injustiça, preconceito e desamor.

Levei tempo, até [re]aprender que nada é mais sagrado que o dom da vida e que pertença a uma grande teia cósmica, vital à minha evolução espiritual e à minha própria sobrevivência

nesse planeta. Esse foi, certamente, meu maior e mais valioso aprendizado até aqui.

De modo especial, deixo registrada minha gratidão pela generosa apresentação da amiga Fernanda Orsomarzo; pela leitura cuidadosa e atenta de Graça Oliveira; pela parceria e cumplicidade de Socorro Souza, Vinícius Pinho e Walesvick Pinho ao longo de mais de duas décadas de vida compartilhada.

Por fim, ressalto minha alegria por estar inaugurando, a convite do seu comitê gestor, mais um projeto da Escola de Políticas Públicas e Cidadania Ativa - EPUCA: o **selo editorial Ibi-Kariri**. Em tupi-guarani **ibi** quer dizer **terra**. E a esta terra Kariri, que tão amorosamente me acolheu como filho, minha reverência e meu mais profundo respeito.

## PREFÁCIO

Disse um dia o poeta que a vida é a arte do encontro, embora haja tanto desencontro pela vida. E, em meio a chegadas e partidas, Joelmir é passarinho de voo livre e sereno, cujos cantos de compaixão, amor e fraternidade embalam nosso sonhar por um mundo mais justo e igualitário. Embora as asas o conduzam para voos cada vez mais altos, Joelmir teima em construir ninhos de afeto e fazer morada no coração daqueles que são contemplados com a melodia de empatia que impulsiona sua existência.

Este livro é um convite ao voo. É um chamado para que tiremos os pés do chão por alguns instantes para alcançar a atmosfera de sabedoria que o autor, de forma tremendamente generosa, partilha com o leitor. De Jesus a Casaldáliga, passando por Paulo Freire e pela urgência de uma educação libertadora, chegando na defesa do SUS e na proteção à vida humana e não-humana, Joelmir proporciona, para além da simples leitura, uma verdadeira enxurrada de sentimentos àquelas que mergulham em seus textos.

Ao mesmo tempo em que critica duramente o desmonte de direitos e das conquistas democráticas que o país vem assistindo mais intensamente desde a crise política que culminou na deposição da presidenta Dilma Rousseff, Joelmir exala doçura e esperança quando conclama a juventude a não aceitar

que seu futuro seja negociado a partir dos interesses escusos do capital, quando convoca o leitor a lutar pela democracia [ou pelo que ainda nos resta dela], quando nos chama a vencer o medo como forma de resgate do amor.

Seu compromisso para com a causa humana transborda as palavras e emociona. Mas, se não bastasse a intensa preocupação em despertar o pensamento crítico e empático do leitor em torno das tragédias e dramas vivenciados pela humanidade, Joelmir avança e alcança todo o restante dos seres que dividem conosco a experiência terrena.

O convite, portanto, além de proporcionar um voo panorâmico sobre os mais urgentes e relevantes temas da atualidade, revela-se como proposta de reflexão acerca de uma nova ética, uma nova perspectiva capaz de romper com paradigmas arbitrários e egoísticos e expandir o horizonte moral do indivíduo, a fim de que todos os seres sejam nele incluídos.

Receber o convite de apresentar esta obra, mais que uma honra, é, para mim, sinal de que a vida tem sido muito generosa comigo. O encontro com Joelmir é um lindo e raro presente. Do Cariri para o mundo, suas asas batem livres e seguras em direção à construção de uma sociedade mais livre, justa e solidária, encharcando nossos corações com a esperança típica das almas boas.

*Cumpadre*, que alegria é partilhar esse voo contigo. Gratidão por tudo: pelo ontem, pelo hoje e pelo sempre. Da sua mão não largo. Um *xêro*.

***Fernanda Orsomarzo***<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> **Fernanda Orsomarzo** é Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e membra da Associação Juízes para a Democracia [AJD]. É colunista da editoria de Justiça da CartaCapital e coautora dos livros “Prisioneiros e Juízes: relatos do cárcere” [Giostri, 2017] e “Sororidade em Pauta” [Letramento, 2019].

## A BUSCA DA RECEITA MÁGICA

28FEV2011

Os vários diálogos formais ou informais que tenho tido com pais e mães nos últimos anos giram, quase sempre, em torno da dificuldade de encontrar a *receita mágica* para criar filhos, especialmente filhos adolescentes, em meio ao turbilhão de conflitos e à velocidade com que quase tudo acontece no Século XXI.

Nesse contexto, se por um lado vivemos a era da abertura para o diálogo, sem a carga do medo que durante muito tempo marcou as relações pais e filhos, por outro resta cada vez menos tempo para o exercício desse diálogo.

Empurrados por padrões de consumo cada vez mais caros e distantes da realidade da maioria das famílias, boa parte dos pais e mães acabam trocando o tempo que seria destinado à convivência com os filhos por um trabalho extra ou por algumas horas a mais no escritório, em troca de um valor a mais no orçamento que irá permitir suprir alguma “*necessidade*” não tão básica da família, seja uma TV de plasma, um carro pro filho que acabou de passar no vestibular ou qualquer outro desejo imediato e quase “*irrenunciável*” de ter.

O resultado são relações adoecidas pela carência [quando não a ausência total] de afeto, carinho, atenção e partilha de

sonhos, ao invés de desejos materiais; estes últimos apresentados quase sempre na forma de cobrança pelos filhos e atendidos quase sempre na forma de bônus ou “*remissão de pecado*” pelos pais.

Sobra o ter e falta o ser. Ser mais amigo, mais ouvinte, mais autoridade [sem autoritarismo], mais conselheiro. Enfim, mais pais e filhos, ligados por laços de afetividade, já que os laços do ter são quase sempre frágeis e ao invés de aproximar e unir, distanciam e separam. Afinal, já se tornaram “*comuns*” notícias de acidentes, muitas vezes fatais, envolvendo adolescentes e seus carros, depois de uma balada. Na maioria dos casos a dor dos pais pela perda, vem acompanhada de um enorme sentimento de culpa, já que o carro envolvido no fatídico acidente foi aquele que o filho ganhou de presente [dos próprios pais] meses antes, como prêmio de bom comportamento ou como compensação pela pouca atenção dada durante o ano.

Embora não veja mal algum em darmos um presente a quem se gosta, creio que, como pais, precisamos dar menos presentes e estar mais presentes. Sei que para alguns, essa escolha pode ser difícil, mas urge que a façamos, pelo bem de nossos filhos e de nossas próprias almas.

## **GRANDE SERTÃO, VEREDAS: CONEXÕES INEVITÁVEIS E OUTRAS REFLEXÕES**

12DEZ2011

Há tempos vinha tentando arranjar tempo para reler **Grande Sertão: Veredas**, obra memorável do imortal Guimarães Rosa. A oportunidade veio agora, como atividade da disciplina de *Metodologia Científica*, durante o primeiro semestre do curso de Administração Pública da Universidade Federal do Ceará [*Campus Cariri*].

Embora não seja muito afeito à ideia de ler por obrigação, o que quase sempre nos rouba o tesão e o encantamento, foi gratificante o reencontro com a obra *roseana*, profundamente marcada por conflitos e incertezas. Talvez porque sejamos também, em maior ou menor intensidade, esse retalho de experiências, de dúvidas e interrogações sobre nossas próprias existências neste planeta-mãe Terra.

Riobaldo, o narrador perturbado por um passado não muito distante, vai tecendo as teias que nos convidam a tomar parte na trama. Assim, em vários momentos me vi conduzido a assumir o papel do interlocutor oculto a quem o fazendeiro e ex-jagunço narra suas aventuras e seus conflitos. No papel de leitor, por vezes me senti impulsionado a perguntar, a querer saber mais detalhes sobre este ou aquele fato narrado por Riobaldo e até a querer saber mais sobre o inexplorado e aparentemente infértil terreno de seus sentimentos.

E o que dizer do conflito interior de Riobaldo em relação a seu amor por Diadorim, a quem julgava ser também homem,

descobrir só em sua morte [de Diadorim] tratar-se de uma mulher? Talvez esteja aí revelada toda a *sensibilidade e sutileza* de Guimarães Rosa ao falar do nobre e mágico sentimento do amor, que na trama serve de pano de fundo para revelar um outro Riobaldo, dado a cuidados e gestos que contrastam com o homem acostumado com a dureza da vida e a indiferença do outro.

Ao mesmo tempo, a ambientação da narrativa – o Sertão das Gerais – me remete ao Sertão Central cearense, onde nasci e onde assisti, ao longo da minha primeira década de vida, a lida diária de meu pai como vaqueiro e como aguerrido sertanejo, resistente a todas as intempéries que a aridez daquelas terras impunha a nós e a todos que por ali teimavam em viver, longe de quase tudo que pudesse representar conforto ou modernidade.

Contudo, assim como na narrativa *roseana*, também entre nós havia beleza. Lá e cá, estavam presentes sentimentos de gratidão, afeição, fidelidade e, sobretudo, cuidado. A dimensão de cuidado presente no Grande Sertão de lá, através da relação de Riobaldo e Diadorim, se assemelha ao cuidado de meu pai, Jacó, pelos seus no Grande Sertão daqui, em aparente contraste com suas rudezas.

Homens de poucas palavras, Riobaldo e Jacó compreendiam – cada um a seu modo e por razões sobre as quais não cabe aqui

conjecturas – que saber cuidar é, sobretudo, proteger sem protecionismo. É respeitar as escolhas do outro, mesmo não concordando com elas e, ainda assim, manter-se de pronto para apoiar, para socorrer, para acudir na hora precisa.

Em que pese a linguagem regionalista, repleta de dialetos e expressões estranhas à maioria dos leitores, *Grande Sertão: Veredas* é o desnudar de um universo, ao mesmo tempo, real e mágico; encantado e encantador, como é próprio de Guimarães Rosa.

## **JESUS E OS MORADORES DE RUA DE PINHEIROS**

24DEZ2011

*A fé recebe, o amor dá. [Ninguém pode receber] se não tiver fé. Ninguém é capaz de dar sem amor. Por esta razão, para que realmente possamos receber, cremos, e para que possamos amar, damos, pois se alguém dá sem amor não recebe benefício pelo que deu.*

*[Evangelho de Felipe, 45]*

Em outubro desse ano, a troca do endereço de um albergue que abriga moradores de rua, instalado no bairro de Pinheiros, na Zona Oeste de São Paulo, causou muita polêmica. Bastou a Prefeitura anunciar que iria instalar o albergue em um imóvel maior, na mesma rua, para que alguns moradores e comerciantes locais, num evidente ato de intolerância social, reagissem à ideia com argumentos recheados de preconceito.

A reação à proposta da Prefeitura veio por meio de um documento com mil e duzentas assinaturas, através do qual os signatários esclarecem que “a região é habitada por uma população antiga com muitos idosos, famílias com crianças e jovens, instituições de ensino e comércio local” e que, com a presença tão próxima dos moradores de rua, “o comércio possivelmente não vai sobreviver, uma vez que a população local será acuada em suas residências e os visitantes de outros bairros vão nos trocar por outros centros comerciais mais tranquilos e seguros”.

Ainda estarecido com a notícia, pouco divulgada pela grande imprensa, fico imaginando quantos, dos 1.200 moradores e comerciantes de Pinheiros que subscreveram o vergonhoso documento, estarão reunidos na noite deste sábado [24], com suas famílias, em fartas ceias de Natal, para celebrar o nascimento de um menino que, segundo a crença cristã, veio ao mundo “*na rua*”, numa simples manjedoura, em condições não muito diferentes daquelas em que vivem os mesmos moradores que lhes causam tanto desconforto, a ponto de ameaçarem a segurança do lugar com seus vorazes cachorros.

Possivelmente, alguns dos autores do abaixo-assinado, num lampejo de cristandade ou numa tentativa de *remissão dos pecados*, distribuam um ou dois pratos de comida com alguns dos seus vizinhos *da rua* para que, também eles, possam deliciar-se com o banquete em homenagem ao menino Jesus. Claro que será preferível que os beneficiários do “gesto caridoso”, se *regalem* com sua ceia de Natal a uma dada distância do portão da casa do doador. Tudo para evitar *constrangimento para ambos*.

Feito isto, estará tudo resolvido. Se havia algum problema de consciência do autor do generoso ato, pelo fato de ter colocado a sua assinatura naquele papel, a doação de um ou dois pratos de comida, naquela noite tão especial, acabara de redimi-lo de toda e qualquer culpa.

O mais assustador é constatar que episódios como o de Pinheiros têm se tornado, a cada dia, mais comuns numa sociedade profundamente marcada pelo preconceito, pela indiferença, pelo desamor e pela negação da vida. Enfim, numa sociedade cada dia mais distante do mundo sonhado por Jesus.

Mas, como nos afirma Felipe em seu Evangelho, *ninguém é capaz de dar sem amor*. E quem ama não rejeita, não exclui, não nega o outro, por mais diferente que o outro nos seja. Quem ama acolhe em qualquer tempo e lugar, sem precisar que uma tradição, seja o Natal ou qualquer outra data, venha tocar-lhe o coração.

E sem querer roubar a esperança de salvação dos *crístãos natalinos de plantão*, volto a Felipe para lembrar que *se alguém dá sem amor não recebe benefício pelo que deu*.

## BREVE HISTÓRIA DA AVENTURA HUMANA NA TERRA

05MAR2012

No início da presença humana na Terra, carregávamos uma mochila que continha um conjunto de valores originais entre os quais se incluíam a solidariedade, a cooperação, o cuidado e o sentimento de pertença à mãe Terra. Durante muito tempo ficamos assim, integrados à grande teia da Vida e, nas palavras de Jairo Façanha<sup>2</sup>, encaixados nos processos naturais do planeta.

Até que começamos a enxergar, no topo de uma grande montanha, um letreiro luminoso com a *mágica* palavra *progresso*. Animados pelo deslumbre provocado por essa nova visão de mundo, iniciamos uma caminhada montanha acima buscando chegar, o mais rápido possível, ao seu topo. A pressa foi tanta que esquecemos a mochila aberta e à medida de nos aproximávamos do objetivo final, alguns valores caíam da mochila e se perdiam pelo caminho, sem que sequer percebêssemos. Outros foram deliberadamente abandonados por representarem um peso ou um empecilho na nova caminhada.

---

<sup>2</sup> Jairo Façanha é engenheiro agrônomo e autor do livro Terra: a vida nas mãos das ilusões: uma perspectiva ecológica profunda na inspiração de uma consciência ética, cuidadosa e responsável.

Ao mesmo tempo, à medida que avançávamos e encurtávamos caminhos para chegar mais rápido ao topo, íamos apanhando o que encontrávamos pela frente e colocando na mochila, agora já quase vazia dos valores originais. Desta forma, o cuidado dá lugar ao descuido, a cooperação dá lugar à competição, o acolhimento é substituído pelo abandono... E por aí seguimos.

Essa aventura foi e continua sendo marcada por escolhas e renúncias profundamente caras ao planeta e toda forma de vida nele existente, principalmente a humana. Três escolhas em particular foram marcantes e servem de âncora ao atual *jeito de viver* da humanidade. São elas: o antropocentrismo<sup>3</sup>, a predominância do masculino e da razão e a dessacralização da Terra e da vida.

A ideia de que a espécie humana é o centro da vida no universo nos conduziu à nossa separação da grande teia da vida, uma

---

<sup>3</sup> Segundo o Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 3.0, antropocentrismo significa “forma de pensamento comum a certos sistemas filosóficos e crenças religiosas que atribui ao ser humano uma posição de centralidade em relação a todo o universo, seja como um eixo ou núcleo em torno do qual estão situadas espacialmente todas as coisas [cosmologia aristotélica e cristã medieval], seja como uma finalidade última, um tólos que atrai para si todo o movimento da realidade [teleologia hegeliana]”.

vez que, para afirmar a condição de ser superior *precisávamos* nos colocar numa posição central e acima das demais formas de vida existentes no planeta. Para tanto, começamos a tencionar o fio que nos unia à grande teia da vida, até seu rompimento. Com isso, nos tornamos seres apartados, desconectados. Não é à toa que hoje nos referimos à natureza como algo separado de nós. Falamos, com frequência, da necessidade de salvarmos “o nosso planeta”, como se a Terra nos pertencesse, e não nós pertencêssemos a ela.

Na origem, todas as dualidades, inclusive o masculino e o feminino, estavam em harmonia e complementariedade. Contudo, a energia feminina passou a ser encarada como empecilho à chegada da humanidade ao topo da montanha. O cuidado, a proteção, a visão do todo e o sentimento de pertença presentes no feminino não eram compatíveis com o sonho de progresso que passou a alimentar a ambição humana. O resultado foi um violento processo de negação do feminino e da emoção e a afirmação do masculino e da razão como bases para construção do novo modelo de sociedade. Vinculado a isso, a competição passou a ser uma das molas propulsoras do progresso humano.

A ideia de que a Terra e a vida eram sagradas faziam parte da base de crenças das sociedades matriarcais. Eram, portando, valores essencialmente femininos. Mas como dispor da Terra

e da vida para atender às conveniências do progresso humano, se estas permanecessem sendo encaradas como sagradas? Ninguém, em sã consciência, violentaria algo que lhe fosse sagrado.

Assim, os defensores do novo modelo passaram a concentrar seus esforços na dessacralização da Terra e da vida, de forma a liberar a humanidade de qualquer culpa ou responsabilidade pelas constantes agressões à natureza, pela exploração do homem pelo homem e por todo o ciclo de violência daí decorrentes. Rompida a sacralidade, agora nada mais poderia dificultar ou impedir a nossa escalada da montanha.

E de fato, a montanha foi conquistada. Chegamos ao seu topo, deixando para trás um rastro de destruição e de violência que inclui a negação do outro e a perda do vínculo com nossa ancestralidade.

Do alto da montanha passamos a nutrir um modo de vida pautado numa espiritualidade representada pela ideia de um Deus masculino, distante, inacessível e castigador, bem ao gosto da razão masculina. Ao mesmo tempo, nossas relações conosco mesmos, com os outros e com o planeta tornaram-se profundamente adoecidas, marcadas pelo abandono, pelo descuido

e pela competição que, nas palavras de Humberto Maturana<sup>4</sup>, “não é nem pode ser sadia, porque se constitui na negação do outro”.

Colocando a *educação* como uma das bases de sustentação do atual modelo de sociedade, construímos um jeito de ensinar unilateral que tem como principais características a reprodução de conteúdos pré-definidos, a inibição da criatividade, o autoritarismo e a ausência de vínculos com a realidade dos *alunos* e das próprias comunidades onde as instituições de ensino [da educação infantil à universidade] estão inseridas. Sem cuidado e encantamento, nosso modelo educacional está limitado a reproduzir, geração após geração, a mesma base de valores e crenças que tem sustentado o atual e já apodrecido modelo de sociedade.

Nesse cenário, o grande desafio que se coloca para toda a humanidade atualmente, é fazermos o caminho de volta rumo à ressignificação de nossas relações e à reconexão com a grande teia da vida e a nossa ancestralidade. Além disso, será fundamental compreendermos que as partes da dualidade não são

---

<sup>4</sup> O biólogo e escritor chileno Humberto Maturana é cofundador, co-diretor, investigador e docente do Instituto de Formação Matriztica, onde segundo o seu próprio dizer: – Criamos um laboratório humano.

opostas, mas complementares. Mas principalmente, é preciso voltar a compreender a Terra e a vida como bens sagrados. Fora disso, muito pouco nos resta de esperança e de possibilidades reais de sobrevivência à grande crise planetária que se anuncia a passos largos.

## **BRASIL LATIFÚNDIO: QUANTOS CABRAS**

### **AINDA IRÃO MORRER?**

02ABR2012

Há exatos 50 anos morria, vítima de uma emboscada na estrada que o levaria de volta ao convívio com sua família, o trabalhador rural João Pedro Teixeira, fundador da Liga Campesina de Sapé [PB]. João Pedro deixou viúva Elizabete Teixeira, a quem coube a missão de criar os 11 filhos do casal e ainda sustentar a luta iniciada pelo marido.

O mesmo poder do latifúndio que pôs fim à vida de João Pedro no início da década de 1960 continua a fazer vítimas em pleno Século XXI, através dos mesmos métodos do século passado. Segundo noticiou o sitio do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [MST], no dia 23 de março último o trabalhador rural Sem Terra, Antônio Tiningo, foi assassinado em uma emboscada quando se dirigia para o acampamento da fazenda Açucena, no município de Jataúba, agreste de Pernambuco<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Tiningo era um dos coordenadores do acampamento da fazenda Ramada, ocupada há mais de três anos. No final de 2011, mesmo ocupada pelos Sem Terra, a fazenda foi comprada por um empresário do ramo de confecção e especulação imobiliária, conhecido por Brecha Maia. Logo que comprou a área, o fazendeiro – que possui

Além da impunidade dos crimes cometidos contra trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil, contribui para nutrir esse processo histórico de violência no campo a ausência de uma política efetiva de reforma agrária.

Segundo dados da pesquisa *Estrutura Fundiária e Propriedade Agrícola no Brasil: grandes regiões e unidades da Federação [de 1970 a 2008]*<sup>6</sup>, publicada pelo próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário [MDA], ainda prevalece na estrutura fundiária brasileira a alta desigualdade na distribuição da posse da terra, caracterizada pela enorme proporção da área total agrícola ocupada pelos estabelecimentos com área maior ou igual a 100 hectares. Eles representam apenas 9,6% do total de estabelecimentos agrícolas no país e ocupam 78,6% da área total dedicada à atividade, ao passo que aqueles com área inferior

---

outras fazendas na região – expulsou ilegalmente as famílias, sem nenhuma ordem judicial ou presença policial. As famílias reocuparam a área em fevereiro desse ano e, desde então, o proprietário tem ameaçado retirar as famílias à força, intimidando pessoalmente algumas lideranças da região, dentre elas, Antonio Tiningo.

<sup>6</sup> Hofmann, Rodolfo e Ney, Marlon Gomes. Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação / Rodolfo Hofmann e Marlon Gomes Ney. – Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. 108p.

a 10 hectares constituem mais de 50% dos estabelecimentos e ocupam apenas 2,4% da área total [IBGE, 2009].

Para os autores da pesquisa, os dados não deixam dúvida de que a enorme desigualdade fundiária, uma das marcas da evolução histórica da economia brasileira, presente desde o surgimento da economia colonial, cujas bases eram o latifúndio monocultor e o trabalho escravo, permanece até hoje.

O fato é que as acanhadas políticas de reforma agrária no Brasil não foram suficientes para alterar a perversa e excludente estrutura fundiária brasileira, o que, aliás, não representa nenhuma surpresa. Afinal, o que esperar de um Estado serviçal do grande capital e dos interesses corporativos de uma elite patrimonialista, presa à sua herança colonial que, em pleno Século XXI ainda convive com o trabalho escravo e com extensões de terras que mais parecem Sesmarias, como se isso fosse algo natural?

A minha convivência com os trabalhadores rurais sem terra do Brasil, durante os três anos em que militei no MST, levou-me a conhecer de perto e sentir na própria pele a força repressora da elite agrária brasileira e seu mais fiel escudeiro – o aparelho repressor estatal.

Por tudo isso, registro aqui minha homenagem a João Pedro Teixeira<sup>7</sup> e meu mais profundo respeito a todos os homens e mulheres que lutam pela democratização do acesso à terra para nela viver e plantar, como direito sagrado e inalienável do ser humano. Foi com eles que aprendi que “o problema do Nordeste não é a seca, mas a cerca”, conforme registrou com carvão, no oitão de uma casa no interior do Maranhão, um agricultor que acabara de ser alfabetizado com base na proposta de alfabetização de adultos deixada por Paulo Freire.

---

<sup>7</sup> A história de João Pedro Teixeira deu origem ao filme *Cabra Marcado para Morrer* [1984], dirigido por Eduardo Coutinho, tendo no elenco a própria viúva de João Pedro, Elisabeth Teixeira, além de seus filhos, do camponês João Virgínio da Silva e dos habitantes de Galileia [PE]. O filme/documentário tem narração de Ferreira Gullar, Tite Lemos e Eduardo Coutinho.

## UMA NOVA RURALIDADE PARA UMA NOVA JUVENTUDE

05AGO2012

Que há uma nova ruralidade em gestação no campo brasileiro, isso já sabemos. Esse processo, que teve início ainda na década de 1980, tem como uma de suas principais características a existência de famílias pluriativas, que distribuem seus membros para novas atividades econômicas, não agrícolas, dentro ou fora de seus estabelecimentos.

Contudo, segundo nos alerta Brancolina Ferreira<sup>8</sup>, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, “as características estruturais dominantes dos tempos coloniais ainda persistem na realidade rural de hoje”.

Assim, a pluriatividade presente nessa *nova ruralidade* – ou novo rural, como preferem alguns – está também associada à ausência de acesso à terra em qualidade e quantidade suficientes para garantir a reprodução do modelo de cultivo familiar.

---

<sup>8</sup> Pesquisadora Associada do Departamento de Sociologia da UnB e Coordenadora de Desenvolvimento Rural do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA.

Para além dos aspectos produtivos ou de geração de renda, os avanços tecnológicos, as mudanças no padrão de consumo e outros aspectos característicos da sociedade contemporânea, estão presentes no campo e têm integrado a agenda de preocupações, reflexões e diálogos entre estudiosos e pesquisadores da temática e, sobretudo, entre a própria juventude rural organizada em vários movimentos.

O fato é que diversos estudos apontam para a tendência da saída de jovens do campo rumo às cidades. Nessas pesquisas há certo consenso quanto às dificuldades enfrentadas pelos *jovens* no campo, principalmente quanto ao acesso à escola e ao trabalho. Some-se a isso a atração do jovem pelo meio urbano ou pelo estilo de vida urbano, apontado em várias outras pesquisas, embora essa questão não possa ser tratada assim, de forma simplória.

Sobre esses jovens pesa o aparente antagonismo entre a casa e a rua, servindo-se aqui da analogia proposta por DaMatta<sup>9</sup>. Se de um lado sofrem com o preconceito do mundo exterior/urbano [a rua], que associa o mundo rural ao atraso, por outro enfrentam, com frequência, a deslegitimação de seus

---

<sup>9</sup> Roberto DaMatta é autor do livro *A casa & A rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*.

pais e adultos em geral de suas comunidades [a casa], que os consideram *muito urbanos*.

Esse cenário exige novos arranjos institucionais e novas metodologias que possam contribuir para reparar as distorções históricas que teimam em negar o inalienável direito de inúmeras comunidades rurais espalhadas por todo o Brasil à cidadania plena, o que inclui a preservação e fortalecimento de suas raízes, suas tradições, sua identidade e sua história.

Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer e potencializar os aspectos endógenos de cada território, levando-se em conta todo o leque de possibilidades que se apresentam para o seu desenvolvimento verdadeiramente sustentável, inclusive quanto a uma nova economia, de base justa e solidária.

À juventude, de quem muitas vezes se disse desinteressada ou descomprometida com o seu lugar e a quem, historicamente, foi negado o direito de tomar parte na construção do presente e do futuro do meio rural, cabe papel preponderante nessa nova conformação social que envolve, mais do que aspectos puramente econômicos, uma boa dose de reconhecimento da identidade cultural e sua pluralidade.

A essa mesma juventude cabe, de modo especial, o urgente repensar do modelo de educação e a conseqüente ressignificação das relações de cada ator social consigo mesmo, com os outros e com o planeta. E é claro que, para o desafio ser

completo, não pode faltar uma pitada caprichada de disposição para a participação política e o envolvimento nos processos de tomada de decisão sobre questões públicas de seu interesse.

Em ano de eleições municipais, é bom ficarmos atentos à forma como os vários pretensos representantes da juventude enxergam essas e outras questões, embora, particularmente, não tenha muita esperança que a nossa sequestrada democracia encontre saída em jogos de cartas marcadas como quase sempre o são as eleições dentro do atual modelo.

## AMANHÃ PRECISA SER MAIOR

23JUN2013

Iniciei minha militância nos movimentos estudantil e comunitário ainda na década de 1980, com 14 anos de idade, num momento em que os brasileiros iam às ruas lutar por eleições diretas e a redemocratização do país.

Depois vieram a luta por reforma agrária, as lutas do movimento estudantil, as mobilizações nacionais pelo direito à moradia e tantas outras bandeiras gerais, além das mobilizações específicas como o “Fora Collor”.

Em todos esses momentos ficou evidente, além da costumeira reação violenta do aparato de segurança estatal, o papel mobilizador central dos partidos políticos e dos movimentos sociais de cunho popular.

Embora com algumas mudanças nos métodos, a ação repressora do Estado continua presente nos dias atuais e ganhou expressão durante as mobilizações que tomaram conta do Brasil nos últimos dias.

No entanto, algo mudou significativamente desde a década de 1980: como tem acontecido em todo o mundo, hoje quem assume o papel de protagonista nos processos de mobilização e de animação das várias manifestações que vêm tomando

conta das ruas de cidades brasileiras são os próprios jovens, sem a tutela de partidos ou organizações sociais históricas.

Esse é um fato que não pode ser ignorado por quem deseja entender melhor o fenômeno social que estamos observando no Brasil de 2013, protagonizado por uma juventude de quem se dizia alienada e desinteressada pelo presente e o futuro desse país.

Estariam os jovens brasileiros querendo dizer aos partidos políticos que, para usar uma expressão da moda, *eles não nos representam?*

Estarão as organizações do chamado terceiro setor, ocupadas demais com seus próprios projetos ou dependentes demais do Estado, a ponto de não terem percebido que, cedo ou tarde, a insatisfação da sociedade [e não estamos falando só da juventude] com a corrupção e o mau uso do dinheiro público acabaria vindo à tona?

O fato é que as manifestações que estão tomando conta das ruas do Brasil nos últimos dias registram um novo jeito de escrever a história desse país. Como já ficou evidente, a população que está indo às ruas não quer apenas rejeitar os R\$ 0,20 de aumento no preço das passagens no transporte coletivo.

A cada novo vídeo postado nas redes sociais, a cada nova palavra de ordem e a cada novo chamamento às ruas se revelam

novas causas, a maioria ligada ao combate à corrupção e ao mau uso do dinheiro público.

Embora os movimentos que ocuparam as ruas do Brasil ao longo dos últimos dias já possam ser considerados vitoriosos, é fundamental que nos mantenhamos mobilizados, não apenas em torno de questões pontuais importantes como a rejeição da PEC 37, a denúncia de superfaturamento nas obras da Copa ou o combate à corrupção.

É preciso aprofundar o diálogo sobre a necessidade de construção de um novo projeto de país, que tenha sua centralidade na vida e não na economia.

Pensar nesse sentido é rejeitar megaprojetos com Belo Monte, apenas para citar um exemplo. É construir, aqui e agora, uma nova escola, menos preocupada com os conteúdos e o espírito competitivo e mais comprometida com a formação humana, o acolhimento e o reconhecimento do outro e do lugar onde ela está inserida. Já não basta lutar por mais educação. É preciso saber que educação queremos.

Se queremos afirmar a vida como bem maior, não podemos restringir a luta por saúde à construção de mais hospitais ou à colocação de mais médicos à disposição da população. É preciso inverter a lógica do modelo de saúde, de modo a evitar que as pessoas adoçam. Afinal, como nos ensina a sabedoria

popular, é melhor prevenir que remediar. O nome disso é cuidado.

Não há como assegurar a centralidade na vida relegando a Cultura a um papel secundário no campo das políticas públicas. É urgente que governos e sociedade reconheçam a cultura como modo de vida e elemento fundamental de identidade de uma comunidade. E mais: é preciso democratizar o acesso aos *bens e serviços* culturais e integrar todas as políticas públicas a partir dos elementos identitários de cada território.

Enfim, para que as vozes de milhões de homens e mulheres, que corajosamente foram às ruas do Brasil ao longo dos últimos dias, não sejam esquecidas na próxima Copa, é preciso que nos mantenhamos mobilizados e que amanhã seja maior, não apenas em quantidade, mas, sobretudo, em qualidade.

Recorrendo às palavras do escritor português José Saramago, não podemos continuar convivendo com “uma democracia sequestrada, condicionada, amputada”, onde “o poder do cidadão, o poder de cada um de nós, limita-se, na esfera política, a tirar um governo de que não se gosta e a pôr outro de que talvez venha a se gostar”.

**VAMOS PRECISAR DE TODO MUNDO**

19NOV2013

Desde a tarde de hoje, a cidade de Brasília é palco da *I Conferência Nacional de Alternativas para uma Nova Educação*, a CONANE. O evento prosseguirá até a próxima quinta-feira [21] e, dentre outras coisas, apresentará dezoito experiências significativas que apontam novos rumos concretos para a Educação brasileira.

Durante a solenidade de abertura da CONANE, na tarde de 19 de novembro, foi entregue ao Ministro da Educação e à sociedade brasileira o documento *Mudar a Escola, Melhorar a Educação: Transformar um País*, elaborado de forma colaborativa por diversos estudiosos da educação e entidades de todo o Brasil e subscrito por milhares de pessoas e centenas de organizações de todo o território nacional.

Simultaneamente à solenidade de Brasília, foram realizadas atividades em pelo menos outras quarenta cidades brasileiras, com a entrega do mesmo documento a autoridades locais [prefeitos, secretários municipais de educação, parlamentares etc.].

A cidade do Crato, no Cariri cearense, foi sede de um desses eventos, que por aqui teve caráter regional e foi realizado sob a responsabilidade da Escola de Políticas Públicas e Cidadania Ativa [EPUCA].

Independentemente da quantidade de pessoas que cada encontro conseguiu reunir, a iniciativa já pode ser considerada

uma grande conquista. Afinal, como nos ensina o poeta, um mais um é sempre mais que dois.

Ver milhares de pessoas, Brasil afora, mobilizadas por uma causa tão importante e urgente é, no mínimo, animador. São gentes de lugares os mais diversos, que não cansam de mirar um novo horizonte e caminhar – ora mais rápido, ora mais lentamente – em sua direção, pela via do fazer acontecer.

Mas, é bom e justo que se diga: não estamos inventando a roda. Muitos nos antecederam com suas utopias, hoje também nossas, e principalmente, com suas práxis. Entre estes está o educador pernambucano Paulo Freire, que tem inspirado nossos *quereres* e *fazer*es, a ponto de realizarmos anualmente, no Cariri cearense, uma Semana Freiriana, já em sua terceira edição.

Com Paulo aprendemos que *“não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”*.

Mas há outro inspirador, este bem menos conhecido da maioria de nós. Refiro-me a Lauro de Oliveira Lima, cearense de Limoeiro do Norte, nascido em 12 de abril de 1921. Lauro nos deixou no Rio de Janeiro, em 29 de janeiro deste ano em que publicamos o III Manifesto pela Educação.

Lauro nos lembra que *“o ser humano exige finalidade em tudo que faz. Não agimos sem objetivo claro e reconhecido como válido. Se o que ensinamos não parece ter utilidade para os adolescentes, eles fogem de nós, julgando-nos num mundo irreal que eles não encontram lá fora”*.

Referindo-se ao mundo acadêmico, ele era categórico ao afirmar que *“no dia em que a nossa universidade deixar de tratar dos problemas genéricos e se libertar da tentação de imitar outros grandes centros com longas tradições científicas e grandes recursos à sua disposição, no dia em que a nossa universidade, humilde e modestamente, puser nas mesas dos laboratórios os nossos problemas, terá selado afinal, a sua aliança com o povo”*.

### ***Voltemos ao III Manifesto pela Educação ...***

Se ainda não sabemos ao certo para onde tudo isso que estamos vivendo irá nos levar, já temos claro aonde chegamos até aqui: movimentos e momentos como estes que estamos *experienciando* juntos, confirmam nossa certeza de que vale teimar e ousar e reforçam nossa crença de que o generoso Universo conspira favoravelmente quando não desistimos de nossos sonhos e persistimos na jornada sem abandonarmos o cuidado e a amorosidade.

Nesse momento tão especial em que nos encontramos, de “início” de um longo ciclo de transformações que se anunciam, desejo que nossos corações e nossas mentes estejam prenhes da utopia que nos anima a caminhar, mesmo diante das adversidades.

Recorrendo ao formidável João Cabral de Melo Neto, em seu *Morte e Vida Severina*, ao narrar o nascimento de uma criança, atrevo-me a dizer que o que estamos a fazer, com a teatralidade desse Manifesto e todos os seus desdobramentos, “[...] *é tão belo como um sim numa sala negativa. [...] Belo porque é uma porta abrindo-se em mais saídas. [...] Belo porque tem de novo a surpresa e a alegria*”.

Por último, desejo que os desdobramentos das solenidades realizadas na tarde deste 19 de novembro de 2013, sejam férteis de cumplicidades e fortaleçam-nos mutuamente na certeza de

que é possível fazer acontecer *outra humanidade*, cujo compromisso primeiro seja com a vida plena.

## UM DIA SÓ É MUITO POUCO

08MAR2014

Há mais de uma versão para a origem do Dia Internacional da Mulher, mas todas remetem ao 8 de março de 1857, quando um grupo de mulheres tecelãs de Nova York realizaram uma marcha por melhores condições de trabalho, diminuição da carga horária e igualdade de direitos. Na época, a jornada de trabalho feminino chegava a 16 horas diárias, com salários até 60% menores que os dos homens.

Uma das versões do desfecho da marcha é a de que as manifestantes teriam sido trancadas na fábrica pelos patrões, que atearam fogo no local, matando cerca de 130 mulheres. O fim mais aceito, porém, é o da interrupção da passeata pela polícia, que dispersou a multidão com violência. A versão do incêndio é, provavelmente, uma confusão com a tragédia da fábrica Triangle Shirtwaist Company, em 25 de março de 1911. O fogo matou mais de 150 mulheres, com idades entre 13 e 25 anos, na maioria imigrantes italianas e judias.<sup>10</sup>

Em 1910, na Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, na Dinamarca, a alemã Clara Zetkin propôs que a

---

<sup>10</sup> Fonte dos dados históricos | <http://planetasustentavel.abril.com.br/> e <http://www.sof.org.br/>

data fosse usada para comemorar as greves americanas e homenagear mulheres de todo o mundo. A greve das trabalhadoras de Petrogrado [atual São Petersburgo], na Rússia, em 23 de fevereiro de 1917 [8 de março no calendário ocidental], também foi um marco da data. Hoje, ela é símbolo da luta pelos direitos da mulher, e foi oficializada pela Unesco em 1977, portanto, 120 anos após a marcha das mulheres de Nova Iorque.

Sem negar a importância histórica de todos os episódios que motivaram a oficialização do 8 março como Dia Internacional da Mulher, pela UNESCO, sempre me causou desconforto o fato de termos *um dia da mulher*, especialmente pelo caráter mercantilista com que a data é lembrada pela maioria das pessoas atualmente.

Assim como em outras datas [Natal, Dia das Crianças, das Mães, dos Pais, dos Namorados, etc.], o comércio se prepara com antecedência para faturar alto, aumentando de forma astronômica seus lucros, ajudado pelos muitos apelos das campanhas publicitárias que nos incentivam a reconhecer a importância das mulheres *de nossas vidas*, “enchendo-as” de presentes, mesmo que continuemos ausentes de suas vidas ou presentes pelo caminho da violência e da negação.

Por isso mesmo, proponho que o decreto da UNESCO seja revogado e que passemos a homenagear as mulheres todos os

dias, em reconhecimento às doses diárias de cuidado, afeto, carinho e dedicação que as mesmas nos oferecem, não por submissão ou obrigação, mas por compreenderem que só assim poderemos reconhecer, pela ação, a sacralidade da vida.

Aí entra em cena, para além da questão de gênero, a dimensão do feminino, muito mais presente na maioria das mulheres, embora possa estar também nos homens e tenha sido reprimida e ocultada em algumas mulheres, em decorrência do violento processo de imposição da energia do masculino como uma das pilstras de sustentação do atual modelo de sociedade.

Entretanto, se ainda assim quisermos manter uma data simbólica para homenagear as mulheres, que o façamos a partir do estímulo a ações e atitudes, individuais e coletivas, que contribuam para celebrar a vida, da qual a mulher é geradora.

Nas solenidades realizadas por instituições públicas e privadas para celebrar a data, podemos aproveitar para reconhecer e valorizar a contribuição de mulheres que, com sua sabedoria e seu trabalho, semeiam a esperança de dias melhores. São, na maioria, mulheres anônimas, herdeiras de uma ancestralidade ancorada em valores que afirmam a centralidade na vida e no espírito de comunidade e partilha. Por isso mesmo, essenciais a uma sociedade adoecida pelo egoísmo, a competição e des-sacralização da terra e da vida.

Há muito o que recuperar de uma dívida histórica que não é apenas com as mulheres, mas com nossa própria humanidade. Por tudo isso, não tenho dúvida de que ***um dia só é muito pouco!***

## **ONDE FICA O ESTADO LAICO?**

06JUN2014

Em seu artigo 19 a Constituição Federal de 1988 veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios “estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público”.

Com um investimento de R\$ 1,2 milhão, será inaugurado no próximo dia 21, na cidade do Crato, no Cariri cearense, um monumento de 35 metros de altura em homenagem a Nossa Senhora de Fátima, santa de devoção dos católicos em várias partes do mundo.

O projeto de iniciativa do Deputado Estadual Ely Aguiar [PSDC] foi financiado com recursos públicos do Governo do Estado do Ceará, em parceria com a Prefeitura do Crato, contrariando frontalmente o princípio constitucional da laicidade do Estado brasileiro.

A obra iniciada em 2009 foi interrompida por embargo do Ministério Público Estadual [MPE] que usou como justificativa para o recurso impetrado, exatamente a laicidade do Estado brasileiro. Contudo, o Tribunal de Justiça do Ceará acabou autorizando a construção, que foi retomada em seguida.

O caso da Santa do Crato é apenas mais um no largo currículo de confusão de interesses e desrespeito à Constituição, envolvendo a relação Estado e religiões, notadamente aquelas de base cristã católica e protestante.

As religiões de matriz africanas ou afro-brasileiras, as casas espíritas, mesmo cristãs, e todas aquelas de fé não cristã, a exemplo do budismo, ao contrário, são ignoradas pelo Estado e algumas vezes até perseguidas por governos mais conservadores, violando frontalmente o direito ao livre exercício das liberdades de crença e de culto, preconizado na Carta Magna de 1988. Respeito ao direito de não ter religião dos ateus e agnósticos, então ... *Cruz, credo*. Nem pensar.

E o que dizer da afronta dos símbolos religiosos católicos como o crucifixo e as imagens de santos que adornam os tribunais de justiça e fóruns de diversas comarcas, as casas legislativas e as sedes dos órgãos do executivo Brasil afora?

Voltando ao Crato, o fato é que R\$ 1,2 milhão do dinheiro público, que poderia estar sendo usado para atender a interesses bem mais coletivos e amplos, financiou uma obra cujo interesse ou identificação está restrita àqueles que professam a fé católica [e talvez nem todos], a exemplo do deputado autor da propositura e dos próprios representantes do executivo estadual e municipal.

Aliás, cabe ao final desse artigo uma pergunta. Porque a santa escolhida para ser homenageada com o monumento milionário foi Nossa Senhora de Fátima, se a padroeira dos católicos do Crato é Nossa Senhora da Penha?

Haveria aí algum interesse ou devoção pessoal em jogo, a exemplo do que faziam os coronéis que costumavam mandar erguer capelas pelo sertão em homenagem ao santo [ou santa] de devoção de suas esposas ou deles próprios?

Voltamos à velha questão da confusão entre o público e o privado, objeto de análise de outro [artigo](#) escrito por mim e publicado no meu blog, há alguns meses, com o título de *Da Casa Grande ao Palácio*.

## QUEM TEM MEDO DA PARTICIPAÇÃO?

24JUN2014

A reação de alguns grupos ao Decreto 8243/2014, que institui a Política Nacional de Participação Social [PNPS] é, no mínimo, reveladora de uma guerra de interesses que muitos julgavam *démodé*, ultrapassada ou vencida. Ledo engano.

Entre os que declararam guerra ao Decreto estão parlamentares, juristas e profissionais de imprensa, que em comum carregam, em suas línguas e letras afiadas, o discurso do medo. Medo do fortalecimento dos espaços e instâncias de diálogo e deliberação que dão voz a segmentos da sociedade brasileira para quem a participação sempre esteve restrita, nas palavras do escritor português José Saramago, “a tirar um governo de que não se gosta e a pôr outro de que talvez venha a se gostar”.

Por trás dos argumentos legalistas trazidos pelos opositores das possibilidades de ampliação da nossa tão fragilizada democracia, há uma clara intenção de manutenção da concentração do poder de opinião e decisão nas mãos de poucos, através de um modelo de democracia representativa há muito fragilizada pela crise ética e moral que se abateu sobre as nossas instituições, especialmente o parlamento brasileiro. Nesse cenário, o Decreto 8243 é só o bode expiatório dos bombardeios, mas o que está em jogo é algo bem maior.

E não nos enganemos: a turma do medo não está pra brincadeira. A comparação do Sistema Nacional de Participação Social do governo federal a um golpe, feita pelo jornalista Fernão Lara Mesquita, em artigo publicado recentemente na *Folha de São Paulo*, chega a ser insana, para não dizer ridícula.

Mas Mesquita não fala por si só. Ele é porta-voz de interesses de grupos e corporações, uma vez que é membro do Conselho de Administração de *O Estado de S. Paulo* e faz parte da família fundadora do *Estadão*, pois é neto de Júlio de Mesquita.

Voltando ao medo, é bom lembrar que foi exatamente o medo do fortalecimento da democracia, através das chamadas reformas de base do então presidente João Goulart, além de outros interesses, que motivou o golpe civil-militar de 1964.

Portanto, se o que estamos vendo nesse cenário possui alguma associação com golpe, esta não se dá em relação ao decreto que instituiu a PNPS, mas ao medo da democracia, esse fantasma que sempre assustou as elites conservadoras e atrasadas do Brasil.

É claro que um decreto presidencial, *per se*, não é garantia de fortalecimento da nossa democracia. Mas ele pode ser a porta de entrada para novas e importantes conquistas da sociedade brasileira. Portanto, defendê-lo é, antes de tudo, defender o nosso inalienável direito de participar da vida desse país e das

decisões que nos afetam, sejam elas tomadas em Brasília ou no menor e mais distante município do Cariri cearense.

## CARTA PARA PAULO<sup>11</sup>

18SET2014

***Meu caro Paulo,***

Meu nome é Antonio e nos encontramos uma única vez, no início da década de 1990, durante um evento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [MST] no Instituto Cajamar, em São Paulo. Aquele breve encontro me marcaria profundamente e me revelaria uma surpreendente dimensão de humanidade que, ao longo dos meus atuais 45 anos de vida, encontrei em pouquíssimas pessoas.

Eu já havia sido apresentado a uma parte de tua obra e ao próprio “método” de alfabetização desenvolvido por ti, anos antes, quando tive o privilégio de coordenar um Programa de Alfabetização de Adultos realizado em Maranguape [CE], através de uma parceria entre a extinta *Fundação Educar* e a *União das Entidades Comunitárias de Maranguape [UNECOM]*.

---

<sup>11</sup> Homenagem ao educador Paulo Freire [1921 – 1997], apresentada durante a oitava edição do projeto PontoDoc, da Escola de Políticas Públicas e Cidadania Ativa [EPUCA], realizada a noite de 17 de setembro, na cidade do Crato. Paulo Freire nasceu em 19 de setembro de 1921 e a oitava edição do PontoDoc exibiu o documentário 40 Horas na Memória, produzido pela equipe da Universidade Federal Rural do Semiárido [UFERSA].

Contudo, ouvi-lo falar por mais de uma hora e perceber o misto de indignação com as injustiças sociais e amor ao mundo e às pessoas que tomavam conta de ti, enquanto teu discurso ganhava força e contagiava uma plateia inebriada, foi uma experiência incomparável. E aí vai um registro importante: ao contrário de muitos, minha relação, desde então e até hoje, é mais com a boniteza da tua alma do que com a própria proposta pedagógica trazida por ti, embora esta também tenha uma importância singular e me sirva de bússola em meus fazeres como educador.

Essa primeira impressão acerca da tua humanidade me seria confirmada ao longo dos contatos posteriores com teus escritos, com os registros audiovisuais de tuas falas e num recente diálogo, recheado de emoção, com tua menina Fatima, com quem estive/estivemos por algumas horas em setembro de 2011, quando da I Semana Freiriana do Cariri, projeto realizado pela Escola de Políticas Públicas e Cidadania Ativa [EPUCA] e do qual tive o prazer de estar coordenador em suas três edições [2011, 2012 e 2013].

Poucos anos antes daquele nosso encontro no Cajamar, uma decisão havia sido tomada por mim e me afetaria por toda a vida. No final de 1988, faltando *longos três meses* para concluir o 2º grau [hoje ensino médio], eu optei por trocar a escola pela militância no Movimento Sem Terra, onde permaneci por

três anos *experienciando* um outro jeito de aprender e de ensinar. As razões da escolha estavam claras: aquele modelo de escola, apartada do lugar onde está instalada, inibidora de criatividades e geradora de heteronomias, não me encantava e não me animava a aprender; nem me permitia ensinar [partilhar saberes e vivências].

Aliás, desde muito cedo minha relação com a escola foi cercada de estranhamentos. Por exemplo: o aguçado gosto pela leitura, que hoje tenho, deveu-se não à escola, como era de se imaginar. Pelo contrário, um dos meus primeiros contatos com o livro me veio como castigo, como punição por minha inquietude, classificada como mal comportamento.

Foi um analfabeto que me despertou o gosto pela leitura. Explico: no caminho entre a escola e a casa de meus pais, na pequena comunidade de Cajazeiras, no Sertão Central do Ceará, estava a casa de meu avô paterno, por quem sempre nutri um profundo afeto. Voltando da escola [à época grupo escolar] era comum encontrá-lo sentado à sombra do alpendre de casa, “pastorando” a mamona que colocara para secar ao sol. Este me recebia sempre com um afetuoso abraço, acompanhado do pedido para contasse para ele uma história do meu “livro da escola”.

Assim, sentado em seu colo, esquecia a fome e o cansaço – trazidos pelo sol forte e pela distância percorrida a pé – e me

dedicava a ler para ele as histórias de *Pedro Malazarte: o reformador do mundo*, dentre outras. Impossível não aprender a gostar de algo que me dava tanto prazer e vinha acompanhado de tanto afeto e reconhecimento.

Tudo isso dialoga à cerca baixa com tua inquietação, tua crítica contundente à “educação bancária” e teu compromisso político-ideológico e pedagógico com os oprimidos. Contigo aprendi, dentre outras coisas, que “quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser opressor”.

Assim, ao dirigir-me a ti, por ocasião do teu aniversário de nascimento, quero agradecer por todo o aprendizado que tens me proporcionado ao longo desses anos. Entre esses muitos aprendizados se inclui a descoberta de que uma amizade não precisa, necessariamente, do encontro físico, presencial, para se fortalecer e se consolidar. Mas, fundamentalmente, ela necessita de um encontro de utopias, de desejos compartilhados e uma forte dose de humanidade, capaz de acolher e gerar encantamento mesmo à distância e apesar dela.

A ti meu fraterno abraço. Que tua coerência, teu compromisso com a vida e tua coragem de se opor a toda forma de injustiça continuem a nutrir o meu/nosso caminhar rumo a um outro mundo: necessário, possível e urgente.

*Lux, pax et bonum. ANTONIO Joelmir Pinho*

## ORAÇÕES PARA BOBBY

***Um olhar sobre a temática LGBT a partir de uma história real que virou filme***

04FEV2015

### **O FILME**

***Prayers for Bobby*** [***Orações para Bobby***, em português] é um daqueles filmes que tem o mágico poder de causar desconforto de forma amorosa e emocionar, independentemente de sua identificação pessoal com a temática. O filme estadunidense é protagonizado pela indicada ao Oscar, Sigourney Weaver, que por este filme obteve diversas indicações e premiações, entre elas o Emmy e o Globo de Ouro.

Produzido para a televisão, baseado no livro homônimo de Leroy F. Aarons e dirigido por Russell Mulcahy, *Orações para Bobby* é o drama da história de Bobby Griffith e da forma como sua família, em especial sua mãe [Mary Griffith], lida com as questões inerentes à homossexualidade.

Jovem, criado junto a uma família tradicional cristã nos EUA, Bobby sonha em ser escritor. Seu sonho é impossibilitado por sua morte prematura, aos 20 anos, quando decide se lançar de uma ponte e um caminhão o atropela.

Uma jornada sentimental apoiada numa história real, que se destaca pelo cuidado na abordagem da temática, com diálogos

que marcam profundamente, e ganha força com um elenco que apresenta especial capacidade de interação.

## **EM NOME DE DEUS**

*Não sou eu, é a bíblia.* Assim Mary Griffith tenta justificar sua declarada recusa em aceitar o fato de ter um filho gay. Cristã fervorosa, para ela a homossexualidade é um pecado de tal gravidade que quem a “escolhe” está condenado ao inferno e será punido com a morte.

A falta de informação sobre a questão fica evidente não só em relação a Mary, mas em relação a toda a família e à própria psicóloga a quem a mãe recorre para ajudar na “cura” de Bobby.

Sem um conhecimento mais alargado da questão e com um olhar único sobre ela por parte da família e de todos que o cercam, Bobby vai entrando num processo acelerado de isolamento, ficando cada vez mais difícil sustentar a pressão psicológica e a carga de culpa que lhe recai sobre os ombros. Nesse cenário, o desfecho da história vai se tornando cada vez mais previsível.

Nos últimos anos o preconceito contra pessoas LGBTI<sup>12</sup> e o debate acerca dos seus direitos tornaram-se bastante

---

<sup>12</sup> LGBTI [Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais] é a sigla mais utilizada por Organismos internacionais e entidades

conhecidos dos brasileiros, especialmente em virtude dos embates ocorridos no Congresso Nacional, com reverberações de dentro pra fora e de fora pra dentro, tendo de um lado parlamentares identificados ou comprometidos com a defesa dos direitos dessa comunidade, a exemplo do deputado federal Jean Wyllys [PSOL], e do outro, representantes da bancada evangélica fundamentalista, a exemplo do deputado Marco Feliciano [PSC].

A postura assumida pelos parlamentares alinhados com a bancada evangélica quando o assunto é diversidade sexual, vem recheado de manifestações de preconceito e manipulação de interpretações da bíblia de acordo com suas conveniências. Mas é bom que se diga: essa tem sido uma prática comum das religiões ao longo da história da humanidade.

---

governamentais como ONU, Mercosul e Europa. A sigla foi criada para um padrão internacional para identificar pessoas desta comunidade. Entidades como a Anistia Internacional usam a sigla LGBTI em processos e pesquisas.

O termo atual oficialmente usado para a diversidade no Brasil é **LGBT** [lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros]. A alteração do termo GLBT em favor de LGBT foi aprovada na 1ª Conferência Nacional GLBT realizada em Brasília no período de 5 e 8 de junho de 2008.

Numa demonstração clara de força política, a Frente Parlamentar Evangélica<sup>13</sup>, na pessoa do seu presidente à época, o deputado João Campos [PSDB], entrou com um pedido de inclusão na legislação brasileira de um dispositivo que impeça que igrejas sejam obrigadas a celebrar cerimônias de casamento entre homossexuais.

A iniciativa, embora sem qualquer fundamento, é uma resposta direta a duas decisões judiciais tomadas em 2011. Em maio daquele ano, o Supremo Tribunal Federal [STF] aprovou a união homoafetiva estável e, em outubro, o Supremo Tribunal da Justiça [STJ] aprovou o primeiro casamento homoafetivo, abrindo precedentes para que a prática seja adotada em todo o país.

Fora da arena do Congresso Nacional, o discurso de líderes religiosos como o pastor Silas Malafaia, nos templos da igreja que dirige, na televisão e nas redes sociais na internet, extrapola o “limite” da defesa de opinião ou crença e chega à incitação criminosa da intolerância e da violência contra membros da comunidade LGBT.

---

<sup>13</sup> Associação civil de natureza não-governamental, constituída no âmbito do congresso nacional, integrada por deputados federais e senadores da República.

Líder da igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo, o pastor Silas Malafaia está frequentemente envolvido em discussões que envolvem grupos de defesa dos direitos da comunidade LGBT. Principalmente por sua forte oposição ao casamento gay, o assunto é frequentemente debatido pelo pastor nas redes sociais.

Um levantamento feito pelo site *Buzz Feed* afirma que Malafaia publica um tuite sobre gays a cada dois sobre Deus. Segundo o site, entre março de 2014 e 3 de setembro de 2014, foram 275 menções a Jesus [incluindo “Cristo”], 154 a Deus e 87 a gays [incluindo “gay”], feitas pelo pastor na rede social. Tais números mostram que, praticamente, a cada dois [1,77] tuites de Malafaia sobre Deus, há um sobre gays.

Ainda segundo o *Buzz Feed*, se a busca por Jesus Cristo excluir o termo “Vitória em Cristo”, nome do programa de TV do pastor exibido na RedeTV! e na Band, o número de menções a Jesus cai para 59, número inferior aos tuites de Malafaia que citam gays. A matéria ressalta ainda o fato de o programa “Vitória em Cristo” ser divulgado quase diariamente pelo pastor no Twitter.

Mas há também entre os religiosos aqueles que têm outra visão da questão, a exemplo do reverendo Whitsell, da Igreja da Comunidade Metropolitana, responsável pelo despertar de Mary para um novo olhar após a morte do filho. Um dos

diálogos mais contundentes do filme se dá entre Mary Griffith e o reverendo, quanto este afirma que, na sua opinião, “ter fé cega é tão perigoso quanto não ter fé”.

## **AS MÚLTIPLAS FACES DA VIOLÊNCIA**

Antes do sucesso na TV, a história de Bobby já era emblemática para quem estuda a homossexualidade. Para os especialistas, as famílias precisam compreender melhor o assunto, prevenindo tragédias. Famílias de todos os credos e classes sociais ainda encurralam seus filhos gays para quadros de depressão, revolta e desesperança.

Estudos alertam que a taxa de suicídios é explosiva entre jovens homossexuais, principalmente entre efeminados, usuários de álcool e drogas, que não resistem a tanta pressão e angústia. No livro **“A Experiência Homossexual”**<sup>14</sup>, a psicoterapeuta Marina Castañeda informa que, nos EUA, um em cada três homossexuais tentou se suicidar pelo menos uma vez.

O livro traz explicações e conselhos para gays, suas famílias e terapeutas. A autora relata que a construção da identidade gay dura, em média, 15 anos, ou seja, é um longo período de incerteza que tem um custo afetivo muito elevado.

---

<sup>14</sup> CASTAÑEDA, Marina. *A Experiência Homossexual – Explicações e Conselhos para os Homossexuais, suas Famílias e seus Terapeutas*. 1 ed. São Paulo: Girafa, 2007. 327 p.

“Os anos que muitos homossexuais passam se perguntando e explorando sua sexualidade poderiam explicar seu isolamento e sua imaturidade em certos campos. Em inúmeros casos passaram boa parte de sua juventude em conflitos internos ou em relações problemáticas, engajados na difícil tarefa de compreender a sua identidade sexual”, escreve Castañeda.

Segundo dados do ***Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: o ano de 2011***, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, publicado em julho de 2012, as violências psicológicas foram as mais reportadas, com 42,5% do total, seguidas de discriminação, com 22,3% e violências físicas, com 15,9% do total de violações denunciadas. Ressalte-se também o significativo número de negligências [466 violações] e violências sexuais [com 337].

Outro recorte interessante refere-se ao local em que as violações de direitos humanos de caráter homofóbico ocorreram. Pesquisas nacionais [por exemplo, VENTURI & BOKANY, 2011; CARRARA, SIMÕES & Facchini, etc] e internacionais apontam que violências homofóbicas acontecem tanto em espaços públicos [como ruas, estradas, escolas, instituições públicas, hospitais e restaurantes] quanto em espaços privados, o que se repete entre as violações reportadas ao poder público durante o ano de 2011. 42,0% das violações ocorreram em casa – da vítima [21,1%], do suspeito [7,5%], de ambos ou de terceiros.

O segundo local de maior ocorrência de violações são as ruas, com 30,8% do total. A homofobia estrutural da sociedade brasileira se verifica em casa e na rua, no público e no privado, vitimando diariamente a população LGBT.

Além destes dois polos principais, 5,5% das violações reportadas aconteceram, em instituições governamentais: escolas e universidades foram local de 3,9% das violações, enquanto instituições de saúde, como hospitais e as unidades básicas do SUS, foram palco de 0,9% das ocorrências, e instituições de segurança pública [delegacias, cadeias e presídios] respondem por 0,7% das violações, aponta o Relatório.

Na categoria “outros” está incluída uma variada gama de locais, desde instituições religiosas [com 0,2% do total de violações], passando por bares e boates, praias, rios, lagoas, terrenos baldios, construções abandonadas, banheiros públicos, postos, albergues, motéis e pousadas, entre outros.

### **DA P-FLAG AO MÃES PELA IGUALDADE**

A experiência de ter um filho homossexual e a dor da perda desse filho inauguraram em Mary a angústia que, não vendo mais sentido algum em permanecer de modo impessoal acreditando em um discurso condenador, abre para Mary o ser possível questionar sua fé, questionar a si e o mundo e, dessa forma, fazer a si mesma de forma autêntica e humanizada.

Ao se permitir alguns diálogos com o reverendo Whitsell e ir a algumas reuniões do P-FLAG [sigla em inglês que significa “Associação dos Pais e Amigos dos Gays e Lésbicas”], Mary percebe que há mais em sua fé do que fora lhe contado e decide se tornar uma ativista dos direitos dos homossexuais, inclusive fazendo um discurso na televisão em rede nacional defendendo os homossexuais. Questionando a si a partir da angústia que lhe acometeu, Mary conseguiu superar seus preconceitos, seus medos, sua ignorância e produzir sentidos para vivenciar sua fé, sua religião e sua família de forma mais humanizada.

Em 2012, um parlamentar brasileiro disse à imprensa que preferia um filho morto a um filho gay, apelando aos “valores familiares” dos brasileiros. Em resposta, a All Out<sup>15</sup> reuniu incríveis mães de filhas e filhos LGBT, para compartilhar suas

---

<sup>15</sup> A All Out é uma combinação dos esforços de duas instituições – a Purpose Action, uma organização sem fins lucrativos focada em sensibilizar as pessoas e mudar a política, e a Purpose Foundation, uma organização beneficente focada em educação e mudança de cultura. A All Out foi lançada com apoio inicial da Purpose e, por meio de uma parceria que perdura, é a primeira organização a se beneficiar da c, um grande projeto tecnológico de código aberto financiado pela Purpose que está proporcionando ferramentas e melhores práticas de ativismo para organizações sociais no mundo todo.

histórias e lembrar ao país que o amor também é um valor de família.

As **Mães pela Igualdade** lançaram uma grande exposição de fotografias que passou por Rio de Janeiro, São Paulo e outras cidades brasileiras. Elas também levaram a campanha ao Congresso Nacional, em Brasília, onde participaram de um painel sobre direitos humanos. As Mães já foram foco de diversas matérias positivas na imprensa e estão contribuindo para uma discussão mais positiva sobre a questão LGBT no Brasil.

Em setembro de 2013, Maria Cláudia Canto Cabral, umas das integrantes do Mães Pela Igualdade, participou de uma roda de conversa sobre Educação, Família e Diversidade dentro da agenda da 3ª Semana Freiriana do Cariri, um projeto da Escola de Públicas e Cidadania Ativa [EPUCA], organização da sociedade civil sediada na cidade do Crato, no Cariri cearense.

### **O PAPEL DA 7ª ARTE**

Além do *Orações para Bobby*, vários outros filmes e diversos documentários trazem a temática LGBT para cena e têm contribuído para ampliar o diálogo sobre a questão, cada a um a seu modo e sem seguir um padrão de abordagem ou de discurso, o que pode ser considerado bastante positivo.

Entre os documentários nacionais destaca-se ***Eu Preciso lhe dizer***. A obra, que se propõe a descobrir as origens do

preconceito e a encontrar uma forma de lidar com a intolerância na família e na sociedade, foi idealizada pelo psicólogo Ricardo de Paula e contou com a execução do cineasta brasileiro Douro Moura.

Ainda na linha dos documentários, ***O Segredo dos Lírios*** fala sobre o amor incondicional de 3 mães: Christiane, Estela e Vera. Realizado em Novo Hamburgo/São Leopoldo [RS], o filme traz o amor de mães por suas filhas lésbicas em três casos de superação das expectativas conservadoras da sociedade.

Em ***Eu não quero voltar sozinho***, Leonardo é um adolescente cego que, como qualquer adolescente, está em busca de seu lugar. Desejando ser mais independente, precisa lidar com suas limitações e a superproteção de sua mãe. Para decepção de sua inseparável melhor amiga, Giovana, ele planeja libertar-se de seu cotidiano fazendo uma viagem de intercâmbio. Porém a chegada de Gabriel, um novo aluno na escola, desperta sentimentos até então desconhecidos em Leonardo, fazendo-o redescobrir sua maneira de ver o mundo.

Outro olhar especial sobre a temática é trazido pelo curta ***A visita***, vencedor de 7 prêmios no 72h Rio Festival de Filmes: melhor filme, melhor ficção, melhor roteiro, melhor direção, melhor ator, melhor edição e melhor maquiagem. A produção tem roteiro e direção de Leandro Corinto.

Todos os documentários e filmes aqui referidos integram o acervo do projeto PontoDoc, uma iniciativa da Escola de Políticas Públicas e Cidadania Ativa [EPUCA] que tem por objeto levar a escolas, universidades, comunidades urbanas e rurais e outros espaços coletivos do Cariri cearense, mediante demanda espontânea ou induzida, a exibição de documentários nacionais e estrangeiros que contribuam para instigar o diálogo e a reflexão crítica sobre questões do dia a dia e sobre aspectos da história da humanidade.

## O MEDO NÃO ME PARALISARÁ!

18ABR2016

A minha sensatez não me permite negar os importantes avanços, ainda que pontuais, que tivemos no Brasil nas últimas décadas no campo das políticas sociais. Eles estão presentes na agricultura familiar, nas universidades, nos programas de distribuição de renda e em outras iniciativas do governo federal, espalhadas por vários lugares desse país.

Contudo, não carrego em mim a ilusão de que tenho o governo dos meus sonhos. Longe disso. Não conseguimos avançar em questões cruciais como a reforma agrária, a reforma política e a tributação das grandes fortunas, por exemplo. Estamos ainda bem distantes de honrar o título de patrono da educação brasileira dado a Paulo Freire em 2012 e mais distantes ainda de honrar o *slogan* de Pátria Educadora assumido pelo atual governo.

Portanto, esse não é um texto contra ou a favor do governo. Nem uma análise acerca da *dicotomia* entre o “fora Dilma” e o “não vai ter golpe” que vem ocupando a agenda política e midiática dos últimos meses, limitando os diálogos a um ou outro caminho.

Na verdade, esse é um texto motivado pelo medo. Para ser mais claro: pela desconfortável sensação de medo que me

acompanha desde que acordei nesta segunda-feira, 18 de abril de 2016, após uma vergonhosa sessão da Câmara dos Deputados que decidiu pelo acolhimento da admissibilidade do pedido de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. E não me refiro ao resultado da votação apenas, o que já seria vergonhoso pela ausência de base constitucional para tal. Mas, sobretudo, falo da falta de coerência e da pobreza de espírito democrático e republicano que pautaram a referida sessão.

Sim, nesse momento tenho medo. Medo da insanidade de Jair Bolsonaro que – como se já não bastassem todas as suas truculências anteriores – na sessão de ontem dedicou seu voto “a favor do *impeachment*”, ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, torturador da então militante da resistência à ditadura instaurada no Brasil com o golpe civil-militar de 1964, Dilma Vana Rousseff.

Sim, tenho medo do cinismo e da frieza de Eduardo Cunha que, mesmo sabendo da fragilidade jurídica do processo de impedimento que lhe fora apresentado e da sua total falta de condições morais para conduzir a discussão e votação do referido processo – e, sequer, manter-se no cargo de presidente da Câmara dos Deputados -, valeu-se de todas as manobras possíveis para chegar ao resultado da votação de ontem. O prêmio imediato de Cunha? A sua blindagem no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, onde deverá ser julgado [sabe-se lá

quando] por ter mentido na Comissão Parlamentar de Inquérito [CPI] da Petrobrás. E não é só: Cunha é réu na Lava Jato, possui milhões não declarados em contas na Suíça e seus gastos em viagens internacionais podem ser comparados aos de um sultão.

Ouvi várias vezes de minha avó e de minha mãe a sábia assertiva de que “o cesteiro que faz um cesto faz um cento; assim tenha cipó e tempo”. Pois bem. Cunha já deu provas de que para ele os fins justificam todos os meios. E a isso também precisamos temer.

Me causa medo o fundamentalismo religioso da chamada “bancada da bíblia”, formada por parlamentares evangélicos e católicos conservadores que, movidos por uma fé cega e intolerante, espalham ódio e preconceito e colocam seus mandatos a serviço da negação dos direitos humanos e da própria vida. A confusão entre Estado e religião foi recorrente nos discursos raivosos proferidos por homens e mulheres, em tom doutrinatório e com citações desconexas e distorcidas de passagens bíblicas. Tanto ódio em nome de Deus me causa medo, sim! Mas vale um registro importante: a postura dos deputados e deputadas da “bancada da bíblia” não representa, necessariamente, a opinião de todos os parlamentares ligados a alguma religião e nem mesmo a opinião de seus próprios eleitores.

E como não temer a sede de poder e a ética corrompida de Temer e seus aliados? As intenções conspiratórias de Temer já estavam claras no documento “Uma ponte para o futuro”, apresentado ao país pelo PMDB no final de outubro de 2015, portanto um ano depois das eleições de Dilma e Temer para um segundo mandato. De viés exclusivamente econômico, o referido documento aponta que “recriar um ambiente econômico estimulante para o setor privado deve ser a orientação de uma política correta de crescimento”. Na verdade, o documento do PMDB, que deveria se chamar “Uma ponte para o passado”, é um claro sinal de aliança ampla com o mercado e as forças conservadoras e neoliberais.

O que esperar de um eventual governo de coalizão que teria PMDB, PSDB e DEM na linha de frente, acompanhados de personagens como os que hoje formam a bancada BBB [bala, boi e bíblia] no Congresso Nacional? A resposta está posta, de forma parcial, no já mencionado *documento de salvação nacional* que, evidentemente, não diz tudo. Afinal, como manda a regra do jogo da política nacional, nem tudo pode ser dito à sociedade. Nem todas as intenções e acordos podem ser revelados. Deixemos “vazar” apenas aquilo que nos interessa e nos possa ser de alguma utilidade numa guerra iminente de terror e ódio.

O fato é que, pouco importa que a conta seja paga pelos mais pobres. Desde que os interesses dos grandes grupos econômicos e das elites nacionais sejam preservados, está tudo bem. O recado é claro e direto: “é necessário em primeiro lugar acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação”, anuncia o documento do PMDB.

Há sim, muito que temer. Contudo, mais forte que tudo isso é minha disposição para mirar um novo horizonte e caminhar, no passo possível, na direção do mesmo. Mas esse é um caminho a ser feito acompanhado por muitos para que, assim, irmanados, possamos vencer o medo. Afinal, parafraseando Mia Couto, o maior medo deles é o de que o medo acabe.

*Ainda na incerteza do porvir, de uma coisa tenho certeza: o medo não me paralisará!*

## SANDICES AUTORITÁRIAS DO [DES]GO- VERNO TEMER

01JUL2016

Segundo o Dicionário *Online* de Português, sandice [s.f.] significa “*Característica, condição, particularidade de quem se comporta ou se comunica através de tolices, de modo tolo ou simplório. Característica, ação ou discurso que denota tolice, ignorância ou ausência de inteligência; tolice, idiotice, parvoíce. Discurso, comportamento, ação que demonstra ausência de lógica; loucura*”.

Pois, em bom português, é disso mesmo que estou tratando nesse artigo. Os longos primeiros 50 dias do [des]governo interino de Michel Temer foram marcados por uma sucessão de atos tolos, desprovidos de qualquer sinal de inteligência e, em alguns casos, beirando a insanidade. Vou aqui me deter apenas àqueles que, além de trazerem em si as marcas da sandice, guardam fortes resquícios de um autoritarismo que, ingenuamente, julgávamos superado.

Primeiro foi a exoneração do diretor-presidente da Empresa Brasil de Comunicações [EBC], Ricardo Melo, contrariando o disposto na lei de criação da empresa, que estabelece que o diretor-presidente tem mandato de quatro anos e só pode ser destituído por vontade dele próprio ou se receber votos de desconfiança do conselho curador da empresa. Para substituir

Ricardo Melo Temer nomeou o jornalista Laerte Rimoli, que coordenou a campanha eleitoral de Aécio Neves [PSDB] e é pessoa próxima ao presidente afastado da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha [PMDB]. Melo reassumiu a presidência da EBC, por força de liminar concedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal [STF] Dias Toffoli, em 2 de junho último.

Depois veio a tentativa de impedir a veiculação, na mesma EBC, de entrevista concedida pela presidente Dilma Rousseff ao jornalista Luiz Nassif, cujo contrato com a EBC foi suspenso por ato de Laerte Rimoli. O programa *Brasilianas*, apresentado por Nassif na EBC foi retirado do ar por decisão de Rimoli. Com isso, a participação de Nassif na entrevista a Dilma, realizada após a volta de Melo ao cargo de diretor-presidente da EBC, foi como colaborador eventual da empresa.

A situação foi agravada com uma série de atos de cerceamento de direitos, próprios do cargo, à presidente Dilma Rousseff, a exemplo da restrição do uso de aviões da Forma Aérea Brasileira [FAB] ao trecho Brasília – Porto Alegre, onde moram familiares da presidente afastada.

Em decisão publicada no dia 23 de junho, a juíza Daniela Cristina de Oliveira Pertile, da 6ª Vara Federal de Porto Alegre, acolheu ação de Dilma arguindo a ilegalidade de um parecer da Casa Civil que a proibia, entre outras coisas, do uso de

aeronaves da FAB fora do trecho Porto Alegre – Brasília. A magistrada concordou com o direito ao deslocamento de Dilma a Porto Alegre e aos locais que ela considerar necessários à sua defesa no processo de impeachment, destacando a necessidade de segurança pessoal, o que impossibilitaria o uso de aviões comerciais. No entanto, determinou que a presidente afastada faça o ressarcimento dos gastos com as viagens, conforme artigo 76 da Lei nº 9.504/97.

A decisão da juíza Daniela Cristina busca reparar mais uma sanção praticada pelo [des]governo Temer. O que chama a atenção nesse conjunto de episódios de restrições de direitos, amplamente divulgados pela imprensa internacional e por uma parcela restrita da imprensa nacional, é o fato de que o presidente afastado da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aliado de “*front de batalha*” e colega de partido de Temer, não sofreu qualquer restrição de direitos ou benefícios.

Cunha, mesmo afastado do cargo de presidente da Câmara dos Deputados, continua tendo direito a salário integral de R\$ 33,7 mil, transporte aéreo e terrestre sem restrição, equipe a serviço do gabinete parlamentar com até 25 funcionários, uso da residência oficial, assistência à saúde e segurança pessoal. Achou muito? Além de tudo isso, Cunha continua recebendo subsídio integral de R\$ 35,7 mil para gastar com alimentação,

aluguel de veículo e escritório, divulgação do mandato, entre outras despesas.

Embora se trate de decisões distintas, tomadas por poderes independentes [?], não é difícil concluir que nos dois casos há fortes motivações políticas, ficando também evidente o abuso de poder por parte do governo interino.

Outro caso de sandice autoritária que merece registro são as declarações do Ministro da Justiça e Cidadania, Alexandre de Moraes [PSDB], ex-secretário de Segurança Pública de São Paulo, cuja gestão ficou fortemente marcada pela repressão aos movimentos sociais e às manifestações de rua protagonizadas por estudantes e outros segmentos populares.

Em entrevista concedida a vários meios de comunicação, após participar da cerimônia de posse do ministro Gilmar Mendes como presidente do Tribunal Superior Eleitoral [TSE], no início de maio último, Alexandre de Moraes anunciou que reprimirá movimentos sociais que “deixarem o livre direito de se manifestar para queimar pneus”. Quando secretário de Segurança Pública de São Paulo Moraes ordenou a entrada da Polícia Militar, sem mandado judicial, no Centro Paula Souza, na região central de São Paulo. A escola estava ocupada por estudantes que protestavam contra problemas no fornecimento de merenda escolar e a ação policial foi marcada pelo uso da violência contra os estudantes.

Mas a “ficha corrida” de Alexandre, para usar um jargão do qual ele próprio deve gostar bastante, é bem mais complicada. Em 2015, reportagem do “Estado de S. Paulo” afirmou que Alexandre constava no Tribunal de Justiça de São Paulo como advogado em pelo menos 123 processos da área civil da Transcooper. A cooperativa é uma das cinco empresas e associações que está presente em uma investigação que trilha movimentações de lavagem de dinheiro e corrupção engendradas pela organização criminosa Primeiro Comando da Capital [PCC].

No fim de 2014, pouco antes de assumir a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, o homem convidado por Temer para assumir o Ministério da Justiça e Cidadania defendeu Eduardo Cunha em uma ação sobre uso de documento falso em que conseguiu a absolvição do peemedebista. Como se vê, Alexandre de Moraes é um dos homens do presidente cujo histórico não o credencia para o cargo de ministro, especialmente da Justiça e Cidadania.

Para encerrar o artigo, vamos à mais nova parvoíce reacionária do [des]governo Temer, que certamente não será a última. A partir de rede do governo federal, o artigo que traz a biografia do educador Paulo Freire na Wikipedia foi alterado na tarde de terça-feira [28/6] com informações que atribuem a ele a origem da “doutrinação marxista” nas escolas e universidades, segundo noticiou o portal EBC.

O Serpro, empresa de tecnologia da informação do governo federal, disse em nota que “a alteração realizada não partiu das instalações do Serpro, mas, sim, de um órgão público, cujo acesso à internet é administrado pela empresa. Entretanto, o Serpro não está autorizado, por questões contratuais, a divulgar informações de acesso de seus clientes à rede”.

Segundo apurou a agência EBC, os parágrafos inseridos no artigo da Wikipedia foram retirados de um texto publicado no site do Instituto Liberal com o título “Paulo Freire e o assassinato do conhecimento”.

Na tarde desta sexta-feira [1] a página da Wikipedia já havia sido reeditada, com a retirada do texto publicado a partir de um dos computadores da rede do governo federal, que pode ter a autoria em qualquer pessoa com acesso a um desses computadores, podendo a mesma estar ou não ligada ao governo Temer. Por isso é tão importante investigar a autoria do ato, antes de qualquer julgamento prévio. Caso você tenha curiosidade de conhecer os absurdos postados na referida página, acesse o conteúdo que agora está guardado no histórico da Wikipedia [clikando aqui](#). As principais alterações estão no tópico Pedagogia da Libertação.

De tudo isso fica uma certeza: se o governo Dilma ficou a dever aos sonhos de muitos brasileiros, o governo Temer se anuncia [e já está sendo] o governo dos nossos piores pesadelos desde

o fim do regime ditatorial instaurado com o golpe civil-militar de 1964. Aliás, os governos golpistas sempre trazem na bagagem muitos pesadelos, exatamente porque, nascidos de rupturas democráticas carecem de legitimidade e só encontrarão sustentação [ainda que passageira] no autoritarismo que, no caso brasileiro atual vem acompanhado de uma forte dose de sandices.

*Com a palavra o Senado da República, de quem, de modo geral, não espero muita coisa, a não ser um mínimo de inteligência e bom senso.*

## **SOBRE ELEIÇÕES, DEMOCRACIA E DESOBE-** **DIÊNCIA CIVIL**

30JUL2016

O mês de julho ainda nem terminou e o festival de promessas, troca de acusações e apresentação de salvadores e salvadoras da pátria [ou melhor, dos municípios] já se anuncia. Nas redes sociais, por exemplo, encontramos perfis para quase todos os gostos.

Até o próximo dia 5 todos os partidos políticos deverão realizar suas convenções para deliberar sobre coligações e escolher candidatos a prefeito, a vice-prefeito e a vereador. A partir do dia 16 de agosto será permitida a propaganda eleitoral e os partidos ou as coligações podem fazer funcionar, das 8 às 22 horas, alto-falantes ou amplificadores de som, nas suas sedes ou em veículos. Logo em seguida estarão liberados os tradicionais comícios, que poderão se estender até meia noite ou até duas da manhã quando se tratar de comício de encerramento de campanha.

A tudo isso chamam de democracia. Uma democracia que nos impõe o voto obrigatório, mesmo que nenhuma das propostas que sejam apresentadas [se forem] dialoguem com nossas ideias. Nesse caso nos aconselharão, de pronto, a escolher o menos ruim. Afinal, o que não podemos é deixar de exercer nossa “cidadania”. Esse é o discurso presente, inclusive, na

propaganda oficial do Tribunal Superior Eleitoral [TSE]. E se no final tudo der errado e os eleitos se revelarem o oposto do que prometiam ser, fato muito comum na história política do Brasil, a culpa será sempre do eleitor, que não soube votar.

O que não nos dizem é que a democracia eleitoral que temos já nasceu sequestrada e não pode ser tomada como caminho para solucionar a crise de representatividade, nos seus vários níveis, e os graves problemas que afetam a própria democracia, no seu sentido mais amplo.

Mesmo com as mudanças anunciadas na legislação eleitoral para 2016 [Lei 13.165/2015], fruto dos vexames que afloraram com os velhos e novos escândalos de corrupção no Brasil e sua estreita relação com o financiamento privado de campanhas, por exemplo, muito pouco mudará na prática. Embora esteja proibida a doação para campanha por pessoa jurídica, o financiamento privado permanece através de pessoas físicas. Assim, nada impede que representantes de grandes corporações ou grupos financiem este ou aquele candidato e continuem mantendo seus interesses privados representados na esfera pública, mesmo que isso signifique o sacrifício dos direitos individuais e coletivos e do bem comum, como tem sido a regra.

A propósito disso, pela nova legislação o limite de gastos nas campanhas eleitorais dos candidatos a prefeito em 2016 será de 70% dos gastos declarados, na respectiva circunscrição, na

eleição para o mesmo cargo em 2012, nos casos em que houve apenas primeiro turno. Se considerarmos que nas últimas eleições tivemos, mesmo em municípios menores, campanhas milionárias, mais uma vez teremos o poder econômico definindo o resultado das eleições em boa parte do país.

Outra questão se refere ao tempo de propaganda em rádio e TV. De acordo com a Lei 13.165/2015, do total do tempo de propaganda, 90% serão distribuídos proporcionalmente ao número de representantes que os partidos tenham na Câmara Federal. No caso de haver aliança entre legendas nas eleições majoritárias será considerada a soma dos deputados federais filiados aos seis maiores partidos da coligação.

Como pode ser visto, a regra continua privilegiando quem mais tem, seja pela influência junto a pessoas com maior poder econômico, à medida que mantém o financiamento privado de campanha, seja pela distribuição totalmente desigual do tempo de propaganda eleitoral no rádio e na TV, à medida que o vincula ao tamanho de cada bancada na Câmara dos Deputados.

Se as novas regras do jogo são apenas uma roupa mal costurada e cheia de remendos para um velho e corrompido modelo de democracia moldado aos interesses de poucos, está na hora de, num exercício pleno e soberano de cidadania, fazermos nossas próprias regras.

Afinal, votar apenas por votar, mesmo diante da possibilidade de mudar os atores e a cena sem, contudo, mudar o cenário e o roteiro, parece-me mais um jogo de ilusões. Será apenas a legitimação de um espetáculo que não nos representa, de uma democracia que não nos serve, não nos alcança. Nas palavras de Henri Thoreau, em sua obra *Desobediência Civil* [1849], “Nem mesmo o ato de votar pelo que é certo implica fazer algo pelo que é certo. É apenas uma forma de expressar publicamente o meu anêmico desejo de que o certo venha a prevalecer”.

Assim, se o que está posto não nos serve, neguemos a ordem imposta e façamos valer o nosso direito à desobediência civil negando, pelo **não voto** a não democracia que nos impuseram como se democracia o fosse. Não se trata de negar esta ou aquela candidatura, mesmo porque não podemos considerar todas iguais – posto que de fato não o são, mas de negar um jogo de cartas marcadas onde tudo que acontece de novo ou diferente está dentro dos limites impostos e das concessões admitidas pelas elites nacionais e locais, representadas por um Estado autoritário para muitos e serviçal de poucos.

Que Thoreau, Gandhi, Luther King, Antônio Conselheiro e tantos homens e mulheres que tiveram a coragem de desobedecer nos inspirem e nos impulsionem a construir outra cidadania. É isto ou o contentamento com a velha democracia

eleitoral sequestrada que nos vem sendo oferecida há séculos e cujos resultados são cada vez mais desastrosos.

## **FORA TEMER É NECESSÁRIO, MAS** **NÃO BASTA**

29OUT2016

Aos poucos, vão surgindo as reações populares aos recorrentes e sequenciais atentados contra a nossa já frágil democracia e os direitos sociais e políticos que conquistamos ao longo da história recente do Brasil. Esses atentados, praticados pelo [des]governo Temer, o Congresso Nacional e o Judiciário, peças de uma mesma engrenagem, têm como objetivo maior garantir que o Estado contemporâneo não se afaste de seu verdadeiro papel: servir prontamente e com a máxima eficiência aos interesses das elites políticas e econômicas locais e globais.

As ocupações de escolas em todo o Brasil, a convocação de greve geral para o início de novembro, a realização de vários debates públicos sobre iniciativas como a PEC 241 [agora no Senado como PEC 55], a MP da reforma do Ensino Médio, o projeto Escola Sem Partido e outras insanidades postas em marcha pelo atual governo e seus aliados, sinalizam a disposição de parcela expressiva da população de se opor ao projeto de desmonte do país. Demorou, dirão alguns, e eu até concordo. Porém, como nos ensina a sabedoria popular, ancorada em uma antiga máxima herdada do latim [*utilius tarde quam nunquam*], antes tarde do que nunca.

Contudo, é fundamental que tenhamos a compreensão que todas essas medidas impopulares e antidemocráticas, assim como o próprio governo Temer, fazem parte de um jogo muito maior de retomada do controle do Estado pelas elites nacionais e seus aliados externos, após o rompimento com o projeto de conciliação que governou o Brasil nos últimos 13 anos e que, embora ainda fortemente comprometido com os interesses do capital, inclinou-se à proteção social e à promoção e garantia de direitos, o que levou à insatisfação de seus aliados de outrora, hoje inimigos.

É ainda necessário lembrar que as propostas capitaneadas pelo atual governo, com a chancela do que há de mais reacionário no Legislativo e no Judiciário, encontram eco em parcela da população organizada em movimentos paridos a fórceps por oportunismo ou conveniência momentânea e, portanto, sem qualquer história e com pouca representatividade. Mas é forçoso reconhecer que, surfando na onda do discurso fácil, esses movimentos têm demonstrado uma considerável capacidade de persuasão que não pode ser ignorada, embora seus métodos sejam bastante questionáveis e suas ideias representem o que há de mais atrasado e nocivo ao povo brasileiro.

O Movimento Brasil Livre [MBL], por exemplo, tem entre as propostas aprovadas no seu primeiro Congresso Nacional, realizado em novembro 2015, a “apresentação do Projeto de Lei

‘Escola sem Partido’ em legislativos estaduais e municipais”, a “militarização das escolas em áreas de risco, ou seja, em locais onde a iniciativa privada não tenha a possibilidade de atuar” e a “gestão privada de escolas públicas através de Organizações Sociais e Parcerias Público-Privadas”.

Também integram o leque de propostas do MBL: o fim do SUS, a abertura de mercado hospitalar a empresas estrangeiras, a privatização ou transformação em Parcerias Público-Privadas dos serviços de saneamento básico dos municípios e o fim da função social da propriedade. Uma plataforma bem ao gosto do atual governo e do capital, de quem o MBL é assumidamente defensor e capacho.

Nos últimos dias o MBL tem se destacado pela incitação do ódio e o uso da violência como caminhos para se contrapor às ocupações de escolas por estudantes, em várias partes do Brasil. É esse mesmo Movimento que tem trânsito livre e audiências frequentes com o primeiro escalão do atual governo federal e com o próprio Temer. Em sua coluna no jornal Folha de São Paulo, publicada no dia 24 de setembro de 2016, a jornalista Mônica Bergamo anunciou: “Temer chama MBL para pensar como tornar reformas mais palatáveis”.

Portanto, para além da resistência às insanidades, truculência e ilegitimidade do Governo Temer e da defesa imediata de direitos fundamentais ameaçados, será primordial iniciarmos

um amplo diálogo sobre um projeto de nação que considere a urgência do compromisso ético com a centralidade da vida, a inversão da lógica atual de um Estado mínimo para muitos e generoso e farto para poucos e a importância do reconhecimento e respeito à nossa diversidade cultural, territorial e política, dentre outras questões.

Claro que o “Fora Temer” é necessário como elemento simbólico de resistência a tudo o que esse [des]governo representa. Mas o que não falta à elite brasileira são nomes que se prestem ao papel de representantes de seus interesses mais gananciosos e injustos. Se não for Temer, será Rodrigo Maia [presidente da Câmara dos Deputados], Renan Calheiros [presidente do Senado] ou Cármen Lúcia [presidente do Supremo Tribunal Federal], nomes atuais da ordem sucessória constitucional, todos comprometidos, em maior ou menor grau, com o mesmo projeto de Brasil para poucos.

Assim, tão importante quanto impedir a aprovação da PEC 55 no Senado, barrar qualquer avanço da insana ideia de “Escola sem Partido” e a MP da reforma do Ensino Médio, por exemplo, é aproveitarmos os encontros que a luta e a resistência coletiva nos proporcionam para refletirmos e construirmos as bases teóricas e práticas de outras formas de poder no Brasil.

A respeito disso, em sua “Pedagogia do Oprimido”, Paulo Freire nos convida a refletir sobre a relação existente entre

poder e diálogo, tanto pelo caráter antidialógico das relações de dominação, portanto de poder autoritário, quanto pela perspectiva libertária do diálogo, que conduz a outras formas de poder e não pode ser confundido com comunicação linear e unilateral. Para Freire “não se é antidialógico ou dialógico no ‘ar’, no mundo. Não se é antidialógico primeiro e opressor depois, mas simultaneamente. [...]. Instaurada a situação opressora, antidialógica em si, o antidialógico se torna imprescindível para mantê-la”.

Que o diálogo possa guiar nossa jornada de construção coletiva de muitos outros Brasis, justos, fraternos e solidários, tendo-se, ao mesmo tempo, a clareza de que o direito à vida, em seu sentido mais amplo, não se negocia.

Portanto, sempre que, assim como agora, os sequestradores da vida ameaçarem nossa liberdade, nossos direitos e nossa dignidade, não haverá outra saída, a não ser a resistência individual e coletiva, apesar dos perigos e ainda que o preço nos seja caro.

Recorro, por fim, a Bertolt Brecht para pedir-lhes: “Diante dos acontecimentos de cada dia, numa época em que corre o sangue, em que o arbitrário tem força de lei, em que a humanidade se desumaniza, não digam nunca: isso é natural; a fim de que nada passe por imutável”.

## A DEMOCRACIA

### PARA ALÉM DO LUGAR COMUM

15NOV2016

Quando criança aprendi, na escola, que democracia é uma palavra de origem grega e que esta significa a forma de governo que é exercida pelo povo. Também aprendi que o Brasil é um país democrático, especialmente porque podemos eleger livremente nossos representantes, sendo a exceção os períodos de interrupção da chamada “ordem democrática”, a exemplo das mais de duas décadas de ditadura instaurado com o golpe civil-militar de 1º de abril de 1964.

Nasci em janeiro de 1969 e vivi meus primeiros quinze anos ainda sob o regime autoritário instalado em 1964, dez dos quais divididos entre uma comunidade rural quase isolada e uma pequena cidade do interior do Ceará, sem muito contato com o que acontecia no resto do Brasil e do mundo. Mas sempre me incomodei com aquela ideia de democracia que a escola me apresentara.

Talvez porque tenha crescido vendo as gentes simples do meu lugar sendo obrigadas, a cada eleição, a votar nos candidatos indicados pelos donos das terras em que plantavam. A imposição me incomodava tanto quanto a aceitação de tal condição. Meu espírito irrequieto e desobediente não conseguia aceitar a naturalização que se tentava dar àquela situação.

Sempre desconfiei dessa democracia limitada, nas palavras de Saramago, “a tirar um governo de que não se gosta e a pôr outro de que talvez venha a gostar” quando, na prática, nem isso acontecia.

Os primeiros quatro anos vivendo numa cidade maior, metropolitana, em contato com outras pessoas e outras percepções de mundo, viriam a confirmar essa minha inquietação. Cedo me descobri engajado nos movimentos sociais locais: primeiro o movimento comunitário e depois o estudantil. Mais tarde a luta pela terra, através do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nesse percurso vou compreendendo que democracia não é a mera ausência de autoritarismo, embora seja próprio de regimes autoritários o cerceamento de liberdades e a ameaça à democracia.

Começo a descobrir, pela militância diária, que democracia não se aprende nos livros e não se ensina em escola ou universidade, a menos que ela seja vivida nesses espaços. Aprendi cedo que democracia se faz no dia a dia, nas relações com os outros e com o mundo. Também não tardou para descobrir que nossas instituições são, por excelência, espaços pouco democráticos e por vezes até antidemocráticos. Herdamos do colonialismo e dos mais de vinte anos de ditadura uma enorme resistência ao diálogo, condição fundamental à democracia, e uma forte cultura de imposição de ideias e visões de mundo.

Vivemos uma eterna disputa de poder que se agiganta nos espaços institucionais, seja a escola, a empresa, a associação, o partido político, a igreja e até a família.

Como então falar em democracia? Como viver e reivindicar a democracia como valor coletivo, se em mim sobrevive a herança autoritária, a intolerância e a negação do outro como necessidades primeiras de afirmação e imposição da minha verdade?

É preciso, portanto, desenvolvermos ou retomarmos em nós valores perdidos ao longo da história da humanidade que, à medida se perdiam ou eram rejeitados, nos afastavam da democracia, no sentido que aqui está sendo colocado. Entre esses valores estão o cuidado [substituído pelo abandono], a cooperação [que deu lugar à competição], a empatia, o reconhecimento do outro e o sentimento de pertença, apenas para citar alguns. Mas, para que a democracia se faça presente, é preciso, sobretudo, assumirmos um compromisso ético com a centralidade da vida.

Ademais, é urgente negarmos, pela afirmação de outro jeito de ser e estar neste planeta, o atual modelo de desenvolvimento, que espolia a mãe Terra, ameaça todas as formas de vida e a continuidade da espécie humana no planeta e segue, a galope, numa lógica perversa e excludente de geração e distribuição da riqueza.

No seu livro “A riqueza de poucos beneficia a todos. Falso!”<sup>16</sup>, o escritor e sociólogo polonês Zygmunt Bauman lembra que “a principal vítima da desigualdade que se aprofunda será a democracia, já que os meios de sobrevivência e de vida digna, cada vez mais escassos, procurados e inacessíveis, se tornam objeto de uma rivalidade brutal e talvez de guerra entre os privilegiados e os necessitados deixados sem ajuda”.

Portanto, já passa da hora de tirarmos a tão proclamada democracia do medíocre lugar em que ela foi colocada na sociedade contemporânea e passarmos a compreendê-la e vivê-la a partir do diálogo estreito com a solidariedade, o respeito à diversidade, a partilha justa e fraterna e tantos outros valores geradores da vida.

Antes de ser uma ideia romântica de democracia, esse deverá ser um referencial pelo qual teremos que lutar. E não nos iludamos: será necessária muita luta, porque essa nova perspectiva de democracia não nos será dada de mão beijada, já que esse é um dos poucos caminhos, na atualidade, capaz de colocar em xeque o sistema econômico sobrejacente e sua base de poder, dominação e exclusão.

---

<sup>16</sup> La ricchezza di pochi avvantaggia tutti. Falso!. Ed. Laterza, 112 páginas.

## CARTA ABERTA AO SENADO BRASILEIRO [OU SOBRE ESCOLHAS, HISTÓRIA E MEMÓRIA]

19NOV2016

*Senhoras e senhores senadores da  
República Federativa do Brasil,*

Sou profissional autônomo, casado, pai de dois filhos e, atualmente, vivo com uma renda média mensal inferior a 10% do subsídio de R\$ 33.763,00 [R\$ 22.654,94 líquidos]<sup>17</sup> recebido, mensalmente, por cada um/a dos senhores/as, na condição de senadores e senadoras da República.

Afora meu rendimento mensal, que equivale a pouco mais de 3 salários mínimos<sup>18</sup>, não disponho de qualquer regalia ou benefício adicional, a exemplo de verba indenizatória<sup>19</sup>,

---

<sup>17</sup> **Fonte:** Portal da Transparência do Senado Federal. Além dos 12 salários por ano e do 13º, cada senador recebe o mesmo valor no início e no final de cada sessão legislativa, ou seja, 14º e 15º salários.

<sup>18</sup> A grande maioria dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros vive com um salário mínimo mensal. Segundo dados do IBGE, a renda per capita média do brasileiro em 2015 chegou a R\$ 1.113, variando entre os R\$ 2.252 do Distrito Federal – o maior valor em todo o país – e os R\$ 509 do Maranhão, o de menor peso.

<sup>19</sup> Recursos para uso em gastos nos estados, com aluguel, gasolina, alimentação. O parlamentar tem que apresentar nota fiscal com os

auxílio moradia<sup>20</sup>, cota postal, cota telefônica, passagens aéreas, combustível, cota de serviços gráficos e recebimento de publicações a que todos os senadores e senadoras têm direito.

Como boa parte dos brasileiros, tenho acompanhado atentamente, à medida que o tempo me permite, os debates ocorridos nos últimos dias na Câmara dos Deputados e no Senado, especialmente em relação à PEC 241, agora 55/2016, sempre com o cuidado de ouvir o maior número possível de opiniões e tirar minhas próprias conclusões.

Da mesma forma que busco me manter informado das discussões e decisões do parlamento brasileiro que afetam ou podem afetar nossas vidas como cidadãos, contrariando fala recente do presidente que o Senado escolheu para governar o Brasil, através de um processo bastante questionável do ponto de vista jurídico e político, li e reli a Proposta de Emenda Constitucional 55/2016. Não foi difícil identificar os seus malefícios

---

gastos e, se não usar toda a verba num determinado mês, acumula para o seguinte. Passado um semestre, ele não tem mais direito de usar o acumulado.

<sup>20</sup> Têm direito os senadores que não moram em apartamentos funcionais. O parlamentar tem que comprovar o gasto, apresentando notas de hotéis ou de imóveis que tenha alugado em Brasília.

para a minha vida e de minha família e para a expressiva maioria do povo brasileiro.

Ao mesmo tempo, tem sido vergonhoso ver o esforço dos defensores da PEC 55 para disfarçar os reais objetivos da proposta que representa um escancarado atentado à Constituição de 1988, especialmente no que se refere a direitos básicos como saúde e educação. Eu poderia aqui fazer uma análise, para além da lógica do “economês” que tem pautado os discursos dos defensores da PEC, trazendo para cena o olhar de quem vai pagar, por longos 20 anos, a conta cara e injusta que será imposta ao povo brasileiro, caso a PEC 55 seja aprovada pelo Senado.

Mas, isso é totalmente desnecessário. Cada uma das senhoras e cada um dos senhores senadores, contrários ou favoráveis ao texto de emenda constitucional encaminhado ao Senado, sabe que o verdadeiro objeto do processo em curso é colocar o Estado brasileiro cada vez mais a serviço do capital especulativo, do mercado e dos interesses de poucos, ainda que isso signifique sacrificar centenas de milhares de brasileiros e brasileiras que, novamente, receberão o ônus da crise de um modelo cada vez mais insustentável. Sejamos honestos, senhoras e senhores: de longe, a preocupação principal do atual governo e daqueles cujos interesses ele representa, inclusive no Senado, é o ajuste das contas públicas.

Mas vamos fingir, só por um instante, que exista uma preocupação real com esse ajuste. Porque então não fazemos o “dever de casa” e pensarmos na redução de gastos com o parlamento, apenas para dar o “bom exemplo”, tão valorizado pela sabedoria de minha avó?

Segundo levantamento da ONG *Transparência Brasil*, cada senador custa mais de R\$ 33 milhões por ano aos cofres públicos, enquanto na Câmara dos deputados esse custo é de 6,6 milhões para cada um dos 513 deputados federais. Os dados estão disponíveis no site do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar [DIAP].

*A conta é simples: gastamos cerca de R\$ 2,7 bilhões/ano com o Senado e quase R\$ 3,4 bilhões com a Câmara dos Deputados. Uma conta muito cara, que se torna aviltante quando tomamos por base a quantidade e, sobretudo, a qualidade da produção legislativa das duas casas, a atuação individual da maioria dos parlamentares na Câmara e no Senado e os interesses, nada populares, que essa atuação da maioria representa.*

Proponho-lhes então uma iniciativa direta: a redução do custo do Senado Federal para 30% do custo atual. Ou seja, que saiamos dos atuais R\$ 2,7 bilhões/ano, para R\$ 810 milhões/ano, o que representa uma economia de quase R\$ 1,9 bilhão/ano. Se aplicarmos essa diferença de valores aos 20 anos da PEC 55, teremos uma economia de R\$ 38 bilhões no período. Agora

imaginemos esse mesmo raciocínio aplicado à Câmara dos Deputados.

Mas, se cortar na própria carne não for suficiente, podemos então transferir o restante da conta para quem efetivamente pode pagar. Começemos com o imposto sobre as grandes fortunas, previsto no artigo 153 da Constituição Federal de 1988. O tema voltou à pauta com o sucesso do livro “O Capital no Século XXI” [2013], do economista francês Thomas Piketty, para quem não discutir impostos sobre riqueza é loucura. Segundo Amir Khair, mestre em Finanças Públicas, “a taxação de patrimônios no Brasil poderia render aproximadamente 100 bilhões de reais por ano se aplicada, em uma simulação hipotética, sobre valores superiores a um milhão de reais”. A avaliação foi feita por Khair em entrevista para a revista Carta Capital, publicada no dia 3 de março de 2015. Particularmente, considero a estimativa de Amir Khair até acanhada. Se quisermos, podemos ir um pouco mais além, colocando na ordem do dia a discussão sobre a cobrança de impostos sobre o capital especulativo, um dos principais parasitas do modelo econômico defendido pelos mesmos defensores da PEC 55.

O fato é que os caminhos são muitos e todos eles se vinculam à uma questão central: a serviço de quem ou de que interesses estará cada uma das senhoras e senhores senadores quando da votação, em plenário, da PEC 55? Porque, sabemos todos,

no final das contas, é disto que se trata. O que está em questão é algo muito maior do que um simples ajuste das contas públicas. Trata-se, em uma frase, de reafirmar, na lógica sobrejacente e de forma pragmática, que o Estado precisa continuar sendo um instrumento a serviço das elites nacionais e suas conexões internacionais.

Contudo, é importante lembrar: a decisão que será tomada por vocês em breve e que afetará a vida de centenas de milhares de pessoas em todo o país, certamente não passará despercebida aos olhos do presente, no Brasil e no mundo, e escreverá seus nomes na história. Caberá a cada um e a cada uma de vocês escolher como querem ser lembrados e lembradas.

Caberá a mim e a tantos outros brasileiros e brasileiras, cuidar para que a história não seja esquecida e para que a memória da decisão que marcará vinte anos ou mais de nossas vidas fique registrada e nos ajude a tomar outras decisões, quem sabe em um futuro bem próximo.

*Crato [CE], 19 de novembro de 2016.*

**Joelmir Pinho**  
[brasileiro]

## REFLEXÕES SOBRE EMPATIA, LUTO E OUTRAS QUESTÕES HUMANAS

13DEZ2016

Alguém disse, certa vez, que a gente morre como a gente vive. Considerando que a afirmação faz algum sentido e, tomando por base as escolhas de vida que temos feito, individual e coletivamente, em vários campos da nossa breve existência nesse planeta, é fácil concluir que morremos muito mal. Nos tornamos, claramente, uma “humanidade” adoecida, profundamente marcado pela exclusão, o abandono, a intolerância, a negação do outro e da própria vida. Como nos alerta o Papa Francisco, em entrevista para a TV2000 [italiana], “não se esqueçam de que a maior doença, hoje, é a **cardioesclerose**, e que é preciso uma revolução da **ternura**”.

A médica geriatra, praticante de cuidados paliativos, Ana Cláudia Quintana Arantes, em seu livro “A morte é um dia que vale a pena viver”<sup>21</sup> nos traz que “Não morremos somente no dia de nossa morte. Morremos a cada dia que vivemos, conscientes ou não de estarmos vivos. Mas morremos mais depressa a cada dia que vivemos privados dessa consciência”. O fato é que, ao acolhemos como verdadeira ou aceitável a ideia de

---

<sup>21</sup> A morte é um dia que vale a pena viver. Ana Cláudia Quintana Arantes. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2016.

que morremos como vivemos, nos colocamos em contato com a urgência de um compromisso ético com a vida. Ou melhor: com a urgência de um compromisso ético com a centralidade da vida.

Por outro lado, é importante compreendermos que a morte, esse destino inevitável e irremediável, não é a oposição à vida. A maior “oposição” à vida é, de fato, a vida não vivida [ou a vida mal vivida]. Da mesma forma, é fundamental percebermos que o processo de morte por causa natural nos coloca em contato com três questões cruciais: **o cuidado, o arrependimento e o perdão**. Essas questões dialogam, à carca baixa, com o conceito de luto antecipatório e nos convidam a refletir sobre nossas escolhas e renúncias, nos presenteando com a possibilidade da retomada de laços, afetos e essencialidades.

Voltando ao diálogo com Ana Cláudia Quintana Arantes, no mesmo livro já citado nesse artigo ela nos lembra que “o processo de luto se inicia com a morte de alguém que tem grande importância na nossa vida”. Contudo, “nem sempre o vínculo importante é feito só de amor, e quanto mais estiver contaminado de sentimentos complexos, como medo, ódio, mágoa ou culpa, mais difícil será enfrentar o processo de luto”, destaca Ana Cláudia.

Em muitos casos, o orgulho tem sido o grande inimigo da entrega ao **cuidado** por parte de pessoas em processo adiantado

de morte, seja pela dificuldade de aceitarem que precisam de cuidados de “terceiros” [e de aceitarem ser cuidadas], seja pela culpa de não terem cuidado adequadamente de suas relações ou de si mesmas. Em “Saber Cuidar: ética do humano”<sup>22</sup>, Leonardo Boff, ao tratar das várias dimensões do cuidado, nos fala da importância do cuidado com nosso corpo na saúde e na doença.

Boff nos lembra que nas ciências contemporâneas fala-se de corporeidade para expressar o ser humano como um todo vivo e orgânico. Segundo ele, “Essa compreensão deixa para trás o dualismo corpo-alma e inaugura uma visão mais globalizante. Entre matéria e espírito está a vida que é a interação da matéria que se complexifica, se interioriza e se auto-organiza. Corpo é sempre animado. ‘Cuidar do corpo de alguém’, dizia um mestre do espírito, ‘é prestar atenção ao sopro que o anima’”.

**Sobre o perdão**, vale dizer que este não repara o erro. A essência do perdão está em liberar o outro e/ou a nós mesmos da culpa. Para Jean-Yves Leloup, “O perdão é não aprisionar o outro nas consequências negativas de seus atos. É não nos aprisionarmos ou aprisionarmos o outro no carma. O perdão é

---

<sup>22</sup> Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela Terra. Leonardo Boff. – 10. Ed. – Petrópolis: Ed. Vozes: 2014.

a própria condição para que nossa vida continue a ser vivível. Se não perdoarmos uns aos outros, a vida vai se tornar impossível de ser vivida”<sup>23</sup>. E ele acrescenta: – O perdão, quando bem compreendido, é um instrumento de cura. Frequentemente ficamos doentes porque não perdoamos e o rancor e a cólera nos corroem o fígado e os rins.

Por fim, o **arrependimento** é o sentimento mais reportado por quem está perto da morte. A conclusão é da médica geriatra VJ Periyakoil, diretora de Cuidados Paliativos da Universidade de Stanford, na Califórnia. Periyakoil é idealizadora de um projeto que inspira os pacientes a um amoroso acerto de contas final: escrever uma carta de reconhecimento, amor, perdão e despedida. Para ela, “Rever a vida é enfrentar emoções intensas. Exige muita coragem, mas tem sido transformador para os doentes e para as famílias no processo de luto antecipatório. Com toda a certeza é a carta mais importante que você vai escrever na vida”, afirma VJ.

Por outro lado, a ideia da morte como última etapa de um ciclo, mesmo quando ancorada na possibilidade de vida após a morte ou qualquer outra compreensão espiritual ou teológica,

---

<sup>23</sup> O Corpo e Seus Símbolos – uma antropologia essencial. Jean-Yves Leloup – 20. Ed. – Petrópolis: Ed. Vozes: 2012.

ainda é um tabu para a maioria de nós ocidentais fora das culturas dos povos e comunidades tradicionais das Américas.

Talvez por isso lidemos ainda tão mal com a morte de pessoas queridas ou próximas. Nesses casos, quase sempre, especialmente durante os processos de luto, tratamos a morte como vilã, como aquela que nos roubou um ente querido. Isso tem relação direta com a ideia de que perdemos alguém com/para a morte, como se as pessoas nos pertencessem.

É claro que há aí uma perda [da convivência física, do cotidiano, do encontro diário], mas é fundamental compreendemos que não há perda no mesmo modo que se perde objetos ou coisas. Pessoas não são coisas, não nos pertencem e, portanto, não podem ser perdidas. Não no sentido comumente dado à palavra. As perdas trazidas com a morte estão relacionadas às possibilidades de convivência, partilhas e afetos. Daí a importância de não adiarmos o abraço, a gratidão, a conversa olho no olho, a verdade dita de forma amorosa. Daí o valor da contemplação das “bonitezas” do mundo e das pessoas, da vida sem pressa, do compromisso ético com a centralidade da vida.

Contudo, encarar a morte por essa perspectiva não elimina a necessidade e a importância do ritual do luto. O que precisamos evitar é que o luto se transforme numa caixa de ressonância de nosso apego ou de egocentrismo, quase sempre inconsciente, fazendo com que nossa dor anule todas as boas

lembranças, todas as memórias sadias que poderíamos guardar da pessoa por quem estamos enlutados. A poeta sergipana Cristina Vilar, nos ensina que “a saudade é um passatempo, que chega sem tempo e nos avessa feito furação”. Esse furação que toma conta de nós após a morte de uma pessoa querida, certamente irá nos acompanhar ainda por algum tempo. O que é perfeitamente compreensível.

Em dezembro de 2010 meu pai, Jacó, faleceu depois de algum tempo convivendo, com muita lucidez e serenidade, com um câncer de próstata. Seis anos depois de sua morte a saudade ainda me visita vez ou outra e eu a acolho de forma amorosa e consciente. Afinal, como não sentir saudade de um homem que, como poucos, soube ser exemplo de paciência, fé, honradez e compreensão, dentre tantas outras virtudes? Como não lembrar com saudade e carinho do jeito pacífico, calmo, sereno e por vezes contemplativo, de meu pai, sentado na calçada de casa ou na pracinha do bairro de periferia, onde morava, como se estivesse a querer entender as loucuras do mundo urbano, cada vez mais distante das coisas do Deus em que ele acreditava e do próprio equilíbrio primordial?

Equilíbrio que, aliás, ele conservava como referência, talvez por nunca ter deixado que a cidade para onde veio, forçado pela necessidade de oferecer melhores condições de vida aos filhos, rompesse o elo que lhe mantinha conectado ao mundo

rural e à Mãe Natureza e, portanto, mais próximo do seu Criador.

O detalhe é que escolhi viver meu luto guardando as melhores lembranças que ele me deixou e, de modo especial, dois importantes legados: a paciência e a contemplação. Para tanto, precisei fazer o exercício diário de sair de mim mesmo, da minha dor, e mirar o horizonte, hora mais distante, hora mais próximo. O escritor português José Saramago dizia que “É necessário sair da ilha para ver a ilha. Não nos vemos, se não saímos de nós”. E isso vale, de modo particular e especial, para processos de luto.

Sair da ilha e de nós mesmos, nesse caso, pode significar ajudar a salvar outras vidas através da doação de órgãos e tecidos, por exemplo. Afinal, como nos alerta uma campanha da Associação Brasileira de Transplante de Órgão – ABTO, **talvez exista um paraíso. Mas só para a sua alma.**

O historiador britânico Eric Hobsbawm é autor da trilogia “A Era das Revoluções [1789 – 1848]”, “A Era do Capital [1848 – 1875]” e “A Era dos Impérios [1875 – 1914]”. Tenho escrito e falado nos últimos dois anos, pelo menos, sobre a urgência da “Era das Devoluções”, através da qual possamos nos comprometer, pela reflexão e ação diárias, com a devolução de tudo que o atual modelo de [des]envolvimento roubou da mãe Terra, de toda a natureza e de nós mesmos.

Para tanto, sobretudo em tempos tão sombrios, é urgente construirmos redes de esperança e solidariedade. Esse caminho de reencontro com nossa essência, pela devolução, inclusive da sacralidade da terra e da vida, seguramente nos permitirá viver melhor e, por conseguinte, também morrer melhor.

Mas, fundamentalmente, poderá nos conduzir à compreensão da morte como parte do mágico e complexo ciclo da vida, e do luto como ritual de reflexão, contemplação e reafirmação da vida, que não se encerra com a morte, mas nela se renova e se refaz. E a vida seguirá sempre, com seus mistérios e encantamentos. E nós seguiremos, até o fim de cada ciclo individual, com muito mais perguntas e dúvidas, mas, eticamente melhores. E assim, certamente, a morte será um dia que valerá ainda mais a pena viver.

## **UM FALSO HERÓI PARA UM FALSO PRO- BLEMA CENTRAL**

22DEZ2016

Não é de hoje que os excessos praticados por Sérgio Fernando Moro no exercício da magistratura são objeto de questionamento. E não me refiro apenas aos questionamentos públicos ou publicizados recentemente, como é o caso das denúncias divulgadas pelo site Justificando no último dia 19, em que “ju-  
ristas denunciam abusos de Moro e criticam sua atuação como  
juiz”.

Ao longo de sua carreira, Moro foi alvo de procedimentos administrativos no Supremo Tribunal Federal e no Conselho Nacional de Justiça por conta de sua conduta, considerada parcial e incompatível com o Código de Ética da Magistratura. Entre as reclamações apresentadas contra Sérgio Moro há o caso famoso em que o mesmo decretou, em 2007, a prisão preventiva de um dos investigados, que não foi encontrado no seu endereço em Curitiba, já que estava no Paraguai, onde também tinha uma casa.

“Moro não sabia. Por isso mandou a PF oficiar a todas as companhias aéreas e a Infraero para ficar informado sobre os voos com origem em Ciudad del Este, no Paraguai, ou Foz do Iguaçu, para Curitiba a fim de que se encontrasse o investigado. Também mandou fazer o mesmo com os voos de Porto Alegre para

Curitiba, já que os advogados do investigado, Andrei Zenkner Schmidt e Cezar Roberto Bittencourt, poderiam estar neles”, escreveu Pedro Canário em artigo publicado no dia 5 de maio de 2015 no site da revista Consultor Jurídico.

*Aliás, excessos e abuso de autoridade e poder são muito próprios das pessoas que elegem a arrogância, a presunção e a defesa da meritocracia como caminhos para a autoafirmação e manutenção do status quo, do cargo ou “posição social” que ocupam. Não é, portanto, uma exclusividade do juiz Sérgio Moro e pode estar mais perto de nós do que imaginamos.*

Contudo, é importante lembrar que criticar os excessos de Sérgio Moro e dos demais agentes públicos encarregados da operação Lava Jato não significa concordar com as práticas de corrupção que marcaram e marcam a história do nosso país, notadamente a história recente, embora o problema seja bem antigo. Muito menos, significa defender aqueles que elegem a corrupção, em suas variadas formas e expressão, como caminho para “crescer na vida”.

Certa vez, vi uma interessante analogia da palavra corrupto, que assim a explicava: cor = coração + rupto = rompido/partido. Portanto, o corrupto tem o coração partido, tornando-se assim insensível à violação do direito e ao sofrimento alheio daí decorrente, não importando se o direito violado e o sofrimento causado são de uma criança que não terá o que comer

na escola ou de uma pessoa que teve de esperar mais alguns minutos para ser atendida, porque alguém resolveu “furar a fila” do caixa do banco ou do supermercado. A propósito, recordo-me de um ensinamento sábio de minha avó, repetido até hoje por minha mãe, segundo o qual, “o cesteiro que faz um cesto faz um cento; assim tenha cipó e tempo”. Portanto, a corrupção, como cultura ou valor, pode começar numa fila de supermercado, por exemplo.

Da mesma forma, ser contra a corrupção, inclusive no contexto da Lava Jato, e defender a punição de todos os envolvidos após a devida apuração dos fatos, não significa aceitarmos os excessos praticados por qualquer autoridade ou agente público, o que inclui a inobservância de preceitos legais e a colocação da vaidade e dos interesses pessoais e/ou corporativos acima da lei e das instituições, mesmo quando elas próprias [as instituições] padecem dos efeitos nefastos da crise ética que nos afeta, de forma ainda mais acentuada, nos tempos atuais. Mais uma vez é preciso ter cuidado com a tendência à dicotomia, à dualidade, como se tudo se resumisse à ideia do “ou isto, ou aquilo”.

Antes de designar a venda ilegal de favores por representantes do poder público, corrupção é deterioração, decomposição física, apodrecimento. “Corrupto” vem do latim *corruptus*,

particípio de “corromper”: é o corrompido, o podre, o que se deixou estragar. [dicionarioetimologico.com.br]

Sim! Toda forma de corrupção precisa ser combatida. Mas, definitivamente, não precisamos de mais um “herói nacional” escolhido pelas elites – e profundamente comprometido com seus interesses – para posar de justiceiro seletivo e implacável.

Como podemos ver, nem a corrupção é nosso único ou maior problema nacional, nem Sérgio Moro é o herói que irá nos salvar da suposta grande crise. A Lava Jato passará. Moro passará. E o que ficará disso tudo? A forma com as coisas estão se dando contribuirão, em alguma medida, para [re]construirmos nesse país a cultura do cuidado, a democracia plena, a cidadania ativa e o respeito à coisa pública? Seremos capazes, por esse caminho, de suplantar o velho jeitinho brasileiro, tão fortemente entranhado em muitos de nós?

Não me arisco a apresentar respostas, nem creio que elas se façam necessárias de pronto. Mas, certamente, não será pela incitação do ódio pautado na negação do outro e na cultura do “ou isto, ou aquilo”, que iremos fazer as mudanças de que tanto precisamos, como nação, como povo e como indivíduos.

## **NÃO! NÃO FOI ACIDENTE**

09JAN2017

O assassinato, com requintes de barbárie, de 56 pessoas no Complexo Prisional Anísio Jobim, em Manaus, não pode, em hipótese alguma, ser classificado e tratado como acidente, ou seja, como acontecimento casual ou inesperado, contingência ou acaso. O que aconteceu em Manaus e, quatro dias depois, em Roraima, onde 33 detentos da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo também foram assassinados, escancara, não pela primeira vez, as mazelas de um sistema prisional perverso, desumano e ineficiente.

Como afirmam os autores do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias [INFOPEN]<sup>24</sup>, de dezembro de 2014, “nosso sistema punitivo, forjado sob o signo das matrizes do patrimonialismo, da escravidão e da exclusão, consagrou um padrão organizacional e estrutural de estabelecimentos penais que são o retrato da violação de direitos das pessoas privadas de liberdade”.

---

<sup>24</sup> Relatório descritivo e analítico produzido através do Termo de Parceria nº 817052/2015, firmado entre o Departamento Penitenciário Nacional, a Secretaria Nacional de Segurança Pública e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

De acordo com dados do referido levantamento, em 2014 o Brasil ocupava o quarto lugar, em dados absolutos, no ranking de países com maior população prisional do mundo. Tínhamos, naquele ano, mais de 622 mil pessoas privadas de liberdade em estabelecimentos penais. Ao mesmo tempo, enquanto na maioria dos países a taxa de encarceramento tem diminuído ao longo dos últimos anos, a do Brasil tem crescido a uma média de 7% ao ano, aproximadamente. Entre as mulheres essa média é ainda maior: 10,7% ao ano.

O mesmo documento aponta que 55,07% da população privada de liberdade no Brasil tem até 29 anos de idade, 61,67% da população presa é negra e apenas 9,5% da nossa população carcerária concluiu o ensino médio. É esse o perfil da população privada de liberdade no Brasil: jovens, negros e com baixo nível de escolaridade. Chama ainda a atenção o fato de que 40,1% da população carcerária brasileira são de presos provisórios, que aguardam atrás das grades, muitas vezes por longos anos, uma decisão judicial definitiva para os seus casos.

Ao mesmo tempo, o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, batizada de CPI do Sistema Carcerário, publicado em 2009, afirma que “a superlotação é talvez a mãe de todos os demais problemas do sistema carcerário”. De acordo com esse relatório, “celas superlotadas ocasionam insalubridade, doenças, motins, rebeliões, mortes,

degradação da pessoa humana”. A CPI encontrou “homens amontoados como lixo humano em celas cheias, se revezando para dormir, ou dormindo em cima do vaso sanitário”, destaca o documento. Nosso *deficit* de vagas é de quase 50% e em algumas unidades chegamos ao absurdo de termos 3 mil presos, quando sua capacidade é para apenas 600.

Contudo, nem mesmo todas essas estatísticas são capazes de revelar a crueza do nosso sistema prisional. É preciso conhecer por dentro, entrar no inferno, ver o que revela, por exemplo, o documentário “O grito das prisões”, produzido a partir do trabalho da CPI do Sistema Carcerário.

Essa realidade é agravada com a omissão do Estado, ao não cumprir com a responsabilidade de manter intactos todos os direitos do preso que não foram restritos ou eliminados pela pena, conforme preconiza o artigo 3º da Lei de Execução Penal [Lei 7.210/84]. Isso inclui, de modo especial, o direito à vida. A propósito, o artigo 5º da Constituição Federal, em seu inciso XLVII, proíbe a aplicação de penas cruéis. Não é isso que se vê nas unidades prisionais do Brasil, todos os dias, onde, além da indignidade das condições físicas dessas unidades e da falta de assistência básica à população carcerária, imperam a corrupção e a prática de tortura, inclusive por agentes do Estado.

Ademais, como escreveu por esses dias, em seu perfil numa rede social na internet, a juíza de direito Fernanda Orsomarzo,

do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e membra da Associação Juízes para a Democracia, “o cárcere esconde dramas e histórias de vida que vão além, muito além daquelas paredes mofadas e malcheirosas, daqueles corpos amarelados e abatidos. [...] existem pais, mães, esposas e filhos que, apesar de não estarem fisicamente presos, encontram-se em intenso sofrimento psíquico”. Portanto, o nosso sistema prisional é perverso não apenas para os homens e mulheres que se encontram privados de liberdade. Seus efeitos maléficos são muito maiores e duradouros do que aparentam.

A grande maioria dos jovens, negros e analfabetos ou de baixa escolaridade que povoam nosso sistema prisional, é fruto de um perverso modelo de Estado e de sociedade que prefere ignorar e varrer para debaixo do tapete – ou melhor, para trás das grades – o resultado de seus piores crimes: a ganância, a indiferença, o preconceito e a inferiorização da vida, só para citar alguns.

O fato é que reproduzimos, na rotina dos presídios e cadeias do Brasil, de forma agigantada, o mesmo adoecimento que tem tomado conta de parcela expressiva de nossa sociedade que, instigada por abutres-vampiros que se beneficiam da barbárie e da carnificina cada vez mais presentes dentro e fora dos presídios, prefere acreditar que “bandido bom, é bandido morto” e em tantas outras ideias asquerosas disseminadas em

discursos de ódio, esquecendo-se que a grande maioria dos jovens, negros e analfabetos ou de baixa escolaridade que povoam nosso sistema prisional são fruto de um perverso modelo de Estado e de sociedade que prefere ignorar e varrer para debaixo do tapete – ou melhor, para trás das grades – o resultado de seus piores crimes: a ganância, a indiferença, o preconceito e a inferiorização da vida, só para citar alguns.

Volto a Fernanda Orsomarzo para lembrar que “diariamente pessoas são entulhadas como lixo, muitas delas sem decreto condenatório definitivo, a fim de que seja saciada a sede de vingança de uma sociedade doente” e para enfatizar que “ser a favor da vida não admite meio-termo”.

## DA ERA DAS REVOLUÇÕES À ERA DAS DEVO- LUÇÕES

29JAN2017

Desde a origem do planeta Terra, há cerca de 4,5 bilhões de anos, as forças geológicas têm determinado nosso processo evolutivo. A presença da espécie humana no planeta tem apenas 200 mil anos, algo muito novo, se considerarmos que o florescimento da vida na nossa casa comum iniciou, de forma lenta e gradual, há cerca de 3 bilhões de anos.

Contudo, nesse curto espaço de tempo, mesmo sendo uma única espécie entre os 10 a 14 milhões de espécies atuais no planeta [segundo estimativas recentes], nossas escolhas e renúncias têm sido responsáveis pelo comprometimento da vida na Terra. Como nos lembra Paulo Artaxo, através de artigo intitulado “Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno?”, publicado na edição nº 103 da Revista USP [2014], a dominação da espécie humana está influenciando algumas componentes críticas do funcionamento básico do sistema terrestre, entre elas, o clima e a composição da atmosfera.

Ao longo dos séculos mais recentes da nossa presença na Terra fomos forjando um modo de vida que busca, por todos os meios, afirmar a superioridade da espécie humana sobre as outras formas de vida no planeta. A ilusão da supremacia humana levou ao rompimento do fio que nos unia à grande teia

da vida, nos afastando do seu curso natural e nos induzindo à dessacralização e coisificação da mãe Terra e toda a sua biodiversidade. A própria vida humana foi transformada em propriedade, mercadoria e objeto de desejo. Escolhemos o abandono e a competição e rejeitamos, violentamente, o cuidado, a solidariedade e outros valores centrados na vida.

Em 2012, a Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas, produzida pela União Internacional pela Conservação da Natureza [IUCN, em inglês], somava mais de 19 mil espécies sob risco de desaparecer. Segundo a IUCN, mesmo com programas de conservação, 41% de anfíbios, 33% de corais formadores de recifes, 25% de mamíferos, 13% de aves e 30% de coníferas podem desaparecer nas próximas décadas. Esse é um dos muitos resultados evidentes das nossas escolhas e renúncias.

O amigo Jairo Façanha, em obra inédita a mim confiada, nos ensina que “a existência distanciada do fluxo natural da vida, longe de nós mesmos, faz a vida parecer um eterno problema à espera de solução, um esforço diário, uma tragédia, um fardo a ser levado”.

O antropocentrismo, essa amarga ilusão de que somos uma espécie superior escolhida por Deus para dominar sobre toda as outras formas de vida na Terra, nos fez saqueadores e usurpadores da vida planetária, ao mesmo tempo que nos liberou de qualquer culpa por escolhas e renúncias que, ao longo dos

anos, têm comprometido seriamente a diversidade genética do planeta e, por conseguinte, a capacidade da vida se adaptar a mudanças abióticas como temperatura, salinidade, radiação e outros fatores.

Consolida-se nesse percurso o que alguns pesquisadores passaram a chamar de Antropoceno. O termo ganhou difusão nos anos 2000, especialmente através do trabalho de Paul Crutzen, prêmio Nobel de Química [1995], que escreveu uma série de publicações discutindo o que seria essa nova era geológica da Terra.

Mas não paramos por aí. Ao nos apartamos da grande teia da vida e ao elegermos o imperativo da razão e a superioridade do masculino como pilstras de sustentação do paradigma predominante na atualidade, nos tornamos sequestradores de nós mesmos. Passamos a adotar a lógica da separação e da redução também entre nós, humanos. Somos classificados segundo a condição econômica, o grupo social, o gênero, a raça ou a etnia e outros atributos convencionados socialmente. E assim seguimos, rejeitando o diferente e acreditando que, pela diferença, nos fazemos melhores ou piores, superiores ou inferiores a outros seres humanos. Nos tempos atuais, o topo da pirâmide deve ser ocupado por quem é branco, rico, homem e heterossexual.

Por outro lado, e como parte da conturbada aventura humana na Terra, toda a nossa história, ao longo dos últimos séculos, tem sido marcada por revoluções, a exemplo da Industrial e da Francesa, além de várias outras de menor vulto histórico.

Contudo, todas estavam ancoradas na mesma perspectiva antropocêntrica e no mesmo ponto de partida: responder a uma crise do modelo econômico sobrejacente ou aos interesses políticos de uma nova classe social emergente. Em todas elas o forte espírito colonizador, expansionista e dominador imperava. Em nenhuma delas a centralidade de seus objetivos estava na vida, mas, em aspectos como modo de produção, economia e poder político.

Mesmo a Revolução Russa de 1917, de inspiração socialista, em que pese o fato de ter conseguido romper com o domínio de três séculos da dinastia Romanov, não foi capaz ou não teve alcance para romper com a perspectiva de desenvolvimento centrado na economia.

Guy Debord, em seu livro *O planeta enfermo* [2004], escreve que a palavra de ordem “revolução ou morte” já não é a expressão lírica da consciência rebelde, mas a última palavra do pensamento científico do nosso século. O que Debord chama de revolução, eu prefiro chamar de devolução.

Somos todxs convidadxs a assumir um compromisso ético com uma perspectiva integradora e biocêntrica de

desenvolvimento e a iniciarmos uma longa jornada de devolução, no que ainda for possível, do que roubamos da mãe Terra, de seus sistemas vivos e de nossa própria humanidade, a começar pela sacralidade da Terra e da vida, o que passa, necessariamente, pelo reencontro com nossa ancestralidade.

Um caminho que muito me agrada é o que vem sendo proposto pela Escola de Políticas Públicas e Cidadania Ativa [EPUCA], de construção coletiva de Comunidades Cuidadoras. A EPUCA é uma organização da sociedade civil, sem fins econômicos, sediada no Cariri cearense. Várias outras iniciativas que dialogam com essa perspectiva já estão espalhadas por várias partes do planeta e muitas delas estão aqui mesmo no Brasil. Elas funcionam como um bálsamo a nos sinalizar que outro mundo é possível.

Além disso, urge que temas como decrescimento e consumo consciente e responsável, só para citar alguns, passem a integrar a agenda de diálogos e fazeres de universidades, organizações da sociedade civil, governos, grupos e comunidades em todo o mundo.

Se insistirmos na lógica que nos move na Era do Antropoceno, a vida na Terra estará cada vez mais ameaçada. E por estarmos apartados da grande teia da vida pela visão antropocêntrica de mundo, somos o elo mais frágil e, portanto, aquele em maior risco.

Trata-se, mais uma vez, de escolhas e renúncias individuais e coletivas. O caminho é longo e os resultados demorarão a chegar. Ademais, se outro mundo é possível, ele é também necessário e urgente. Por isso mesmo, a urgência do começar.

## O LIMITE ENTRE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E VIOLÊNCIA

18FEV2017

Segundo a enciclopédia livre Wikipédia, “Liberdade de expressão é o direito de qualquer indivíduo manifestar, livremente, opiniões, ideias e pensamentos pessoais sem medo de retaliação ou censura por parte do governo ou de outros membros da sociedade. É um conceito fundamental nas democracias modernas nas quais a censura não tem respaldo moral”.

Não raro, tenho visto postagens nas redes sociais e falas em eventos presenciais em que, valendo-se da ideia de liberdade de expressão e de uma visão equivocada de democracia, indivíduos se sentem no direito de promover ofensas verbais a pessoas e/ou grupos sociais, disseminar discursos de ódio e intolerância, expressar preconceitos diversos e até fazer apologia à prática de tortura e a crimes hediondos como o estupro e o homicídio praticado em atividade típica de grupo de extermínio, por exemplo.<sup>25</sup>

---

<sup>25</sup> Embora estejamos tratando nesse artigo apenas da perspectiva humana, vale lembrar que a violência praticada por pessoas ou grupos que se consideram superiores e intocáveis, tem vitimado também animais não humanos, confirmando o antropocentrismo como ponto de partida para uma visão de mundo fortemente marcada

O direito de liberdade de expressão preconizado na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso VI, é fundamental para o processo de redemocratização de um país que se sonha livre e democrático, após mais de duas décadas de cerceamento de liberdades e forte repressão a qualquer pensamento contrário aos “donos do poder”.

Contudo, valer-se dessa prerrogativa constitucional para os fins indicados anteriormente é, no mínimo, demonstração clara de irresponsabilidade, covardia e má fé, e não pode ser confundido com o exercício do direito à liberdade de pensamento e expressão consagrado no texto da carta magna de 1988.

A liberdade de expressão não é um direito absoluto e seu limite está, por exemplo, na ameaça ou violação do direito constitucionalmente consagrado a outrem, o que pode se dar, por exemplo, quando alguém se vale do seu direito à liberdade de expressão para inferiorizar e discriminar pessoas ou grupos por questões étnicas, de gênero, de religião etc. Nesses casos, se faz necessária a devida limitação e punição, caminho ainda pouco utilizado pela maioria de nós, seja por desconhecimento do direito, seja por descrença na capacidade de

---

pela arrogância da nossa espécie e sua apartação da grande teia da vida.

resposta do Estado, em muitos casos ele mesmo, através de seus agentes, o violador do direito.

As manifestações claras de preconceito e as ofensas pessoais largamente disseminadas, sobretudo nas redes sociais na internet, não podem continuar sendo encaradas como marcas de um “estágio avançado” de democracia e de ampla liberdade de expressão.

O fato é que, o discurso de ódio, as manifestações claras de preconceito e as ofensas pessoais largamente disseminadas, sobretudo nas redes sociais na internet, não podem continuar sendo encaradas como marcas de um “estágio avançado” de democracia e de ampla liberdade de expressão. Pelo contrário, na sua maioria elas podem facilmente ser tipificadas como crime e devem assim ser encaradas, a exemplo do crime de racismo, previsto no artigo 5º, XLII, da CF 88 como inafiançável e imprescritível, sujeitando quem o pratica à pena de reclusão.

Assim, sem embarcarmos no discurso de ódio tão desejado pelos intolerantes e sectários de plantão, já passa da hora de começarmos a estabelecer os limites éticos e reais entre liberdade de expressão e violência. Nesse contexto, penso que no caso das redes sociais, os administradores de grupos e comunidades, especialmente quando se tratar de espaços de instituições públicas [estatais e não estatais] devem posicionar-se e assumir as medidas administrativas e legais cabíveis à

coibição de discursos que incitem a violência e disseminem o preconceito, em suas múltiplas formas. Essa não será tarefa difícil, posto que o discurso de ódio tem sido feito de forma escancarada e seus defensores dispensam qualquer dissimulação.

Como afirmou o escritor português José Saramago, “o grande mal que pode acontecer às democracias — e penso que todas elas sofrem em maior ou menor grau dessa doença — é viverem da aparência”. Estamos vivendo, sem qualquer parcimônia, uma das nossas piores aparências: a de que, em nome da liberdade de expressão e sem qualquer compromisso ético com a coletividade e com a democracia, tudo posso. Inclusive revelar-me, publicamente, parvo e fascista.

## PMDB SE ASSUME COMO PATIFE AO CHANTAGEAR POVO BRASILEIRO

04MAR2017

A ofensiva do PMDB, partido de Michel Temer, em defesa de sua principal bandeira atualmente, a **reforma da Previdência**, revela uma das piores faces da política praticada pelo partido do governo e seus aliados. Vale tudo para servir aos interesses das elites econômicas nacionais e do capital internacional. **Até chantagear, de forma repugnante, o povo brasileiro.**

Dentre tantas outras mentiras postadas pelo PMDB em sua página oficial no facebook, está a imagem reproduzida neste artigo, através da qual o tétrico partido de Temer afirma que “se a reforma da Previdência não sair, tchau Bolsa Família, adeus Fies, sem novas estradas, acabam os programas sociais”. A imagem tem uma cidade em ruínas ao fundo e um tom tão sinistro quanto os próprios representantes principais do PMDB e do atual governo, cuja composição agrega ainda indicados do PSDB e do DEM, além de outros partidos sem maior expressão na cena política nacional, de quem os votos foram necessários para a consolidação do golpe jurídico-parlamentar de 2016.

O projeto, que vem sendo defendido na base do vale tudo pelo governo e seus aliados, ignora diferenças regionais e de gênero, por exemplo, ao definir a idade mínima de 65 anos para

aposentadoria do brasileiro no sistema público. Essa idade é colocada como ponto central da proposta, segundo o próprio Henrique Meirelles, ministro da Fazenda do [des]governo Temer.

Contudo, segundo o IBGE, em 19 municípios brasileiros a expectativa de vida é de exatamente 65 anos, enquanto em outros 63 essa expectativa é de 66 anos. O site *The Intercept Brasil*, em matéria assinada por Helena Borges e Vinícius Pereira, propõe uma comparação interessante para facilitar a compreensão do problema. Ele toma por base dois jovens: uma mulher de Santa Catarina e um homem de Alagoas, ambos com 20 anos de idade em 2016. Por estarem entrando agora no mercado de trabalho, ambos já sofreriam os efeitos da reforma da Previdência e, de acordo com estimativas, a jovem catarinense deve viver 14 anos a mais que o jovem alagoano.

De acordo com a publicação do *The Intercept Brasil*, “dados do IBGE apontam que um jovem alagoano que tem 20 anos em 2016 viverá aproximadamente 69 anos. O estado tem o menor Índice de Desenvolvimento Humano [IDH] do país. É uma vida inteira de trabalho para desfrutar de quatro anos de descanso”.

Diante desse breve cenário, duas perguntas precisam ser feitas, antes de quaisquer outras: [i] **a quem interessa a Reforma da Previdência**, sobretudo nos moldes em que ela está sendo

proposta pelo atual [des]governo? [ii] por que o PMDB, o atual [des]governo e seus asseclas estão tão interessados nessa reforma?

Por outro lado, um estudo elaborado por iniciativa da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil [ANFIP] e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [DIEESE], que contou com a colaboração de especialistas em proteção social e em mercado de trabalho, coloca em xeque o discurso do governo e questiona várias premissas apresentadas pelos defensores da reforma, inclusive a de que há déficit na Previdência. A publicação do documento irritou o governo e colocou em polvorosa os defensores do projeto de reforma em curso, dando início a mais uma azáfama do [des]governo Temer, desta vez capitaneada pelo PMDB que começa a temer [leia-se: *preocupar-se com*, para evitar trocadilhos] o golpe do golpe.

O fato é que fica cada vez mais evidente que o grande objetivo da reforma previdenciária apresentada por Temer é empurrar o trabalhador brasileiro para os braços da previdência privada. A reação dos defensores da reforma aos competentes argumentos que vêm sendo apresentados pelos especialistas e organizações que se opõem à iniciativa do governo, tem razão de ser. Aprovar a reforma, tal e qual proposta ou com mudanças negociadas com o parlamento que não afetem os pontos

centrais defendidos pelo governo, significa garantir ganhos ainda mais exorbitantes para os planos de previdência privada que, nos primeiros dez meses de 2016 acumularam aportes de R\$ 86,91 bilhões, apresentando uma evolução de 18,29% frente ao mesmo período de 2015, segundo noticiou o site da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida [FenaPrevi]. A captação líquida apresentou um saldo positivo de R\$ 42,93 bilhões, representando crescimento de 21,20%, em comparação aos R\$ 35,42 bilhões registrados de janeiro a outubro de 2015, de acordo com a mesma fonte.

Não por acaso, Marcelo Abi-Ramia Caetano – o homem por trás da reforma da Previdência, indicado para o cargo pelo próprio Meirelles – somente em 2016 teve cerca de 30 reuniões com representantes de bancos e empresas de fundos privados como JP Morgan, Santander, Itaú e XP Investimentos. As centrais sindicais de trabalhadores não têm tido a mesma “sorte”.

Então, em meio a tanta mentira e desfaçatez, seria bom que o PMDB, ao invés de nos chantagear de maneira sórdida, assumisse claramente seus compromissos com os interesses do capital nacional e internacional e com as elites que o levaram ao poder pelo caminho curto do golpe que tão duramente feriu nossa frágil democracia.

É disso que estamos falando. A bola da vez é a previdência, mas a encomenda inclui a saúde, a educação, a reforma

trabalhista e por aí seguirão. Afinal, está tudo tão fácil! Nosso povo, de tradição pacífica e ordeira, parece não se importar que continuem a surrupiar-lhe direitos e roubar-lhe a dignidade.

Conseguirão Temer e os que o cercam avançar com seu projeto de maldades? Depois de Alexandre de Moraes no Supremo Tribunal Federal, algo que me parecia pouco provável dado o histórico de Moraes e a envergadura do cargo, passei a não duvidar mais de nada. Em tempos não muito distantes brasileiros tiveram a dignidade e a altivez de ocupar as ruas quando nossa democracia estava ameaçada. E agora? Até quando esperaremos?

Parafraseando Martin Luther King, encerro afirmando: o que mais me preocupa não é a ofensiva de um governo ilegítimo, autoritário e elitista e de partidos políticos indignos e desprezíveis como o PMDB que, diga-se de passagem, não está só. O que mais me preocupa, nesse contexto, é o silêncio permissivo dos oprimidos e violentados.

## O BRASIL RESUMIDO À LAVA JATO

15ABR2017

Enquanto as atenções dos brasileiros se voltam para as longas listas de delações premiadas [sic] da Lava Jato, apresentadas com estardalhaços pela mídia, a partir da seleção prévia de nomes, de forma a poupar os aliados de cada meio de comunicação, de acordo a conveniência de cada um, o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional avançam, de forma voraz, na retirada de direitos e conquistas históricas do nosso povo, concretizando, a passos largos, um dos maiores retrocessos da história desse país no campo dos direitos e da cidadania.

Nem o fato de vários nomes do atual [des]governo integrarem essas listas inibe as ofensivas do Palácio e seus aliados. Somente na “lista de Fachin” estão oito ministros de Temer, além de dois ex-ministros. Figuras chaves do atual processo de desmonte dos direitos históricos da classe trabalhadora brasileira, como Eliseu Padilha [Casa Civil], Moreira Franco [Secretaria-Geral da Presidência], e Aloysio Nunes [Relações Exteriores] estão entre os delatados.

Mas, essa não é primeira vez na nossa história em que a tese do “pão e circo” é colocada a serviço dos interesses das elites nacionais para desviar a atenção da população. No auge do regime ditatorial instalado com o golpe civil-militar de 1964, os brasileiros foram “presentados” com a propaganda ufanista da

seleção brasileira durante os jogos da Copa de 1970, no México. A conquista do tricampeonato mundial pela seleção brasileira foi largamente celebrada pela imprensa nacional por vários dias, com o assunto sendo explorado à exaustão.

Os jogos da seleção comandada por Zagalo, após o afastamento do comunista João Saldanha por intervenção direta de Médici, foram os primeiros a ser transmitidos pela TV – ao vivo, por satélite e em cores – embora a maioria dos brasileiros ainda não tivesse acesso a essa tecnologia. Ávido por oferecer diversão ao povo, o governo militar mandou até organizar transmissões em locais públicos. O futebol foi usado como atração para desviar a atenção da violência, do cerceamento de liberdades e da crise em que o Brasil se afundava logo no início do regime autoritário.

Quase 50 anos depois, a bola da vez para desviar o foco da perversa agenda de retrocessos e espoliações aos mais pobres, que vem sendo posta em prática no Brasil dos nossos dias, é a Lava Jato. Além de servir para desviar a atenção de outros sérios problemas nacionais, a operação de “combate à corrupção” ainda tem servido como trampolim para a projeção pessoal de figuras sem qualquer moral para atuar nesse campo, a exemplo do parcial juiz Sérgio Moro e do perseguidor ministro Gilmar Mendes, um dos aliados do atual governo no Supremo Tribunal Federal.

Sobre Moro, recomendo a leitura do artigo “Um falso herói para um falso problema central”, postado no meu blog em dezembro de 2016. Quanto a Mendes, na edição de 8 de outubro de 2008 da revista CartaCapital, foi publicada uma reportagem assinada pelo jornalista Leandro Fortes, intitulada “O empresário Gilmar Mendes”, que revelava a ligação societária entre o então presidente do Supremo Tribunal Federal e o Instituto Brasiliense de Direito Público [IDP]. Segundo a reportagem, o IDP, à época da matéria, havia fechado 2,4 milhões em contratos sem licitação com órgãos federais, tribunais e entidades da magistratura, volume de dinheiro que havia sido sensivelmente turbinado depois da ida de Mendes para o STF, por indicação do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Por essa reportagem, a revista e o jornalista foram condenados a indenizar em R\$ 90 mil o IDP. A decisão foi tomada no dia 1º de dezembro de 2015, em julgamento unânime da 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça [STJ].

As vítimas do aguçado instinto perseguidor de Gilmar Mendes e de seu vasto poder de influência incluem a apresentadora Mônica Izzi, condenada a pagar R\$ 30 mil ao ministro, como forma de indenização por um *post* em sua conta no Instagram, e o jornalista Luís Nassif, contra quem Mendes já iniciou quatro ações.

Enquanto as elites nacionais nos oferecem, através de seus vendidos meios de comunicação e outros agentes, *panem et circenses* travestidos de bandeiras de moralidade levantadas por figuras desprovidas de qualquer espírito republicano e interesse pelo bem comum, os soldados da velha política, com a proteção de parcela expressiva do Judiciário, tomam de assalto nossos direitos, nossas conquistas históricas e nosso patrimônio, para entrega-los, de mão beijada, à ganância insaciável dos representantes do capital nacional e internacional. O fim da Lava Jato pode estar diretamente associado ao fechamento do próprio ciclo de implantação das medidas em curso pelo atual [des]governo.

Pessoalmente, embora considere importante e necessário o combate à toda forma de corrupção, não estou disposto a engrossar as fileiras de discursos moralistas e oportunistas, que têm como único propósito desviar nossa atenção de questões tão ou mais sérias quanto às que vêm sendo apresentadas nas denúncias premiadas da Lava Jato, cujo fim pode estar diretamente associado ao fechamento do próprio ciclo de implantação das medidas em curso pelo atual [des]governo, que já começa a lidar com a possibilidade do “golpe do golpe”, não pela antipatia e impopularidade das medidas por ele adotadas, mas pela própria incompetência para administrar suas crises internas e com seus aliados de ocasião.

## CRÔNICA DE UMA GERAÇÃO QUE SE ACO- VARDOU

11MAI2017

**Estamos no final dezembro de 2036.** Tenho 60 anos de idade, mas ainda preciso trabalhar para prover minhas necessidades e de minha família, já que, pelas regras aprovadas há quase vinte anos pelo Congresso Nacional brasileiro, ainda não tenho direito à aposentadoria.

O dia sequer amanheceu, mas preciso acordar muito cedo para preparar a marmita e seguir para uma jornada de doze horas de trabalho diário. Tem sido assim para mim e para a grande maioria das pessoas do meu país desde que entrou em vigor, em 2017, o regime de terceirização de mão de obra.

Quando comecei a trabalhar, em meados da década de 1990, tínhamos direito a carteira assinada, férias remuneradas, 13º salário, hora extra no caso de jornada de trabalho diária superior a oito horas e vários outros direitos trabalhistas que atualmente desapareceram.

Os dias têm sido muito difíceis para os mais pobres, especialmente porque os investimentos do governo em políticas públicas de saúde, educação e assistência social, por exemplo, estão congelados há cerca de 20 anos. Mais uma decisão do governo e do parlamento do Brasil da época. Um dos piores de

toda a nossa história. Hoje percebemos, tardiamente, o grau de perversidade de suas iniciativas. Os planos de saúde privada tornaram-se um negócio espetacular, assim como o ensino privado. Já a assistência social, essa praticamente desapareceu e aumentou assustadoramente o número de pessoas em condições de extrema pobreza e na invisibilidade social, econômica e política.

Nossa sociedade está dividida entre alguns poucos muito ricos e uma grande leva de desempregados ou trabalhadores submetidos a relações de trabalho precarizadas. Há até quem tenha, no meio rural, que trabalhar em troca de comida e casa. É comum a constatação da existência de trabalho análogo ao trabalho escravo. A classe média praticamente desapareceu e o número de suicídios em decorrência da crise econômica cresceu expressivamente, especialmente entre aqueles que tiveram frustradas suas expectativas de ascensão econômica e social.

Meus netos pararam de estudar ao concluírem o ensino médio, que atualmente está voltado apenas para a formação de mão de obra para o mercado. O ingresso na universidade está restrito aos que podem pagar, ao contrário do que acontecia até algumas décadas passadas, quando o acesso à universidade era gratuito e havia até regime de cotas para garantir o

direito à educação para segmentos sociais historicamente excluídos.

Vários povos e comunidades tradicionais foram dizimados ou violentamente forçados a aceitar as imposições dos invasores de suas terras, grandes grileiros nacionais e até estrangeiros, que agem em conluio com governos e com o judiciário. As leis que protegiam esses povos e comunidades foram revogadas ou simplesmente são desrespeitadas, já que o poder econômico está ainda mais infiltrado no Estado, desde o plano nacional até os governos locais.

Desde que tudo isso começou, há quase vinte anos, tem crescido assustadoramente a intolerância entre as pessoas e as mais variadas formas de preconceito. Elegemos a lei de talião, a mesma que deu origem ao Código de Hamurabi [olho por olho, dente por dente] como norma de conduta de uma sociedade profundamente descrente nas instituições e centrada na propriedade, na posse de bens materiais e na cultura do consumo sem limites, ainda que em detrimento da vida.

Hoje percebo como a omissão da minha geração frente aos abusos de um governo ilegítimo e submisso aos interesses vorazes do capital contribuiu para o caos que se instalou em nosso país. Nossa incapacidade de oposição a um projeto de desmonte de direitos e conquistas sociais históricas deu fôlego

para que toda forma de violência e negação da vida crescesse e se espalhasse entre nós.

O escritor brasileiro Eduardo Alves da Costa, em seu poema “No caminho com Maiakovski” nos alertava: “[...] Na primeira noite eles se aproximam e roubam uma flor do nosso jardim. E não dizemos nada. Na segunda noite, já não se escondem; pisam as flores, matam nosso cão, e não dizemos nada. Até que um dia, o mais frágil deles entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a luz, e, conhecendo nosso medo, arranca-nos a voz da garganta. E já não podemos dizer nada. [...]”.

É mesmo uma pena que não tenhamos escutado a voz do poeta. Talvez porque naqueles idos de 2017 estivéssemos mais preocupados com superficialidades ou com o próprio umbigo, do que com presente e o futuro do nosso país.

**Deixamos para nossos filhos e netos o preço de uma geração que se acovardou.** Agora me resta a única esperança de que esse tenha sido só um terrível pesadelo.

## A VAQUEJADA E O ANTROPOCENTRISMO

### NOSSO DE CADA DIA

19JUN2017

Já escrevi aqui sobre o antropocentrismo como uma das pilas-tras de sustentação do nosso adoecido modo de vida. Essa insana ideia de que a espécie humana é o centro de tudo, a serviço de quem todas as outras formas de vida devem estar, apartou-nos da grande teia da vida, tornando-nos o elo partido e dando origem à chamada “ecologia rasa”, expressão cunhada pelo filósofo norueguês Arne Naess, no início da década de 1970, em contraponto à “ecologia profunda”.

Nas palavras de CAPRA<sup>26</sup>, a ecologia rasa “vê os seres humanos como situados acima ou fora da natureza, como a fonte de todos os valores, e atribui apenas um valor instrumental, ou de ‘uso’, à natureza”. Por outro lado, a ecologia profunda não separa seres humanos — ou qualquer outra coisa — do meio ambiente natural. Ela vê o mundo “como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes”, reconhecendo o valor intrínseco de todos os

---

<sup>26</sup> CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**: uma nova concepção científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.

seres vivos e concebendo os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida, ressalta CAPRA.

Ao promulgar a PEC 304/2017, mais conhecida como “PEC da Vaquejada” [agora Emenda Constitucional 96], o Congresso Nacional torna constitucional práticas que provocam o sofrimento dos animais usados nas festas do gênero e reafirma a lógica subjacente que coloca a diversão humana acima da vida de outros seres. Para Fernanda Orsomarzo, Juíza de Direito no Paraná, “Diversão que explora o sofrimento de seres que não têm condições de defesa não é diversão. É sadismo. Esporte em que um dos envolvidos não optou por competir não é esporte. É covardia”.

A promulgação da “PEC da Vaquejada” aconteceu em sessão solene do Congresso Nacional realizada no dia 6 de junho, sob a presidência do senador Eunício Oliveira [PMDB/CE], que em seu discurso assumiu a defesa da PEC, de autoria do senador Otto Alencar [PSD/BA], valendo-se, em diversos momentos, do argumento da importância econômica da vaquejada, tentando amenizar o fato de que seus ganhos decorrem dos maus tratos e do sofrimento de outros seres vivos.

O texto da nova Emenda Constitucional afirma que “não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais”, desde que sob a chancela de manifestação cultural. Além disso, a EC 96 atribui à vaquejada o *status* de “bem de

natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro”. Ou seja: o sofrimento de animais com o fim de servir à diversão humana e ao lucro dos que se beneficiam com esse rentável negócio, passa a ser reconhecido, constitucionalmente, como parte da nossa cultura. Uma cultura de afirmação do antropocentrismo como uma das pilstras de sustentação de um modo de vida empobrecido e adoecido pela negação da vida, humana e não humana.

Além disso, como nordestino e filho de vaqueiro, considero um desrespeito atribuir aos praticantes da vaquejada [esporte] a denominação de vaqueiro. Cresci vendo meu pai dedicar sua atividade de vaqueiro ao cuidado dos animais não humanos, valendo-se da “pega” apenas quando havia necessidade de recuperar uma rês desgarrada ou para curar uma “bicheira” [ferida] através da aplicação de algum remédio, quase sempre natural. Nunca por diversão ou capricho.

Portanto, é fato que o praticante do esporte “vaquejada”, equivocadamente chamado de vaqueiro, distanciou-se significativamente da figura sábia e mítica do vaqueiro nordestino, não apenas pelo espaço de atuação e pelas atividades cotidianas, mas também – e sobretudo – pela relação de respeito à vida e o cuidado com os animais, tão fortemente presentes entre os vaqueiros e tão escassa entre os praticantes do esporte reconhecido pela Emenda Constitucional 96.

Mais uma vez a arrogância antropocêntrica nos afasta da percepção ecológica entendida, nas palavras de CAPRA, “como o modo de consciência no qual o indivíduo tem uma sensação de pertinência, de conexão, com o cosmos como um todo”. Mais uma vez o Congresso Nacional brasileiro, pelo voto da maioria de seus integrantes, se coloca, de forma míope e oportunista, a serviço da negação da vida.

## **O ACESSO À INFORMAÇÃO COMO DIREITO**

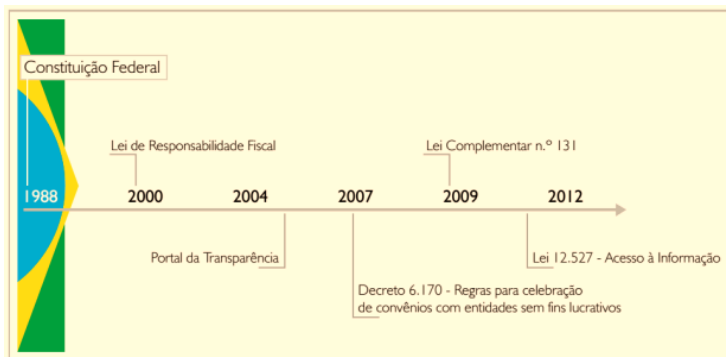
31JUL2017

O acesso à informação como direito do cidadão e dever dos governos deve orientar a existência de qualquer Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, o acesso à informação pública deve ser a regra e o sigilo a exceção.

Além de se tratar de direito individual de qualquer cidadão, o acesso à informação é um direito difuso, o que significa dizer que tem uma dimensão coletiva, uma vez que o acesso amplo a informações públicas resulta em benefícios para a comunidade de modo geral. Nessa direção, diversos instrumentos internacionais de direitos humanos reconhecem e consagram o acesso à informação como direito fundamental. Ele está presente, por exemplo, no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no artigo 19 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, no artigo 13 da Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos, no artigo 9 da Carta Africana sobre os Direitos Humanos e dos Povos e no artigo 10 da Convenção Europeia sobre Direitos Humanos.

Embora a garantia da transparência e do acesso à informação não seja um tema novo no Brasil, estando presente na própria Constituição de 1988 e em outros diplomas legais, o advento da Lei de Acesso à Informação [Lei 12.527/2011], em vigor desde 16 de maio de 2012, consolidou, ao menos no âmbito

normativo, a aludida garantia, uma vez que veio regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas no país. A figura a seguir apresenta o histórico recente de normativos que ampliam o direito de acesso à informação no Brasil.



**Fonte:** Manual da Lei de Acesso à Informação para Estados e Municípios [CGU, 2013]

Nessa breve linha do tempo é possível identificarmos importantes passos na direção da ampliação do direito de acesso à informação e da transparência pública, a começar pelo que dispõe o inciso XXXIII do artigo 5º do texto constitucional de 1988, segundo o qual:

*Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. [BRASIL, 1988, Art. 5º]*

Embora não trate especificamente do tema, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF [Lei Complementar 101/2000], em vigor desde 5 de maio de 2000, regulamenta o artigo 163 da Constituição Federal e estabelece as normas que orientam as finanças públicas no país, sujeitando às suas regras os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além dos Tribunais de Contas, o Ministério Público e os órgãos da administração direta, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais de todas as esferas [União, Estados, Distrito Federal e Municípios].

Na direção da transparência das contas públicas, o LRF instituiu os instrumentos de transparência da gestão fiscal, previstos no seu artigo 48, determinando que fosse dada ampla divulgação à sociedade das informações ali referidas.

Com a Lei Complementar 131/09 foram acrescentados novos dispositivos à Lei de Responsabilidade Fiscal, que trouxe como inovação a determinação da disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, através dos “portais da transparência” que passaram a ser obrigatórios para todos os entes da federação.

Como visto na figura acima, em 2007 o Decreto 6.170, com as alterações trazidas pelo Decreto 6.428/2008, estabeleceu as regras para “convênios, contratos de repasse e termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da

administração pública federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos” [BRASIL. 2007, Decreto Nº 6.170, Art. 1º] para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco que envolvam a transferência de recursos oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União.

Nesse cenário, como dito anteriormente, a Lei 12.527/2011 veio consolidar esse arcabouço jurídico-normativo que versa sobre o acesso à informação pública como direito do cidadão. No caso específico da saúde, o Ministério da Saúde considera que:

O acesso a documentos, arquivos, dados estatísticos e epidemiológicos, informações sobre saúde e orientação de doenças, ações e políticas é peça fundamental para a melhoria da gestão e para o fortalecimento do controle social e da gestão participativa no SUS. Além disso, auxilia as tomadas de decisão por parte dos gestores. [BRASIL. CGU, 2011, p. 5]

Dialogando à cerca baixa com o que preconiza a Lei de Acesso à Informação o Ministério da Saúde coloca à disposição do cidadão, de forma on-line, um conjunto de informações sobre a aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde [SUS]. Essas informações estão agrupadas no portal **Saúde com Mais Transparência**, lançado em 30 de novembro de 2011.

Um importante dispositivo previsto no texto da Lei de Acesso à Informação refere-se ao que se convencionou chamar de princípio da “transparência ativa”, que trata da iniciativa do órgão público de dar divulgação a informações de interesse geral ou coletivo, ainda que estas não tenham sido expressamente solicitadas. Assim dispõe, em seu artigo 8º, o diploma legal em tela:

*Art. 8º – É dever dos órgãos e entidades públicas promover, **independentemente de requerimentos**, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. [BRASIL. CGU, 2015, p. 18, grifo nosso].*

Como vimos até aqui, o acesso à informação pelos cidadãos e suas organizações, longe de ser uma concessão generosa ou uma dádiva do gestor público, é um direito assegurado por um amplo arcabouço legal e preconizado em vários tratados internacionais que reconhecem o papel preponderante dos processos de democratização do acesso à informação para a consolidação do Estado Democrático de Direito e para a fortalecimento das democracias locais e nacionais.

Nos próximos artigos trataremos do acesso à informação como ponte para o direito, do acesso à informação como instrumento de controle social e do acesso à informação como elemento de poder político.

**N.A.:** A postagem inaugurou uma série de quatro artigos sobre Políticas Públicas e Acesso à Informação, publicados no blog entre 31 de julho e 7 de outubro de 2017, a partir da adaptação de trechos do meu TCC de Administração Pública pela UFCA.

## **O ACESSO À INFORMAÇÃO COMO PONTE PARA O DIREITO**

10AGO2017

O dia a dia tem nos ensinado que quanto mais informações tivermos sobre determinado assunto, mais condições teremos de opinar sobre ele, fazer escolhas e tomar decisões. Isso vale para a escolha de um produto no supermercado, para definir um roteiro de férias, para optar entre comprar um imóvel ou investir em ações na bolsa de valores, dentre muitas outras possibilidades. Seguindo esse mesmo raciocínio, os autores da publicação 'Acesso à informação e controle social das políticas públicas'<sup>27</sup> nos lembram que “além de permitir a realização de escolhas mais qualificadas, o acesso à informação é central, ainda na perspectiva individual, para a consecução de um conjunto de direitos. Em outras palavras, o acesso à informação é um direito que antecede outros”.

Iniciativas como o portal da transparência do governo federal, surgido em 2004, têm ampliado significativamente as possibilidades de acesso do cidadão comum a informações sobre aplicação de recursos públicos, incluindo as transferências

---

<sup>27</sup> **Acesso à informação e controle social das políticas públicas**; coordenado por Guilherme Canela e Solano Nascimento. Brasília, DF : ANDI ; Artigo 19, 2009. 132 p

constitucionais e voluntárias da União para entes públicos [Estados e Municípios] e para entes privados, como organizações da sociedade civil, por exemplo.

Contudo, a “cultura do segredo” durante muito tempo pautou e ainda pauta a gestão pública em várias partes do Brasil, especialmente na esfera local, ancorada na crença de que a circulação de informações representa riscos, o que favorece a criação de obstáculos. Por outro lado, quando o que orienta a prática dos agentes públicos é o espírito republicano e a compreensão de que a informação pública pertence à comunidade, ganha expressão a “cultura de acesso”, com o fluxo de informações favorecendo a tomada de decisões, a boa gestão de políticas públicas e a inclusão do cidadão.

Através de uma carta dirigida aos participantes da 15ª Conferência Nacional de Saúde, realizada entre os dias 1º e 4 de dezembro de 2015, em Brasília [DF], os participantes do I Diálogo PenseSUS – Democracia, comunicação, informação e direito à saúde: Mobilização para a 15ª Conferência Nacional de Saúde, defendem que “a comunicação e informação sejam reconhecidas como direitos humanos, por serem estruturantes para os processos sociais e para a defesa e garantia dos outros direitos, como o direito à saúde”. O I Diálogo PenseSUS foi realizado pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz

[Icict/Fiocruz], nos dias 29 e 30 de setembro de 2015, e teve entre seus participantes profissionais, acadêmicos/as, instituições do campo da saúde e movimentos sociais. A carta lembra que:

*Conforme o conceito ampliado de saúde, formulado na 8ª Conferência Nacional de Saúde [1986], comunicação e informação se relacionam com a saúde no campo dos direitos humanos. Estão associadas à redistribuição de recursos de poder e, portanto, à democratização do Estado. Neste sentido, é necessário reconhecer a informação e comunicação como direitos fundamentais ao pleno exercício da cidadania e autonomização das instituições e grupos sociais. [FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2015, p. 3].*

Uma questão primordial para que o acesso à informação se converta em ponte para o direito refere-se à sua acessibilidade, aqui compreendida sob dois aspectos: o direito de facilidade de encontrar informações públicas e o direito das pessoas com deficiência de acessarem a informação.

Ademais, é muito importante assegurar que as informações disponibilizadas aos cidadãos através dos portais da transparência sejam apresentadas em linguagem clara, de fácil compreensão por pessoas que não dominam as terminologias e códigos específicos das áreas técnicas. Um bom exemplo vem sendo dado pelo Portal da Transparência do Governo Federal

que apresenta as informações sobre recursos transferidos aos outros entes da federação e para organizações da sociedade civil trazendo sempre uma coluna denominada “Ação Governamental”, que apresenta o nome técnico/oficial de cada programa, e logo em seguida uma coluna denominada “Linguagem Cidadã”, que apresenta o nome pelo qual é conhecido popularmente o mesmo programa.

Mas, se é tão amplamente reconhecido que o acesso à informação pode constituir-se ponte larga para o acesso ao direito, porque então esse acesso é tantas vezes negado, obstruído ou dificultado, especialmente nas relações entre o Estado e os cidadãos? É possível assegurar o almejado controle das autoridades públicas e de suas decisões sem que se garanta, de forma concreta, o direito de acesso às informações públicas? Essas perguntas guiarão nossas próximas reflexões, a partir da busca da simetria ou do encontro possível entre as reflexões teóricas acerca das mesmas e o que nos apresenta o mundo real, especialmente no campo das políticas públicas de saúde.

## O ACESSO À INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL

10SET2017

O debate sobre o controle social das políticas públicas e o acesso à informação vem ganhando força no Brasil ao longo das três últimas décadas, pelo menos, embora sua origem seja bem anterior. Mas, afinal, como podemos definir controle social? O significado de controle social é o mesmo em todo mundo?

Definitivamente, não! Nos países africanos, por exemplo, o termo é entendido como um controle do Estado sobre a sociedade e fortemente rejeitado pelos atores sociais locais. No Brasil o conceito de controle social parte da legitimação do controle da sociedade civil sobre as ações do Estado. Contudo, conforme lembra Moroni<sup>28</sup>, “quando falamos em controle social, não nos referimos simplesmente à consulta do Estado pela sociedade civil. E não se trata somente da questão de acesso à informação”. Para ele:

*O controle social diz respeito ao direito que o cidadão tem de participar dos destinos da nação. Esse direito humano à*

---

<sup>28</sup> MORONI, José Antonio. Os cinco eixos do controle social. In: ACESSO à informação e controle social das políticas públicas. Brasília: ANDI; Artigo 19, 2009. p. 40-43.

*participação se insere em uma concepção política, que não é apenas a da democracia representativa, mas que envolve o fato de que a sociedade deve participar da vida pública para além do já consolidado direito à representação. [MORONI, 2009, p.40].*

Na estrutura do Sistema Único de Saúde a participação e o controle social estão previstos, prioritariamente, através de duas instâncias: a Conferência de Saúde e o Conselho de Saúde, obrigatórios para as três esferas de governo: federal, estadual ou distrital [no caso do Distrito Federal] e municipal.

Realizada a cada 4 anos com a representação dos vários segmentos sociais, a Conferência tem como principal objetivo “avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes”, de acordo com a Lei 8.142/90, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.

A primeira Conferência Nacional de Saúde no Brasil foi realizada em 1941. De lá para cá já foram realizadas quinze edições do evento, sendo o mais recente em 2015, tendo como tema “Saúde pública de qualidade para cuidar bem das pessoas: direito do povo brasileiro”.

Quanto aos Conselhos, cabe iniciarmos com um importante esclarecimento. Embora seja comum, inclusive em algumas literaturas sobre o assunto, o uso da expressão “conselho gestor” em referência aos conselhos de políticas públicas setoriais, inclusive os de saúde, conforme destaca o próprio Ministério da Saúde estes “não são órgãos responsáveis pela gestão ou execução de serviços e, por isso, não têm responsabilidade direta sobre a prestação dos serviços de saúde”<sup>29</sup>. A Lei 8.142/90 preconiza que:

*O Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo. [BRASIL, 1990, Lei N° 8142, Art. 1°, § I]*

O caráter permanente do Conselho de Saúde assegura sua existência em qualquer circunstância, independente de decisão de governo, embora o compromisso dos gestores com a existência e manutenção dele seja fundamental para seu

---

<sup>29</sup> Para entender o controle social na saúde. Brasília: Ministério da Saúde; Conselho Nacional de Saúde, 2014.

pleno funcionamento. Ao ser definido como instância colegiada, o Conselho de Saúde passa a ter suas decisões tomadas, obrigatoriamente, de forma coletiva, ouvidos todos os segmentos nele representados, enquanto o caráter deliberativo evidencia que suas decisões obrigam os gestores da respectiva instância ao acatamento e cumprimento das mesmas, desde que estas sejam tomadas dentro dos limites constitucionais e da legislação específica da saúde ou correlata. Criados por lei, os Conselhos Municipais de Saúde devem ter a seguinte composição: 50% de usuários do SUS, 25% de representantes do governo e prestadores de serviços de saúde credenciados ao SUS e 25% de profissionais de saúde.



Discussões sobre questões como legitimidade e abrangência das representações de usuários nos conselhos municipais de saúde são recorrentes e revelam um desafio a ser superado em vários municípios. Outro aspecto diz respeito ao investimento na capacitação dos conselheiros municipais de saúde para o efetivo exercício de suas funções. Sabe-se que a carência de formação/capacitação é um dos principais problemas enfrentados por conselheiros municipais de políticas públicas setoriais de diversas áreas, envolvendo representantes dos

diversos segmentos. As competências dos Conselhos de Saúde, elencadas na Resolução nº 333, de 2003, do Conselho Nacional de Saúde [CNS] são muitas e algumas delas exigem conhecimentos específicos que demandam processos permanentes e continuados de capacitação.

Essas atribuições foram ampliadas pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que define atribuições específicas aos Conselhos de Saúde referentes ao papel exercido pelo conselheiro no processo de fiscalização, avaliação e controle das despesas com ações e serviços públicos de saúde na União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Se as condições efetivas para o exercício de participação nos processos de planejamento, avaliação e controle social das políticas públicas de saúde já se apresentam frágeis para os conselheiros municipais da área, entre a população de forma geral elas são ainda mais precárias, uma vez que lhe faltam noções mínimas e elementares de direito à saúde, evidenciando uma relação diretamente proporcional entre acesso à informação e a efetivação do direito à saúde.

## **DEFESA DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL É ATESTADO DE CEGUEIRA COLETIVA**

29SET2017

Vivemos tempos difíceis, no Brasil e em todo o mundo. Tempos de intolerância, de abandono, de negação da vida e de medo. Tempos de desamor. São reflexos de um processo de adoecimento paulatino a que estamos submetidos há séculos e com o qual tendemos, tristemente, a nos acostumar.

Como decorrência desse adoecimento temos experimentado o crescimento de várias formas de violência, que se fortalecem com a ocupação de espaços de poder institucional por grupos ou pessoas de forte perfil autoritário e crenças fundamentalistas, que desconhecem ou rejeitam o diálogo e o respeito à diversidade, inclusive de pensamento e ideias, como caminhos primordiais para modos de vida mais saudáveis.

No Brasil, esses grupos, já presentes no parlamento e em outros espaços de poder institucional, se fortaleceram após o golpe político-jurídico de 2016 e suas ofensivas galopam no dorso largo do medo, a tentar nos impor apatia, indiferença e egoísmo. E temo, sinceramente, que estejamos a permitir que alcancem seus piores intentos.

Retrocedemos ao tempo da censura e o uso do braço armado do Estado para defender interesses do velho latifúndio volta a

se apresentar de forma escancarada, sem qualquer desfaçatez. Nos últimos meses temos assistido, paralisados ou indiferentes, o crescimento da violência no campo e a censura às artes, a exemplo do fechamento da exposição “Queermuseu – Cartografias da diferença da arte brasileira”, em Porto Alegre [RS], da apreensão de um quadro do Museu de Arte Contemporânea de Campo Grande [MS] e da proibição de uma peça de teatro por um juiz em Jundiá [SP], afora outras tantas censuras diárias não noticiadas. São representações emblemáticas de um Estado autoritário e a serviço dos gostos, do falso moralismo e do poder político [mais que econômico] de alguns poucos.

Mas, a cultura do desamor não se dá por satisfeita. Em seus palácios, tribunais, parlatórios e escritórios e até em algumas cátedras e catedrais, seus defensores estão a maquirar novas investidas que lhes garantam mais privilégios e maior acúmulo de riqueza e poder/influência, mesmo que para isso tenham que surrupiar direitos históricos das maiorias e fazer uma faxina geral que lhes tire do caminho toda sorte de indesejados, desde os “esfarrapados” da Cracolândia até os povos e comunidades tradicionais que, corajosamente, lutam pra se manter conectados à mãe-terra e nela viver em harmonia com todas as formas de vida.

Aliás, em tempos de adoecimento, inclusive e sobretudo espiritual, esses representam mais ameaça aos “donos do poder” do que os eventuais e desarticulados reclames de alguns poucos que fazem parte das centenas de milhares já conquistados pelas ilusões da sociedade do consumo e pela lógica competitiva do ter a qualquer preço, pago muitas vezes de forma inconsciente e sem qualquer questionamento, com a negação do outro e a degradação da nossa casa comum.

Ademais, grande parte da ofensiva das elites brasileiras atualmente se dá, nas palavras de José Gregori<sup>30</sup>, por mero capricho ideológico. É o caso, segundo Gregori, da proposta de redução da maioria penal que volta à pauta no Congresso Nacional. Ninguém com o mínimo de bom senso pode acreditar no discurso oportunista e totalmente desprovido de qualquer argumento plausível, que advoga a tese do encarceramento de adolescentes de 16 anos como solução para os problemas de violência que nos rodeiam.

Além de equivocadas, as “soluções” apresentadas pela cegueira do velho paradigma para a questão colocam o Brasil na contramão da contemporaneidade. De acordo com o *Global*

---

<sup>30</sup> José Gregori, ex-ministro da Justiça do governo Fernando Henrique Cardoso e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo.

Peace Index 2017<sup>31</sup>, divulgado recentemente, dos sete países menos violentos do mundo na atualidade<sup>32</sup>, seis tem maioria penal ou criminal mínima de 18 anos. Apenas Portugal, que ocupa o terceiro lugar no *ranking*, admite, em alguns casos, a idade mínima de 16 anos. Contudo, em 2012 a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Centros Educativos publicou um relatório em que considera “um imperativo civilizacional” Portugal fazer coincidir a maioria penal, 16 anos, com a maioria civil, 18 anos. Segundo o mesmo documento, o mapa de centros educativos do país teria de se alterar para receber os jovens que não engrossariam as cadeias e

---

<sup>31</sup> O Global Peace Index é um indicador que mede o nível de paz e a ausência de violência de um país ou região. Desde 2007, o Institute for Economics & Peace o produz e publica, com vários especialistas de institutos de paz e grupos de reflexão e do Centre for Peace and Conflict Studies da Universidade de Sydney, com dados processados pela Unidade de Inteligência do semanário britânico The Economist. O estudo inclui variáveis internas, como violência e criminalidade, e externas, como gastos militares e guerras em que o país participa. Os indicadores de paz interna representam 60% do valor do Índice de Paz Global e os de paz externa 40%.

<sup>32</sup> Pela ordem: Islândia, Nova Zelândia, Portugal, Áustria, Dinamarca, República Checa e Eslovênia.

que teriam “possibilidades acrescidas de não voltar a delinquir”.

A partir dos resultados apresentados pelo *Global Peace Index* podemos concluir, dentre outras coisas, que a paz de um país, tomando por base os indicadores internos, se correlaciona com seus níveis de renda e educação. Além disso, os países mais pacíficos têm altos níveis de transparência e baixos níveis de corrupção, campos em que o Brasil não tem andado muito bem das pernas. Contudo, é importante registrar que o *Global Peace Index* sofre de alguns problemas, como o fato de não incluir indicadores sobre violência contra mulheres e crianças, por exemplo.

Nesse cenário de guerra ideológica patrocinado pelos setores mais conservadores do Estado e da sociedade brasileira, pautada no vale tudo, a mentira se alastra e ganha adeptos desinformados e com senso crítico pouco apurado. Uma das mentiras alardeadas pelos defensores da redução da maioria penal é de que o Estatuto da Criança e do Adolescente [ECA] protege ou promove a impunidade de menores que cometam atos infracionais. O próprio autor da PEC 33/2012, senador Aloysio Nunes Ferreira [PSDB/SP], atual Ministro das Relações Exteriores do [des]governo Temer, argui no texto de justificativa da proposta que “sob a proteção deste mesmo estatuto [o ECA], menores infratores, muitas das vezes patrocinados por

maiores criminosos, praticam reiterada e acintosamente delitos que vão desde pequenos furtos, até crimes como tráfico de drogas e mesmo homicídios, confiantes na impunidade que a Constituição e o ECA lhes conferem”.

O argumento é tosco e eivado de má fé, posto que a partir dos 12 anos, qualquer adolescente é responsabilizado pelo ato cometido contra a lei. Como nos lembra documento do **Movimento Contra a Redução da Maioridade Penal**, “essa responsabilização, executada por meio de medidas socioeducativas previstas no ECA, têm o objetivo de ajudá-lo a recomeçar e a prepará-lo para uma vida adulta de acordo com o socialmente estabelecido”. É parte do seu processo de aprendizagem que ele não volte a repetir o ato infracional, afirma o documento.

Assim, a defesa da redução da maioridade penal revela, tão somente, nosso adoecimento coletivo, nosso empobrecimento espiritual e nossa incompetência para resolver os graves problemas decorrentes de um modo de vida profundamente injusto e irresponsável, para poupar adjetivos.

As causas da violência, sabemos, são tantas e de matizes tão diversas, que para superá-las precisaremos de um esforço coletivo infinitamente maior, cuja base esteja na compreensão da urgência do cuidado como valor essencial. Só conseguiremos resolver nossa crise contemporânea pelo amor, o que pressupõe a superação de nossos medos individuais e

coletivos. Especialmente o medo de acreditarmos em nossa própria capacidade de amar e de transmutar.

## O ACESSO À INFORMAÇÃO COMO ELEMENTO DE PODER POLÍTICO

07OUT2017

Um antigo provérbio português nos sugere que “quem não sabe, é como quem não vê”. De alguma forma, a máxima portuguesa se aplica bem à nossa análise nesse ponto. Como poderá uma comunidade rural, por exemplo, posicionar-se politicamente na busca de seus direitos na área da saúde sem que, sequer, seus integrantes tenham acesso às informações básicas sobre quais os direitos dos usuários do SUS? **É preciso saber** [aqui no sentido de ter a informação] **para ver** a existência do direito e os caminhos a serem percorridos para acessá-lo.

*Contudo, em “A Era do Poder Compartilhado”, o cientista de dados Ricardo Cappra [2013], afirma que quem tem poder não é quem tem informação, e sim quem sabe o que fazer com ela. Ou seja: não se trata apenas de ter acesso à informação, mas de compreender como ela poderá ser usada a favor do bem comum, no caso da comunidade rural tomada como exemplo.*

Nesse mesmo caso, para que a informação não se torne privilégio de poucos e, portanto, ferramenta de poder político destes mesmos poucos, com fortes riscos de desencadeamento ou fortalecimento de relações de dominação internas, se faz imprescindível que ela seja compartilhada com toda a comunidade. Será essa informação democratizada, ampliada e

refletida com todos e por todos, que possibilitará a ampliação do poder político da comunidade.

Se por um lado, a democratização do acesso à informação pode fortalecer ou ampliar o poder político de comunidades, organizações e segmentos vulnerabilizados de uma dada população, a sua detenção por um ou alguns poucos atores também pode resultar na velha forma de poder que se sustenta na negação do direito, na transformação deste em moeda de troca e fator de dominação política, econômica, social cultural e cognitiva, dentre outros.

Esse tem sido o caminho adotado por muitos agentes públicos, detentores ou não de mandatos eletivos. No dia 21 de março de 2016 o sitio do jornal “A Crítica” [AM] na internet veiculou matéria com a seguinte manchete: “Deputado troca votos por consultas médicas em seu gabinete na ALE-AM”. Segundo a reportagem, o deputado estadual Dr. Gomes [PSD] transformou o gabinete dele na Assembleia Legislativa do Estado [ALE-AM] em consultório onde fazia atendimentos médicos e pedia voto dos pacientes. O parlamentar era pré-candidato à reeleição na Câmara Municipal de Manaus [CMM]. Ele assumiu uma vaga na ALE-AM, em 2015, após o deputado Sidney Leite [PROS] virar secretário de Produção Rural.

Em setembro de 2007 o jornal “Gazeta do Povo” [PR] publicou em seu sitio na internet matéria com o título “Liberação de

exames estaria virando moeda de política em Matinhos”, município do litoral paranaense, com uma população de cerca de 30 mil habitantes, integrante da Mesorregião Metropolitana de Curitiba.

De acordo com a matéria jornalística, moradores do município estariam sendo orientados a procurar o gabinete do prefeito para conseguir a liberação de exames laboratoriais e medicamentos pagos com verbas do Sistema Único de Saúde [SUS] e solicitados por médicos que trabalhavam no hospital municipal Nossa Senhora dos Navegantes. O próprio prefeito da cidade, Francisco Carlim dos Santos, estaria recebendo os cidadãos em seu gabinete para autorizar a “liberação”.

Denúncia semelhante à do jornal “Gazeta do Povo” foi apresentada, de forma explícita, pelos participantes de uma das rodas de conversa que deram origem ao trabalho de conclusão de curso no qual a série de quatro artigos publicados aqui no blog se ancora. Ademais, relatos que apontam na direção da “privatização” e do controle da informação por agentes públicos como forma de manutenção do poder, permearam as rodas de conversa na maioria das comunidades visitadas.

No dia 4 de abril de 2014, a Associação Pró Reintegração da Invernada Paiol de Telha [Associação Heliodoro], com sede em Guarapuava [PR], e a Terra de Direitos – Organização de Direitos Humanos, sediada em Curitiba [PR], ambas qualificadas

como pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, solicitaram do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária [INCRA], através do ofício 042/2014, informações acerca da morosidade para publicação da portaria de reconhecimento do território da comunidade quilombola Invernada Paiol de Telha.

Para justificar a solicitação os requerentes valeram-se do que dispõem a Constituição Federal de 1988, a Lei 12.527/2011 e o Decreto 4.887/2003, numa demonstração clara de como o próprio acesso à informação sobre a existência do direito pode ser importante para comunidades e grupos sociais historicamente marginalizados.

A iniciativa foi objeto de matéria publicada no sitio da organização Terra de Direitos na internet, com o título “INCRA atrasa mais de um ano para declarar limites territoriais do quilombo Paiol de Telha” e teve ampla repercussão junto a organizações da sociedade civil paranaense, especialmente aquelas vinculadas às lutas das comunidades e povos tradicionais. Conforme destacou a matéria “o pedido se ancora na Lei de Acesso à Informação, com base na prerrogativa de que ‘não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais’, conforme o artigo 21 da Lei”. [TERRA DE DIREITOS, 2014]

O fato é que, ao longo da história e ainda hoje, a informação vem sendo usada como elemento de poder, seja na perspectiva do controle do Estado sobre a sociedade e da negação do direito, seja como ponte para processos de emancipação social e efetivação de direitos negados ou violados por agentes públicos e privados.

Nesse contexto, é fundamental considerar que a informação não pode ser reduzida a uma visão instrumental, ou seja, a um conjunto de ferramentas de transmissão de conteúdos. É preciso entendê-la também como processo social de produção de sentidos, em espaços de lutas e negociações.

## **NÃO HÁ EDUCAÇÃO SEM REFLEXÃO**

17OUT2017

No Crato, município de cerca de 130 mil habitantes, localizado no Cariri cearense, o vereador Roberto Pereira Anastácio [PODEMOS] apresentou no dia 16 de outubro o projeto de emenda à Lei Orgânica Municipal [PE LOM nº 1610001/2017] que “dispõe sobre a vedação da ideologia de gênero na rede municipal de ensino e dá outras providências”. A iniciativa do vereador está em estreita sintonia com o que vem sendo protagonizado pelo bloco ultraconservador no Congresso Nacional brasileiro, formado sobretudo por parlamentares da chamada bancada BBB [boi, bíblia e bala].

Tecnicamente mal elaborada, com redação confusa e uso de terminologias já em desuso – a exemplo de “grade curricular” – a propositura do parlamentar cratense se insere no bojo das investidas patrocinadas pelo “movimento” Escola sem Partido que, assumidamente, defende o cerceamento da liberdade de ensinar, propondo um receituário para as escolas que proíbe qualquer ação reflexiva sobre a história e a realidade.

Em Nota Técnica de julho de 2016, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, vinculada ao Ministério Público Federal, afirma que a Proposição Legislativa 867/2015, de iniciativa do Deputado Federal Izalci Lucas Ferreira [PSBB/DF], que inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa

Escola sem Partido”, é inconstitucional porque *“está na contramão dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, especialmente os de ‘construir uma sociedade livre, justa e solidária’ e de ‘promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”*.

Seguindo o raciocínio da Procuradora Federal Deborah Duprat, que assina a referida nota técnica, é fácil concluir que a proposição do vereador Roberto Pereira Anastácio fere, frontalmente, a Constituição Federal de 1988, que não pode ser negada ou contraditada pela Lei Orgânica do Município. Ademais, seu conteúdo é recheado de autoritarismo e totalmente deslocado do contexto atual da educação e suas novas demandas.

O artigo 205 da Constituição estabelece que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao **pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania** e sua qualificação para o trabalho”. Certamente os objetivos constitucionais do pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania, que não por acaso antecedem ao da qualificação para o trabalho, ficarão seriamente comprometidos se o plenário da

Câmara Municipal do Crato acolher a propositura do vereador Roberto Anastácio.

No texto do projeto de emenda à LOM o autor propõe que fique “terminantemente proibida na grade curricular da Rede Municipal de Ensino do Município do Crato e na rede privada, a disciplina denominada de ideologia do gênero, bem como, toda e qualquer disciplina que tente orientar a sexualidade dos alunos ou que tente extinguir o gênero masculino e/ou feminino como gênero humano”.

A proposta é uma afronta clara à “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” preconizada no inciso II do artigo 206 da Carta Magna de 1988 e apresentada como um dos princípios do ensino no Brasil.

Afora a inconsistência do texto da propositura, que apresenta expressões estapafúrdias ou mal resolvidas conceitualmente como, por exemplo, “ideologia do gênero”, o que fica claro é que, para seu autor, pouco importa que mulheres continuem sendo assassinadas ou violentadas todos os dias no município do Crato, que apresenta um dos piores índices de violência contra a mulher no Cariri. De acordo com a proposta do vereador, não é papel da escola promover o diálogo amplo e democrático sobre a questão. Também não pode ser objeto de reflexão nas escolas públicas e particulares do município a intolerância e as várias outras formas de violência que afetam

gays, lésbicas, transexuais, travestis e outros gêneros em nosso município.

Contudo, o que não podemos nos esquecer é de que a misoginia, a homofobia, a transfobia e várias outras formas de ameaça à vida têm origem nas históricas questões de gênero perpetuadas em nossa sociedade patriarcal, machista e prenhe de preconceitos. Negar à comunidade escolar a possibilidade de conversar e refletir criticamente sobre isso é perpetuar uma cultura de intolerância e ódio que só amplia o fosso de desigualdade e injustiça social. É, sobretudo, negar a possibilidade de nutrirmos a esperança em um mundo melhor. De mais amor, acolhimento e respeito à diversidade e às singularidades que nos fazem humanos.

## CONJUGANDO O VERBO ESPERANÇA

20OUT2017

*“Vivemos esperando dias melhores, dias de paz, dias a mais, dias que não deixaremos para trás. Vivemos esperando o dia em que seremos melhores. Melhores no amor, melhores na dor, melhores em tudo”.<sup>33</sup>*

A palavra surgiu quando comentei uma postagem de partilha do artigo “Mesmo que as correntes sejam diferentes, somos todas prisioneiras”, escrito por Ana Carolina Bartolamei Ramos e Fernanda Orsomarzo, querida amiga, ambas juízas de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e membras da Associação Juízes para a Democracia. Lá escrevi: – Em tempos de justiça tão injusta, reconforta-me e, de algum modo, me “esperanceia”, saber que há nesse meio pessoas com a sensibilidade e a inquietação de Ana Carolina Bartolamei Ramos e Fernanda Orsomarzo.

Pois bem. Feita a postagem, peguei-me a conjugar o verbo esperança: eu esperanceio, tu esperanceias, ele esperanceia, nós esperanceamos ... Resolvi brincar com o prefixo e o sufixo

---

<sup>33</sup> Dias Melhores. Jota Quest. Álbum: Dias Melhores. Compositor: Rogério Flausino.

do verbo que acabara de inventar e eis que me vem a percepção de que se trata, na verdade, da junção de duas palavras já conhecidas da língua portuguesa: **espera e ceia**.

Sim. A esperança é, de alguma forma, um tempo de espera em dias melhores, em um porvir que não espera a hora de chegar. Mas, enquanto espero – e por já ter esperado tempo de sobra – me sirvo da ceia que, posta à mesa simples e generosa, me nutre de amor, solidariedade, acolhimento, bonança e tantos outros ingredientes essenciais à celebração da vida. Da vida plena e em abundância.

E assim, encontro condições [físicas, psíquicas, emocionais, sociais e espirituais] para recusar o ódio, a intolerância, o abandono, a indiferença e o medo que me oferecem em um cardápio carcomido pelas traças de um modelo de sociedade que não consegue ver além do seu próprio umbigo e seus dogmas.

O cardápio que escolhi para essa ceia tem origem na ancestralidade e na sabedoria dos povos e comunidades tradicionais que reconhecem a Mãe Terra como nossa casa comum e lutam, diuturnamente, pelo direito de a ela permanecer conectados.

Se alimenta da rebeldia da juventude pobre, negra e periférica que não se curva ao autoritarismo do braço repressor do Estado segregacionista. Se nutre da teimosia dos invisíveis da sociedade do abandono, que insistem em sonhar com a

cidadania, mesmo quando as elites hipócritas pensam e dizem que uma dose diária de ração lhes basta para ser feliz.

Minha ceia se nutre do grito de milhões de injustiçados por uma justiça seletiva, racista e elitista, que vê na condição social uma confissão prévia de culpa. Bebe da dignidade da comunidade LGBT que, todos os dias, paga o preço de não se enquadrar no modelo binário e autoritário de gênero que tentam nos impor. Tem como sobremesa a luta diária dos sem teto, sem-terra, sem trabalho e sem pão, que compõem o amplo exército de excluídos da adoecida sociedade pós-moderna.

E é por ter apendido a conjugar o verbo esperança que me recuso a desistir dos meus sonhos. Que rejeito qualquer senso comum ou qualquer tentativa de me impor a desesperança [não esperança] como fato consumado.

Assim, mirando o horizonte como a utopia que me impulsiona a seguir caminhando, anco-me em Eduardo Galeano para lembrar que “Sonhar não faz parte dos trinta direitos humanos que as Nações Unidas proclamaram no final de 1948. Mas, se não fosse por causa do direito de sonhar e pela água que dele jorra, a maior parte dos direitos morreria de sede. Deliremos,

pois, por um instante. O mundo, que hoje está de pernas para o ar, vai ter de novo os pés no chão”<sup>34</sup>.

*O convite que se apresenta é para que, juntxs, conjugemos o verbo esperança e façamos acontecer, aqui e agora, um novo tempo, apesar dos perigos.*

---

<sup>34</sup> **O direito de sonhar.** Poema de Eduardo Galeano [1940- 2015], jornalista e escritor uruguaio. O texto foi publicado no Diário Argentino [página 42], em 29 de outubro de 1997, com o título “El derecho de soñar”.

## **ANTES QUE LHE APRISIONEM A ALMA, DESOBEDEÇA!**

01NOV2017

No distante ano de 1849 o poeta, naturalista e filósofo Henry David Thoreau, em sua clássica obra “Desobediência Civil”, já nos convidava a refletir sobre a seguinte questão: – Existem leis injustas; devemos submeter-nos a elas e cumpri-las, ou devemos tentar emenda-las e obedecer a elas até a sua reforma, ou devemos transgredi-las imediatamente?

O fato é que, desde Thoreau, a ideia da desobediência civil como ferramenta política pacífica ganhou força e expressão ao longo da história recente da humanidade, especialmente através dos movimentos liderados por Mahatma Gandhi [1869-1948] e Martin Luther King [1929-1968]. No campo teórico a compreensão da desobediência civil como ato político encontra abrigo no pensamento de Hannah Arendt, John Rawls, Michael Walzer e Etienne de La Boétie, só para citar alguns.

No Brasil, vivemos um tempo em que a desobediência civil se apresenta como uma urgência frente ao acelerado processo de cerceamento de liberdades de expressão e pensamento e da onda crescente de retirada de direitos conquistados com muita luta ao longo de décadas.

Algumas decisões já tomadas nos executivos, nos legislativos e nos judiciários de várias partes do país, de tão absurdas ou insanas, não pedem outra reação que não a indiferença e a desobediência. É o caso, por exemplo, da tentativa de impedir que instituições de ensino, públicas e particulares, abordem a temática de gênero em suas atividades curriculares e extracurriculares. Sobre isso escrevi recentemente, ao analisar, especificamente, a proposta de emenda à Lei Orgânica do município do Crato, no Cariri cearense, que dispõe sobre o tema.

Não bastasse a inconstitucionalidade da proposta, numa manobra torpe que atropela o próprio Regimento Interno da Câmara Municipal do Crato, a Comissão de Constituição e Justiça da casa converteu a propositura do vereador Roberto Anastácio [Podemos] em projeto de lei, reduzindo assim o quórum para aprovação da matéria, que mesmo sem sustentação constitucional e regimental foi aprovada em sessão realizada no dia 23 de outubro desse ano e agora aguarda sanção do prefeito José Ailton Brasil [PP], que precisará decidir pela sanção ou veto sob forte pressão de organizações e movimentos sociais contrários à proposta.

Diante do cenário posto acima e dialogando de forma estreita com a ideia de desobediência civil, a Escola de Políticas Públicas e Cidadania Ativa – EPUCA, organização da sociedade civil sediada na cidade do Crato, está disponibilizando, através do

projeto PontoDoc, vários documentários sobre a temática de gênero. A proposta da Escola é que qualquer pessoa, instituição ou organização interessada possa organizar uma sessão livre e gratuita do projeto para exibição de um dos documentários disponibilizados. Após cada sessão será realizada uma roda de conversa entre os presentes, sobre o documentário e suas interfaces.

Além disso, está aberta a qualquer instituição pública, organização da sociedade civil ou coletivo que tenha interesse, a Exposição Amores Perfeitos, cujas fotos foram gentilmente cedidas à EPUCA pela autora e pelo autor.

Apresentada ao Ceará durante a quinta edição da Semana Freiriana do Cariri, realizada no mês de setembro desse ano, a Exposição reúne 14 fotos de Maria Clara Adams e René Cabrales, que retrataram casais que fogem aos padrões impostos pelo senso comum como “normais”. Além das questões de gênero e cor, abordagens comuns quando o objetivo é promover a reflexão sobre temas como preconceito e intolerância, a exposição apresenta casais com diferenças de altura, de condição física e até de gostos. Todos têm em comum o fato de que o amor que sentem um pelo outro está acima de qualquer diferença e talvez se fortaleça exatamente na capacidade de cada um acolher e respeitar essas diferenças.

A exposição é um convite à reflexão sobre os nossos preconceitos e a cultura da rotulação, dos estereótipos, ainda muito presente entre nós. A apresentação de Amores Perfeitos na UFCA tem um significado todo especial, já que se trata de um ambiente propício ao diálogo e à reflexão, mas é também um lugar onde o preconceito, vez ou outra, se revela de forma preocupante.

São iniciativas simples como essas que podem contribuir para, de forma pacífica, rejeitarmos iniciativas do Estado que, na contramão do tempo, tentam nos impor decisões autoritárias ou medidas nascidas de rompantes fundamentalistas que cerceiam direitos, disseminam ódio e legitimam a intolerância.

Assim, antes que a violação de direitos, a censura escancarada ou velada e a repressão estatal em curso nos sufoquem, parafraseando o poeta italiano Petrarca, lhes asseguro, por fim, que **desobedecer é preciso. Temer não é preciso.**

## **ONDE SOBRA ÓDIO, FALTA SENSATEZ**

14NOV2017

Uma das principais marcas do nosso tempo tem sido a dificuldade de dialogar e acolher o diferente. Essa dificuldade está expressa, de forma mais extrema, através do ódio, esse sentimento que nos apequena e que, invariavelmente, está associado ao medo. Especialmente o “medo de mudança, medo de deixar os outros viverem de uma maneira diferente da sua”, conforme declarou a filósofa Judith Butler, ao comentar as manifestações de ódio que recebeu durante sua passagem recente pelo Brasil.

Matéria publicada pelo jornal Folha de São Paulo no último domingo [12], assinada pelo jornalista William Cardoso, aponta que “um crime de ódio é registrado a cada 12 horas na cidade de São Paulo”. A reportagem apurou dados registrados pela Polícia Civil paulistana entre janeiro de 2016 e agosto desse ano e concluiu que os ataques de ódio contra negros, gays, imigrantes ou por motivações religiosas ocorreram com mais frequência na região central da cidade e foram praticados, principalmente, por homens brancos e jovens.

Os dados de São Paulo são apenas uma amostra do que vem acontecendo em todo o país, valendo ressaltar que cada vez mais o discurso de ódio tem sido usado para fins políticos, aproveitando-se do clima de insegurança que nos rodeia e dos muitos

preconceitos velados que acompanham nossa formação sociopolítica e cultural, geração após geração. Não raro, discursos de ódio e intolerância encontram eco nas falas e bandeiras de partidos e agentes políticos brasileiros, desde o plano nacional até os menores municípios desse imenso país.

O fato é que o ódio nos paralisa e nos rouba a sensatez, virtude sem a qual o discernimento e a ponderação perdem espaço e o sábio exercício da escuta se faz ausente. Podemos até ouvir, por “educação” ou “tolerância”. Mas ao menor sinal da presença do ódio esbarramos na mera recepção sonora, bloqueando qualquer possibilidade de entrega à escuta como processo sensorial intimamente ligado ao sentimento e à empatia.

A propósito, em 2009 a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, durante uma conversa no TEDx, nos alertava para “o perigo de uma história única”. A fala de Adichie é um belo convite à reflexão sobre a importância da empatia, essa poderosa e ainda desafiadora capacidade de colocar-se no lugar do outro.

Além disso, como nos lembrava o líder sul africano Nelson Mandela, “Ninguém nasce odiando outro pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar”.

Mas, é possível exercitar a empatia e aprender a amar sem diálogo? A resposta é clara e simples: sem diálogo não há troca, não há partilha, não há aprendizado. O diálogo, que pressupõe a escuta, é ponte larga para a construção de relações alicerçadas na empatia e no amor. Sem ele, o ódio se impõe e a sensatez é encarcerada nas masmorras do preconceito e da indiferença.

Por isso, qualquer tentativa de cerceamento do diálogo, a exemplo das várias propostas de proibição da abordagem de alguns temas em sala de aula, é uma declaração de ódio e uma tentativa insana de condenar-nos a uma vida eticamente empobrecida e espiritualmente vazia.

Por que, então, ainda há quem aposte no ódio como caminho? Talvez porque seja ele uma das maiores fontes do medo que nos faz reféns das mazelas da pós-modernidade, entre as quais se inclui a alienação política e o fundamentalismo, heranças muito antigas da humanidade e cada dia mais presentes entre nós. Do que têm medo, então, os pusilânimes guardiões do ódio. O escritor moçambicano Mia Couto nos dá a dica: – há quem tenha medo que o medo acabe.

O fato é que, vencido o medo e permitida que a sensatez se faça presente, posso até não ter motivos para amar alguém ou suas ideias e opiniões. Mas, terei todos os motivos para não odiar. **Fica o convite.**

## **QUANDO A OMISSÃO É SINÔNIMO DE CUM- PLICIDADE**

02DEZ2017

Como deve ser do conhecimento da maioria dos leitores, no dia 16 de outubro desse ano o vereador Roberto Anastácio [Podemos], do município do Crato, no Cariri cearense, apresentou projeto de emenda à Lei Orgânica Municipal através do qual propunha “a vedação da ideologia de gênero na rede municipal de ensino”, numa redação recheada de equívocos conceituais, erros técnicos grosseiros e conteúdo inconstitucional [[ver artigo anterior](#)]. A proposta gerou a imediata reação de várias instituições, organizações e segmentos sociais, a exemplo da Ordem dos Advogados do Brasil [OAB] – subsecção Crato, do Laboratório de Pesquisa em História Cultural [LAPEHC] da Universidade Regional do Cariri e de movimentos sociais locais.

Após o recebimento da matéria pela Mesa Diretora da Câmara Municipal do Crato, o projeto foi encaminhado às devidas comissões permanentes da casa, dentre elas a Comissão de Constituição e Justiça, para análise e parecer conforme estabelece o rito do processo legislativo.

A Comissão de Constituição e Justiça [CCJ], obrigatória em todas as casas legislativas, tem o papel de identificar, na fase de instrução, se o projeto de lei atende, quanto ao seu conteúdo

e quanto a sua forma, os requisitos constitucionais para a sua tramitação. O artigo 66 do Regimento Interno da Câmara do Crato estabelece que *“compete à Comissão de Constituição e Justiça manifestar-se sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação quanto ao seu aspecto constitucional, legal ou jurídico e quanto ao seu aspecto gramatical e lógico, quando solicitado o seu parecer por imposição regimental ou por deliberação do Plenário”*.

Contudo, os vereadores integrantes da referida Comissão, ignorando a inconstitucionalidade da proposta e o disposto no próprio Regimento Interno da Câmara, optaram por apresentar um projeto substitutivo que, além de repetir erros técnicos e conceituais semelhantes aos do texto original, tornava mais fácil o processo de aprovação da matéria, uma vez que a mudança de projeto de emenda à Lei Orgânica para projeto de emenda ao Plano Decenal de Educação reduziu o quórum de aprovação de três quintos para maioria simples.

Apenas para esclarecimento do leitor, de acordo com o parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Orgânica do Crato, a proposta de emenda à Lei Orgânica *“será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos membros da Câmara Municipal”* [redação dada pela Emenda nº 07, de 12 de setembro de 2001]. Assim, para aprovação da proposta como projeto de

emenda à Lei Orgânica seriam necessários 12 votos e dois turnos de votação com intervalo de dez dias entre uma sessão e outra.

A manobra da CCJ deu certo e a proposta foi aprovada no dia 23 de outubro, com apenas 9 votos, em sessão única, bastante tumultuada e conduzida sem a devida observância ao processo legislativo.

No dia 31 de outubro o autógrafo da matéria aprovada no dia 23 foi entregue ao prefeito Zé Ailton [PP], que teve 15 dias úteis para decidir entre a sanção ou o veto. Na primeira opção a decisão do plenário da Câmara se converteria em lei por ato do chefe do Executivo Municipal, enquanto no segundo caso a matéria retornaria à Câmara, a quem caberia decidir pelo acatamento ou derrubada do veto.

Ignorando a inconstitucionalidade do projeto, o que lhe dava motivos de sobra para lançar mão da prerrogativa do veto, o prefeito Zé Ailton, cedendo à pressão de grupos de interesse dentro e fora do Legislativo Municipal, optou pela omissão e deixou correr o prazo de 15 dias sem se manifestar sobre a matéria.

Na ausência da sanção pelo chefe do Executivo Municipal, por força de lei o projeto retornou ao Legislativo para promulgação obrigatória, o que aconteceu na última terça-feira [28], por ato do vereador Florisval Coriolano [PRTB], presidente da

Câmara Municipal do Crato. O que começou com um devaneio irresponsável de um vereador cratense agora tem nome: Lei nº 3.355/2017.

O que não podemos esquecer é que a omissão do prefeito Zé Ailton o torna cúmplice de uma das maiores imoralidades praticadas pelo Legislativo Municipal e revela os bastidores do poder cratense, que tende a colocar o corporativismo, os acordos políticos, os interesses pessoais e o fundamentalismo religioso acima do direito à “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” preconizada no inciso II do artigo 206 da Carta Magna de 1988 e apresentada como um dos princípios do ensino no Brasil.

Resta agora às organizações da sociedade civil, aos movimentos sociais e aos cidadãos e cidadãs cratenses recorrer da decisão que reúne insanidade, má fé e covardia, pela via judicial. Uma opção é o ingresso de Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental [ADPF], instrumento destinado a evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do Poder Público. ***Com a palavra o Ministério Público e as organizações da sociedade civil cratenses.***

## 2018 PODERIA SER ELEITO O ANO NACIONAL DA BADERNA

22DEZ2017

Depois de um ano marcado por retrocessos políticos, retirada de direitos sociais e cerceamento de liberdades, a juventude brasileira bem que poderia eleger 2018 como o ano nacional da baderna. Uma forma política pacífica de se opor às forças do atraso que nos rondam diuturnamente, romper a apatia que tomou conta de muitos de nós em 2017 e, ao mesmo tempo, celebrar os 190 anos de nascimento da dançarina italiana **Marietta Maria Baderna**.

Nascida na Itália, em 5 de julho de 1828, Maria Baderna viveu no Rio de Janeiro no século XIX e escandalizou a sociedade escravagista brasileira ao aprender e difundir, em seus espetáculos – no Rio de Janeiro, em Recife e em outras cidades – as manifestações da cultura africana perseguidas pelas autoridades.

Mulher de espírito rebelde e contestador, muito à frente de seu tempo, Baderna se interessou pelos ritmos afro-brasileiros e saiu às ruas para ver o requebrar das mulatas. Em pouco tempo foi considerada a musa do lundum, da cachucha e da umbigada, danças com movimentos bastante ousados para a época. Em meio à polêmica de que ela estava “corrompendo”

a juventude brasileira, aqueles que defendiam seu espírito transgressor passaram a ser chamados de baderneiros.

Ao contrário da associação dada pelas elites conservadoras brasileiras, de antes e de hoje, que vincula a expressão baderna a confusão, bagunça e desordem, as manifestações protagonizadas pelos baderneiros [seguidores e simpatizantes de Maria Baderna] eram pacíficas e tinham como principal marca o batimento ritmado de pés no chão, numa alusão aos passos de dança da bailarina italiana acolhida pelo povo e rechaçada pelas elites.

Contudo, sempre que as manifestações populares começam a incomodar e ameaçar o *status quo*, as elites se encarregam de distorcer seu real significado valendo-se, sobretudo, da influência da mídia conservadora. Com Maria Baderna e seus seguidores não foi diferente. Em artigo publicado na edição 114 do jornal “A Nova Democracia”, em agosto de 2013, Mário Lúcio de Paula, destaca que “os jornais das classes dominantes, que no princípio adotaram o termo ‘baderna’ como sinônimo de elegância, passaram a utilizá-lo para designar arruaça e libertinagem”.

O fato é que, mais de um século e meio depois, o espírito libertário e contestador de Marietta Maria Baderna continua sendo inspiração para a resistência da juventude brasileira que se opõe ao autoritarismo de Estado e ao moralismo de

conveniência das elites conservadoras e reacionárias do Brasil do século XXI.

Mesmo quem não conhece sua história, tem o legado da “bailarina do lundum” a lhe inspirar e urge elegermos a baderna como uma das formas de resistência e luta política em 2018, não a partir do significado manipulado dado ao termo pelos conservadores de plantão, e sim no seu sentido e forma originais.

Em tempos de tanta ameaça à vida e à liberdade, que possamos nos inspirar no mito de uma corajosa mulher que ousou desafiar as normas de uma sociedade conservadora e escravista e cujo fantasma, segundo Corvisieri<sup>35</sup>, ainda ronda no céu do Rio de Janeiro [e de outras cidades brasileiras], “com um sorriso ambíguo [...], como se quisesse conservar uma margem de vaga e etérea elegância continuando sua dança, estrela entre as estrelas”.

---

<sup>35</sup> O jornalista italiano Sílverio Corvisieri é autor do livro *Maria Baderna: a bailarina de dois mundos*.

## PARA MUITO ALÉM DAS ILUSÕES

28DEZ2017

Em todo mundo, temos assistido processos de disputas polarizadas pelo comando de governos nacionais e locais que colocam, de um lado, forças ultraconservadoras que assumem, de forma escancarada seus discursos de ódio, intolerância e ameaça à vida; e do outro, forças consideradas progressistas que tem em seus discursos – e até em algumas de suas práticas – a defesa de direitos humanos, uma perspectiva ecológica [ainda rasa], um certo grau de compromisso com a justiça social e com o chamado *Welfare State* [Estado de Bem-Estar Social].

Contudo, nenhum dos projetos de governo em disputa em todo mundo atualmente [e desde sempre] tem a centralidade de suas propostas e ações na vida humana e não humana, nem se compromete com o rompimento das amarras do que o escritor português José Saramago chamou de “democracia sequestrada, condicionada, amputada”, que limita o poder do cidadão a “tirar um governo de que não gosta e por outro de que talvez venha a gostar”. Em todos eles o centro de seus compromissos continua sendo com a economia e, em meio a recuos e avanços pontuais, o mercado se fortalece cada vez mais como esse senhor todo poderoso, invisível e

inquestionável, que tudo determina e a todos paralisa e domina, como um mestre do ilusionismo a quem obedecemos cegamente.

O fato é que os governos em todo mundo, conservadores ou progressistas, estão cada vez mais reféns do capital e suas variações, especialmente, o capital especulativo, aquele que nada produz, mas se agiganta de forma assustadora. São grandes instituições financeiras como Barclays Bank, JPMorgan Chase&Co e Goldman Sachs, que lucram às custas de aplicações que não servem ao conjunto da sociedade. Para se manter no controle da situação, essas e outras corporações valem-se de sua capacidade de captura constante do poder político, jurídico e midiático. Basta ver os casos da Monsanto e da Google e suas pesadas ofensivas de lobby em todo o mundo, só para citar dois exemplos.

Portanto, uma das primeiras e mais importantes questões que se apresenta é entendermos que quem detém o poder e determina as regras do jogo nesse mundo de economia globalizada do século XXI são as grandes corporações que, sequer dependem dos governos nacionais e locais para a tomada ou implementação de algumas decisões. Em seu mais recente livro [A Era do Capital Improdutivo] o economista Ladislau Dowbor afirma que “o poder mundial realmente existente está nas

mãos de gigantes que ninguém elegeu e sobre os quais há cada vez menos controle”.

Tanto Dowbor quanto Saramago denunciam esse deslocamento cada vez mais acentuado do poder para fora do controle e, sequer, do conhecimento dos cidadãos. Saramago nos lembra que as grandes decisões mundiais são tomadas em uma outra esfera e enfatiza que “nenhum desses organismos [FMI, Banco Mundial, OMC, etc.] é democrático”. “Portanto, como é que podemos continuar a falar de democracia se aqueles que efetivamente governam o mundo não são eleitos democraticamente pelo povo?”, questiona o escritor português.

A segunda questão tem a ver com a urgência do rompimento com esse ciclo vicioso que nos aprisiona às ilusões do mundo pós-moderno e nos empobrece a cada dia, destruindo, numa velocidade assustadora, a mãe Terra [nossa casa comum] e a grande teia da vida que até então tem nos sustentado, mesmo após nosso afastamento dela pela via da arrogância antropocêntrica. Como nos alerta Dalai Lama, líder do budismo tibetano, “Caminhamos para um desastre psicológico, social e ecológico. Dominados pela tecnologia e o consumismo, vamos perdendo o verdadeiro significado da vida, que é a paz e a felicidade”.

Por fim, a terceira questão, ainda mais importante, nos convida a entender que não há saída para toda essa grave situação

dentro dos limites desse velho modelo, qualquer que seja o apelido que venha a receber. Mais do que democratizar a economia e os processos de tomada de decisões, desde a esfera local até a global, é preciso redescobrir e/ou fortalecer modos de vida e formas de ser e estar nesse planeta-mãe Terra, cuja referência seja o cuidado e a reconexão à grande teia, afastando-se radicalmente de tudo que nega ou ameaça a vida, em suas múltiplas dimensões. Voltando a Dalai Lama, é preciso compreender que “o amor e a compaixão por todos os seres, é a nossa única salvação”.

Precisamos, com urgência superar o adoecimento individual e coletivo a que fomos submetidos e que apresenta, dentre seus sintomas, o que o Papa Francisco chamou de cardiosclerose, essa triste marca da sociedade pós-moderna que tem nos empurrado para o abismo do esquecimento de questões fundamentais como o amor, o perdão, a empatia, o acolhimento à diversidade, a solidariedade. Que tem nos impossibilitado de sermos fonte de vida [húmus], nos afastando da nossa própria humanidade.

Nessa direção, o patriarca cambojano Maha Ghosananda, um dos mais importantes trabalhadores internacionais pela paz, ensinava: – Tome conta do presente e o futuro será bom. Ele dizia que o presente é a mãe do futuro. “Tome conta da mãe e a mãe tomará conta do filho”. ***Sim! Outro mundo é possível.***

***Mas, construí-lo desde já, a partir de cada lugar onde vivemos, é tão necessário quanto urgente.***

## SOBRE EDUCAÇÃO, COERÊNCIA E CUIDADO

02FEV2018

*Precisamos ainda encontrar um nome para os que valorizam mais a esperança do que as expectativas. Precisamos de um nome para os que amam mais as pessoas do que os produtos, os que acreditam que ninguém é desinteressante.*

*[Ivan Illich, 1971]*

Tenho acompanhado, sobretudo na última década, várias discussões acerca da “crise” do atual modelo de educação no Brasil e em outras partes do mundo. Entre as principais críticas a esse modelo se colocam o seu forte viés conteudista, a escassez de diálogo que caracteriza as relações verticalizadas presentes na grande maioria das instituições de ensino e o claro compromisso de suas matrizes curriculares [em muitas escolas ainda chamadas de “grades curriculares”] com a mera formação de mão de obra para o mercado de trabalho, em detrimento da formação cidadã e da reflexão crítica sobre a realidade e os contextos políticos, sociais, culturais e econômicos locais, nacionais e globais.

Entretanto, para além dessas questões, penso ser necessário refletir sobre duas outras. Uma delas diz respeito ao próprio conceito de educação, comumente confundido com ensino.

Um antigo provérbio africano nos ensina que “é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”. E não se trata apenas de distribuir a responsabilidade pela educação de nossas crianças, adolescentes e jovens entre a família, a comunidade e a escola. Esse tem sido o confuso discurso recorrente, sempre que nos deparamos com os desastrosos resultados do modelo de escolarização herdado do século XIX. Convenhamos: o que temos feito na maioria de nossas escolas tem sido, invariavelmente, ensinar conteúdos pré-estabelecidos a partir de uma lógica reducionista e alienante de aprendizagem.

Enquanto as instituições de ensino – da escola à universidade – nos levam a confundir ensino com aprendizagem, obtenção de graus com educação e diploma com competência, as teias de aprendizagem – que se realizam nos espaços externos à escola [ou para além desta] – nos ensinam o exercício diário do amor, da solidariedade, da empatia, da contemplação, do cuidado e de vários outros valores essenciais à educação, no seu sentido mais amplo.

Por outro lado, o convite que nos é apresentado pelo provérbio africano está relacionado à ideia de teias de aprendizagem trazida pelo filósofo, teólogo e escritor Ivan Illich em sua clássica obra “Sociedade sem Escolas” [Deschooling Society, 1971]. Enquanto as instituições de ensino – da escola à universidade – nos levam a confundir ensino com aprendizagem,

obtenção de graus com educação e diploma com competência, as teias de aprendizagem – que se realizam nos espaços externos à escola [ou para além desta] – nos ensinam o exercício diário do amor, da solidariedade, da empatia, da contemplação, do cuidado e de vários outros valores essenciais à educação, no seu sentido mais amplo. Essas questões, via de regra, não encontram espaço na corrida desenfreada pela obtenção de resultados quantificáveis que pauta a existência das instituições de ensino no século XXI, cujas práticas e métodos remetem, em muitos aspectos, ao velho modelo de “educação” do século XIX.

Voltando a Ivan Illich, o escritor austríaco já nos alertava, em 1971, que “em qualquer lugar do mundo o secreto currículo da escolarização inicia o cidadão no mito de que as burocracias guiadas pelo conhecimento científico são eficientes e benévolas”. E ele vai além: – Em qualquer parte do mundo este mesmo currículo instila no aluno o mito de que maior produção vai trazer vida melhor. E em qualquer parte do mundo desenvolve o hábito de um consumo contraproducente de serviços e de produção alienante, com a tolerância da dependência institucional e o reconhecimento das hierarquias institucionais.

A outra questão está relacionada à ênfase cada vez maior do atual modelo de ensino nas questões burocráticas e gerencias,

colocando o preenchimento de formulários, a anotação de presenças ou ausências dos educandos na sala de aula e os enfadonhos relatórios que nunca serão lidos, acima das dimensões política e pedagógica. Métodos de controle excessivamente burocráticos, ênfase nos resultados e desconsideração dos processos, prevalência de investimento em infraestrutura e imagem institucional [em detrimento da valorização do trabalho] são algumas das características do modelo gerencial adotada por instituições de ensino, públicas e particulares, no Brasil e em várias partes do mundo.

O mais grave é que essa visão gerencialista, de forte viés conservador, que alimenta práticas alienadas e alienantes de “educação” e serve como uma luva aos interesses do capital e dos burocratas de plantão, encontra reprodução em alguns projetos executados por organizações da sociedade civil, mesmo quando estes se apresentam travestidos de propostas de educação popular. Esse fato revela, dentre outras questões, o quanto muitas das nossas organizações ainda estão reféns de financiamentos externos e dispostas a atender às imposições de quem as financia, ainda que isso signifique renunciar a seus princípios e crenças ou assumir a contradição entre seus discursos e suas práticas.

Só há educação onde há coerência entre o discurso e a prática, respeito à vida, reconhecimento do outro e seu lugar de fala,

acolhimento à diversidade e muita disposição [acompanhada de uma boa dose de coragem] para o diálogo e a escuta amorosa.

Portanto, independe de onde se dê a atividade dita educativa – se dentro de uma sala de aula, sob a sombra de uma árvore, na sede do sindicato ou da associação, no barracão de lona da ocupação, na brincadeira de roda entre as crianças no terreiro da casa da avó ou na conversa do grupo de amigos – é primordial compreendermos que só há educação onde há coerência entre o discurso e a prática, respeito à vida, reconhecimento do outro e seu lugar de fala, acolhimento à diversidade e muita disposição [acompanhada de uma boa dose de coragem] para o diálogo e a escuta amorosa.

Aqui vale, para finalizar, o conselho de Carlos Castañeda, citado pelo amigo José Pacheco em seu livro “Dicionário de Valores” [2012]: – Olhe em cada caminho com cuidado e atenção. Então, faça a si mesmo uma pergunta: possui este caminho um coração? Em caso afirmativo, o caminho é bom... caso contrário, esse caminho não possui nenhum significado.

## CELEBRAÇÃO PARA CASALDÁLIGA

11FEV2018

No próximo dia 16 [sexta-feira] celebraremos os 90 anos de vida de Dom Pedro Casaldáliga, bispo católico cuja vida pastoral foi marcada pelo compromisso com os pobres e marginalizados da América Latina e, em especial, do Brasil, onde vive há 50 anos. **Um antigo padre da aldeia, catalão e poeta.** Assim se define Pedro, como prefere ser chamado, sem o título religioso [dom] atribuído aos bispos católicos.

Nascido em 16 de fevereiro de 1928, na pequena Balsareny [Província de Barcelona, Espanha] e registrado com o nome de Pere Casaldàliga i Pla, o religioso catalão chegou ao Brasil em julho 1968, mesmo ano em que o governo autoritário instalado com o golpe civil-militar de 64 editava o Ato Institucional número 5 [AI 5], que agudizava o processo, já em curso, de cerceamento de liberdades e de perseguição e violência extrema contra opositores do regime ditatorial.

A porta de entrada de Casaldáliga no Brasil foi o município de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso, território dominado pelo latifúndio e fortemente marcado por conflitos agrários. Como escreveu Pedro em sua carta pastoral “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”, datada de 10 de outubro de 1971, “Esta Prelazia de São Félix, bem no coração do Brasil, abrange uns 150.000 km<sup>2</sup> de

extensão, dentro da Amazônia legal, no nordeste do Mato Grosso, e com a Ilha do Bananal em Goiás. Está encravada entre os rios Araguaia e Xingu e lhe faz como de espinha dorsal, de Sul a Norte, a Serra do Roncador”.

O jornalista, escritor e professor de comunicação audiovisual na Universidade Autônoma de Barcelona, Francesc Escribano, lembra em seu livro **“Descalço sobre a terra vermelha”** que “o então missionário claretiano teve um choque brutal: de um lado, uma natureza incrível, de uma beleza primitiva; de outro, uma sensação de abandono total – não existia lá nem correio, nem telefone, nem energia elétrica”. O próprio Casaldáliga conta no início do livro de Escribano: – Quando cheguei aqui, a primeira coisa que vi foram os corpos de quatro crianças mortas, que deixaram na porta de minha casa. Quatro meninos mortos, colocados em caixas de sapatos, essas foram as boas-vindas que recebi.

Mas, Pedro é uma daquelas raras pessoas cuja fé e compromisso com a vida são capazes de vencer o medo, mesmo diante das ameaças à própria vida. E não foram poucas. A mais grave, em 12 de outubro de 1976, ocorreu no povoado de Ribeirão Bonito [MT].

De acordo com publicação do site oficial da Prelazia de São Felix do Araguaia, ao ser informado que duas mulheres estavam sendo torturadas na delegacia local, Casaldáliga dirigiu-se até

lá acompanhado do padre jesuíta João Bosco Penido Burnier. “Após forte discussão com os policiais, o padre Burnier ameaçou denunciá-los às autoridades, sendo então agredido e, em seguida, alvejado com um tiro na nuca. Após a missa de sétimo dia, a população seguiu em procissão até a porta da delegacia, libertando os presos e destruindo o prédio. Naquele lugar foi erguida uma igreja”.

Durante sua militância profética, Casaldáliga assumiu corajosamente a crítica e a resistência concreta aos mandos e desmandos dos latifundiários que impunham, por vários meios, seu poder em toda a Prelazia de São Felix do Araguaia. Da mesma forma, a luta pela reforma agrária e a defesa dos interesses e dos direitos dos povos indígenas sempre estiveram presentes na agenda pastoral de Pedro.

Para o teólogo Juan José Tamayo, Pedro é o missionário, que não vai converter infiéis, mas levar a cabo uma evangelização liberadora com o evangelho como boa notícia. O profeta, despertador de consciências adormecidas, que denuncia as injustiças do sistema – e por ele é ameaçado de morte – e anuncia outro mundo possível na história.

E o que dizer de sua poesia, sempre a denunciar as injustiças e a ganância do capital e a anunciar a boa nova, semeando esperança e nutrindo resistências? Em “Confissão do Latifúndio”, Casaldáliga denuncia: “Por onde passei, plantei a cerca

farpada, plantei a queimada. Por onde passei, plantei a morte matada. Por onde passei, matei a tribo calada, a roça suada, a terra esperada... Por onde passei, tendo tudo em lei, eu plantei o nada.”

Em “Credo da ecologia total” o Pedro poeta anuncia: “Cremos em Ti, compositor do Universo, artesão original da Terra, manancial vivo da Água, garantia dos Humanos Direitos. [...] Cremos na fecundidade libertadora de tantos irmãos e irmãs que amassaram a Terra com seu sangue mártir e nos acompanham na procura da Terra sem males”.

Não bastasse tudo isso, outro forte elemento da identidade de Pedro Casaldáliga é seu espírito solidário internacional e sua consciência política latino-americana. Sempre que se fez necessário, não hesitou em apoiar e fazer-se irmanado com as lutas populares e as revoluções dos povos latinos, fosse a cubana, a sandinista [Nicarágua], a zapatista [México], a guatemalteca ou a salvadorenha. Seu apoio a essas lutas foi objeto de críticas e reprimendas, inclusive por parte do Vaticano. Pedro assumiu de forma lúcida e corajosa todas as suas escolhas, sem arredar-se de suas convicções, inclusive teológicas, estreitamente alinhadas à Teologia da Libertação.

Por isso, peço emprestadas as palavras de Tamayo para deixar clara a importância deste 16 de fevereiro de 2018, data em que “Pedro Casaldáliga passará a ter 90 anos.

Uma *efeméride* para celebrar, comemorar, festejar, para fazer memória subversiva de uma vida comprometida com a libertação dos povos oprimidos e com as causas dos setores mais vulneráveis que, como ele mesmo confessa, são mais importantes que sua vida. Mas também para olhar para o futuro com esperança, no meio das nuvens pesadas que pairam em todo lugar”.

Que possamos, pois, seguir caminhando inspirados e inspiradas pela coragem, pelo amor ao próximo, pelo apurado senso de justiça e pela *rebeldade fidelidade e insurreição evangélica* de Pedro Casaldáliga. Afinal, como ele mesmo nos ensina, “a esperança é justificada apenas naqueles que caminham”.

## A CENSURA COMO “PEDRA DE TOQUE” DOS TIRANOS

28FEV2018

A censura, nas suas mais variadas formas e pelos motivos mais torpes, acompanha a história da humanidade desde tempos remotos e tem sido um dos primeiros recursos de tiranos [do grego τύραννος, “týrannos”, líder ilegítimo] para eliminar as possíveis ameaças a seu poder que, de tão frágil, precisa se blindar contra tudo que possa colocar em dúvida sua ilusória legitimidade.

E como nos lembra o filósofo Manuel Gama, professor da Universidade do Minho [Portugal], referindo-se à ditadura do Estado Novo português, comandada por Salazar [1932-1968], “a censura transformou-se numa espécie de Lei do Silêncio, que incluía não só a censura propriamente dita, do lápis azul e da tesoura, mas também a repressão interior, pela autocensura. Esta é a censura do medo: do medo da prisão, do medo da agressão, do medo de perder o emprego, do medo de fazerem mal aos familiares, do receio de ser, frequentemente, incomodado por certos telefonemas anônimos, enfim, o medo de ser perseguido”. Esse triste período da história de Portugal vai se repetir, nas devidas proporções e dentro dos respectivos contextos, em vários países da América Latina a partir da primeira metade da década de 1960.

*O Brasil, em particular, coleciona vários registros de censura em sua história mais recente e mesmo em períodos de aparente democracia, não faltou quem se valesse da censura para impedir que ideias contrárias às suas fossem levadas a público, sobretudo através da arte. Aliás, é impressionante o medo que os tiranos têm do lúdico, da poesia, do amor e do belo.*

Contudo, o período mais longo de censura em nossa história recente aconteceu durante as duas décadas de ditadura que se iniciou com o golpe civil-militar de 1964. Os chamados anos de chumbo tiveram como principais marcas a censura, a perseguição política, a tortura e o desaparecimento de pessoas tidas como inimigas do regime. Hoje, custo a acreditar que haja, em pleno século 21, quem defenda os atos de extrema violência praticados pelos agentes do Estado naquele período e a volta da ditadura. Mas, os aplausos de alguns à intervenção no Rio de Janeiro confirmam que tem quem acredite na volta dos coturnos às ruas como solução para nossos problemas. Há até quem acredite que o problema do Brasil são os pobres, os negros, os gays, as lésbicas, as mulheres, os povos e comunidades tradicionais ...

Voltando ao golpe de 64, no campo da censura um episódio daqueles tempos sombrios merece destaque. No dia 10 de junho de 1969 entrou em vigor um documento oficial enviado pela Polícia Federal aos órgãos de imprensa de todo país

contendo dezessete “recomendações”, entre as quais se incluía a de “não divulgar notícias, comentários, manifestos ou declarações contra as medidas governamentais, como suspensão de direitos, demissão ou aposentadoria de funcionários públicos”. Além disso, o documento recomendava “não divulgar notícias, comentários, entrevista, declarações que ajudem a comprometer a política econômica do governo”. Vivíamos os efeitos colaterais, com forte adesão de parte da imprensa, do AI-5 editado em dezembro de 1968.

No livro *Cães de Guarda – Jornalistas e Censores, do AI-5 à Constituição de 1988* [Editora Boitempo, 2004], a historiadora Beatriz Kushnir trata do papel da imprensa durante o regime autoritário iniciado em 1964. A autora lembra que, muito longe de fazer frente ao regime militar, a grande imprensa brasileira acabou por se acomodar à censura imposta pela ditadura que vigorou até 1985. Como sabemos, o *affaire* entre a chamada grande mídia e os governos autoritários ou conservadores no Brasil nunca acabou. Quando muito, mudaram alguns amantes.

O [des]governo Temer, que chegou ao poder pela via comum a quase todos os tiranos – a usurpação – tem se valido, com frequência, da censura para impedir que ideias contrárias aos seus interesses sejam discutidas ou para evitar que seus atos sejam questionados. E mais uma vez a imprensa conservadora

[para ser moderado no adjetivo] se apresenta como aliada estratégica, defendendo não só os que pagam por seu silêncio ou suas mentiras, mas seus próprios interesses e dos grupos econômicos e políticos a que representam.

Um dos mais recentes atos de censura do atual governo envolve a Empresa Brasil de Comunicação [EBC] e a cobertura da oitava edição do Fórum Mundial da Água, prevista para acontecer no período de 18 a 23 de março, em Brasília. Estima-se que cerca de 400 instituições relacionadas à temática de recursos hídricos, de aproximadamente 70 países, e cerca 6.700 representantes políticos de mais de 150 países participem do evento.

Em dezembro do ano passado a EBC assinou contrato, da ordem de R\$ 1,8 milhão, com a Agência Nacional das Águas [ANA], uma das patrocinadoras do evento, para divulgação e cobertura do Fórum. Contudo, segundo denúncias de repórteres da própria EBC, o documento exige que o conteúdo para promoção do Fórum, antes de ser publicado por todos os veículos da Empresa, passe pelo crivo da ANA, autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. Tomando-se por base essa orientação política para a fase de promoção do evento, suspeita-se que também a veiculação da cobertura ao Fórum pela EBC será controlada. O nome disso é censura prévia e reflete o medo do [des]governo Temer de que

parlamentares de oposição e representantes da sociedade civil ocupem os espaços do Fórum para fazer críticas, inclusive, à falta de prioridade do Palácio às políticas de recursos hídricos.

Outro episódio, esse bem mais recente, refere-se à intenção declarada do ministro da Educação, Mendonça Filho [DEM/PE], de proibir a disciplina “*O Golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil*”, apresentada pelo professor Luis Felipe Miguel ao curso de graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília [UnB]. Após as reações desastrosas de Mendonça Filho à proposta do professor Luiz Felipe, várias outras instituições de ensino sinalizaram adesão à ideia, entre elas as universidades federais da Bahia [UFBA], do Amazonas [UFAM] e do Ceará [UFC], além da própria Universidade Estadual de Campinas [Unicamp], onde Luiz Felipe fez seu doutorado em Ciências Sociais.

O filósofo e jurista francês Jean Bodin definiu tirano como “o que usa os bens dos governados como se fossem seus”. Mas o conceito de Bodin, de longe se aplica aos tiranos desta terra brasilis do século 21. Eles já não se contentam com a usurpação de nossos bens e querem também nossos direitos conquistados com muita luta, nossa liberdade e nossa esperança. São abutres à espera de nossa morte já que, a exemplo das aves que lhes emprestam o adjetivo, são de hábitos necrófagos.

Está na hora de pararmos de tratar Temer apenas como um governo ilegítimo e serviçal do velho capital, um mero fantoche a serviço de interesses de terceiros, e encararmos o fato de que estamos diante de um tirano. Embora saibamos que seu [des]governo é parte de uma trama muito maior, num jogo de interesse que envolve grupos muito poderosos, não podemos esquecer que, mesmo sem legitimidade, Temer é responsável por todos os atos praticados por ele mesmo, na condição de presidente da República, e por seus comandados.

É bom ficarmos atentos para não deixarmos que, de censura em censura, Temer e seus asseclas acabem sendo apresentados às gerações futuras com “vítimas do destino” ou como personagens menores na trama que, certamente, ficará registrada como um dos piores capítulos de nossa história recente.

## **MENOS GLAMOUR E MAIS INCLUSÃO**

09MAR2018

Enquanto os movimentos sociais e, em especial, as organizações de mulheres, pautaram a agenda do 8 de março em todo Brasil com atos públicos, protestos e denúncias das múltiplas formas de violência contra a mulher, a acanhada agenda das instituições públicas ficou restrita à prestação de alguns serviços pontuais, comemorações e homenagens.

No Ceará, a Assembleia Legislativa [AL] promoveu, na manhã da quarta-feira [7], durante o segundo expediente da sessão plenária e por iniciativa da bancada feminina da Casa, a homenagem a 19 mulheres “que se destacaram na luta em defesa dos direitos das mulheres”, segundo informou o site da Assembleia.

Sem pretender aqui questionar as escolhas feitas pelas parlamentares cearenses responsáveis pelas indicações, o fato é que a maioria das homenageadas atende a padrões que respondem às convenções sociais pré-estabelecidas como representação da “mulher de sucesso”, com alguns recortes claramente políticos e/ou sociais que reproduzem velhas práticas de privilégios e reconhecimento acentuadamente meritocrático. Esse padrão de escolha foi seguido, com menor ou maior distâncias, pelas Câmaras Municipais e outras instituições públicas que realizaram homenagens semelhantes.

Entre as homenageadas pela AL do Ceará não consta, por exemplo, nenhuma parteira, rezadeira, meizinheira ou qualquer outra representação das mulheres guardiãs de saberes ancestrais que trazem, na sua essência, o cuidado e o reconhecimento da sacralidade da vida e rejeitam, pelo fazer cotidiano, os modos de vida impostos pela pós-modernidade.

Nenhuma dona Cícera, carinhosamente chamada de “Mãe Preta” pelos moradores da comunidade de Pereiros, na zona rural da pequena Antonina do Norte [CE]. Mãe Preta era parteira e rezadeira e, aos 92 anos de idade, não lembra quantas crianças “pegou” durante seu tempo de ofício de parteira, mas sabe que o primeiro parto foi realizado quando ela tinha 20 anos e o “derradeiro” quando tinha 89.

Nenhuma dona Iraci ou dona Peinha, da comunidade de Chico Gomes, na zona rural do Crato [CE], conhecedoras de uma grande variedade de mezinhas e unguentos para curar quase todo tipo de doença do dia a dia e sábias conselheiras das almas aflitas, guiadas pela fé e por sua conexão com o sagrado que se faz presente através da memória ancestral.

Não vimos lembradas entre as 19 homenageadas as mulheres indígenas e quilombolas, as trabalhadoras rurais e as extrativistas, as bravas mulheres da luta pela terra e dos movimentos de resistência dos atingidos e atingidas por barragens, as catadoras de materiais recicláveis, as mulheres negras das

periferias de nossas cidades, as “viúvas de maridos vivos” que se desdobram para criar sozinhas seus filhos e filhas, não por opção, mas em decorrência do abandono irresponsável dos pais ausentes.

Também não tivemos entre as homenageadas nenhuma mulher lésbica – que tenha sido lembrada exatamente por sua militância nesse campo – e nenhuma mulher trans. Estranho mesmo seria tê-las nessa ou em outras listas de homenagens patrocinadas por instituições públicas dominadas por uma cultura elitista, machista, heteronormativa e impregnada de preconceitos e intolerâncias. Melhor mantê-las na invisibilidade e evitar desconfortos “desnecessários”.

Aliás, a propósito das mulheres trans, essa é uma questão que ainda carece de reflexão e diálogo dentro dos próprios movimentos sociais, embora já seja possível celebrar avanços importantes e até uma ampliação do sentido de sororidade, palavra originada do latim *sóror*, que significa irmãs. O termo pode ser considerado a versão feminina da fraternidade, que se originou a partir do prefixo *frater* [irmão].

O fato é que não podemos restringir a vasta temática dos direitos, lutas e conquistas das mulheres a solenidades pontuais, realizadas quase sempre com muita pompa e recheadas de glamour, que estão longe de acolher a diversidade de signos, histórias e lugares de falas das mulheres. Não esqueçamos que

a agenda institucional conservadora reproduz, em maior ou menor grau, um imaginário de mulher e de homem que serve apenas à lógica competitiva, excludente e alienante que rejeita toda forma de cuidado, afeto e amor, únicas energias capazes de ressignificar nossas adoecidas relações e nos permitir aprender uns com outros, sobretudo pela escuta amorosa e pela ressacralização da Terra e de toda forma de vida nela existente.

## O JUQUINHA PRECISA SABER

24MAR2018

Escrito pela jornalista carioca Ana Helena Tavares, o livro “O problema é ter medo do medo: o que o medo da ditadura tem a dizer à democracia” [Editora Revan, 2016] reúne 26 entrevistas com personagens que viveram de perto o pré-golpe ou a resistência à ditadura e “trazem rico material para conhecimento e análise do que foi esse período na história do Brasil”, escreveu o também jornalista e ex-guerrilheiro *Cid Benjamin* no prefácio do livro.

O título do livro foi emprestado da resposta de Dom Pedro Casaldáliga a uma das perguntas de Ana Helena, durante entrevista em sua casa em 2012. “O sr. alguma vez teve medo?”, perguntou a jornalista. “Várias! O medo é natural ao ser humano. O problema é ter medo do medo”, respondeu o bispo do Araguaia.

Durante seu depoimento Casaldáliga acrescenta que a democracia é uma palavra profanada. “Porque se tem uma democracia, entre aspas, política. Mas não se tem democracia econômica. Não se tem democracia étnica. Os povos indígenas, dentro destes Estados democráticos, são coibidos. São marginalizados”.

Uma das falas mais emblemáticas vem de Carlos Eugênio Paz [o comandante Clemente], último comandante vivo da ALN [Ação Libertadora Nacional]. De acordo com a autora do livro, Carlos Eugênio teve sua foto ainda jovem estampada em cartazes e jornais. “Estava marcado para morrer. Mas sobreviveu e, após exílio forçado, voltou para contar a história. Não se incomoda em contá-la, com seus erros e acertos. Ele acha que todos precisam saber de tudo. Por isso, constantemente ele dá palestras em escolas e toca em feridas”. No livro está registrado seu desejo de que “o Juquinha precisa saber”, referindo-se ao direito de nossas crianças e adolescentes conhecerem a verdade sobre os sombrios tempos de autoritarismo vividos no Brasil. “Eu só vou morrer feliz quando ‘Juquinha’ chegar à escola, abrir seu livro e estudar sobre João Cândido, o Almirante Negro. Apolônio de Carvalho, Joaquim Câmara Ferreira”, declara Carlos Eugênio.

Sim. É fundamental que a história desse país e de toda a humanidade seja contada sem máscaras, sem recortes e sem versão única, para que as novas gerações e as futuras não se apresentem propensas a apoiar posições autoritárias como vem fazendo parcela significativa da nossa juventude. Pesquisa recente realizada pelo DataFolha, em parceria com o Fórum

Brasileiro de Segurança Pública [FBSP]<sup>36</sup>, aponta que 8,1% dos jovens brasileiros com idade entre 16 e 24 anos, tende a apoiar medidas autoritárias, acreditando ser essa a solução para os nossos problemas atuais<sup>37</sup>.

Certamente o desconhecimento dos graves fatos que marcaram a história recente do Brasil -especialmente durante o período ditatorial de mais de duas décadas, iniciado em 1964 com o golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart – ou seu conhecimento pela via do caminho único, escolhido pelos que ditaram a história e seu registro oficial, contribuem significativamente para que parcela de nossa juventude, em pleno século XXI, defenda a volta da ditadura ou se apresente simpático a discursos de ódio e intolerância patrocinados por mentes doentias capazes de fazer apologia à tortura e defender o genocídio.

---

<sup>36</sup> *Medo da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil: índice de propensão ao apoio a posições autoritárias. Organizador: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. 39p.*

<sup>37</sup> O Datafolha aplicou 2.087 entrevistas, em uma amostra estatisticamente representativa da população brasileira com 16 anos ou mais e em 130 municípios de pequeno, médio e grande porte, entre os dias 07 e 11 de março de 2017.

Lembro-me aqui de um dos textos de Eduardo Galeano publicado no livro *Mulheres* [1997]. Nos conta o escritor uruguaio:

*– Em épocas remotas, as mulheres se sentavam na proa das canoas e os homens na popa. As mulheres caçavam e pescavam. Elas saíam das aldeias e voltavam quando podiam ou queriam. Os homens montavam as choças, preparavam a comida, mantinham acesas as fogueiras contra o frio, cuidavam dos filhos e curtiam as peles de abrigo. Assim era a vida entre os índios onas e os yaganes, na Terra do Fogo, até que um dia os homens mataram todas as mulheres e puseram as máscaras que as mulheres tinham inventado para aterrorizá-los. Somente as meninas recém-nascidas se salvaram do extermínio. Enquanto elas cresciam, os assassinos lhes diziam e repetiam que servir aos homens era seu destino. Elas acreditaram. Também acreditaram suas filhas e as filhas de suas filhas.*

Assim se reproduz a história contada conforme o querer e os interesses dos dominadores. Assim se conduz à alienação e à ignorância gerações e mais gerações, pela perpetuação do medo e das mentiras que o alimentam.

Ademais, o que temos observado ultimamente confirma a orientação ambivalente entre autoridade e poder, identificada pelo psicanalista judeu alemão Erich Fromm como uma das principais características vinculadas à personalidade autoritária. Segundo Fromm, o indivíduo autoritário é, a um só tempo,

submisso [em relação àqueles que percebe como mais fortes] e dominador [diante daqueles que julga mais fracos].

Por isso, urge que recontemos nossa história, com reflexão e criticidade, por muitas vozes e livres do fantasma do medo. Se faz indispensável que a recontemos e a contemos em cada praça, em cada encontro, em cada escola e em cada livro didático. Por fim, parafraseando o escritor Rubem Alves, é primordial que não nos contentemos com o papel de revisores e sejamos, de agora e para sempre, gramáticos de nossa própria história.

## **A PÁSCOA PARA ALÉM DE COELHOS E OVOS DE CHOCOLATE**

01ABR2018

A palavra Páscoa – Pessach, em hebraico – significa passagem. Para os judeus ela representa a travessia pelo mar Vermelho quando o povo liderado por Moisés passou da escravidão do Egito para a liberdade na Terra Prometida. Segundo explica o teólogo Fernando Altmeyer Júnior, da PUC de São Paulo, para os cristãos a Páscoa tem um sentido mais metafísico, representando a passagem de Cristo pela morte. O teólogo refere-se à tradição de que Jesus teria ressuscitado no terceiro dia após a crucificação. Nos dois casos, Páscoa lembra passagem, trazendo consigo a dimensão simbólica de passar da condição menos humana para a mais humana.

Essa representação nos remete à reflexão sobre a condição humana no contexto atual e nos convida a lutar em defesa do direito à vida digna, como forma de construir pontes que possam servir de passagem para dias melhores, que possam trazer luz a esses tempos de sombra, marcados por ódio, intolerância e desamor. Por isso, viver a Páscoa, no seu sentido mais amplo, é comprometer-se com a denúncia e a oposição a toda forma de ameaça à vida.

Páscoa é também tempo de honrar a memória de todos aqueles e aquelas que, seguindo o exemplo de Jesus, não se

calaram diante das injustiças dos homens e deram sua própria vida na luta por um mundo menos desigual e mais fraterno. É trazer à memória Roseli Nunes, símbolo da luta pela terra no Brasil. Terra que não lhe foi prometida, mas negada; e que por isso mesmo teve de ser conquistada, ainda que o preço tenha sido a própria vida. Roseli [que inspirou o filme/documentário Terra para Rose] foi assassinada no dia 31 de março de 1987, durante um protesto de pequenos agricultores no norte do Rio Grande do Sul.

É lembrar de João Pedro Teixeira [de Cabra Marcado para Morrer], Frei Tito de Alencar, Olga Benário Prestes, Mahatma Gandhi, Margarida Alves, Marçal Tupã-i, Irmã Dorothy Stang, Martin Luther King, Marielle Franco e de tantos homens e tantas mulheres corajosas que nos ensinaram a importância de seguir buscando um novo tempo, apesar dos perigos.

Pascoa é tempo de solidariedade com os milhares de crianças em todo mundo que neste dia ainda não fizeram uma refeição, por mais simples que seja. Não porque tenham optado pelo jejum como forma de remissão de seus pecados, que sequer existem. Mas, porque são vítimas dos graves pecados da ganância e da indiferença, marcas registradas de um sistema que se alimenta da miséria de muitos, enquanto poucos se regalam em banquetes marcados pelo luxo e o desperdício.

É tempo de acolher a dor das muitas Marias que choram seus filhos, assassinados pela violência cotidiana das faixas de Gaza daqui e de lá, vítimas de guerras políticas, religiosas ou sociais que têm, muitas vezes, o braço armado do Estado como executor implacável e seletivo.

Entretanto, Páscoa é também tempo de anunciar a esperança, que se nutre da fé da gente simples dos nossos muitos sertões. Gente forte e sábia que não desiste da vida e segue fazendo do amor incondicional a roça fértil onde semeiam o cuidado e a solidariedade. Esperança que encontra abrigo no compromisso inarredável de Pedro Casaldáliga com os injustiçados da América Latina. Que encontra solo fértil na resistência dos Xavantes ao violento processo de expansão do agronegócio na terra Marãiwatsédé [mata profunda], na região do Araguaia [MT]. Nesse cenário de resistência pacífica merece destaque o papel desempenhado pelas mulheres coletoras Xavante que integram a Rede de Sementes do Xingu.

Como nos lembra o padre Vanthuy Neto<sup>38</sup>, falando nessa Páscoa de uma pequena comunidade na floresta Amazônica,

---

<sup>38</sup> Padre Vanthuy Neto vive em Boa Vista [RR], depois de dirigir por 4 anos o Instituto de Teologia de Ensino Superior da Amazônia, em Manaus. O padre Vanthuy celebra em comunidades interioranas como Arco Íris, Monte Horeb e Felix Pinto.

entre o Brasil e a Guiana, o amor do Cristo ressuscitado se faz presente e vivo na “teimosia dos povos indígenas lutando para garantir a terra, lutando para garantir as suas culturas, a sua língua, o seu jeito de ser e dizendo: nós somos diferentes, mas somos humanos, como vocês”.

Páscoa é tempo de esperança que se faz presente na sabedoria de José “Pepe” Mujica, ex-presidente e hoje senador da República Oriental do Uruguai, uma das lideranças mais importantes do mundo atual, que escolheu viver apenas com o necessário para que as coisas não lhe roubem a liberdade. Mujica nos lembra: – *Inventamos uma montanha de consumo supérfluo, e é preciso jogar fora e viver comprando e jogando fora. E o que estamos gastando é tempo de vida. Porque quando eu compro algo, ou você, não compramos com dinheiro, compramos com o tempo de vida que tivemos de gastar para ter esse dinheiro. Mas com esta diferença: a única coisa que não se pode comprar é a vida. A vida se gasta. E é miserável gastar a vida para perder liberdade.*

A esperança vem também da coragem da jovem paquistanesa Malala Yousafzai, ganhadora do Prêmio Nobel da Paz, em 2014, especialmente por sua luta em defesa do direito das meninas à educação no Vale de Swat. Malala hoje é considerada um ícone internacional de resistência e luta pelos direitos das mulheres e pelo direito à educação. Ela tem sido inspiração

para aquelas e aqueles que buscam por fim à mentalidade patriarcal que patrocina as múltiplas formas de violência cotidiana contra as mulheres em todo o mundo.

O convite é, pois, para que todos os dias a Páscoa/Pessach se faça presente em nossas vidas pelo compromisso com a libertação individual e coletiva de toda forma de escravidão da mente, do corpo e do espírito. E o primeiro passo concreto pode ser rejeitarmos a mercantilização da Páscoa, que a transformou em mais uma data comercial onde um coelhinho nos presenteia com ovos de chocolate [sic], de preferência de uma marca famosa [e bem cara] para demonstrar o *status* de quem presenteia. Voltemos a “Pepe” Mujica para lembrar que “a sobriedade é um luxo para poder ser livre”.

## EM DEFESA DO SUS E DA VIDA

14ABR2018

A Organização Mundial de Saúde [OMS], em sua carta de constituição [1946], define que “a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade”. O mesmo documento afirma que “uma opinião pública esclarecida e uma cooperação ativa da parte do público são de uma importância capital para o melhoramento da saúde dos povos”.

Nessa mesma direção, a Declaração de Alma-Ata, documento parido durante a Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, realizada em Alma-Ata<sup>39</sup>, no período de 6 a 12 de setembro de 1978, além de reafirmar o conceito de saúde defendido pela OMS, enfatiza que a mesma “é um direito humano fundamental, e que a consecução do mais alto nível possível de saúde é a mais importante meta social mundial, cuja realização requer a ação de muitos outros setores sociais e econômicos, além do setor saúde”.

No Brasil a Saúde assume o *status* de política de Estado no começo do século XX, estreitamente vinculado à economia exportadora de café no Sudeste do país. Assim, o foco ainda era

---

<sup>39</sup> Antes pertencente à então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas [URSS], Alma Alta está localizada no atual Cazaquistão.

a melhoria das condições sanitárias, limitada ao controle de endemias e ao saneamento dos portos e do meio urbano do eixo agrário-exportador e administrativo da cultura do café, concentrado nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Nesse contexto, assegurar melhores condições sanitárias significava garantia de sucesso da política governamental de atração da força de trabalho estrangeira e preservação do contingente ativo de trabalhadores, em um cenário de escassez de mão de obra.

Assim, as políticas públicas de saúde no Brasil, em seu nascedouro e por um longo período seguinte, constituem-se como meio a serviço do capital, ficando suas ações limitadas, naquele primeiro momento, ao controle de enfermidades através da imposição estatal de medidas de higiene, vacinação, notificação de casos, isolamento de enfermos e eliminação de vetores.

O período ditatorial instalado no Brasil com o golpe civil-militar de 1964, que perdurou por mais de 20 anos, relegou a saúde pública a segundo plano, com uma perspectiva de saúde fortemente conservadora, ficando as ações restritas a campanhas de baixa eficácia. Some-se a isso a carência de recursos, limitados a menos de 2% do Produto Interno Bruto [PIB] nacional, o que resultou em graves consequências para a saúde da população.

Contudo, com o recrudescimento do regime autoritário, vários movimentos sociais assumem papel de destaque no processo de resistência à ditadura, trazendo consigo, além da luta por liberdade política e pelo fim do autoritarismo, a denúncia das precárias condições de vida das populações mais pobres. No bojo dessas denúncias, estava a situação caótica da saúde pública e dos serviços previdenciários de atenção médica.

Dá-se aí o início da organização do Movimento Sanitarista, que buscava aproximar produção do conhecimento e prática política, ampliando seu campo de ação e atuando lado a lado com organizações da sociedade civil nas lutas em defesa da redemocratização do país. Esse processo vai fortalecer a abordagem médico-social que assume publicamente o caráter político da área da saúde.

Durante a chamada Nova República [1985-1988] ocorrem amplas discussões envolvendo as sociedades civil e política brasileiras, visando a realização de reformas no sistema tributário, financeiro e administrativo nacionais e, sobretudo, reformas sociais que, no caso da saúde, foram encabeçadas pelo movimento de Reforma Sanitária. Esse processo resultou na criação do Sistema Único de Saúde [SUS].

Esse ambiente de reformas encontra eco também no Legislativo, com destaque para a promulgação da Constituição Federal de 1988, batizada de Constituição Cidadã, em virtude do

leque de direitos sociais contidos no novo texto constitucional que, dentre outras coisas, define o conceito de saúde, incorporando novas dimensões. Com isso, fica posto que para se ter saúde, é preciso ter acesso a um conjunto de fatores como alimentação, moradia, emprego, lazer, educação, dentre outros. O artigo 196 da CF 88 estabelece que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Com esse preceito constitucional e o disposto na Lei Orgânica da Saúde [Lei 8.080/90] e na legislação posterior correlata, fica definida a universalidade da cobertura do SUS.

Na contramão de todo esse processo histórico, ocorreu em Brasília na última terça-feira [10] o “1º Fórum Brasil – Agenda Saúde: a ousadia de propor um Novo Sistema de Saúde”, organizado pela Federação Brasileira de Planos de Saúde [FEBRAPLAN]. A participação de representantes do Ministério da Saúde, deputados federais e senadores no evento evidencia o total descompromisso do atual governo federal e de parcela expressiva do Congresso Nacional com o fortalecimento do SUS, além do alinhamento deles com os interesses puramente mercantilistas dos representantes dos planos privados de saúde.

A proposta apresentada por Alcení Guerra, ex-ministro da Saúde no governo Collor e ex-deputado federal pelo DEM, aponta para a transferência de recursos do SUS para financiar a Atenção de Alta Complexidade nos planos privados de saúde. A meta, segundo Guerra, é que até 2038 metade da população deixe de ser atendida pelo SUS e passe a ser atendida exclusivamente de forma privada. Isso significa que em 20 anos metade dos brasileiros precisarão pagar para ter direito a serviços de saúde. Não por coincidência, esse é mesmo prazo de vigência da Emenda Constitucional 95 que, de forma criminosa, congela os investimentos públicos em políticas sociais por 20 anos.

Na falta de argumentos plausíveis para defender o desmonte do SUS, o deputado federal pelo PP de Santa Catarina, Espiridião Amin, chegou ao absurdo de afirmar durante o evento que o SUS é “um projeto comunista cristão”, sendo esse o seu argumento para defender a construção do que estão chamando de “novo sistema nacional de saúde”.

Aproveitando-se das dificuldades enfrentadas no dia a dia do SUS, as empresas de planos de saúde, em conluio com os defensores e adeptos do projeto *uma ponte sem futuro*, querem ampliar seus lucros às custas do sacrifício dos mais pobres.

Vale ressaltar que muitos dos problemas do SUS decorrem da prevalência de uma visão de saúde que privilegia o “modelo

biomédico flexineriano<sup>40</sup>, idealizado e implantado nos Estados Unidos por meio da ação combinada do corporativismo médico local e do grande capital”, segundo destaca Eduardo Perillo.<sup>41</sup>

A ofensiva da FEBRAPLAN se soma a tantas outras que vêm se dando desde o golpe de 2016 e que apontam na direção da ampliação dos tentáculos do setor privado dentro do Estado para a retirada ou redução de direitos sociais. Aliás, a relação do [des]governo Temer com os interesses dos planos de saúde é antiga e bem achegada. O ex-ministro da Saúde, Ricardo Barros, que deixou o cargo há poucos dias, teve como um dos financiadores de sua última campanha eleitoral para deputado federal um dos principais operadores de planos de saúde.

Considerado por muitos estudiosos como a política de maior inclusão social implementada no Brasil, é imperioso

---

<sup>40</sup> O Relatório Flexner foi um estudo financiado pela Carnegie Foundation a pedido da American Medical Association e publicado em 1910, que produziu transformações no ensino e na prática da medicina nos Estados Unidos, passando esse modelo a ser exportado para todo o continente americano e outras partes do mundo onde a influência estadunidense conseguisse chegar.

<sup>41</sup> PERILLO, Eduardo Bueno da Fonseca. Importação e Implantação do Modelo Médico-Hospitalar no Brasil – um esboço da história econômica do sistema de saúde 1942-1966. São Paulo. 2008.

reconhecer que, embora os avanços do SUS ao longo dos anos sejam significativos, ainda persistem problemas a serem urgentemente enfrentados de forma corajosa e responsável para consolidá-lo como um sistema público universal e equânime. Mas, sem qualquer sombra de dúvidas, a solução não é transformar a saúde em mercadoria e a vida das pessoas em mera possibilidade de negócio, descartável sempre que a capacidade de pagamento do *cliente* não corresponder à ganância ou à margem de lucro prevista nas planilhas eletrônicas dos planos privados de saúde.

Recorro ao poeta Eduardo Alves da Costa para lembrar que “Na primeira noite eles se aproximam e roubam uma flor do nosso jardim. E não dizemos nada. Na segunda noite, já não se escondem: pisam as flores, matam nosso cão, e não dizemos nada. Até que um dia, o mais frágil deles entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a luz e, conhecendo nosso medo, arranca-nos a voz da garganta. E já não podemos dizer nada”<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> Trecho do poema “*No caminho, com Maiakovski*”, do poeta brasileiro Eduardo Alves da Costa. Ao longo dos anos a autoria do poema tem sido atribuída, erroneamente, hora ao poeta e dramaturgo russo Vladimir Maiakovski, hora ao poeta e dramaturgo alemão Bertolt Brecht.

Portanto, em defesa do SUS e da vida, precisamos reagir antes que seja tarde.

## NÃO PODE HAVER RAZÃO NA GUERRA

23ABR2018

*“Se queremos alcançar neste mundo a verdadeira paz e se temos de levar a cabo uma verdadeira guerra contra a guerra, teremos de começar pelas crianças; e não será necessário lutar se permitirmos que cresçam com a sua inocência natural; não teremos de transmitir resoluções insubstanciais e infrutíferas, mas iremos do amor para o amor e da paz para a paz, até que finalmente todos os cantos do mundo fiquem cobertos por essa paz e por esse amor pelo qual, consciente ou inconscientemente, o mundo inteiro clama.”*

*[Mohandas Gandhi, in ‘The Words of Gandhi’]*

Enquanto guerras e conflitos armados eclodem em todo o mundo, analistas tentam explicar as razões para cada uma delas. E eu me ponho a querer entender como alguém pode encontrar razão ou alguma explicação razoável para atitudes insanas que matam milhares de pessoas, dizimam vilas e cidades inteiras e espalham tanto medo e dor.

Durante a Segunda Guerra Mundial, cerca de **27 mil pessoas morreram diariamente** entre setembro de 1939 e agosto de 1945 em consequência do conflito global, segundo destaca Max Hastings em seu livro “Inferno: o mundo em guerra – 1939-1945”. Na Guerra do Vietnã, mais de 58 mil

estadunidenses e ao menos 1,1 milhão de vietnamitas morreram no conflito [algumas estimativas apontam para mais de 3 milhões de mortos]. O “agente laranja” – substância química jogada pelas tropas dos EUA no solo para destruir plantações agrícolas e desfolhar florestas usadas como esconderijo pelos inimigos, acabou causando danos, malformação de crianças e contaminação, com efeitos que duram até hoje.

Segundo se sabe pela história oficial, no dia 6 de agosto de 1945 Hiroshima perdeu 90% de suas construções e 25% de seus habitantes em meia hora. Como escreveu Tereixa Constenla<sup>43</sup>, em artigo publicado em janeiro desse ano no site El País, “a destruição e as doenças continuariam crescendo muito tempo depois da explosão da bomba atômica Little Boy e da rendição do imperador Hirohito”. Os relatórios oficiais do triste episódio que marcaria para sempre a história da humanidade falam de 306.545 atingidos. Contudo, como nos enfatiza Constenla, neles “não é possível ver o medo, a incredulidade e a dor dos moradores de Hiroshima, protagonistas forçados da hecatombe”.

O tempo passa e a cultura da guerra continua a matar para saciar a sede de poder – sobretudo econômico e político –

---

<sup>43</sup> Tereixa Constenla é uma jornalista espanhola que trabalha na seção de Cultura do diário El País.

daqueles que a produzem diariamente, pelas mais variadas formas e caminhos.

A guerra civil na Síria, prestes a completar sete anos, já tirou a vida de 511.000 pessoas, segundo um balanço apresentado no início de março desse ano pelo Observatório Sírio dos Direitos Humanos – SOHR [sigla em inglês], uma organização que se tornou uma das fontes mais confiáveis graças à presença de informantes no terreno. Desse total, 106.390 mortos são civis, incluindo 19.811 menores e 12.513 mulheres. A situação na Síria se agravou com os recentes ataques patrocinados pelos EUA e seus aliados. Na noite de sexta-feira, 13 de abril, o presidente Donald Trump lançou um ataque à Síria, em comum acordo com Reino Unido e França.

E o que de fato sabemos das guerras? Pelo menos nas instituições de ensino, públicas e particulares, apenas as versões oficiais. Aquilo que interessa aos “vencedores” de cada guerra que saibamos e que, atualmente, nos chegam em tempo recorde através da mídia sensacionalista de plantão que, como abutres à espera de um cadáver, cuidam de anunciar com infográficos e todos os adereços possíveis, as perversas estatísticas da guerra e constroem análises mirabolantes e superficiais sobre a mesma, sempre seguindo a lógica e os interesses de quem as patrocina [a guerra e a mídia].

Voltando a Hiroshima, é preciso ler as “Cartas desde el fin del mundo: por un superviviente en Hiroshima”, versão em espanhol para as cartas escritas por Toyofumi Ogura, morador de Hiroshima, que morreu em 1996, aos 97 anos de idade. Ele foi “um sobrevivente casual”, o único professor do seu departamento de História que não morreu, porque, no momento em que a bomba explodiu, ele caminhava a uns quatro quilômetros da cidade. Contudo, sua esposa, Fumiyo, estava diante de uns armazéns no centro da cidade e desmaiou ali mesmo, vindo a morrer duas semanas depois.

Ogura relata o sofrimento da esposa e a angústia vivida por ambos ao longo dessas duas semanas, já que os sintomas das lesões se agravavam com os dias, sem que soubessem o alcance das feridas, que não eram convencionais e não revelavam sinais externos traumáticos. Tão pouco sabiam que existia uma enfermidade por radiação, que modificava o grupo sanguíneo dos afetados, minava seus glóbulos vermelhos e brancos e provocava hemorragias internas.

Em outro artigo, também publicado no El País, em 2012, Teixeira Constenla escreve que “entre o carrossel de sentimentos daqueles dias Ogura experimentou um bulímico desejo: informar mediante cartas a sua mulher sobre o que havia ocorrido depois de sua morte. Durante um ano escreveu nota depois de nota. Para ela e para ele”.

“A guerra não vinga os mortos. Aumenta-os”. Nos lembravam as palavras de ordem das manifestações estudantis em Berlim, em outubro de 2001. Naquele mesmo outubro vermelho de sangue, os ataques militares dos EUA ao Afeganistão espalhavam dor e luto para milhares de pessoas que não escolheram a insanidade daquela guerra, mas, assim como em todas as outras, acabaram pagando seu pior preço.

O escultor Kotaro Takamuro escreveu na introdução da edição espanhola das cartas de Ogura: “qualquer político ou militar que lesse este livro perderia o desejo de fazer a guerra”. Pessoalmente, penso que quanto mais acreditarmos na guerra [e em toda forma de violência] como caminho para a solução dos nossos problemas, mais nos distanciaremos da perspectiva biocêntrica de mundo e, por conseguinte, da centelha divina que sustenta e nutre nossa própria humanidade, na sua dimensão individual e coletiva, já que somos parte de um todo: a grande teia da vida, com a qual urge nos reconectarmos, antes que seja tarde.

## CEARÁ 2050: PARA QUEM?

30ABR2018

Lançada no dia 2 de outubro de 2017, durante evento realizado em Fortaleza com a presença de cerca de 4 mil pessoas, a *Plataforma Estratégica de Desenvolvimento de Longo Prazo – Ceará 2050* pretende “traçar estratégias para acelerar o crescimento econômico estadual nas próximas três décadas e atender, de forma mais eficiente, às expectativas da sociedade pela oferta de serviços essenciais – saúde, educação, abastecimento de água, segurança pública e geração de emprego e renda”, conforme texto publicado no site oficial do Governo do Estado do Ceará.

Em que pese a importância da iniciativa, será necessário, antes de qualquer outro passo, refletir sobre algumas questões que considero primordiais e que vão desde aspectos conceituais como a própria ideia de “desenvolvimento sustentável”, presente nos primeiros discursos sobre a Plataforma, até a carência de respostas para expectativas geradas em processos anteriores semelhantes, a exemplo da requalificação dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável [PTDS], realizada entre os anos de 2016 e 2017, sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará, através da Coordenadoria de Desenvolvimento Territorial e Combate à Pobreza Rural [CODET].

O cientista político e social equatoriano Carlos Jara, em documento preparado para o X Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial, realizado em 2015 na cidade de Salvador [BA], refere-se ao conceito de “desenvolvimento sustentável” apresentado pelo Relatório Brundtland<sup>44</sup>, como uma atrativa ideologia neoliberal que não logrou manter o equilíbrio entre a produção material e a conservação dos recursos naturais. “Bonito conceito, só que a lógica da distribuição se apoiou no crescimento, que esteve e está submetido à dinâmica dos mercados financeiros, fontes de desequilíbrios”, destaca Jara.

O chamado *Triple Bottom Line* [Tripé da Sustentabilidade], criado em 1990 pelo britânico John Elkington, fundador da ONG SustainAbility, que concebe o “desenvolvimento sustentável”

---

<sup>44</sup> Em 1983, a médica Gro Harlem Brundtland, mestre em saúde pública e ex-Primeira Ministra da Noruega, foi convidada pela Secretaria Geral da Organização das Nações Unidas para estabelecer e presidir a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Em 1987, após dezenas de reuniões da Comissão, foi apresentado o documento “Nosso Futuro Comum” [Our Common Future], que ficou conhecido como Relatório Brundtland. Neste documento o desenvolvimento sustentável é concebido como “O desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

como aquele que “deve ser economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto” é duramente criticado também pelo teólogo e escritor Leonardo Boff, para quem “A expressão desenvolvimento sustentável representa uma armadilha do sistema imperante: assume os termos da ecologia [sustentabilidade] para esvaziá-los. Assume o ideal da economia [crescimento] mascarando a pobreza que ele mesmo produz”.

O autor do livro “Sustentabilidade: o que é e o que não é” [2012], lembra que “O desenvolvimento realmente existente é linear, crescente, explora a natureza e privilegia a acumulação privada. É a economia política de viés capitalista. A categoria sustentabilidade, ao contrário, provém das ciências da vida e da ecologia, cuja lógica é circular e incluyente. Representa a tendência dos ecossistemas ao equilíbrio dinâmico, à interdependência e à cooperação de todos com todos”. Como se depreende: são lógicas que se auto-negam: uma privilegia o indivíduo, a outra o coletivo, uma enfatiza a competição, a outra a cooperação, uma a evolução do mais apto, a outra a co-evolução de todos interconectados., enfatiza Boff.

Ademais, é preciso responder a questões cruciais já sinalizadas em momentos anteriores, antes de iniciarmos mais um processo de diálogos com os cearenses, sob pena de vermos os novos momentos de diálogo a serem propostos na

metodologia do Ceará 2050 esvaziados em virtude da descrença de atores estratégicos – especialmente da sociedade civil organizada – que, ao longo de anos têm contribuído com suas ideias e opiniões sempre que chamados pelo poder público, sem que, contudo, recebam a devida devolutiva para suas contribuições, especialmente através de ações concretas que os animem a seguir dedicando tempo, esforços e energias a processos coletivos de planejamento ou de pensamento sobre o futuro.

Uma breve leitura do documento final do **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Cariri [PTDS Cariri 2017-2024]**, elaborado através de um amplo e rico diálogo com representantes de instituições públicas e de organizações da sociedade civil, além de cidadãos e cidadãs que livremente decidiram fazer parte do mesmo, nos permitirá identificar, com facilidade, valiosas contribuições que até o momento não foram respondidas pelas instituições públicas a quem caberia a execução ou o apoio às propostas lá apresentadas.

Dentro do eixo “Formação Cidadã e Organização Social” do PTDS Cariri, por exemplo, um dos objetivos é “promover o etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude do campo, das cidades e da floresta, por meio do acesso à formação, à organização social e à cidadania”. Vinculada a esse objetivo está a estratégia de “criar mecanismos de

reconhecimento das parteiras, benzedadeiras, curandeiras e afins, assim como das medicinas tradicionais oriundas/praticadas pelos povos e comunidades tradicionais”. Uma meta simples dessa estratégia e ainda sem encaminhamento concreto, em que pese seu significado para os povos e comunidades tradicionais locais, é a “realização de um Encontro anual de Saberes e Fazeres das Comunidades e Povos Tradicionais do Cariri cearense”.

Aliás, vale ressaltar que a própria estratégia territorial, que foi enfraquecida no atual governo federal por razões claramente políticas, também deixou de receber a devida atenção do governo estadual, já durante a fase final de requalificação dos PTDS nos diversos territórios cearenses, mesmo tendo sido anunciada em diversos momentos a decisão política do atual governo estadual de contribuir para manter viva a estratégia territorial no Ceará.

Voltando ao Ceará 2050, a Universidade Federal do Ceará [UFC] é parceira do Governo do Estado do Ceará na elaboração da Plataforma, cabendo à UFC a condução do processo, especialmente através da reunião e análise de pesquisas, ações e ideias oriundas de vários setores da sociedade, segundo declarou o professor José de Paula Barros Neto, coordenador do projeto na Universidade, ao jornal da UFC [edição de fevereiro de 2018]. A mesma edição destaca que “apesar da amplitude

do projeto, há dois aspectos que, de acordo com os responsáveis, vão nortear tanto as discussões como a execução da plataforma: **umentar a riqueza gerada no Ceará** e, ao mesmo tempo, **reduzir as desigualdades**".

Aqui reside um dos principais desafios: identificar que paradigma e que visão de mundo guiarão os diálogos em busca de ideias para o Ceará 2050. A centralidade da nossa visão de futuro estará no crescimento econômico, na perspectiva da economia como base para as outras políticas públicas, ou conseguiremos enxergar a premência de um novo paradigma, comprometido com a centralidade da vida, a serviço da qual a economia deve se colocar?

Para Maia Júnior, secretário de Planejamento e Gestão do Estado, "Não podemos nos dar o luxo de prescindir do conhecimento das universidades. E as universidades não devem cultivar um conhecimento distante das necessidades mais essenciais da sociedade". Esse pensamento é compartilhado por Henry Campos, reitor da UFC, para quem "É de grande sabedoria a decisão do Governo do Estado de traçar um plano de desenvolvimento com base no conhecimento, na pesquisa, na inovação. O conhecimento é fundamental para a transformação social como um todo".

Embora não se possa negar a importância da contribuição da academia nesse processo, é fundamental compreendermos a

necessidade de acolhermos uma nova perspectiva epistemológica que, rompendo com a tradicional visão *academicista* enclausurada nas frias paredes de concreto das Universidades e nos inférteis acordos tácitos do “*eu te cito, tu me citas*”, reconheça a valiosa contribuição que tem sido dada, ao longo dos tempos e até hoje, por várias organizações, coletivos, comunidades e povos tradicionais através de saberes ancestrais e de lições tiradas da luta diária pela sobrevivência que encontra na solidariedade, na comunhão e no cuidado a força necessária para superar as dificuldades decorrentes de um modelo econômico concentrador de renda e riqueza, de uma cultura de preconceito e exclusão e de um Estado ausente ou presente apenas através do seu braço mais violento.

Portanto, para construirmos um Ceará que tenha alguma chance de fazer sentido para a grande maioria dos cearenses, será necessário pactuar princípios, estabelecer referenciais ético-políticos e fazer escolhas que superem a limitada visão desenvolvimentista que tenta conciliar conceitos e interesses muitas vezes inconciliáveis. É preciso decidir para quem queremos o Ceará 2050, antes mesmo de pensarmos o que precisa ser feito, lembrando que ao longo dos próximos 30 anos há muita injustiça a ser reparada. Há muita desigualdade a ser superada e muita distância a ser encurtada, não pelas estradas de asfalto, mas pelas vias do cuidado e do respeito à vida.

Só há sentido em mobilizarmos esforços, energias e recursos para pensarmos o Ceará 2050 se as propostas paridas nesse processo e seus desdobramentos estiverem a serviço dos mais pobres e dos invisibilizados. Se estiverem visceralmente comprometidas com a superação das múltiplas formas de exclusão que ainda nos assombram e roubam direitos fundamentais de milhares de cearenses.

Fora disso, é fazermos mais do mesmo e construirmos, sob o manto desbotado de uma acanhada democracia, novas ilusões para o enfrentamento de falsos problemas centrais.

## **A EUGENIA COMO MANTO INVISÍVEL DO PRECON- CEITO NO SÉCULO XXI**

09JUL2018

Em 1883 o antropólogo e matemático inglês Francis Galton usa, pela primeira vez, a palavra “eugenia” para designar uma “ciência do melhoramento biológico do tipo humano”. A teoria galtoniana buscava se apoiar em estudos estatísticos dos fenômenos hereditários e sustentava que o tamanho do corpo, cor dos olhos, força dos músculos, inteligência e até moralidade eram herdados. Galton procurava encontrar relações mensuráveis entre características físicas e o caráter e agrupava as pessoas segundo características gerais, o que permitiria, segundo sua teoria, controlar a reprodução da espécie ao suprimir os considerados tipos “ruins” e aumentar a natalidade daqueles “bem-nascidos”.

Já a partir de 1859, quando Charles Darwin [*The origin of species*] propôs que a seleção natural fosse o processo de sobrevivência a governar a maioria dos seres vivos, Galton e vários outros pensadores passaram a defender o que ficou conhecido como darwinismo social.

Dez anos depois, em seu livro *Hereditary genius*, Galton – utilizando-se de biografias familiares de pessoas famosas, dicionários biográficos e registros de antecedentes familiares de artistas e intelectuais de diversas áreas – defendeu a tese de que

não somente os aspectos físicos, mas também o talento e a capacidade intelectual poderiam ser calculados, administrados e estimulados, por meio de casamentos criteriosos durante gerações consecutivas. Essa teoria influenciou largamente – e ainda influencia – a visão de muitas “famílias nobres” em todo o mundo, sendo comum o arranjo de casamentos entre pessoas do mesmo grupo ou classe social com o fim de manter a “linhagem pura” e a supremacia racial e de classe.

As propostas de Galton ficaram conhecidas como “eugenia positiva”. Contudo, como escreve Andréa Guerra<sup>45</sup>, nos EUA “elas foram modificadas, na direção da chamada ‘eugenia negativa’, de eliminação das futuras gerações de ‘geneticamente incapazes’ – enfermos, racialmente indesejados e economicamente empobrecidos –, por meio de proibição marital, esterilização compulsória, eutanásia passiva e, em última análise, extermínio”.

A eugenia delineada nos seletos grupos intelectuais frequentados por homens brancos dos EUA inspirou nacionalistas alemães defensores da supremacia racial, como Adolf Hitler, que se valeu de métodos de identificação, segregação, esterilização, eutanásia e extermínio em massa dos indesejáveis, para

---

<sup>45</sup> Do holocausto nazista à nova eugenia no século XXI. Cienc. Cult. vol.58 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2006.

dar materialidade a seu ódio ao povo judeu, tudo sob o manto da pseudociência.

Embora a ampla repercussão negativa da experiência nazista tenha levado ao abandono do uso do termo e, sobretudo, da defesa pública da eugenia, a ideologia segregacionista, o racismo e o ódio daí decorrentes continuaram e continuam a acompanhar a história da humanidade.

Foi assim com os hereros, povo banto da África Sudoeste [hoje Namíbia], após se oporem à colonização alemã na primeira década do século XX. Expulsos para o deserto de Omaheke, os hereros foram condenados à morte por fome e sede após o envenenamento de suas fontes d'água pelo exército alemão.

Foi assim nos atos de fuzilamento em massa levados a cabo pela invasão japonesa à China na década de 1930. Somente no massacre de Nanking, em 1937, 300 mil pessoas foram mortas. O objetivo era o aniquilamento dos chineses e coreanos, considerados inferiores pelos invasores. Foi assim no Tibete, invadido pela China em 1949. Nos primeiros dez anos de invasão, cerca de 6 mil mosteiros foram destruídos e milhares de pessoas foram mortas.

Tem sido assim nos frequentes atos de genocídio e etnocídio dirigidos a povos e comunidades tradicionais em várias partes do mundo e, de modo especial, na América Latina. A propósito, como nos lembra Pierre Clastres, em seu livro

“Arqueologia da Violência” – lançado no Brasil em 2004, pela editora Cosac & Naify – “o etnocídio é a supressão das diferenças culturais julgadas inferiores e más; é a aplicação de um projeto de redução do outro ao mesmo”.

A eugenia deixou suas marcas profundas no Brasil do século XX, também através do massacre do Carandiru [1992], que resultou na morte de 111 detentos do pavilhão 9 da Casa de Detenção Carandiru [SP]. Outro caso foi a chacina da Candelária [1993], quando policiais à paisana mataram oito crianças e feriram dezenas em frente à igreja da Candelária, no Centro do Rio de Janeiro.

Ela também se faz presente nas políticas higienistas colocadas em marcha recentemente na cidade de São Paulo, pelo governo de João Doria [PSDB]. Em 2014, moradores da zona oeste do Rio de Janeiro foram removidos por conta das obras para os Jogos Olímpicos. No mesmo ano, ações de “limpeza pública” que incluíam a dispersão da população em situação de rua foram realizadas em Salvador e Porto Alegre, que se preparavam para sediar a Copa do Mundo.

Mas, a eugenia não está presente apenas na mente de gestores públicos e outros agentes estatais. Em outubro de 2011, a troca do endereço de um albergue que abriga moradores de rua, instalado no bairro de Pinheiros, na Zona Oeste de São Paulo, causou muita polêmica. Bastou a Prefeitura anunciar

que iria instalar o albergue em um imóvel maior, na mesma rua, para que alguns moradores e comerciantes locais, num evidente ato de intolerância social, reagissem à ideia com argumentos recheados de preconceito. O episódio foi analisado por mim em [artigo publicado aqui no blog](#).

Naquele mesmo ano, moradores do bairro Higienópolis, também em São Paulo, protestaram contra a construção de uma estação de metrô na região porque ficaram com receio de que a nova opção de transporte atrairia “uma gente diferenciada”. Em 2013, os rolezinhos marcados por jovens da periferia em parques e shopping centers espantaram fregueses e levaram os estabelecimentos a reforçar a segurança.

Mais recentemente, em junho desse ano, veio à tona o caso de Janaina Aparecida, 36, moradora de rua, submetida a procedimento de laqueadura das tubas uterinas [esterilização], sem o seu consentimento, por decisão judicial proferida pelo juiz Djalma Moreira Gomes Júnior, da comarca de Mococa [SP], em acatamento a ação impetrada pelo promotor Frederico Liserre Barruffini.

Em nota de repúdio, o Instituto de Garantias Penais [IGP] enfatizou que “a esterilização compulsória e eugênica, como a que se faz com os animais, evoca O Processo kafkiano. Janaína K. acordou detida por pessoas que não conhece, a fim de responder a processo judicial do qual não sabe o motivo [...] Ela

não teve vez alguma quando se discutiu o seu próprio direito à reprodução. Em suma, a inobservância do rito a transformou não em sujeito, mas em mero objeto processual”.

Como se vê, no Brasil do século XXI a eugenia também usa toga e passeia de mãos dadas com o Ministério Público, zombando dos direitos dos invisibilizados da sociedade da indiferença, do abandono e da intolerância. Enquanto isso, como nos alertava Caetano Veloso na música *Panis Et Circencis*, gravada pelos Mutantes, em 1968, “as pessoas na sala de jantar, são ocupadas em nascer e morrer”.

## **AGROTÓXICOS: UM NEGÓCIO SUJO E NADA POP**

24JUL2018

Em maio de 2013, um avião pulverizou agrotóxicos sobre a escola rural São José do Pontal, localizada em meio às vastas plantações de milho e soja em volta de Rio Verde, pequena cidade do estado de Goiás. Cerca de 90 pessoas, a maioria delas crianças que estudavam na escola, foram imediatamente hospitalizadas.

Cinco anos depois o cenário pouco mudou. “Pessoas em zonas rurais por todo o país continuam sendo intoxicadas por agrotóxicos. Pessoas comuns, em suas rotinas diárias, são expostas a tóxicas aplicações de agrotóxicos que ocorrem com frequência nas proximidades de suas casas, escolas e locais de trabalho”. É o que revela o relatório “Você não quer mais respirar veneno”, produzido pela Human Rights Watch, uma organização da sociedade civil com atuação em várias partes do mundo, que entre julho de 2017 a abril de 2018, entrevistou 73 pessoas afetadas pela deriva de agrotóxicos em sete locais em zonas rurais no Brasil. São comunidades rurais, comunidades indígenas, comunidades quilombolas e escolas rurais.

Há tempos a ganância e a sede voraz da indústria de agrotóxicos por lucros a qualquer custo, estreitamente associadas aos interesses do agronegócio, vêm fazendo vítimas no Brasil e em todo mundo. O relatório da Human Rights Watch trata de um

recorte específico, mas há muitas outras formas de envenenamento que alçam trabalhadores, consumidores e até comunidades inteiras.

*O cineasta Sílvio Tendler, em dois documentários sobre o assunto [“O veneno está na mesa” e “O veneno está na mesa 2”], apresenta dados assustadores. Desde 2008 o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos e cada brasileiro consome em média 5,2 litros de agrotóxicos por ano, revela Tendler, com base em informações da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida.*

Seguindo nessa direção, a nova edição do Dossiê ABRASCO, publicado em 2015, revela que 64% dos alimentos consumidos pelos brasileiros estão contaminados por agrotóxicos [Anvisa, 2013] e que entre 2007 a 2014 foram registradas 34.147 notificações de intoxicação por agrotóxico no Brasil [MS/DataSUS]. Além disso, entre 2000 e 2012 foi registrado um aumento de 288% no uso de agrotóxicos no país [Sindag] e o faturamento da indústria de agrotóxicos no Brasil em 2014 foi de 12 bilhões de dólares.

Regina Reinart, encarregada de projetos da Misereor na América Latina, em entrevista para o site Brasil de Fato, declara que “em Mato Grosso, foi feita uma pesquisa onde a água, a terra, o ar, os alimentos, tudo, até o leite materno de mulheres amamentando, estão envenenados por esses agrotóxicos”.

Esse lucrativo mercado é controlado, em todo mundo, por grandes corporações como Bayer, Syngenta e Monsanto, esta última, fabricante do PCB [piraleno], o agente laranja usado como herbicida na guerra do Vietnã, e de hormônios de aumento da produção de leite proibidos na Europa. Em setembro de 2016 foi anunciada com estardalhaço a fusão global das empresas Bayer e Monsanto. O negócio estimado em cerca de 66 bilhões de dólares criou a maior companhia integrada de pesticidas e sementes do mundo. No início de junho desse ano o grupo alemão dos setores farmacêutico e agroquímico Bayer anunciou que suprimirá a marca Monsanto depois de concluir a compra da empresa estadunidense. Uma tosca tentativa de apagar o rastro de destruição e mortes deixado pela Monsanto e sua filosofia empresarial com a qual a Bayer está visceralmente associada.

No livro “Agricultura Tóxica: um olhar sobre o modelo agrícola brasileiro”, publicado em outubro de 2017 pelo Greenpeace Brasil, o alerta é claro: temos um abacaxi pra descascar. “O uso de Organismos Geneticamente Modificados [OGM], a expansão da agropecuária sobre as florestas nativas, o uso massivo de agrotóxicos e os impactos socioambientais e climáticos advindos do nosso sistema produtivo têm comprometido o futuro da nossa alimentação e da resiliência do planeta”, alertam os autores da obra.

*Para fazer valer seus interesses a indústria de agrotóxicos recorre a métodos que incluem a cooptação de pesquisadores de universidades e instituições de pesquisa públicas em todo o mundo, a pressão e perseguição de pesquisadores idôneos e suas instituições de pesquisa quando revelam evidências científicas dos danos dos agrotóxicos à vida humana e não humana e a compra escancarada de parlamentares e outros agentes públicos de alto escalão ou ocupantes de cargos e funções públicas estratégicas para aprovar leis e normas nacionais e locais que atendam a seus interesses.*

Segundo o Dossiê ABRASCO, no Brasil a pressão política sobre os órgãos reguladores da saúde e do ambiente é ostensiva e se faz sentir de diferentes formas. “Desqualificação das equipes técnicas, pressão das empresas junto aos órgãos por intermédio de parlamentares, judicialização constante quando de decisões contrárias ao uso de agrotóxicos que impedem ou retardam a regulação desses produtos no país são exemplos de diferentes formas de pressão política”, destaca o documento.

É bem verdade que no contexto atual brasileiro os interesses da indústria de agrotóxicos e do agronegócio estão garantidos com muito mais facilidade, já que a esfera política do executivo federal e a maioria considerável do parlamento e do judiciário rezam na mesma cartilha dos grupos que controlam esse criminoso mercado.

Mas, a forte influência do setor na tomada de decisões de agentes públicos estatais em todo mundo não é de hoje e alcança até mesmo governos considerados progressistas. Em novembro de 2012 o então gerente geral de toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Luiz Claudio Meirelles, foi desligado da agência após constatar, apurar e comunicar a superiores, irregularidades na concessão dos Informes de Avaliação Toxicológica de produtos formulados que autorizam o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA a registrar os agrotóxicos no país.

Atualmente, dos 504 agrotóxicos liberados no Brasil, 30% são proibidos na União Europeia pelos riscos que oferecem à saúde e ao meio ambiente. Mas a turma pop do agro [sic] não pretende parar por aí. Nesse momento estamos sob um novo ataque dos tentáculos da indústria de agrotóxicos e do agrogócio e seus serviços, que querem aprovar a qualquer custo o PL6299/2002, do deputado Luiz Nishimori [PR-PR], da bancada ruralista. Várias instituições públicas e organizações da sociedade civil têm se posicionado contrárias ao PL que vem sendo chamado de “Pacote do Veneno”.

O próprio Ministério Público Federal, em nota técnica da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, aponta que o PL6299/2002 inverte as prioridades constitucionais ao colocar o direito à saúde, ao meio ambiente e à defesa do

consumidor submissos à ordem econômica. A nota destaca, ainda, várias outras violações ao texto constitucional vigente.

Contudo, tão importante quanto denunciar é anunciar. Nesse sentido, vale destacar a resistência de vários servidores públicos, pesquisadores, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais a esse violento processo que galopa no dorso largo da ganância no Brasil e em todo mundo. Essa resistência imprescindível tem se dado no campo das ideias e opiniões e, sobretudo, pela prática de sistemas de agricultura que, baseados em saberes ancestrais, consideram a terra um ser vivo e compreendem a interdependência entre todas as formas de vida existentes no planeta.

Na contramão de todas as ilusões que tentam nos impor por vários meios, estão seu Jonas Severino [da Zona da Mata pernambucana], Ataliba Nogueira [do Sítio Catavento, em São Paulo], seu Zé Artur e dona Bastinha [de Nova Olinda, no Cariri cearense], Mario Bonilla [do movimento Agrosolidaria, da Colômbia] e tantos outros homens e mulheres que nos ensinam, por sua sabedoria e seu fazer diário, que outro mundo é possível. **É aí que reside minha esperança e minha determinação de seguir remando rio acima.**

## VENCER O MEDO. REAPRENDER A AMAR

26AGO2018

*“Amarrados na caverna, sem perceber que as sombras na pedra não passam de sombras, ainda veremos todo o céu derretendo, pingando o ódio que subiu e que se acumula cada dia mais nas nuvens negras sobre os chapéus. **Apenas o amor nos salvará.**”*

*Urubus espalharão que estou afundado na insensatez. Insensato é quem não fica bem quando vê que o outro encontrou a paz.”*

*[Escadacronia | Rancore]*

A cultura da competição, uma das principais marcas da sociedade atual, tem nos conduzido a transformar todos em inimigos, a quem devemos temer e contra quem devemos lutar, às vezes até a morte e nem sempre em sentido figurado. Com isso, o medo – originalmente uma condição biológica, um mecanismo natural de sobrevivência – foi transformado em traço cultural de uma sociedade adoecida e nos acompanhará aonde formos e até o fim dos nossos dias, caso insistamos no caminho e no jeito de caminhar escolhidos pela espécie humana para seguirmos nossa jornada na nossa casa comum, a Mãe Terra.

O medo é um sentimento conhecido de toda criatura viva, lembra o sociólogo polonês Zygmunt Bauman<sup>46</sup>, em seu livro Medo Líquido [2006]. “Os seres humanos compartilham essa experiência com os animais. Os estudiosos do comportamento animal descrevem de modo altamente detalhado o rico repertório de reações dos animais à presença imediata de uma ameaça que ponha em risco suas vidas”, escreve Bauman.

“Os humanos, porém, conhecem algo mais além disso: uma espécie de medo de ‘segundo grau’, um medo, por assim dizer, social e culturalmente ‘reciclado’, ou [...] um ‘medo derivado’ que orienta seu comportamento [...], quer haja ou não uma ameaça imediatamente presente”, destaca o escritor polonês.

Os medos que acompanham nossa jornada diária são muitos e variados. Já não estamos reféns de um leviatã hobbesiano,

---

<sup>46</sup> Zygmunt Bauman [1925-2017] foi o grande pensador da modernidade. Perspicaz analista de temas contemporâneos, deixou vasta obra – com destaque para o best-seller Amor Líquido, fundamental para a compreensão das relações afetivas hoje. Sociólogo e filósofo, soube se comunicar diretamente com seus leitores, levando milhares de pessoas a pensar a sociedade atual através do conceito de liquidez. Professor emérito das universidades de Varsóvia e Leeds, tem cerca de quarenta livros publicados no Brasil, todos pela Zahar, com enorme sucesso de público. Bauman nasceu na Polônia e morreu na Inglaterra, onde vivia desde a década de 1970.

mas de vários leviatãs pós-modernos, com sua multiplicidade de matizes e formas, para todos os gostos. Contudo, alguns assumem papel de destaque e nos exigem maior atenção. São especialmente perturbadores e exercem um extraordinário controle sobre nossas mentes e nossos espíritos.

Entre estes, está a ilusão da ideologia do consumo, que tenta nos impor um modo de vida predatório e inacessível para a maioria e instala em nós a neurose do “medo de ficar de fora”, representado em inglês pela sigla FoMO<sup>47</sup>. Padecemos, frequentemente, do medo de não sermos incluídos e vivemos uma busca incessante por *status* que, nesse contexto e na criativa definição de Geraldo Eustáquio de Souza<sup>48</sup>, consiste em “comprar coisas que você não quer, com o dinheiro que você não tem, afim de mostrar para gente que você não gosta, uma pessoa que você não é”. Agregue-se a isso a mentira, que

---

<sup>47</sup> Fear of Missing Out. O FoMO foi citado pela primeira vez em 2000 por Dan Herman e definido anos depois por Andrew Przybylski e Patrick McGinnis como o medo de que outras pessoas tenham boas experiências que você não tem. Além disso, o receio incentiva a ficar sempre conectado para saber de tudo e compartilhar novidades com os outros.

<sup>48</sup> Geraldo Eustáquio de Souza, atualmente Letícia Lanz, é psicanalista, poeta, escritora e pensadora. Mestre em Sociologia pela UFPR e Especialista em Gênero e Sexualidade pela UERJ.

ainda perdura em muitas mentes desavisadas ou ensurdecidas, de que vivemos em um planeta com recursos infinitos.

Por outro lado e ao mesmo tempo, a excludente lógica da sociedade competitiva se pauta pelo medo da escassez, da insuficiência. Vivemos sob o império do medo de perder aquela vaga de emprego para outra pessoa, de perder o último ingresso do show tão esperado para alguém que chegue primeiro na fila, de não encontrar vaga no estacionamento porque alguém pode ser mais rápido ou mais ágil que eu e daí por diante. Contudo, como nos lembra o biólogo chileno Humberto Maturana<sup>49</sup>, “a competição não é, nem pode ser sadia, porque se constitui na negação do outro”. E eu vou um pouco além: ao negar o outro, estou negando a minha própria humanidade, aqui afastada de qualquer perspectiva antropocêntrica.

Na contramão ou na contralógica desse modelo, a solidariedade e a empatia – mais que a cooperação – se nutrem da

---

<sup>49</sup> Humberto Maturana é biólogo, nascido no Chile, e co-criador da Teoria da Autopoiese junto com Francisco Varela. É co-fundador, co-diretor, investigador e docente do Instituto de Formação Matriztica, onde segundo o seu próprio dizer: – Criamos um laboratório humano.

fertilidade generosa do amor, de onde nascem o acolhimento, a partilha, a bonança e a fartura.

Voltando a Zygmunt Bauman, em seu “Medo Líquido” o autor toma por referência os *reality shows* para ilustrar um dos mais graves sintomas de insanidade do nosso tempo. Movidos pelo medo de ficar de fora ou de ser excluído, nos antecipamos e lançamos mão, de forma eufórica [quase orgástica], da oportunidade de eliminarmos algum participante do *reality show*, mesmo sabendo que os confinados não representam qualquer ameaça a mim, já que naquele contexto não passo de um espectador, de alguém que apenas assiste de fora.

Como, então, explicar esse desejo incontrolável de extravasar nossos medos, ainda que isso signifique excluir [leia-se: eliminar] alguém – com quem nunca tive qualquer contato e em quem não identifico qualquer ameaça real – pelo simples fato de não simpatizar com suas ideias, não gostar de sua cor, me sentir desconfortável com sua orientação sexual, com sua identidade de gênero ou julgá-lo inferior?

Porque, nos padrões atuais, a diferença tem essa poderosa capacidade de revelar nossos medos mais perturbadores? Miguel de Cervantes e Saavedra<sup>50</sup>, falando através do

---

<sup>50</sup> O romancista, dramaturgo e poeta espanhol Miguel de Cervantes Saavedra [1547-1616] já teve sua obra-prima, Dom Quixote,

personagem Dom Quixote, em sua imortal obra “*Don Quijote de la Mancha*” [1605], nos lembra que “um dos efeitos do medo é turvar os sentidos, e fazer que pareçam as coisas outras do que são”.

Os *reality shows*, essas versões líquido-modernas das antigas *morality plays*<sup>51</sup>, testemunham diariamente em favor da vigorosa realidade dos medos, escreve Bauman. “Como indica o nome que assumem [...], o que eles mostram é real; mais importante, contudo, indica também, que ‘real’ é aquilo que mostram. E o que mostram é que a inevitabilidade da exclusão – e a luta para não ser excluído – é aquilo no qual a realidade se resume”. Triste e assustadora constatação.

Contudo, há algo muito importante a ser dito: diferente do que nos ensinaram, o contrário do amor não é o ódio, mas o

---

considerada, muitas vezes, o primeiro romance moderno. Dom Quixote é um clássico da literatura ocidental e o trabalho de Miguel de Cervantes é considerado entre os mais importantes em toda a literatura. Sua influência sobre a língua castelhana tem sido tão grande que o castelhano é frequentemente chamado de *La lengua de Cervantes*.

<sup>51</sup> O jogo da moralidade é um gênero de entretenimento teatral medieval e do início dos Tudors. Em seu próprio tempo, essas peças eram conhecidas como interlúdios, um termo mais amplo para dramas com ou sem moral.

medo. O ódio é, tão somente, reflexo, decorrência do medo. A questão central aqui é: chegamos a um nível tal de adoecimento [individual e coletivo] e de imperativo da cultura do medo, que nosso maior desafio no século XXI passou a ser reaprender a amar.

Portanto, para que o amor floresça e seus frutos possam ser colhidos pela espécie humana e por toda biosfera, precisamos vencer a matriz cultural do medo, tão fortemente arraigada em cada um de nós e nas nossas falidas estruturas institucionais. Precisamos encerrar o ciclo vicioso de ódio, indiferença e intolerância, propagado à exaustão nos últimos tempos, que tem nos aprisionado, durante séculos, a padrões vibracionais adoecidos, a comportamentos que rejeitam a diferença, ignoram a diversidade, negam a vida e ameaçam a continuidade da espécie humana e a unidade cosmológica essencial à regeneração da vitalidade da Terra, tão seriamente comprometida pela nossa cultura de medo e desamor. Pela nossa ausência de cuidado e nossa irresponsável arrogância antropocêntrica.

## SOBRE DOMINGO E O PORVIR

06OUT2018

Há algum tempo venho assumindo publicamente, na militância e na academia, a crítica à democracia liberal burguesa, que tem no modelo representativo sua principal pilastra de sustentação e que restringe a participação da sociedade à escolha de representantes que, em sua grande maioria, representam apenas os interesses do grande capital e das elites locais e globais que os financiam. Vivemos a ilusão de uma democracia que, na perspectiva liberal, deveria nos bastar, já que a tomada de decisões não pode contemplar a soberania popular, cabendo aos representantes, mais *aptos* e mais *racionais*, tomarem as melhores decisões para o país e para o povo. A eleição é o momento máximo da democracia liberal, em que o povo legitima o exercício do poder, outorgando-o aos representantes.

Portanto, é claro que essa ideia nanica de democracia está longe de responder às demandas da maioria da população brasileira, especialmente dos mais pobres que, historicamente, têm sido alijados dos processos decisórios que realmente importam e cujas vozes têm sido ignoradas ou reprimidas, quase sempre de forma violenta.

Contudo, as eleições do próximo dia 7 no Brasil assumem uma expressão e uma importância que vai muito além da escolha de quem irá gerenciar pelos próximos quatro anos o Estado

brasileiro, inclinando-se mais para os interesses das camadas populares e desfavorecidas da população ou para os interesses das elites, opção preferencial dos governos liberais em seus vários tons de cinza.

O discurso de ódio e intolerância que galopa no dorso largo da ignorância e do desequilíbrio emocional do candidato Jair Bolsonaro – representação plena do que de pior a cadela do fascismo pode parir no contexto atual – traz consigo a ameaça escancarada à vida, à dignidade humana e à mais elementar democracia. Tristemente, por motivos diversos – para muitos dos quais talvez somente o tempo histórico nos trará explicações – o discurso eugenista capitaneado por Bolsonaro tem encontrado eco em parcela expressiva dos brasileiros, inclusive entre os mais pobres.

Movida pelo medo, parte da população embarcou facilmente no moralismo odioso e nas promessas de proteção e redenção de um falso messias, vazio de conteúdo e pobre de espírito, a destilar seu veneno que se espalha rapidamente feito fogo no palheiro, nutrido pelo combustível da desesperança e da mentira lançada do alto e a granel, da forma mais irresponsável e criminosa que se possa imaginar.

Assim, repito, já não se trata apenas de escolher quem irá governar os destinos do Brasil pelos próximos quatro anos, dentro dos limites da democracia liberal burguesa. A questão

central passou a ser outra: **como impedir que os piores pesadelos que marcaram a história recente desse país se instalem novamente entre nós?**

Para além do evidente total despreparo para governar o país, há anos Bolsonaro coleciona declarações que não são apenas polêmicas, mas recriadas de ódio e preconceito, indo desde a apologia à tortura e ao estupro, até manifestações claramente homofóbicas e machistas.

No dia 23 de maio de 1999, durante entrevista para o programa “Câmera Aberta” [TV Bandeirantes/RJ], apresentado por Jair Marchesini, o deputado federal pelo Rio de Janeiro Jair Bolsonaro declarou ser a favor da tortura. Na mesma entrevista disse que se fosse presidente da República daria golpe no mesmo dia. E acrescentou: “O Brasil só vai melhorar quando nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro [...] Fazendo o trabalho que o regime militar não fez, matando uns 30 mil [...]. Se vai morrer alguns inocentes, tudo bem, tudo quanto é guerra morre inocente”.

Dezessete anos depois, durante a votação do processo de impeachment de Dilma Rousseff, em abril de 2016, Bolsonaro volta a defender a ditadura e, numa clara apologia à tortura, dedicou seu voto favorável ao afastamento da presidenta “em memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra”, primeiro militar torturador reconhecido como tal pela Justiça brasileira.

Ao mesmo tempo, as acusações de homofobia e machismo que pesam sobre Bolsonaro não são gratuitas nem infundadas, como alguns de seus defensores argumentam. Em 2011, o então deputado federal pelo PP de Paulo Maluf, em entrevista para a revista Playboy, afirmou que preferia um filho morto a um herdeiro gay e disse que ser vizinho de um casal homossexual é motivo de desvalorização de imóvel. “Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui: prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo”, afirmou o hoje candidato à presidência da República durante a entrevista para a “revista masculina”.

Em episódio ocorrido no final de 2014 e amplamente repercutido, o candidato do PSL, durante uma discussão com a deputada e ex-ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário [PT/RS], declarou em tom raivoso que não a estuprava, porque a mesma não merecia. O deputado repetiu a afirmação usando a tribuna da Câmara dos Deputados e dias depois voltou ao assunto durante entrevista concedida a Gustavo Foster, do jornal gaúcho Zero Hora.

Perguntado sobre a declaração anterior Bolsonaro afirmou ao Zero Hora que “ela não merece [ser estuprada] porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia”. E acrescentou: “Não faz meu gênero. Jamais a estupraria”. Note-se que não se trata de

uma frase dita no calor de uma discussão, como depois o próprio deputado tentou explicar, o que já não teria justificativa alguma. A declaração foi repetida em dois outros momentos, inclusive durante uma entrevista, evidenciando o que Bolsonaro realmente pensa sobre o assunto.

Nessa mesma conversa com o jornalista Gustavo Foster o presidente declarou que, como liberal e colocando-se no lugar dos empresários – de quem afirmou ter pena – não achava justo a mulher ganhar igual ao homem, já que ela engravida.

De desempenho parlamentar pífio, Bolsonaro precisou de 25 anos ininterruptos de mandato para aprovar seu primeiro projeto. Trata-se de uma Proposta de Emenda Constitucional [PEC] que prevê emissão de “recibos” junto ao voto nas urnas eletrônicas [sic]. Além disso, embora alardeie aos quatro ventos um discurso de defesa da moralidade e de combate à corrupção, Bolsonaro tem em seu currículo o recebimento de auxílio-moradia da Câmara dos Deputados, mesmo tendo imóvel em Brasília. Questionado pela Folha de S. Paulo sobre o uso do dinheiro do benefício, ele limitou-se a responder que como estava solteiro naquela época, “esse dinheiro de auxílio-moradia eu usava pra comer gente”.

O mesmo jornal [Folha de S. Paulo] publicou que “o presidente e seus três filhos parlamentares multiplicaram o patrimônio na política, reunindo atualmente 13 imóveis em áreas

valorizadas do Rio e de Brasília, com preço de mercado de cerca de R\$ 15 milhões.”. Além disso, em janeiro desse ano a Folha apurou que um dos 14 funcionários do gabinete parlamentar de Bolsonaro, em Brasília, era Walderice Santos da Conceição, moradora da Vila Histórica de Mambucaba, a 50 quilômetros de Angra dos Reis, onde o deputado tem casa de veraneio. Walderice figurava na folha de pagamento do parlamentar, paga com dinheiro público, desde 2003. O detalhe é que “segundo moradores da região, Wal, como é conhecida, também presta serviços particulares na casa de Bolsonaro, mas tem como principal atividade um comércio, chamado ‘Wal Açai’”.

Eu poderia seguir elencando um sem número de absurdos ditos e praticados por Bolsonaro contra as mulheres, contra os povos e comunidades tradicionais, contra a comunidade LGBTI+, contra os pobres e tantos outros grupos odiados ou rejeitados pela eugenia bolsonariana. Mas fiquemos por aqui, para trazer à luz outras questões sobre as quais também se faz necessário refletir nesse momento.

O colega de chapa de Bolsonaro, na condição de candidato a vice-presidente, é o general Hamilton Mourão que, assim com seu par presidencial, tornou-se conhecido por suas declarações polêmicas e também preches de ódio e preconceito.

Simpatizante do torturador Carlos Brilhante Ustra, a quem considera um herói, em 2017 Mourão chegou a defender, durante palestra promovida pela maçonaria em Brasília, uma possível intervenção das Forças Armadas caso as instituições não resolvessem “o problema político”.

Em palestra na Câmara de Dirigentes Lojistas de Uruguaiana [RS], no dia 26 de setembro último, Mourão afirmou que o 13º salário é uma “jabuticaba brasileira”, uma “mochila nas costas dos empresários”. Embora as declarações do general tenham gerado mal-estar na cúpula bolsonariana e provocado a reação do próprio capitão, que tratou de reprimi-lo publicamente, dias depois Mourão voltou ao assunto, repetindo a mesma opinião. A conclusão que tiro dessa sequência de discordâncias, além do fato de que a briga interna começou bem antes do previsto, é que o recado foi dado. Você é o candidato a presidente, mas eu sou o general, teria dito nas entrelinhas o **general** Hamilton Mourão ao **capitão** Jair Bolsonaro.

Dias antes, Mourão protagonizara outra polêmica ao afirmar que famílias pobres “sem pai e avô, mas com mãe e avó” seriam “fábrica de desajustados” que fornecem mão de obra ao narcotráfico, ignorando totalmente a realidade de uma enorme quantidade de famílias brasileiras e a importância do papel que as mães e as avós sempre tiveram na formação de nossas crianças e adolescentes. Após protagonizar mais duas

ou três situações vexatórias para a chapa, Mourão foi orientado pela cúpula da campanha a não participar de eventos públicos com frequência.

Como se a situação interna da chapa Bolsonaro/Mourão já não estivesse bastante complicada, em julho desse ano o economista Paulo Guedes, um dos homens fortes de Bolsonaro [pelo menos o era antes de se desentenderem recentemente], afirmou que pode manter alguns integrantes da atual equipe econômica de Michel Temer num eventual governo Bolsonaro. A informação foi publicada pelo site da revista Exame, com base em entrevista concedida à Reuters no dia 12 daquele mês. Desnecessário lembrar ao leitor – mas, ainda assim o faço – o desastre que tem sido o [des]governo Temer, inclusive para a economia do país.

Como toda história marcada por intrigas e disputa de poder pede uma boa teoria da conspiração, aqui vai a minha: caso o capitão Bolsonaro ganhe as eleições – o que, sinceramente, espero que não aconteça – o general Mourão e outros oficiais já escalados, darão o golpe, novamente com o judiciário e tudo. O plano B poderá ser: o capitão ocupa a cadeira, mas não mandará em nada, com o seguinte recado direto, como diríamos lá na minha pequena Madalena, no sertão Central cearense: “engula o choro e pare de estribuchar”. Qualquer que

seja o plano adotado, os tanques de guerra nas ruas farão parte dele.

A depender do que façamos nas urnas neste domingo, poderemos dar carta branca para a volta da ditadura civil militar que tanta dor, medo e atraso nos trouxe ao longo de mais de duas décadas, agora com um perfil nazifascista muito mais acentuado. Ou podemos frear o avanço autoritário que nos ronda, ainda que esta opção esteja também muito longe da nossa utopia democrática.

A política, enquanto espaço de busca do bem comum, mesmo com todas as suas limitações, tem duas funções básicas: nutrir nossos sonhos e nos fazer caminhar em direção a um futuro melhor ou nos salvar da iminência do atraso, das ameaças antidemocráticas extremas, a exemplo da cadela do fascismo que hoje nos ronda a uivar alto, enquanto espuma raivosamente. ***Talvez só nos reste, neste momento, recorrer à política em sua segunda função. Que o melhor senso prevaleça e a sombra se dissipe antes que seja tarde.***

## **CARTA ABERTA À JUVENTUDE**

### ***Segundo turno das eleições 2018 no Brasil: contribuições ao diálogo***

12OUT2018

Há poucos dias o sociólogo espanhol Manuel Castells<sup>52</sup> divulgou uma carta dirigida a intelectuais de todo o mundo, comprometidos com a democracia, apelando para que se posicionem em relação ao que está acontecendo no Brasil que, em suas palavras, está em perigo já que nosso país “pode eleger presidente um fascista, defensor da ditadura militar, misógino, sexista, racista e xenófobo”, enfatiza o intelectual espanhol, um dos pensadores mais respeitados na atualidade.

Instigado pelo convite de Castells, dou início aqui a uma série de artigos dedicados a temas específicos ou a determinados segmentos da população, na modesta tentativa de trazer luz ao diálogo inadiável e inevitável sobre o presente e futuro do nosso país. Para abrir a série, escolhi me dirigir à juventude e tomei por base, dentre outros aspectos, as propostas apresentadas pelos dois candidatos que disputam esse segundo turno

---

<sup>52</sup> Doutor em sociologia pela Universidade de Paris, é professor nas áreas de sociologia, comunicação e planejamento urbano e regional e pesquisador dos efeitos da informação sobre a economia, a cultura e a sociedade.

das eleições presidenciais, tendo como ponto de partida seus planos de governo.

Não esperem aqui uma neutralidade que não existe em mim ou em qualquer outra pessoa que se proponha a escrever sobre o momento atual. Tenho, assumidamente, uma clara posição em defesa da democracia e de rejeição ao fascismo e a toda forma de preconceito, intolerância e ódio. Valendo-me aqui das palavras de Martin Luther King Jr, pastor protestante e ativista político estadunidense, afirmo que “escolhi o amor, porque o ódio é um fardo muito pesado para ser carregado”. Contudo, penso que a opção pela não violência jamais poderá ser sinônimo de passividade, omissão ou covardia.

Por outro lado, posso lhes assegurar que todas as informações aqui apresentadas serão acompanhadas da citação da fonte de pesquisa e, sempre que possível, do link para confirmação da mesma. Esse é um critério que acompanha meu exercício de escrita desde sempre e nos acompanhará ainda com maior rigor ao longo dessa série de artigos que hoje se inicia aqui no blog. **Vamos ao primeiro tema.**

Tenho visto, com profunda tristeza, uma parcela expressiva de nossa juventude declarar voto em Bolsonaro e assumir o discurso de ódio e de intolerância do referido candidato. Para além do clima de desesperança que tomou conta do Brasil nos últimos anos e atingiu em cheio a juventude e seus sonhos de

presente e de futuro, há outro aspecto importante a ser considerado: nossas instituições, a exemplo da escola e da família – seja por opção, omissão ou ignorância – negaram a essa mesma juventude o direito de conhecer, com profundidade, a história desse país. Somos responsáveis, em maior ou menor grau, pelo nascimento de uma geração herdeira da ausência de memória e de senso crítico.

Nossos jovens pouco sabem sobre as mais de duas décadas em que o Brasil viveu sob os ditames do regime autoritário iniciado com o golpe civil-militar de 1964. O que os livros didáticos contam está longe de revelar as atrocidades que marcaram nossa história durante aquele sombrio período, que não pode ser esquecido e jamais deverá ser revivido.

“Eu fui espancada por ele ainda no pátio do DOI-CODI<sup>53</sup>. Ele me deu um safanão com as costas da mão, me jogando no

---

<sup>53</sup> Durante a ditadura militar, além do Serviço Nacional de Informações [SNI] e dos serviços secretos das Forças Armadas [Centro de Informações do Exército – CIE, Centro de Segurança de Informações da Aeronáutica – CISA, e Centro de Informações da Marinha – CENIMAR], outros órgãos davam sustentação ao sistema repressivo, como a Polícia Federal, e no âmbito estadual, as Delegacias de Ordem Política e Social [DOPS]. Em julho de 1969, em São Paulo, a Operação Bandeirantes [Oban] surgiu para concentrar as ações repressivas no comando do Exército. Essa estrutura foi extinta em 1970, para

chão, e gritando ‘sua terrorista’. E gritou de uma forma a chamar todos os demais agentes, também torturadores, a me agarrarem e me arrastarem para uma sala de tortura. [...] Ele levar meus filhos para uma sala, onde eu me encontrava na cadeira do dragão<sup>54</sup>, nua, vomitada, urinada, e ele leva meus filhos para dentro da sala? O que é isto? Para mim, foi a pior tortura que eu passei. Meus filhos tinham 5 e 4 anos. Foi a pior tortura que eu passei”. O depoimento é da jornalista Amelinha Teles, em entrevista ao programa Viva Maria, da Rádio Nacional da Amazônia, apresentado pela também jornalista Mara Régia.

O “ele” a quem Amelinha se refere é o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, primeiro militar reconhecido pela Justiça

---

dar lugar ao Destacamento de Operações de Informações [DOI] e ao Centro de Operações de Defesa Interna [CODI] instalados nas principais capitais do país. Conhecidos à época pela sigla DOI-CODI, foram os locais por onde passaram milhares presos e onde ocorreu a maioria dos casos de execuções e desaparecimentos forçados de opositores ao regime. **Fonte:** Ministério da Justiça/Arquivo Nacional [Série “Estrutura da Repressão da Ditadura Militar”].

<sup>54</sup> A cadeira do dragão era um instrumento de tortura utilizado na ditadura militar parecido com uma cadeira em que a pessoa era colocada sentada e tinha os pulsos amarrados e sofria choques em diversas com fios elétricos atados em diversas partes do corpo.

como torturador na ditadura e tratado como herói por Jair Bolsonaro, candidato a presidência da República, e por seu candidato a vice, o general Hamilton Mourão.

Certamente, uma parcela expressiva da juventude brasileira não compartilha das práticas de violência e ódio alardeadas por Bolsonaro, que se aproveita da desesperança que se abateu sobre grande parte dos nossos jovens, para tentar transformar a rebeldia, própria da juventude e que tem um papel político transformador fundamental, em instrumento de manipulação de seus interesses fascistas.

Nas 81 páginas do Plano de Governo de Bolsonaro, registrado no Tribunal Superior Eleitoral [TSE], as palavras juventude e juventudes não aparecem uma vez sequer, revelando o total descompromisso do candidato com políticas públicas para esse importante segmento da população. Quando pesquisadas as palavras jovem e jovens, separadamente, estas aparecem nove vezes [soma das duas palavras], em textos gerais – e não como proposta – a exemplo da parte do documento que trata da educação.

A única proposta concreta de Jair Bolsonaro para a juventude é a criação de uma nova carteira de trabalho verde e amarela. “Assim, todo jovem que ingresse no mercado de trabalho poderá escolher entre um vínculo empregatício baseado na carteira de trabalho tradicional [azul] – mantendo o ordenamento

jurídico atual – ou uma carteira de trabalho verde e amarela [onde o contrato individual prevalece sobre a CLT]”, propõe o candidato em seu Plano de Governo registrado no TSE.

Trata-se, portanto, de uma acanhada e perversa proposta de inserção da juventude no mercado de trabalho pela via da precarização das relações trabalhistas e da exploração da mão de obra jovem, agravada pela provável redução das oportunidades de acesso à educação, já que em relações de trabalho desse tipo as jornadas diárias são quase sempre excessivas, roubando ainda mais o tempo que nossa juventude poderia dedicar ao estudo, ao lazer e à própria família.

Apenas para termos um parâmetro de análise, no Plano de Governo de Haddad, também registrado no TSE, as palavras juventude e juventudes aparecem trinta e duas vezes. O documento apresentado pela chapa Haddad/Manuela D’Ávila propõe, por exemplo, um Plano Nacional de Redução da Mortalidade da Juventude Negra e Periférica e afirma que “as políticas para a promoção dos direitos das juventudes serão orientadas pela busca permanente da autonomia e emancipação dos jovens, pela valorização e promoção da participação social, pelo reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares, e pelo respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva das juventudes”.

Na contramão da proposta de precarização do trabalho para a juventude, defendida no Plano de Governo de Bolsonaro, o documento apresentado por Haddad propõe a criação do programa “Meu Emprego de Novo”, com foco na juventude, e afirma que “investirá na inclusão qualificada no mercado de trabalho por meio da implementação da Agenda Nacional do Trabalho Decente para a juventude”.

Em seu Plano de Governo Haddad destaca ainda que “a Política Nacional de Juventude [PNJ] será orientada pelos direitos assegurados pelo Estatuto da Juventude, com a construção do Plano Nacional de Juventude e do Sistema Nacional de Juventude”. Política se faz com a juventude, afirma o documento. “Por isso, serão reconstruídos os instrumentos de promoção da participação da juventude na elaboração, monitoramento e execução das políticas públicas, em especial as de juventude”.

As diferenças de propostas defendidas pelos dois candidatos, através de seus planos de governo registrados no TSE, evidenciam a enorme distância de compreensão do papel das juventudes na reconstrução do Brasil. Enquanto para Bolsonaro caberá aos jovens o frustrante futuro de servir de mão de obra barata para o mercado de trabalho, através de relações precarizadas pela carteira de trabalho verde amarela, Haddad aponta para o papel central que a juventude joga na

construção de um país, justo, fraterno e inclusivo, reconhecendo e valorizando os potenciais das várias juventudes do campo, da cidade e das florestas.

Enquanto Bolsonaro defende, abertamente, armar a população, inclusive a juventude, incentivando a violência e o ódio e gerando mais mortes, Haddad propõe “priorizar o Plano Nacional de Redução de Homicídios e enfrentar a mortandade que atinge principalmente nossa juventude, especialmente entre pessoas negras das periferias metropolitanas”.

Assim, no próximo dia 28 a juventude brasileira deverá se posicionar frente a dois projetos totalmente distintos e decidir se prefere apostar naquele que alimenta a cultura de ódio, intolerância e preconceito da qual ela mesma é vítima, ou se acolhe o convite desafiador para o diálogo que lhe possibilitará participar da definição dos destinos do país ao longo do próximos quatro anos.

Volto a Manuel Castells para lembrar que “a única coisa que sabemos do futuro é que este será o que os jovens fizerem”. Não no futuro, mas agora, enfatiza Castells. **Porque o futuro é feito no presente.**

## **SOBRE FÉ E POLÍTICA**

### ***Segundo turno das eleições 2018 no Brasil: contribuições ao diálogo***

19OUT2018

Cresci ouvindo que fé e política não deveriam se misturar e que religião, política e futebol não se discutem. Contudo, e felizmente, cedo descobri que a política é parte constitutiva na nossa existência individual e coletiva. Ela está presente no preço do pão, na qualidade do transporte público, na qualidade do ensino e nos conteúdos que nos são ensinados desde cedo nas escolas, dentre tantas outras situações do dia a dia.

A política está presente nas nossas escolhas mais simples e cotidianas e sempre que somos convidados a nos posicionarmos sobre alguma questão de interesse público ou coletivo, seja na associação de moradores, na reunião de condomínio, na assembleia do sindicato, na conversa entre amigos, no encontro da família e, de tempos em tempos, em processos eleitorais em que somos chamados a escolher representantes para os parlamentos ou para os executivos locais, estaduais/distritais ou nacionais.

É fato que nossos posicionamentos políticos são, inevitavelmente, influenciados por nossa fé, independentemente da religião que escolhemos seguir e mesmo quando optamos por

não nos vincularmos a qualquer credo religioso. A fé nos impõe valores, guia nossas escolhas e nos aproxima ou nos distancia de determinadas ideias e opiniões. Nossas palavras, nossos atos e nossas omissões ou renúncias estão, em grande medida, vinculadas à nossa profissão de fé e aos dogmas que a sustentam.

Contudo, quando não tomarmos posse de nossa fé e a terceirizamos, corremos o risco de virarmos objeto de manipulação de interesses que a negam ou a distorcem. Entregar o poder de reflexão e escolha sobre questões fundamentais de nossa vida pessoal ou sobre o futuro do país, por exemplo, a líderes religiosos ou a pessoas a quem respeitamos e em quem acreditamos, muitas vezes cegamente, é assumirmos o risco de vermos nossa fé colocada a serviço de interesses que apontam na contramão de tudo que acreditamos e tomamos como ensinamento válido e referência de vida.

As eleições de 2018 no Brasil têm sido marcadas, de modo especial, por situações de manipulação da fé alheia que se colocam, frontalmente, em oposição aos ensinamentos de Jesus Cristo, principal referência espiritual da maioria dos brasileiros.

Afinal, enquanto Cristo pregou o amor, o respeito à vida, o perdão, a dignidade humana e a paz, Jair Bolsonaro [PSL], candidato da simpatia de alguns falsos messias e mercadores da fé,

tem alardeado o ódio, a violência, a negação de direitos humanos e a intolerância. A lista de expressões de violência de Bolsonaro é longa e vão desde apologia à tortura, incitação ao estupro e manifestações de preconceito e intolerância, até declarações que evidenciam o pouco valor que o candidato dá à vida, especialmente dos mais pobres e daqueles que pensam diferente dele.

No dia 23 de maio de 1999, durante entrevista para o programa “Câmara Aberta” [TV Bandeirantes/RJ], apresentado por Jair Marchesini, Bolsonaro declarou que o erro do regime militar foi não ter matado pelo menos 30 mil. Durante pronunciamento na Câmara dos Deputados, no dia 20 de março de 2014, ao referir-se ao massacre do Carandiru<sup>55</sup>, que resultou

---

<sup>55</sup> No dia 2 de outubro de 1992, o pavilhão 9 da Casa de Detenção Carandiru [SP] foi o cenário de um dos episódios mais sangrentos da história penitenciária mundial. Os números oficiais falam de 111 presos mortos, embora ex-detentos insistam que foram mais de 200. A perícia concluiu que apenas 26 foram mortos fora da cela e relatos apontam que os detentos haviam se rendido e estavam dentro das celas desarmados. “As trajetórias dos projéteis disparados indicavam atirador[es] posicionado[s] na soleira das celas, apontando suas armas para os fundos ou laterais”, diz o laudo do Instituto de Criminalística. A perícia também concluiu que 70% dos tiros foram dirigidos à cabeça e ao tórax, o que reforça a ideia de extermínio. Para escapar

no assassinato de 111 detentos, Bolsonaro declarou que, no seu entender, “tinham que ter morrido mais de mil”.

Por outro lado, em seu mais célebre discurso, o Sermão da Montanha, Jesus ensinou que “bem-aventurados são os que produzem a paz [os pacificadores], porque eles serão chamados filhos de Deus”. Vê-se, portanto, que o ódio e a violência nos afastam de Deus e nos colocam em oposição direta aos ensinamentos de Cristo.

Assim, votar em Bolsonaro é negar a própria fé em Cristo e colocar-se em oposição aos ensinamentos daquele que elegeu como principal mandamento o amor ao próximo. E como nos lembra João em seu evangelho [4,20], Jesus foi categórico ao nos alertar que “se alguém afirmar: ‘Eu amo a Deus’, mas odiar seu irmão, é mentiroso, pois quem não ama seu irmão, a quem vê, não pode amar a Deus, a quem não vê”.

Daí porque, o verdadeiro cristão não pode votar em Bolsonaro, pelo simples fato de seu discurso de ódio e suas práticas de preconceito e intolerância se colocarem no lado oposto aos ensinamentos de Cristo e rejeitarem, de forma escancarada, o amor e o direito à vida plena defendidos pelo messias nascido na Judeia.

---

com vida, presos se misturaram aos colegas mortos. **Fonte:** [Site da Revista Super Interessante](#).

Para o pastor e teólogo Henrique Vieira, da Igreja Batista do Caminho, “a igreja não deve se submeter a uma pauta partidária ou ideológica, mas, diante das injustiças ela deve sempre tomar o lado e a posição das vítimas, das pessoas que sofrem”. É preciso entender que “o evangelho está acima de qualquer ideologia, que a igreja – como corpo, movimento e instituição – não pode se submeter a um ou outro partido, mas, diante de falas de violência, que achincalham o ser humano, que naturalizam o sofrimento, que estimulam o ódio, que incentivam práticas de violência, a igreja precisa, sim, com muita consciência, maturidade e à luz do evangelho, ter posição”, destaca o pastor Henrique. E conclui, afirmando que em nome do evangelho “é preciso dizer: as falas de Bolsonaro provocam ódio, são falas fascistas, contrárias ao espírito, ao testemunho, aos ensinamentos de Jesus”.

Em viagem recente à Lituânia, o Papa Francisco, principal líder espiritual dos católicos, alertou contra o revisionismo histórico e um possível avanço de ideologias totalitárias e pediu “o dom do discernimento para detectar a tempo qualquer reaparecimento dessa atitude perniciosa, qualquer sopro daquilo que pode manchar os corações de gerações que não viveram aqueles tempos e podem ser enganados por cantos de sereia”.

O presidenciável Jair Bolsonaro tem recorrido com frequência a uma citação bíblica retirada do evangelho de João [8,32] para

se apresentar como bastião da verdade. “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”, alardeia o candidato, valendo-se do texto bíblico do apóstolo e evangelista de Cristo. Contudo, mais uma vez suas práticas negam os ensinamentos de Jesus.

Bolsonaro mentiu, por exemplo, ao apresentar, em entrevistas ao Jornal Nacional [TV Globo] e ao Jornal das 10 [GloboNews], o exemplar de um livro que, segundo ele, faria parte de um suposto “kit gay” distribuído pelo Ministério da Educação na gestão de Fernando Haddad [PT] no MEC. Já foi esclarecido por vários meios que o tal “kit gay” nunca existiu como se vê na apuração feita pela equipe do site [Fato ou Fake](#) e na matéria da [GloboNews](#). O próprio Tribunal Superior Eleitoral [TSE], através de decisão recente do ministro Carlos Horbach, reconheceu a mentira e [determinou a remoção de vídeos](#) publicados no facebook e youtube nos quais o candidato do PSL aparece criticando a suposta distribuição, pelo Ministério da Educação a escolas públicas, de um livro destinado a crianças com imagens de cunho sexual [[ler a decisão](#)].

Espalhar mentiras através das chamadas fake news [notícias falsas] tem sido a principal arma de campanha de Jair Bolsonaro. Segundo Tai Nalon, diretora da plataforma de

checagem Aos Fatos<sup>56</sup>, em entrevista ao El País, “vimos a desinformação contra os adversários de Bolsonaro aumentar, em geral em torno de duas temáticas: colocar em dúvida, com teorias conspiratórias, a segurança do voto eletrônico no Brasil, e uma constante relação dos outros candidatos com pautas das minorias, como a agenda LGBT e o direito ao aborto”.

Segundo a matéria do El País [Cinco ‘fake news’ que beneficiaram a candidatura de Bolsonaro], seis em cada dez brasileiros têm whatsapp no seu celular. São 120 milhões de pessoas a uma mensagem de distância. “Não é possível chegar a tanta gente como Bolsonaro chegou sem uma estrutura forte, com grande financiamento por trás”, analisa Tai Nalon. Um filão para difundir *fake news* em grupos fechados e gerar o caos entre os eleitores e a opinião pública, destaca a matéria assinada por Almudena Barragán.

Aqui, duas perguntas precisam ser feitas [1] Quais os interesses que ligam alguns líderes religiosos a Bolsonaro? [2] Por que o bispo Edir Macêdo, da Igreja Universal do Reino de Deus, decidiu jogar todas as suas fichas na candidatura de Bolsonaro, a

---

<sup>56</sup> Aos Fatos reúne um grupo de sete jornalistas, distribuídos entre Rio e São Paulo, que verificam diariamente o discurso de políticos e das redes sociais. Analisam memes, panfletos, vídeos e qualquer conteúdo potencialmente falso.

ponto de colocar o *staff* jornalístico de sua emissora [TV Record] a serviço do candidato do PSL, propagando inclusive suas mentiras já desbancadas?

Mais do que afinidade de ideias, o que está em jogo, dentre outras questões, é o interesse do líder da IURD nas volumosas cifras de propaganda institucional do Governo Federal para sua emissora de TV e outros meios de comunicação do grupo em um eventual governo Bolsonaro.

O fato é que, se o discurso de ódio e as mentiras espalhadas por Bolsonaro são ruins e negam a própria essência dos ensinamentos de Cristo, seus efeitos são ainda piores e já se anunciam catastróficos. Nos últimos dias, vários casos de violência protagonizados por eleitores de Bolsonaro foram registrados em todo o país e alguns ganharam ampla repercussão, como o assassinato do mestre de capoeira Moa do Katendê, em Salvador [BA], e a agressão à jovem de Porto Alegre [RS] que teve seu corpo marcado à canivete com a suástica usada como símbolo nazista.

O evangelho de Felipe, um dos mais importantes livros apócrifos<sup>57</sup>, nos ensina que “a Verdade é uma só, mas está

---

<sup>57</sup> Os “evangelhos apócrifos” são uma coletânea de textos, alguns dos quais anônimos, escritos nos primeiros séculos do cristianismo, vetados no Primeiro Concílio de Niceia, não reconhecidos pelo

representada pela Pluralidade. Isto é para nosso bem: para levarmos ao conhecimento do Um através do amor à Pluralidade”. Portanto, com base no ensinamento de Felipe, é dever de todo cristão praticar o amor e acolher a diversidade, rejeitando toda forma de violência e de negação do outro e da própria vida.

Além disso, em tempos de tanta disseminação de ódio, indiferença e apatia de muitos, é sempre bom lembrar do legado de Martin Luther King Jr, pastor protestante e ativista político estadunidense: **o que me preocupa não é o grito dos maus, mas o silêncio dos bons**, afirmou certa vez Luther King.

---

cristianismo ortodoxo e que, por isso, não foram incluídos no Cânone do Novo Testamento. Não existe um consenso entre todos os ramos da fé cristã sobre o que deveria ser considerado canônico e o que deveria ser apócrifo.

## **A BARBÁRIE ANUNCIADA E SUAS ORIGENS RECENTES**

### ***Segundo turno das eleições 2018 no Brasil: contribuições ao diálogo***

22OUT2018

Estamos vivendo o prenúncio de uma barbárie, qualquer que seja o resultado das urnas no próximo dia 28, porque o rastilho de pólvora que conduz à cultura de ódio e intolerância – e à sua consequência mais extrema: a permissão para espancar, torturar e matar – já está espelhado e o fogo foi ateadado por uma sucessão de falas e fatos envolvendo a candidatura fascista de Jair Bolsonaro e alguns de seus seguidores.

Portanto, mesmo que consigamos interromper seu curso, através da rejeição eleitoral da referida candidatura – o que espero, sinceramente, que aconteça – alguns estragos já são percebidos e outros se anunciam inevitáveis. Me perdoem a crueza das palavras e a aparente dose exagerada de realismo, mas é preciso encarar de frente a gravidade dos fatos.

Contudo, devo destacar que Bolsonaro é apenas um pedaço desse complexo quebra-cabeça que se compõe de muitas variáveis, ainda que ligadas entre si apenas pelo tênue fio do medo que, como escrevi em [artigo](#) publicado anteriormente aqui no blog, se caracteriza por ser o oposto do amor.

Para o sociólogo Jessé Souza<sup>58</sup>, “o que tem de ser explicado aqui é como a elite do dinheiro, que detém o capital econômico e, por conta disso, manda na economia, passa a mandar de modo indireto também no mundo social e político pela construção, colonizada pelo dinheiro, da opinião pública”. A elite econômica precisa travestir seus interesses de proprietário em suposto interesse geral para garantir o controle da reprodução social, mantendo seus privilégios, destaca Jessé em seu livro “A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato”, publicado em 2017 pela editora Leya.

Levados por uma onda de ódio e intolerância disfarçada de indignação, iniciada anos antes, determinados grupos encontraram em Bolsonaro a legitimação para seus mais sombrios e fantasmagóricos medos, especialmente o medo de perder privilégios. E como todo medo pede um inimigo, de forma muito oportuna construíram a paranoia do antipetismo para servir a tal propósito.

---

<sup>58</sup> **Jessé** José Freire de **Souza** é sociólogo, escritor, professor universitário e pesquisador brasileiro. Atua nas áreas de teoria social, pensamento social brasileiro e estudos teórico/empíricos sobre desigualdade e classes sociais no Brasil contemporâneo.

Tomando o combate à corrupção como ponto de partida – o que lhes assegurava um discurso de fácil aceitação – as elites do atraso, com a anuência e colaboração de parcela expressiva do judiciário [“com Supremo e tudo”], escolheram fazer um recorte político-partidário que lhes permitisse uma caça seletiva aos esquemas de corrupção que grassavam [e ainda grassam] pelo país, cuidando de proteger e blindar todos aqueles que estivessem, de alguma forma, comprometidos com seus reais interesses: a retomada de privilégios, supostamente ameaçados pela ampliação de direitos e acesso a políticas públicas por parte dos mais pobres.

Contudo, uma coisa é concordarmos que toda forma de corrupção deve ser rejeitada. A outra é aceitarmos como razoável seu combate seletivo e sem a observância aos devidos ritos e processos legais, o que representa, em última análise, uma ameaça escancarada ao Estado Democrático de Direito.

O que poucos conseguem enxergar é que o antipetismo é uma invenção das elites do atraso, embalada para presente e entregue à uma parcela frustrada da classe média, que resolveu passa-la adiante, entregando o pacote a alguns segmentos dos mais pobres, especialmente à juventude desavisada da bomba armada que seu conteúdo representa.

Não sou filiado ao PT ou a qualquer partido político e tenho assumido publicamente a crítica à essa democracia eleitoral

que nos oferecem, expressão maior da democracia representativa liberal burguesa, insuficiente e excludente. Também tenho minhas críticas aos governos do PT, embora deva aqui esclarecer que estas nem de longe se equiparam à crítica mesquinha, vazia de argumentos e irresponsável feita pelos adeptos da onda antipetista.

Contudo, quem conhece a história recente e a realidade desse país e possui alguma dose de sensatez não pode negar os avanços, ainda que insuficientes, que tivemos durante pouco mais de uma década que antecedeu o golpe de 2016 que colocou Michel Temer no poder.

Esses avanços estão presentes na ampliação do acesso à Universidade pública e gratuita, na garantia de renda mínima através de programas de distribuição de renda como o Bolsa Família e no fortalecimento da agricultura familiar através de iniciativas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar [PRONAF], só para citar alguns exemplos. Portanto, é preciso ser muito idiota para negar essa realidade. E antes que alguém se sinta ofendido, esclareço: a palavra idiota deriva do grego *idio*, que significa aquele que só consegue olhar para o próprio umbigo; que só vê a si mesmo.

Como tem sido amplamente divulgado, a onda de violência protagonizada por alguns eleitores de Bolsonaro tem crescido assustadoramente e ganhou proporções ainda maiores após o

primeiro turno das eleições. Violência física, achincalhamentos e ameaças, inclusive a profissionais de imprensa, têm sido uma constante nos últimos dias. É o caso de Patrícia Campos de Mello, autora da reportagem publicada pela Folha de S. Paulo na última quinta-feira [18] que denunciou possível caixa 2 na campanha presidencial de Jair Bolsonaro.

“Mais uma canalha imunda, militante esquerdista. Quando Bolsonaro ganhar temos que combater esses canalhas com ferro e fogo, se é que me entendem. Sem misericórdia contra esses vagabundos”. Segundo matéria publicada no dia 19 pelo site Brasil de Fato e assinada por Lu Sodré, essa é apenas uma das inúmeras mensagens que a jornalista da Folha recebeu após a publicação da denúncia de possível caixa 2.

O próprio candidato Bolsonaro e seus filhos não cessam de destilar ódio em suas falas e já chegaram ao absurdo de fazer ameaças escancaradas até a autoridades e instituições. Em vídeo de quatro meses atrás, amplamente repercutido nos últimos dias, o deputado federal Eduardo Bolsonaro [PSL] declarou que para fechar o Supremo Tribunal Federal [STF] “você não manda nem um jipe, manda um soldado e um cabo”. Em outro vídeo, postado no youtube no último dia 20, o coronel Carlos Alves, que se declara intervencionista, chama a ministra Rosa Weber, presidente do Superior Tribunal Eleitoral [TSE], de “salafrária”, “corrupta” e “incompetente” e faz ameaças

escancaradas aos membros do STF e do TSE caso aceitem a denúncia de crime eleitoral contra Bolsonaro, em virtude das práticas de notícias falsas [*fake news*] e caixa 2 noticiadas recentemente.

*O especialista em segurança pública e antropólogo Luiz Eduardo Soares<sup>59</sup>, em entrevista para o canal Tutaméia, alerta que “para além das palavras e dos gestos explícitos do candidato que representa o fascismo e a ultra-direita, além do que é visível nessa candidatura, há uma dimensão intangível da maior importância, e nessa dimensão, que nós não percebemos imediatamente, está uma autorização para a violência”.*

E vai além: “Os que se conectam a esse ódio terrível, que é o ódio gerado pela insegurança e pela incerteza, que é uma busca imaginária de ordem, esses se convertem em guerreiros desse exército sem pátria, sem horizonte, sem utopia, sem orientação, sem norte, sem valor”, afirma Soares.

Voltando ao necessário combate à corrupção – e a propósito deste -, vale lembrar que receber auxílio moradia como deputado federal, tendo imóvel próprio em Brasília, como o fez Bolsonaro por vários anos, também é um ato de corrupção. Da mesma forma, manter na folha de pagamento de seu gabinete

---

<sup>59</sup> Cientista político e escritor, coautor do livro “Elite da Tropa”, que foi base para o filme “Tropa de Elite”.

em Brasília, com dinheiro público, uma funcionária fantasma é uma prática de corrupção. Segundo apurou o jornal *Folha de S. Paulo*, a funcionária em questão trabalhava com uma loja de açai em um vilarejo de Angra dos Reis [RJ], onde Bolsonaro tem uma casa de veraneio. Ela e o marido, de acordo com vizinhos, prestariam ainda serviços de caseiro na propriedade do deputado. Se ainda assim Bolsonaro é a opção da elite do atraso, só posso chegar a uma conclusão: o combate a corrupção nunca foi sua real preocupação. Não passou de um engodo para colocar os patos amarelos [da FIESP] na rua.

Por fim, é sempre bom lembrar que Bolsonaro, ainda que agora o renegue, foi importante aliado de Temer, tendo votado com ele em vários momentos, a exemplo da Reforma Trabalhista e da Proposta de Emenda Constitucional que congelou os investimentos do Governo Federal [inclusive em saúde, educação e assistência social] por 20 anos e chegou à Câmara dos Deputados com o nome de PEC 241. Nesse sentido, Bolsonaro serviu perfeitamente aos propósitos da elite do atraso: retirar direitos dos mais pobres e ampliar o fosso da exclusão social que ainda nos caracteriza como país.

Assim, longe de ser solução para os graves problemas que o Brasil vem enfrentando nos últimos tempos, Bolsonaro contribuiu [e continua contribuindo], de forma direta, para chegarmos a esse perverso quadro de desesperança, insegurança,

instabilidade e medo que tende a se agravar caso ele venha a ser eleito.

Se o mal é irremediável, trabalhemos para que seus efeitos sejam menos nefastos e reparáveis, ainda que a médio prazo. Isso significa, necessariamente, evitarmos que Bolsonaro seja eleito no próximo dia 28.

Resta-nos pouco tempo e como nos alerta Luiz Eduardo Soares, “este é um momento de reflexão para nós todos e de muito trabalho, porque não dá só para contemplar e comentar”. Por todos que doaram suas vidas para chegarmos até aqui, por nossos filhos e netos, por todos que virão depois de nós, ocupemos as ruas e façamos de cada encontro e de cada diálogo uma declaração de amor à liberdade e à democracia, enquanto ainda há tempo.

## AOS MEUS

29OUT2018

Meu coração está apertado, quase sangrando. Não porque perdi uma eleição. Para mim, nunca se tratou de uma eleição, mas de um ato de resistência ao risco iminente de ver meu país mergulhado numa onda incontrolável de ódio, intolerância e preconceito, agora legitimada pelas urnas. Pelo voto de muitos que nesse momento me leem e entre os quais se incluem conhecidos, amigos e até parentes próximos.

Aqui, enquanto o tempo avança madrugada adentro, me ponho em claro pensando no futuro das gentes negras desse país, de nossos povos e comunidades tradicionais, de nossos irmãos e irmãs da comunidade LGBTI+, todos eleitos vítimas preferenciais do novo governo e de seu exército de fanáticos.

Me pergunto, com apreensão, o que será da juventude negra da periferia de nossas cidades, já condenada previamente à exclusão e à marginalização em virtude de sua cor, sua condição social e seu endereço. O que será da população de rua, submetida a processos violentos de higienização pela eugenia que moverá o Estado e as elites locais? O que será de meu querido e bravo povo nordestino – herdeiro de Canudos, do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto e das Ligas Camponesas – nesse momento, expressão viva de resistência e oposição ao fascismo?

Fico me perguntando qual será o futuro da nossa agricultura familiar, preterida no plano de governo do candidato eleito, que prefere um *affair* com o agronegócio? O que será das universidades públicas brasileiras, em breve entregues à iniciativa privada e restringidas ao medíocre papel de formadoras de mão de obra para o mercado?

Por tudo que vimos e ouvimos ao longo dos últimos meses, o futuro não se apresenta nada promissor e nos encaminhamos para uma tragédia anunciada. **E como eu gostaria de estar errado e de que meus temores não se confirmassem!** Voltaria a esse mesmo espaço, daqui há algum tempo, para reconhecer publicamente que me enganei e humildemente me desculpar por meu equívoco.

Mas, sinceramente, acho pouco provável que isso aconteça, já que Bolsonaro foi eleito assumindo, em alto e bom tom, seu discurso fascista, de destruição de direitos e entrega da nação ao capital internacional. Portanto, quem o elegeu sabia, exatamente, em quem estava votando, ainda que não concordasse com tudo que ele pensa e diz. O que é, no mínimo, muito estranho.

Assim, o cenário atual só nos coloca um caminho: a tarefa inadiável de construção de uma ampla frente de resistência popular que possa, ao mesmo tempo, se opor à onda de retrocessos e repressão que se anuncia, e construir uma grande

rede de solidariedade, partilha e amor, capaz de nos proteger do medo que já começou a ser semeado.

Ao mesmo tempo, é muito importante entendermos que muitos dos eleitores de Bolsonaro não são fascistas e acabaram sendo levados por uma poderosa onda de mentiras e ilusões geradas pelo oportunismo que se aproveitou da desesperança que se abateu sobre a maioria da população.

Contudo, chegará o momento em que todos e todas que ainda tiverem preservado em si alguma humanidade, compreenderão a gravidade do erro que hoje cometeram e a dimensão das ameaças à vida e à liberdade a que o país estará subjugado em virtude de suas escolhas.

Chegará o momento em que as divergências que hoje separam muitos brasileiros e nos colocam em lados opostos desaparecerão, porque teremos em comum a luta diária pela sobrevivência em tempos de escassez e a resistência ao autoritarismo de Estado que se agudizará em breve. Nesse momento sere-mos desafiados a revelar o melhor de nossa humanidade: a capacidade de acolher sem julgar e, amorosamente, ajudar a refletir para aprendermos uns com os outros e com nossos próprios erros.

Sei que essa não será uma tarefa fácil, mas, com o tempo, nossos corações, que hoje sangram, estarão cicatrizados pelo exercício diário da solidariedade, do cuidado e da partilha,

ainda que nossos corpos venham a ser feridos ou machucados, como outrora o foram os de nossos antepassados, alguns ainda presentes entre nós. Essa será nossa maior arma e nossa maior conquista. A revolução capaz de vencer todo medo e todo algoz. Até lá nos mantenhamos irmanados pelo mesmo espírito de esperança, luta e amor que nos animou até aqui.

De minha parte, segurei resistindo e semeando o amor. Essa é a única arma que aprendi a usar, além dos livros. Contem sempre comigo porque, como alguém nos disse a pouco, um professor [educador] não foge à luta.

*Cariri [CE], madrugada de 29 de outubro de 2018.*

## PRELÚDIO DE ANO NOVO

18DEZ2018

Dentro de poucos dias Jair Bolsonaro [PSL] tomará posse como presidente eleito do Brasil e levará consigo para o governo algumas figuras caricatas, personagens até pouco tempo anônimas e sem expressão na vida pública brasileira, a exemplo de **Sérgio Moro**, um juiz de primeira instância alçado ao posto de falso herói para um falso problema central, como escrevi em artigo publicado aqui no blog em dezembro de 2016.

O ex-juiz e futuro ministro da Justiça do governo Bolsonaro ganhou projeção e atraiu para si muitos holofotes por sua atuação, por vezes desastrosa e questionável, na operação Lava Jato. De discurso farto e contundente contra a corrupção, agora Moro precisará escolher entre a crítica aos malfeitos de seus futuros colegas de governo e o silêncio dos covardes e vis. Ao que tudo indica, ficará com a segunda opção para preservar seu novo status.

Entre a futura equipe de Bolsonaro estará também o general **Augusto Heleno**, condenado pelo Tribunal de Contas da União [TCU], em 2013, “por autorizar convênios ilegais que custaram R\$ 22 milhões ao governo – e favoreceram militares conhecidos seus”, segundo matéria publicada pelo portal Intercept Brasil. Um dos nomes de maior confiança de Bolsonaro, o ex-chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do

Exército será o ministro do Gabinete da Segurança Institucional do futuro governo.

**Onyx Lorenzoni** [DEM/RS] será o braço-direito de Bolsonaro, ocupando o cargo de ministro-chefe da Casa Civil, responsável pela supervisão das demais pastas e pela articulação política com o Legislativo. Principal articulador de Bolsonaro junto ao Congresso Nacional durante a campanha eleitoral, o parlamentar gaúcho foi citado em delação premiada da JBS e admitiu ter recebido 100.000 reais da empresa por meio de caixa dois em 2014. A confissão de culpa lhe rendeu o perdão de Sérgio Moro que, questionado por um jornalista sobre como ele se posicionava diante do fato, respondeu: “Ele [Onyx] já admitiu e pediu desculpas”. Uma planilha entregue por delatores da JBS à Procuradoria-Geral da República [PGR] indica que em 2012 Lorenzoni teria recebido outros R\$ 100 mil daquela empresa, também via caixa dois. Para esse valor ainda não houve *mea culpa* e, por conseguinte, também não houve “indulto” de Moro.

Alinhado com os interesses do grande capital nacional e internacional, o economista ultraliberal e banqueiro **Paulo Guedes** responderá pelo megaministério da Economia do governo Bolsonaro, reunindo funções da Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio. Guedes é acusado de “ter sido beneficiado por operações ilícitas que foram praticadas em prejuízo do

fundo de pensão FAPES”, da Fundação de Assistência e Previdência Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social [BNDES].

Segundo narra a sentença proferida pelo Juiz da 5ª Vara Federal Criminal [RJ], Tiago Pereira Macaciel, citada no Despacho nº 28753/2018 do Ministério Público Federal [Força-Tarefa Greenfield], a GPG Participações Ltda., de Paulo Guedes, teria sido possivelmente beneficiada em operações de *day-trade* realizadas pela Dimarco DTVM S/A. O *day-trade* é uma modalidade de negociação utilizada em mercados financeiros [como bolsa de valores], que tem por objetivo a obtenção de lucro com a oscilação de preço, ao longo do dia, de ativos financeiros.

O esquema consistia em alocar as operações mais lucrativas do dia para a GPG Participações Ltda. e outros atores privados, ficando as operações menos lucrativas ou com prejuízo para a carteira da FAPES, com possível manipulação das sequências de ordens de compra e venda. Começo, com isso, a entender melhor o grande interesse pessoal de Paulo Guedes na reforma da Previdência inspirada no modelo chileno de capitalização privada, que também serve muito bem aos interesses dos grupos econômicos a quem Guedes está ligado.

De quebra, Bolsonaro terá que lidar com o escândalo que envolve o próprio filho, Flávio Bolsonaro [PSL], atual deputado

estadual e futuro senador da República pelo Rio de Janeiro. Relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras [COAF], tornado público no início desse mês, indicou movimentações financeiras atípicas que o ex-assessor e ex-motorista de Flávio na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro [ALERJ], Fabrício Queiroz, fez em uma conta no banco Itaú. O ex-assessor movimentou cerca de R\$ 1,2 milhão em 12 meses, incluindo a emissão de um cheque no valor de R\$ 24 mil para a futura primeira-dama Michelle Bolsonaro. Desde que o caso veio a público, temos acompanhado uma série de desdobramentos que só complicam ainda mais a situação do clã Bolsonaro. O site Poder360 publicou uma matéria que ajudará o leitor a entender o caso.

Como podemos ver, o discurso de moralidade e combate à corrupção alardeado por Bolsonaro durante a campanha e nos primeiros dias após a eleição começa a cair por terra e em seu lugar surgem o silêncio e algumas tentativas atrapalhadas de explicar o inexplicável. O fato é que o futuro governo ainda nem começou e já se encontra mergulhado no mar de lama da corrupção que prometia combater e que serviu de mote para a justificativa de voto de muitos “cidadãos de bem”, defensores da moral e dos bons costumes.

Vale ressaltar que alguns dos eleitores de Bolsonaro foram ludibriados pela onda de *fake news* que marcou as eleições

desse ano, outros foram pressionados a votar no capitão da reserva por líderes religiosos inescrupulosos e com fortes interesses em sua eleição, enquanto outros, não poucos, votaram por sentirem-se identificados com o autoritarismo social que Bolsonaro reflete, pouco importando a vinculação do mesmo ou de sua equipe de governo com esquemas de corrupção.

Contudo, além dos problemas com corrupção, resumidos até aqui, o futuro governo terá que lidar com as trapalhadas e incapacidades de alguns integrantes do primeiro escalão, a exemplo de **Ernesto Henrique Fraga Araújo**, que ocupará o Ministério das Relações Exteriores.

Indicação do guru intelectual [sic] de Bolsonaro, Olavo de Carvalho, Araújo escreveu que no centro da visão de Ocidente do presidente Donald Trump [EUA], “está não uma doutrina econômica e política, mas o anseio por Deus, o Deus que age na história”. E o futuro chanceler de Bolsonaro vai além na sua alusão à suposta visão de Trump sobre o Ocidente, afirmando que “não se trata tampouco de uma proposta de expansionismo ocidental, mas de um pan-nacionalismo”. As afirmações estão grafadas no artigo “Trump e o Ocidente”, publicado na edição número 6 do Cadernos de Política Exterior do

IPRI [2017, pp 323-357]<sup>60</sup> e Araújo arremata, afirmando que “o Brasil necessita refletir e definir se faz parte desse Ocidente”. O artigo soa mesmo como uma confusa declaração de amor e subserviência aos Estados Unidos e a Donald Trump.

Valendo-se da ideia vaga, bastante nebulosa, do que ele chama de “teopolítica” – em um suposto contraponto à geopolítica, que tem pautado as relações internacionais ao longo da história recente da humanidade – Ernesto Araújo chega a afirmar que “Somente um Deus poderia ainda salvar o Ocidente, um Deus operando pela nação – inclusive e talvez principalmente a nação americana”, para concluir que “somente Trump pode ainda salvar o Ocidente”.

As sinalizações eufóricas de Araújo aos EUA e a própria simpatia declarada de Bolsonaro a Trump provocaram, como era de se esperar, a reação da China, maior parceiro comercial do Brasil desde 2009 e maior investidor de recursos externos no país. Apenas para ilustrar a importância comercial dessa relação, em 2017 o Brasil manteve um intercâmbio comercial da ordem de 75 bilhões de dólares com os chineses, gerando um superávit brasileiro de 20 bilhões de dólares.

---

<sup>60</sup> Cadernos de Política Exterior / Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. – v. 3, n. 6 [dez. 2017]. - [Brasília] : FUNAG, 2015.

Acreditando que uma de suas missões como chanceler brasileiro é libertar o Itamaraty do “marxismo cultural” que ele afirma estar instalado por lá, Ernesto Araújo critica a política pacifista do Brasil e propõe alinhamento automático com os Estados Unidos e com os atuais governos da Itália, Polônia e Hungria, todos de viés ideológico ultraconservador.

Nessa mesma direção, por sugestão de Araújo o Brasil deverá deixar o Pacto Mundial para Migração logo após a posse de Bolsonaro. Além disso, o futuro chanceler propõe que o Brasil questione os BRICS – bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – defendendo a formação do que ele chama de “BRICS antiglobalista”, que deixaria de fora a China. Não precisa ser um especialista em Relações Internacionais para entender as consequências de uma proposta como essa.

Várias outras posições do futuro Ministro das Relações Exteriores e do próprio presidente eleito apontam na direção de relações do Brasil, no campo internacional, restritas a um seleto grupo de países, alinhados ideologicamente ao governo Bolsonaro, com enormes prejuízos para nossa agenda econômica e para outras pautas que, nos últimos anos, colocaram o país nas principais mesas de diálogos globais. Aguardemos, pois, os desdobramentos que já se anunciam preocupantes.

Além das polêmicas envolvendo outros nomes recrutados por Bolsonaro, o capitão da reserva terá que lidar com as

frequentes intromissões dos filhos nos assuntos do futuro governo, o que tem gerado alguns arranhões com aliados e membros da equipe, já durante a fase de transição, a exemplo da desavença do vereador Carlos Bolsonaro [PSC/RJ] com o futuro titular da Secretária-geral da Presidência da República, Gustavo Bebianno. Some-se a isso as frequentes intromissões do deputado federal Eduardo Bolsonaro [PSL/SP] em assuntos típicos do Itamaraty, atropelando o próprio futuro chanceler, Ernesto Araújo.

Contudo, nada disso me surpreende. Nem o envolvimento em corrupção, nem os desastrosos e atabalhoados posicionamentos dos integrantes do futuro governo, nem as confusões entre o público e privado que têm marcado as falas dos integrantes do clã Bolsonaro e seus amigos mais chegados. Afinal, estamos falando de um presidente eleito a partir do disparo de muitas mentiras [fake news], discursos fundamentalistas de ódio e intolerância e apenas um “power point” panfletário registrado no Tribunal Superior Eleitoral [TSE] como plano de governo.

Diante do cenário que se anuncia, que inclui uma forte ofensiva do futuro governo brasileiro aos direitos humanos e a direitos sociais e trabalhistas conquistados ao longo de décadas, pelo menos dois desafios se colocam aos movimentos sociais de caráter popular, aos povos e comunidades tradicionais e a todas as chamadas minorias.

De pronto, será necessário contrapor-se a essas ameaças, através da mobilização e resistência permanentes, seja pelo enfrentamento direto à repressão já anunciada quando o futuro governo promete, por exemplo, criminalizar os movimentos sociais, seja pela desobediência civil, nunca tão necessária na história recente desse país.

Porém, não bastará resistir. Faz-se urgente iniciarmos a construção de outras formas de poder, ancoradas na solidariedade, no respeito à diversidade, na comunhão, na partilha e no amor. Somente por aí seremos capazes de **vencer o medo e reaprender a amar**, como escrevi em artigo postado anteriormente aqui no blog.

Afinal, quando tudo se anuncia sombrio é que mais precisamos fazermo-nos prenes de coragem e esperança para espalhar aos quatro ventos a semente procriadora da empatia, do afeto e do cuidado, condições essenciais à vida em comunidade e à nossa própria permanência nesse planeta-mãe Terra.

## **JESUS E A NOSSA HIPOCRISIA NATALINA**

24DEZ2018

*Ai de vós, escribas e fariseus hipócritas! Limpais o copo e o prato por fora, mas por dentro estais cheios de roubo e cobiça. [...] Ai de vós, escribas e fariseus hipócritas! Sois como sepulcros caiados: por fora parecem belos, mas por dentro estão cheios de ossos de cadáveres e de toda podridão! Assim também vós: por fora, pareceis justos diante dos outros, mas por dentro estais cheios de hipocrisia e injustiça.*

[Mt 23, 25-28]

Todo ano é o mesmo roteiro. Os dias que antecedem a noite de Natal são marcados pela troca de mensagens recheadas de felicitações cordiais e desejos de um ano novo de paz, amor, harmonia e todo repertório de “boas energias”. Todos os males da humanidade são esquecidos, o espírito natalino invade até mesmo os corações mais endurecidos, as casas e praças se enchem de luzes e outros enfeites e o comércio se prepara para ampliar seus lucros surfando na onda da troca de presentes propagada pelas ilusões de marketing inspiradas no “bom velhinho”.

Em tempos de redes sociais e aplicativos de mensagens tornou-se quase uma obrigação chegar ao maior número possível de pessoas, ainda que através de textos e imagens prontas baixadas da internet, dirigidas, inclusive, a quem sequer

conhecemos pessoalmente. Muitas vezes a lista usada para enviar o cartão de “boas festas e feliz ano novo” é a mesma que durante o ano todo serviu para espalhar mensagens de ódio, preconceito, intolerância e *fake news*.

Aqui e acolá essas mensagens trazem uma referência, *an passant*, ao “aniversariante”. Contudo, sem qualquer alusão à sua condição de menino pobre, negro e retirante, perseguido pelo Estado e pelos poderosos antes mesmo de nascer.

O fato é que o período natalino cumpre a importante função de desnudar a hipocrisia que tem caracterizado a existência humana desde antes da Era cristã e que vem se acentuando nos últimos tempos. Muitos dos que agora distribuem frases de efeito recheadas de amor, durante todo o ano fizeram apologia à violência e expressaram abertamente seus preconceitos e intolerâncias, sem se importar com o fato de que seus gestos, palavras, atos e omissões negam os principais ensinamentos deixados pelo menino que agora dizem devotar.

Num esforço concentrado de remissão de pecados ou alívio de culpa, aproveitamos o período para distribuir um prato de comida com o morador de rua por quem passamos todos os dias a caminho do trabalho, doar algumas roupas usadas para aquela senhora que remexe nosso lixo à procura de materiais recicláveis, entregar algumas cestas básicas a “famílias carentes”, distribuir presentes a crianças pobres da periferia ou

praticar qualquer outro gesto revelador da nossa mais nobre “caridade cristã”.

Passado esse período, tudo volta ao normal e não há qualquer problema ou contradição se continuamos a adotar práticas que precarizam as relações de trabalho nas nossas empresas ou lares. Se concordamos com a criminalização dos movimentos sociais que, a exemplo de Jesus, denunciam as injustiças do mundo e lutam por mais direitos, igualdade e respeito. Se voltamos a afirmar que “bandido bom é bandido morto” e não enxergamos desumanidade e violação de direitos no atual sistema carcerário brasileiro, mesmo porque somos da crença de que os direitos humanos devem ser para “humanos direitos”.

Passado o ciclo natalino podemos voltar a defender o justicamento como saída para a violência e o medo que nos rondam, podemos reassumir a intolerância religiosa, a homofobia, e xenofobia e todos os nossos preconceitos, esquecendo por completo o legado de amor ao próximo deixado pelo menino nascido em Belém da Judeia.

Embora a história do Natal comece, na verdade, pelo menos 7 mil anos antes do nascimento de Jesus, com a celebração do solstício de inverno – a noite mais longa do ano no hemisfério norte, que acontece no final de dezembro -, na tradição cristã o Natal é a celebração do nascimento do maior líder espiritual

e, para mim, um dos principais líderes políticos da humanidade.

Assim, longe de ser um costume social, o cristianismo deve ser experienciado como um compromisso ético permanente com a vida plena e em abundância para todos e todas. Se não tenho em mim os ensinamentos de Cristo como bússola a guiar minha jornada diária, de nada adianta parecer justo diante dos outros durante o Natal, se por dentro estou cheio de hipocrisia e injustiça. Que me perdoem os cristãos natalinos de plantão, mas aquele ou aquela que assim age, sequer deveria se declarar cristão.

## **PELA MÃE TERRA, PELA VIDA E PELOS QUE VIRÃO**

15JAN2019

*Dá-nos, Senhor, aquela paz inquieta, que denuncia a paz dos cemitérios e a paz dos lucros fartos. Dá-nos a paz que luta pela paz!*

*[Trecho do poema “A Paz Inquieta” de Pedro Casaldáliga, poeta e bispo da Prelazia de São Feliz do Araguaia/MT]*

Primeiro ato oficial de Jair Bolsonaro [PSL] como presidente empossado, a Medida Provisória 870 “estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios” e chega violando a Constituição que ele jurou cumprir, ameaçando direitos e promovendo desmontes.

A MP de Bolsonaro atribui à Secretaria de Governo da Presidência, comandada pelo general Carlos Alberto dos Santos Cruz, dentre outras competências, o papel de “supervisionar, coordenar, monitorar e acompanhar as atividades e as ações dos organismos internacionais e das organizações não governamentais no território nacional”, ferindo frontalmente o texto constitucional de 1988 que estabelece, no inciso XVIII do seu artigo 5º, que “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”.

Na reforma ministerial que extinguiu sete ministérios – incluindo Esporte, Cidades, Cultura, Trabalho e Segurança Pública –

a Fundação Nacional do Índio [FUNAI], órgão indigenista oficial do Estado brasileiro, até então vinculado ao Ministério da Justiça, passou à tutela do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, comandado pela advogada e pastora fundamentalista Damares Alves.

Contudo, competências históricas e centrais da FUNAI, como a demarcação de terras indígenas, não ficarão nem no órgão indigenista, nem na pasta de Damares Alves. De acordo com a MP 870, quem passa a ter o poder de “identificação, delimitação, demarcação e registros das terras tradicionalmente ocupadas por indígenas” é o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento [MAPA], comandado pela agropecuarista Tereza Cristina [DEM/MS], líder da bancada do agronegócio na Câmara dos Deputados. O MAPA também será responsável pela delimitação de terras ocupadas por Comunidades Remanescentes de Quilombos. A então deputada Tereza Cristina presidiu a Frente Parlamentar da Agropecuária [bancada ruralista] na Câmara do Deputados e é defensora contumaz do Projeto de Lei 6.299/2002, apelidado de “PL do veneno”, que teve parecer favorável da comissão especial presidida pela deputada ruralista. A postura fervorosa da ministra em favor da flexibilização do uso de agrotóxicos lhe rendeu o apelido de “musa do veneno”.

As ações de demarcação de terras indígenas e de delimitação de terras de Comunidades Remanescentes de Quilombos, assim como aquelas ligadas à reforma agrária, ficarão a cargo do presidente da União Democrática Ruralista [UDR], Luiz Antônio Nabhan Garcia, nomeado secretário especial de Assuntos Fundiários. Um dos principais articuladores da equipe de Bolsonaro junto ao agronegócio, Nabhan “já teve que dar esclarecimentos à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito [CPMI] da Terra por porte ilegal de armas, contrabando e organização de milícias privadas na região do Pontal do Paranapanema, em São Paulo”, de acordo com matéria assinada por Lilian Campelo, publicada no site Brasil de Fato em 26 de outubro do ano passado.

O fato é que Bolsonaro está agora usando a caneta para concretizar uma série de declarações feitas por ele ao longo da campanha e já após a eleição, entre elas a de que iria barrar a demarcação de terras indígenas. Em entrevista concedida a Vinicius Sassine, publicada no jornal O Globo no dia 4 de janeiro desse ano, Nabhan Garcia informou que “será feito um levantamento amplo e geral de tudo que aconteceu em questões fundiárias no Brasil, seja em reforma agrária, demarcação de terras indígenas e quilombolas”, acrescentando que “se houve alguma falha e se tiver brecha que mostre para Justiça que houve um erro, tudo é possível de anular”. As ofensivas do governo brasileiro à demarcação de terras e vários outros

direitos de povos e comunidades tradicionais vêm exatamente no momento em que a Organização das Nações Unidas [ONU] decide declarar 2019 o ano das línguas indígenas e agravam ainda mais o ciclo histórico de violência no campo.

No Brasil a reforma agrária sempre foi uma agenda espinhosa, até mesmo para governos considerados progressistas. Pouco se avançou nessa questão ao longo de nossa história e as pautas agrárias e fundiárias sempre foram cercadas por interesses oligárquicos, conflitos no campo e muita violência. De acordo com relatório da Comissão Pastoral da Terra [CPT], em 2017 foram registrados 1.431 conflitos no campo com 71 mortes. É o maior número de assassinatos desde 2003, quando 73 morreram por conflitos rurais. O relatório destaca ainda que “o lado mais macabro dos assassinatos em 2017 são os massacres”. Segundo o documento da Pastoral da Terra, foram cinco massacres com 31 vítimas. Esse quadro deverá se acentuar com o atual governo, assumidamente aliado do que há de mais reacionário no meio rural brasileiro.

Confirmando essa tendência, no dia 3 de janeiro as superintendências regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária [INCRA] receberam memorandos determinando a interrupção de todos os processos para compra e desapropriação de terras. De acordo com o INCRA, 250 processos em andamento estão suspensos.

As primeiras medidas anunciadas pelo governo Bolsonaro e mesmo seus discursos de campanha e antes da posse reacenderam o pavio de pólvora dos conflitos no campo, inclusive com o uso de milícias. Apenas no fim de semana da vitória de Bolsonaro foram registrados cinco ataques a comunidades indígenas e assentamentos da reforma agrária. Nesta terça-feira [15] entrou em vigor o decreto 9.685, que flexibiliza a posse de armas de fogo e inclui entre os beneficiários do temeroso e irresponsável ato presidencial os ruralistas. De acordo com o decreto, cada pessoa incluída no rol de autorizáveis poderá adquirir legalmente “até quatro armas de fogo de uso permitido”, admitida a possibilidade de aquisição de armas em quantidade superior a esse limite, “se presentes outros fatos e circunstâncias que a justifiquem”. Em seu brevíssimo discurso durante a solenidade de assinatura do decreto e dirigindo-se à ministra Tereza Cristina [MAPA], Bolsonaro cita o número de propriedades rurais como exemplo de justificativa para a autorização de aquisição de mais armas de fogo por uma pessoa.

Diante de tudo isso é fundamental denunciar a responsabilidade direta do atual governo federal e seus sequazes pelo aumento da violência no campo, nas florestas e, com o decreto 9.685, também nas cidades. Ao mesmo tempo, é necessário anunciar que a principal resistência aos desmandos, insanidades e rompantes autoritários do atual governo e à violência

patrocinada pelas elites do atraso desse país deverão vir exatamente dos povos e comunidades tradicionais e dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra. A história tem sido testemunha da capacidade de luta e da coragem dos filhos e filhas da terra.

Sim! Haverá luta, haverá resistência e, sobretudo, haverá celebração, partilha, comunhão e solidariedade. Afetos incompreensíveis para os tiranos e idiotas e, por isso mesmo, as armas mais eficazes contra essas pobres criaturas e seus vazios e apequenados espíritos. **Lutemos, pois! Pela mãe Terra, pela vida, pelos que virão!**

## NOVAS TRAGÉDIAS DE UM VELHO TRÁGICO MODELO

30JAN2019

Os últimos dias têm sido marcados por uma onda de manifestações de tristeza, solidariedade e indignação com as consequências do rompimento da barragem de contenção de rejeitos da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho/MG, de propriedade da Vale S/A. A tragédia ocorre apenas três anos e quatro meses depois do rompimento da barragem do Fundão, no município também mineiro de Mariana, quando milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro formaram uma enxurrada de lama que atingiu mais de 40 cidades dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, desabrigou centenas de famílias [600 de acordo com o governo federal], matou 19 pessoas e causou danos irreparáveis a comunidades e ao ecossistema da região, espalhando destruição ao longo de 680 km, segundo relatório da empresa de consultoria Bowker Associates [EUA]. Aí também a Vale S/A esteve presente, já que a Samarco, empresa responsável pela barragem do Fundão, é controlada em partes iguais pela anglo-australiana BHP Billiton Brasil Ltda. e a brasileira Vale S.A.

“Eles botaram o rio em coma e eu quero ver quem é que vai conseguir sobreviver sem água. Se os Krenak aguentaram toda essa tortura ao longo de quase 100 anos, inaugurada na década de 1920, agora com o rio morto, como vai ficar?”. O

questionamento é de Ailton Krenak, uma das mais representativas lideranças indígenas do país, referindo-se ao episódio de Mariana, que afetou duramente seu povo, habitante das margens do Rio Doce.

Ainda nem nos recuperamos dos impactos de Mariana e agora somos arrebatados pelos efeitos da tragédia de Brumadinho, que já contabiliza números muito superiores aos de 2015. Até o início da tarde desta quarta-feira [30] os dados oficiais já apontavam 84 vítimas humanas fatais, além de um número não considerado de vidas não humanas que sequer como estatísticas importam, uma vez que o antropocentrismo que orienta a existência da grande maioria dos humanos tem essas “outras vidas” como inferiores e de menor valor.

Fundão e Córrego do Feijão não são casos isolados. De acordo com [matéria assinada por Nathalia Passarinho](#), da BBC News Brasil em Londres, um relatório da Agência de Meio Ambiente das Nações Unidas, publicado em 2018, registrou os maiores rompimentos de barragens ocorridos desde 1985. “Só nos últimos 5 anos, ocorreram oito grandes acidentes pelo mundo”, escreve Nathalia, citando o relatório da ONU. No Brasil, antes do episódio da barragem do Fundão, em 2014 assistimos ao rompimento de uma barragem da Herculano Mineração, em Itabirito, também em Minas Gerais.

“A tragédia em Brumadinho estará, certamente, no topo dos maiores desastres com rompimento de barragem de minério do mundo. Infelizmente, é possível que ultrapasse Stava<sup>61</sup>, que foi a maior tragédia do tipo nos últimos 34 anos”, afirmou à BBC News Brasil o geólogo Alex Cardoso Bastos, um dos autores do relatório da ONU sobre barragem de minério.

Cabe destacar que a violência contra a natureza e contra comunidades locais na implantação de megaprojetos, ditos estruturantes e de elevado impacto social e ambiental, envolvendo grandes interesses econômicos, não está restrita ao setor da mineração.

Basta lembrar de Sobradinho [BA], Belo Monte [PA], Castanhão [CE], Carajás/S11D[PA] e vários outros projetos cujas marcas principais são a violência física e/ou simbólica contra as populações locais, a destruição dos ecossistemas e a consequente inviabilização ou fragilização da vida humana e não humana nos respectivos territórios.

---

<sup>61</sup> Segundo o relatório da ONU, publicado no ano passado, o evento mais trágico envolvendo barragens de minério nos últimos 34 anos foi em 1985, no norte da Itália. Na hora do almoço, 180 mil metros cúbicos de lama da barragem administrada pela Prealpi Mineraria varreram as cidades de Stava e Tesero, matando 267 pessoas, entre as quais famílias inteiras.

Em relatório final sobre o Brasil, elaborado após visita oficial ao país entre os dias 7 e 16 de dezembro de 2015, um grupo de trabalho das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos aponta que “fiscalização inadequada, poluição do meio ambiente e destruição de comunidades afetadas por grandes projetos são alguns dos aspectos recorrentes das violações dos direitos humanos perpetradas pelo setor empresarial no Brasil”. O documento destaca ainda que, em alguns casos, o financiamento privado de campanhas eleitorais seria responsável por exercer uma “influência indevida” sobre processos regulatórios do governo.

Por outro lado, diante do mar de lama de destruição e da indiferença e hipocrisia de representantes do capital e do Estado, muitas vezes se levantam para denunciar e protestar, ao mesmo tempo que correntes de oração se espalham por todo o mundo e muitas mãos e corações se juntam para acolher, socorrer e cuidar. Os momentos de dor coletiva têm essa capacidade de mobilizar nossa solidariedade e revelar nossa empatia. Toda a mobilização de energias e toda a comoção social que temos visto em relação a Brumadinho e que vimos também em relação a Mariana [2015] e San José [2010]<sup>62</sup>, dentre

---

<sup>62</sup> Em 5 de agosto de 2010 parte da mina de San José, no Chile, desmoronou. A tragédia deixou 33 mineiros presos a quase 700 metros de profundidade, com temperaturas de 40°C, elevada umidade e

tantos outros casos, nos trazem também um sopro de esperança na humanidade.

Contudo, especificamente em relação aos protestos, me chama a atenção o fato de que grande parte deles estão voltados à cobrança da punição dos responsáveis pela tragédia [o que esperamos que aconteça] e da denúncia de que houve irresponsabilidade, omissão e conluio entre o capital e o Estado na liberação das obras sem a devida observância do processo legal, o que não parece ser nenhum segredo. Afinal, não precisamos de muito esforço para entender a serviço de quem ou de que “interesses maiores” o Estado sempre se coloca, através de suas várias instituições, mesmo em governos considerados progressistas.

Estranhamente, diversos especialistas e estudiosos apostam na ilusão de que o problema central está no fato de que determinadas normas técnicas e determinados padrões não foram observados e que bastaria cumprir essas normas e atender aos padrões pré-estabelecidos para que tragédia como a

---

quase nada de comida ou água potável. Foram 69 dias vivendo no subterrâneo. Felizmente, em 13 de outubro do mesmo ano os mineiros foram trazidos de volta à superfície, um por um, com ajuda da chamada cápsula Fênix – um compartimento metálico de resgate projetado pela NASA. As cenas foram vistas ao vivo por milhões de pessoas mundo afora.

Brumadinho fossem evitadas, como se as próprias regras – e na sua inadequação ao momento, o seu descumprimento – não fossem parte do jogo de interesses daqueles que, efetivamente, detêm o poder.

Quase não se discute e ninguém ousa colocar em xeque a velha matriz de desenvolvimento que pauta a agenda de corporações e governos em todo o mundo, ancorada na cultura da acumulação ilimitada do capital a qualquer preço, pouco importando quantas vidas humanas e não humanas serão sacrificadas.

A questão é que o modelo subjacente, centrado na economia e no lucro ilimitado, ignora os limites da própria natureza e a finitude de seus recursos. Subjuga e explora à exaustão aqueles que lhe servem de mão de obra barata e cada vez mais precarizada, marginaliza e rejeita aos que excedem a esse contingente útil ou não aceitam a sujeição que lhes é imposta e criminaliza os que lutam por direitos e condições dignas de vida. Além disso, se encarrega de dizimar, pela violência física e simbólica e com as bênçãos do Estado, todos os indivíduos, povos e comunidades que se coloquem em defesa da vida como bem maior e inegociável e representem qualquer ameaça a seus negócios e seus pobres poderes.

Como denunciam os poetas Sá e Guarabyra, na música-profecia Sobradinho [1977], “o homem chega, já desfaz a natureza,

tira gente, põe represa, diz que tudo vai mudar”. E tudo muda, embora nunca da forma prometida.

Esse modelo está levando a mãe Terra e toda sua biodiversidade à exaustão e a humanidade ao suicídio coletivo. Questioná-lo, negá-lo e nos afastarmos dele pela prática cotidiana é tarefa inadiável e somente a partir da compreensão do significado mais profundo da interdependência entre os componentes estruturais de cada ecossistema – e destes entre si – poderemos buscar a reintegração da espécie humana à grande teia da vida, condição essencial à nossa própria sobrevivência e permanência no planeta.

## ENTRE A MALDADE, O CINISMO E O VEXAME

11FEV2019

Decorridos pouco mais de 40 dias de [des]governo Bolsonaro, o pacote de maldades anunciado pelo presidente e sua equipe já beira o absurdo e vai desde a retirada de ações destinadas à população LGBT da política de Direitos Humanos, passando pela flexibilização da posse de armas, a revogação da adesão do Brasil ao Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular e o monitoramento do funcionamento de organizações da sociedade civil, contrariando o próprio texto constitucional, até chegar na censura e nos ataques constantes à imprensa nacional e internacional.

Some-se a isso o desmonte das políticas de reforma agrária e de garantia de direitos de povos e comunidades tradicionais, especialmente dos povos indígenas, com a entrega dessas duas áreas ao “ministério do agronegócio”, capitaneado por Tereza Cristina [DEM/MS], que chamou para comandar a secretaria especial de Assuntos Fundiários, ninguém menos que o presidente da União Democrática Ruralista [UDR], Luiz Antônio Nabhan Garcia, inimigo público da reforma agrária e dos direitos de povos e comunidades tradicionais.

Uma indicação do pretense intelectual Olavo de Carvalho, tido como uma espécie de guru pelo clã Bolsonaro, levou ao ministério da Educação o colombiano Ricardo Vélez Rodríguez, para

quem a Universidade não é para todos. “Ela representa uma elite intelectual para a qual nem todo mundo está preparado ou para a qual nem todo mundo tem disposição ou capacidade”, declarou Vélez Rodriguez em entrevista concedida a Gabriel Castro e Maria Clara Vieira, publicada na edição 2620 da revista Veja, que foi às bancas no último dia 6.

Vélez defende a volta do ensino de Educação Moral e Cívica [EMC], disciplina instituída pelo Decreto Lei 869/68 e obrigatória no currículo escolar brasileiro a partir de 1969, juntamente com a disciplina de Organização Social e Política Brasileira [OSPB]. De acordo com Ebenezer Takuno de Menezes e Thais Helena dos Santos<sup>63</sup>, “ambas, EMC e OSPB, foram adotadas em substituição às matérias de Filosofia e Sociologia e ficaram caracterizadas pela transmissão da ideologia do regime autoritário ao exaltar o nacionalismo e o civismo dos alunos e privilegiar o ensino de informações factuais em detrimento da reflexão e da análise”. A adoção das duas disciplinas se deu no contexto da edição do famigerado Ato Institucional número 5 [AI5], que inaugurou os chamados “anos de chumbo” da

---

<sup>63</sup> MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes EMC [Educação Moral e Cívica]. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira – Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/emc-educacao-moral-e-civica/>>. Acesso em: 11 de fev. 2019.

ditadura instaurada no Brasil com o golpe civil-militar de 1964. As duas matérias foram retiradas do currículo escolar em 1996 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [LDB].

Avesso ao diálogo e à participação social, Vélez Rodriguez chegou a solicitar da área jurídica do MEC um parecer para acabar com o Conselho Nacional de Educação. De tão absurda, a demanda não prosperou e, agora, a meta da nova equipe do MEC é interferir na composição do Conselho, garantindo a presença do maior número possível de religiosos e outras pessoas ligadas a suas crenças e interesses.

Simpatizante do “Escola Sem Partido”, o ministro da Educação tem atacado com frequência a liberdade de cátedra, embora o próprio texto constitucional de 1988 determine, em seu artigo 206, que o ensino será ministrado com base no princípio da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, assegurado o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Enquanto isso, uma nota técnica do Ministério da Saúde, assinada por Quirino Cordeiro Júnior, coordenador geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde, dá aval ao uso de eletrochoques e reforça a possibilidade da internação de crianças em hospitais psiquiátricos como caminho para tratamento de pacientes com transtornos mentais. Quirino, que está no cargo desde fevereiro de 2017, é forte aliado da

“Frente Parlamentar Mista em Defesa da Nova Política Nacional de Saúde Mental e da Assistência Hospitalar Psiquiátrica”, composta por parlamentares ligados a empresas de saúde e “comunidades terapêuticas”. Por sua assumida defesa da volta ao velho sistema manicomial e ataque aos avanços conquistados nos últimos anos nesse campo, a iniciativa parlamentar ficou conhecida como Frente Parlamentar Pró-Manicômios.

Segundo a nota técnica do Ministério da Saúde, “quando se trata de oferta de tratamento efetivo aos pacientes com transtornos mentais, há que se buscar oferecer no SUS a disponibilização do melhor aparato terapêutico para a população”. Como exemplo, a nota aponta a eletroconvulsoterapia [ECT], indicando ainda que o Ministério da Saúde passe a financiar a compra de equipamento para o tratamento de pacientes que apresentem “determinados transtornos mentais graves e refratários a outras abordagens terapêuticas”. A nota técnica assinada por Quirino ressalta ainda “que não há qualquer impedimento legal para a internação de pacientes menores de idade em Enfermarias Psiquiátricas de Hospitais Gerais ou de Hospitais Psiquiátricos”. Após ampla repercussão negativa da nota, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, que disse não ter tomado conhecimento prévio da mesma [sic], afirmou que o texto preparado pela equipe está em discussão e poderá ter alguns tópicos alterados.

*No embalo dos absurdos que têm pautado o [des]governo do capitão, o ex-juiz Sérgio Moro, agora ministro da Justiça e Segurança Pública, até então no medíocre papel de capacho das elites políticas e econômicas do liberalismo tupiniquim, torna-se protagonista de um dos piores episódios da série de maldades e ameaças à vida empreendidas pelos fascistoídes bolsorarianos sem que, contudo, isso lhe retire da condição de capacho.*

O lutuoso pacote anticrime de Moro promete banalizar a letalidade policial e fazer vista grossa ao extermínio de pobres, negros, moradores de comunidades periféricas e militantes de movimentos sociais do campo, das cidades e das florestas. O projeto, que vem camuflado de um discurso anticorrupção, tem clara conotação política de eliminação dos indesejáveis e inimigos ideológicos do atual governo e das elites do atraso que, cega e imbecilmente, ainda celebram a barbárie em curso no Brasil.

O artigo 23 do nosso Código Penal, ao tratar da exclusão de ilicitude, estabelece que não há crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade, em legítima defesa e em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito. Contudo, o parágrafo único do mesmo artigo indica que “o agente, em qualquer das hipóteses deste artigo, responderá pelo excesso doloso ou culposo”. O texto

apresentado pelo ministro Sérgio Moro prevê que “o juiz poderá reduzir a pena até a metade ou deixar de aplicá-la se o excesso decorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção”.

O mesmo diploma legal referido anteriormente, em seu artigo 25, diz que “entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem”. Moro pretende estabelecer que se considera em legítima defesa “o agente policial ou de segurança pública que, em conflito armado ou em risco iminente de conflito armado, previne injusta e iminente agressão a direito seu ou de outrem”.

A proposta, que dá margem a uma infinidade de interpretações, face à sua subjetividade, vem sendo criticada por especialistas, especialmente pela possibilidade de ampliação dos casos de letalidade policial e de impunidade dos excessos praticados por agentes policiais ou de segurança pública.

Bolsonaro tem declarada simpatia pelos métodos de Rodrigo Duterte, eleito presidente das Filipinas em 2016. Em novembro de 2018 o filipino defendeu a criação de “um grupo civil armado para fazer frente ao Novo Exército Popular, um grupo comunista rebelde criado no final da década de 1960 e ativo até os dias atuais”, escreveu Gabriel Bonis, em [reportagem publicada pelo site da BBC News Brasil](#). Duterte afirmou

que a milícia que ele pretende criar vai se chamar “Esquadrão da Morte de Duterte” e “terá poderes para matar suspeitos de serem revolucionários, dependentes químicos e até pessoas que vaguem sem propósito pelas ruas”, relata a matéria da BBC.

Segundo denunciou o ativista político Guilherme Boulos, em [artigo publicado no site CartaCapital](#) neste domingo [10], “nas Filipinas, desde que Duterte iniciou sua cruzada, os dados oficiais contabilizam cerca de 5 mil assassinatos desta forma”. Organizações como a Humans Right Watch apontam ao menos o triplo, incluindo massacres feitos por grupos organizados paraestatais, destaca Boulos, que é também escritor e professor.

Enquanto isso, aqui no Brasil chovem escândalos envolvendo o atual governo e o clã Bolsonaro, vinculando o “mito” a determinados grupos e afastando-o cada vez mais do falso papel de outsider em que ele se colocou durante a campanha.

Não bastasse o fato de que boa parte da equipe de governo de Bolsonaro está [envolvida em denúncias de corrupção](#) e outros malfeitos, o próprio filho do presidente, o senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ), é pivô de uma novela infundável de sórdidas tramas. O que pareceu ser “apenas” mais um esquema de desvio de dinheiro público através da nomeação de assessores que não trabalham e repassam o salário para o parlamentar em troca de uma comissão, chegou a crimes de lavagem de

dinheiro e desaguou na revelação de conexões muito mais pesadas e perigosas que apontam, inclusive, para a relação estreita com milicianos.

Reportagem do jornal El País, assinada por Gil Alessi e publicada no dia 22 de janeiro desse ano, constrói o elo entre Flávio Bolsonaro e a milícia investigada pelas mortes de Marielle Franco e Anderson Gomes, em 14 de março de 2018. Além de empregar parentes de Adriano Magalhães da Nóbrega [o Gordinho], ex-capitão do Bope e uma das lideranças do Escritório do Crime, em seu gabinete na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro [ALERJ], o ex-deputado estadual e agora senador Flávio Bolsonaro [PSL/RJ] chegou a homenagear, com “menção de louvor e congratulações”, a Adriano e Ronald Paulo Alves Pereira [Tartaruga], hoje major e à época capitão da PM carioca.

Segundo noticiou o site Metrópolis no dia 25 de janeiro último, “quatro dos 13 investigados na Operação Os Intocáveis, que levou à cadeia supostos milicianos no Rio de Janeiro, tinham sido citados como integrantes de grupos criminosos no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito [CPI] das Milícias”, instalada pela ALERJ entre os anos de 2007 e 2008.

Aliás, a simpatia dos Bolsonaro por milicianos e grupos de extermínio é antiga e em 2003 o próprio Jair Bolsonaro, então

deputado federal, defendeu publicamente, no plenário da Câmara dos Deputados, a atuação dos grupos de extermínio [ouvir áudio do pronunciamento].

Diante dessa enxurrada de escândalos, a resposta da família Bolsonaro tem sido um cinismo quase tão grave e assustador quanto as próprias denúncias. Nenhum esclarecimento plausível, nenhuma preocupação com a repercussão dos fatos e total desrespeito à opinião pública. Parece mesmo que os Bolsonaro decidiram incorporar o nome da operação desencadeada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro e passaram a se julgar, eles próprios, intocáveis.

Não bastasse tudo isso, ainda tivemos de lidar com o vexame de Davos. A participação da comitiva brasileira na reunião Anual do Fórum Econômico Mundial, ocorrida entre os dias 22 e 25 de janeiro desse ano, em Davos, na Suíça, foi vergonhosa. Em um discurso de seis minutos e meio, quando dispunha de até quarenta e cinco para seu pronunciamento, Bolsonaro saiu de lugar nenhum, para chegar em parte alguma. Acompanhei de forma atenta e quase incrédulo o patético discurso e ao final do mesmo só me restou a sensação de um vexame insuperável, além da certeza da exposição de um país inteiro ao ridículo.

Sobre a participação de Bolsonaro em Davos, Robert Shiller, prêmio Nobel de Economia [2013] e professor na Universidade

de Yale, afirmou que “o Brasil é um grande país. Merece alguém melhor”. “Ele me dá medo”, enfatizou “Bob” Shiller em sua breve e direta avaliação.

Para completar, Bolsonaro e sua equipe cometeram o disparate de não comparecer a uma entrevista coletiva com a imprensa internacional, previamente agendada através da organização do Fórum. O vexame foi maior porque nem mesmo a equipe de organização foi comunicada com antecedência da desistência e uma sala com quatro lugares reservados para autoridades brasileiras chegou a ser preparada. Placas com os nomes de Bolsonaro e dos ministros Sérgio Moro [Justiça e Segurança], Ernesto Araújo [Relações Exteriores] e Paulo Guedes [Economia] foram postas sobre mesa, para serem retiradas dezessete minutos após o horário marcado para o início da entrevista sem que esta acontecesse. Contudo, ninguém da organização do Fórum sabia explicar o motivo da ausência da delegação brasileira, já que nada lhes tinha sido explicado até aquele momento.

A propósito, no plano internacional as inspirações de Bolsonaro são as piores possíveis e incluem Viktor Orbán [Hungria] e Matteo Salvini [Itália], expressões da xenofobia na Europa, Benjamin Netanyahu e sua covarde guerra contra o povo palestino no Oriente Médio, Donald Trump e seu desumano e emblemático gesto de separação de crianças imigrantes de

seus pais nos EUA, além de Rodrigo Duterte, o exterminador filipino.

Como podemos ver, o atual governo brasileiro transita com facilidade entre a maldade, o cinismo e o vexame. E o mais grave é que, enquanto nos pegamos paralisados pelo perfil mafioso do clã Bolsonaro e por um sem-número de episódios grotescos e *damarescos* protagonizados por personagens folclorizados desse [des]governo, figuras como Paulo Guedes, Sérgio Moro e Tereza Cristina, agem na surdina, como abutres e à sombra do ridículo, para fazer avançar seus planos de retirada de direitos, violência contra os mais pobres e marginalizados e entrega do país aos interesses do grande capital. **A hora é, pois, de discernimento e ação, antes que seja tarde.**

## **SE É PRA CANTAR, CANTEMOS!**

01MAR2019

No final de fevereiro desse ano, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, dirigiu às escolas de todo o país uma curtíssima carta que é encerrada com o slogan da campanha presidencial de Jair Bolsonaro [PSL]. No e-mail de encaminhamento da carta o ministro pede ainda que, após a leitura da mesma, “professores, alunos e demais funcionários da escola fiquem perfilados diante da bandeira do Brasil, se houver na unidade de ensino, e que seja executado o Hino Nacional”. Para completar, o e-mail do MEC sugere que “um representante da escola filme [com aparelho celular] trechos curtos da leitura da carta e da execução do hino”. Em seguida a escola deverá enviar o vídeo para o MEC e a Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República.

A polêmica gerada em torno da carta levou o ministro a refazê-la, retirando o trecho em que cita o slogan de campanha do presidente eleito. Todo o restante da carta e as orientações constantes no e-mail de encaminhamento foram mantidas.

Ao falar sobre o assunto em audiência pública no Senado, Vélez Rodríguez declarou que “cantar o hino nacional não é constrangimento, é amor à pátria”. O que o ministro não foi capaz de reconhecer é que obrigar crianças e adolescentes a cantarem o hino nacional, perfilados militarmente e ainda sendo

filmados é, no mínimo, constrangedor e os afastará, em definitivo, de qualquer amor à pátria. Afinal, como amar algo que nos é imposto, que nos chega de forma autoritária e constrangedora?

O próprio presidente Bolsonaro recorreu ao apelo patriótico para pedir o apoio de deputados e senadores à reforma da Previdência apresentada por ele ao Congresso Nacional no último dia 20. Em reunião fechada na presidência da Câmara dos Deputados, da qual participaram ministros e parlamentares, Bolsonaro declarou contar “com a competência, o patriotismo e o compromisso” do parlamento para “salvar o Brasil economicamente”.

*Mas, afinal, que patriotismo é esse, representado pelo atual [des]governo e seus asseclas, que pretende colocar na conta dos mais pobres o suposto déficit da Previdência, obrigando trabalhadores e trabalhadoras a, dentre outros sacrifícios, contribuir por muito mais tempo, conforme destaca a professora de direito previdenciário, Júlia Lenze Silva?*

Para agravar ainda mais a situação, pegando carona no texto da PEC 6/2019, a equipe econômica do [des]governo Bolsonaro está propondo substituir o atual regime de previdência social e solidário, pelo regime de capitalização que, como explica Maria Lucia Fattorelli, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, se aprovado significará o fim da Previdência nos

moldes atuais. Em outras palavras, representará o fim da segurança preconizada no texto constitucional de 1988 que trata da Seguridade Social, além da entrega do futuro dos “segurados” no novo regime às oscilações de humor e tempestades do mercado financeiro.

Aliás, entender o que é o regime de capitalização proposto pelo banqueiro-ministro Paulo Guedes é fundamental para evitar que caiamos nessa perversa armadilha inspirada no modelo chinelo do ditador Augusto Pinochet. Por aqui, Bolsonaro tem sinalizado a possibilidade de negociar com o Congresso Nacional, inclusive pela via do “toma lá, dá cá”, alguns pontos da PEC 6/2019. Mas, não se fala na galinha dos ovos de ouro de Guedes: a entrega da “previdência” para seus amigos banqueiros.

Que patriotismo é esse, que faz dos brasileiros os maiores consumidores de agrotóxicos do mundo na atualidade, de acordo com dados da Fundação Fiocruz e da Organização Mundial de Saúde? Somente nos dois primeiros meses de [des]governo Bolsonaro foram autorizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento [MAPA], sob o comando de Tereza Cristina [DEM/MS], 86 novos produtos elaborados com agrotóxicos, o que significa 1,6 por dia.

De acordo com reportagem de Nadine Nascimento, publicada pelo Brasil de Fato neste 1º de março, todos os ingredientes

dos novos produtos já eram comercializados no Brasil. “A novidade é que eles passam a ser autorizados para uso em novas culturas, para fabricação por novas empresas ou para serem associados em combinações com outros químicos. Com isso, o Brasil chega a 2.152 produtos elaborados com agrotóxicos em circulação”, destaca a reportagem. Uma publicação no Diário Oficial da União de 11 de fevereiro desse ano registra a liberação de 19 novos usos para produtos já autorizados. Desse total, 12 foram classificados como extremamente tóxicos e produtos ainda autorizados por aqui, como o imazetapir e o hexazinona, estão proibidos pela União Europeia desde o início dos anos 2000.

Como nos alerta Larissa Mies Bombardi, geógrafa, professora da USP e autora do Atlas Geográfico do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia, “o uso de agrotóxicos, nas dimensões em que tem se dado, tem gerado um indiscutível impacto sobre a saúde da população como um todo, mas, sobretudo de camponeses e trabalhadores rurais”. Para além da saúde e da vida humana, os agrotóxicos podem comprometer ecossistemas inteiros e ameaçar a sustentabilidade da vida no planeta, levando inclusive à extinção de algumas espécies como as abelhas.

Também não é patriótico, em um país onde a fome ainda é uma realidade diária para milhões de pessoas, inclusive

crianças e idosos, extinguir o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional [CONSEA], como o fez Bolsonaro, através da Medida Provisória 870, editada em janeiro. Segundo a Ação Agrária Alemã, uma das organizações responsáveis pelo Índice Global da Fome<sup>64</sup>, atualizado anualmente, o Brasil caiu 13 colocações no referido índice em 2018, quando comparado aos dados de 2017.

Criado em 2006, com a sanção da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional [Lei 11.346/2006], o CONSEA vinha dando uma valiosa contribuição à construção de políticas de segurança alimentar e nutricional no Brasil e sua extinção cria uma insegurança jurídica para a manutenção de importantes iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos [PAA] e o Programa Nacional de Alimentação Escolar [PNAE], além de ameaçar a continuidade do próprio Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional [SISAN], do qual o Conselho era peça fundamental.

Que patriotismo é esse que fecha os olhos para o massacre de povos e comunidades tradicionais e permite a expropriação de

---

<sup>64</sup> O estudo anual calcula o índice de fome com base nos dados consolidados mais atuais relativos a quatro indicadores: subnutrição, caquexia infantil [grau de extremo enfraquecimento e emagrecimento], atraso no crescimento e mortalidade infantil.

suas terras para servir, sobretudo, aos interesses das mineradoras e do agronegócio? Que pretende oficializar o massacre de jovens das periferias pelo braço armado do Estado, sem que seus agentes sejam punidos pelos excessos? Que aplaude a prática de milícias que controlam a vida de comunidades inteiras e eliminam, à bala, quem se coloca em seu caminho?

Que patriotismo é esse, que ensina crianças e adolescentes a odiar, a ser intolerante, a negar o outro e a se considerar superior ou inferior, conforme sua cor, sua cultura, sua classe social ou qualquer outra condição que o faça diferente?

Definitivamente, não pode ser tomado como exemplo de patriota quem se coloca a serviço dos interesses do capital e secundariza a vida. Não é patriota quem rouba ou nega direitos fundamentais, especialmente dos mais pobres, dos excluídos e dos invisibilizados da sociedade do consumo. Não é patriota quem tenta impor a crianças e adolescentes uma falsa ideia de patriotismo, representado por um modelo autoritário de ensino. Quem tenta ressuscitar um período sombrio de nossa história, marcado pela obediência cega e pela repressão a qualquer pensamento crítico, autônomo e independente.

Portanto, antes que nos roubem o verdadeiro espírito patriótico, que nos permite entender que a pátria não pode ser maior que seus filhos e filhas, convido-os à insurgência e à desobediência civil. Se é pra cantar, cantemos! Cantemos através

da poesia, através da dança, através da batida dos tambores, através da música que pulsa em nós e fala sobre nós. Sem ufanismo, declaremos nosso amor à pátria. À pátria mãe, que acolhe, que respeita, que protege, que cuida da Terra e de seus filhos e filhas. E o mais importante: lutemos pela pátria livre da tirania, da indiferença, da fome, da ganância, do preconceito, do medo, da mentira e do abandono para, finalmente, podermos celebrar a liberdade e a alegria de uma terra sem males.

## **[DES]GOVERNO BOLSONARO: UM REMAKING PASTE- LÃO DE 1964**

31MAR2019

Andrés Manuel López Obrador, presidente do México, cobrou recentemente que o governo da Espanha e o Vaticano se desculpem junto aos povos indígenas de seu país pelos crimes cometidos durante a conquista e a colonização pelos espanhóis que, segundo Obrador, se deram pela imposição da espada e da cruz. López Obrador foi além e reconheceu que também o Estado mexicano precisará pedir perdão, já que no México independente foram praticadas violências contra povos originários, como os *yaquis* no norte do país e os *maias* no sul, além da perseguição a imigrantes chineses durante a revolução mexicana.

Enquanto isso, Bolsonaro vai aos Estados Unidos e, seguindo o caminho oposto ao tomado pelo presidente mexicano, faz uma série de concessões a Donald Trump que incluem isentar cidadãos estadunidenses da necessidade de vistos para viajar ao Brasil como turistas, sem que contrapartida semelhante seja dada aos brasileiros. Além disso, Bolsonaro prometeu oficialmente a Trump o uso comercial do centro de lançamento espacial de Alcântara, no Maranhão, por parte dos EUA, numa demonstração clara de subserviência e ameaça escancarada à soberania nacional.

De volta ao Brasil, o presidente orienta o Ministério da Defesa a fazer homenagens ao golpe civil militar ocorrido em 1º de abril de 1964, que depôs o então presidente João Goulart e levou o país a longos 21 anos de regime autoritário, marcados por cerceamento de liberdades, perseguição a opositores, prisões, torturas e mortes. Para a jornalista Eliane Brum, Bolsonaro manda festejar o crime e “ao determinar a comemoração do golpe militar de 1964, o antipresidente busca manter o ódio ativo e barrar qualquer possibilidade de justiça”.

A lista de atrocidades cometidas pelo regime autoritário iniciado com o golpe de 64 é longa e diversa, como revela a série de 12 volumes publicada em 1985 pelo Conselho Mundial de Igrejas e a Arquidiocese de São Paulo, resultante da pesquisa “Brasil: nunca mais”, iniciada em março de 1979. O trabalho sigiloso durou cinco anos e analisou 850 mil páginas de processos do Superior Tribunal Militar, levando à mais significativa pesquisa sobre os porões da repressão política ocorrida durante a ditadura militar. As 6.891 páginas da série foram resumidas no livro homônimo, publicado naquele mesmo ano, e desde 2013 o Ministério Público Federal, em parceria com várias outras instituições públicas e organizações da sociedade civil, mantém o portal BNM Digital, que amplia o acesso ao acervo do “Brasil: Nunca Mais”.

Como a história já confirmou diversas vezes, todo golpista e usurpador tem pressa, porque sabe que seu “reinado” ilegítimo pode durar pouco. Assim, já “em dia 1º de abril de 1964, dois estudantes que defendiam a legalidade do governo deposto foram assassinados no Recife; na mesma cidade, o ex-deputado e líder comunista Gregório Bezerra foi amarrado pelo pescoço e espancado em praça pública por militares do Exército, enquanto se desencadeava em todo o país uma onda de prisões sem mandato que atingiria 50 mil pessoas em poucas semanas”, de acordo com registro do museu virtual Memorial da Democracia.

Preso no dia 29 de dezembro de 1972, em São Paulo, Criméia Almeida, que estava no sexto mês de gestação e ainda assim foi submetida a tortura no DOI-Codi<sup>65</sup>, declara que o filho tinha soluços na barriga. “Meu filho tem soluços até hoje, com 37 anos. Qualquer tensão ela se manifesta com soluços”, relata Criméia, cujo filho veio à luz no sombrio Pelotão de Investigações Criminais, em Brasília, sob a ameaça de adoção por algum

---

<sup>65</sup> O Departamento de Operações de Informação do Centro de Operações de Defesa Interna ficou conhecido como a central de tortura e assassinato dos adversários do regime. Apenas pelo DOI-Codi do 2º Exército [SP] passaram mais de 6.700 presos, dos quais pelo menos 50 foram assassinados sob custódia entre 1969 e 1975, segundo o pesquisador Pedro Estevam da Rocha Pomar.

militar, caso a criança nascesse homem, branco e saudável. O relato de Criméia integra uma série de depoimentos que foram ao ar no final de alguns capítulos da telenovela *Amor e Revolução* [SBT, 2011], de Tiago Santiago, com direção de Reynaldo Boury.

Em maio de 2013 o programa Caminhos da Reportagem [TV Brasil] apresentou a reportagem Ditadura: uma história em revisão. Como destaca o texto de apresentação no site da TV Brasil, dentre outros elementos importantes, “o programa traz novos fatos que surgiram nas investigações de casos emblemáticos, como o do ex-reitor da UnB, Anísio Teixeira, e do ex-deputado Rubens Paiva”.

A repressão não poupou nem mesmo os povos indígenas, que passaram a ser vistos pelos militares e empresários no poder como empecilho à nova onda de desenvolvimento e grandes obras que se espalharam pelo país, a exemplo das hidrelétricas de Itaipu e de Tucuruí, no Rio Tocantins. Além disso, o Plano de Integração Nacional [PIN], instituído pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, em 1970, previa a construção da Transamazônica, da BR-174 [Manaus-Boa Vista], da BR-210 [Perimetral Norte] e da BR-163 [Cuiabá-Santarém]. Todas essas obras encontraram forte resistência dos povos indígenas, já que afetavam diretamente suas vidas e entregavam parte expressiva

de suas terras às grandes empresas de capital nacional e, sobretudo, internacional.

De acordo com o site Memórias da Ditadura, “documentos e relatos colhidos durante as investigações recentes da Comissão Nacional da Verdade apontam mortos em conflitos e em remoções forçadas, crises de abastecimento, epidemias inoculadas propositalmente”. No sul da Bahia, o massacre dos Pataxós para a tomada de suas terras envolveu o próprio diretor do Serviço de Proteção ao Índio [SPI] e se deu, dentre outros métodos, pela inoculação de varíola nos indígenas, como registrou o procurador da república Jader de Figueiredo Correia em documento de mais de 5 mil páginas que ficou conhecido como Relatório Figueiredo.

Entre 1967 e 1968, o procurador percorreu o país, presidindo uma Comissão de Inquérito que tinha por objetivo apurar denúncias de crimes cometidos contra a população indígena. Segundo o pesquisador José Ribamar Bessa Freire, “o Relatório Figueiredo denuncia desde castigos físicos, porrada, tortura no tronco, [...], mutilação, pessoas aleijadas e mortas em decorrência dos espancamentos, prisões, cárcere privado, chicotadas, sem contar o sistema de trabalho escravo ao qual eles foram submetidos”. As declarações de Bessa Freire foram dadas em entrevista à Revista IHU on-line, publicada em setembro de 2015.

O pesquisador afirma ainda que “a repercussão do Relatório Figueiredo foi grande porque não se tratava de um caso patológico, de pessoas que eram psicopatas e que atacavam os índios, mas de pessoas normais, que tinham família, que frequentavam a Igreja, tinham conta no banco e faziam carinho em seus filhos e, de repente, essas pessoas estavam envolvidas: eram grileiros, comerciantes, políticos, desembargadores, juízes, deputados, governadores, delegados e até ministros”. Impossível não conectar esse relato com os dias atuais.

Outra história pouco conhecida do período é revelada no documentário Soldados do Araguaia [2017], dirigido por Belisário Franca. O filme dá voz aos então jovens camponeses, recrutados como reservistas pelo exército brasileiro no início da década de 1970, que falam das torturas e de toda sorte de maus tratos a que foram submetidos homens e mulheres engajados na resistência armada à ditadura no Araguaia. Mas, falam também e sobretudo, das memórias e traumas que lhes acompanham até hoje já que, eles próprios, foram submetidos a torturas, maus tratos e humilhações. O documentário foi pauta do programa Conversa com Bia[Globo], que contou com a presença do próprio Belisário e de Raimundo Pereira de Melo, presidente da Associação dos Ex-combatentes da Guerrilha do Araguaia e um dos personagens do documentário. Os depoimentos registrados por Belisário e a própria fala de

Raimundo Pereira durante a entrevista exibida no dia 15 de maio de 2018 são, ao mesmo tempo, comoventes e estarrecedores.

Também, quase não se discute a participação de empresários no golpe civil militar de 1964 e durante os mais de 20 anos de ditadura. Contudo, figuras como Henning Albert Boilesen e Theobaldo de Nigris tiveram papel central na articulação e no financiamento do golpe. De origem dinamarquesa, Boilesen presidia o Grupo Ultragás na década de 1960 e exercia forte influência junto à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo [Fiesp], chegando a financiar ações de repressão aos opositores do regime, como a Operação Bandeirante [Oban], que mais tarde serviria de inspiração para a criação do malfado DOI-Codi.

Já Theobaldo de Nigris presidiu a Fiesp de 1967 a 1980 e “nesse período, conseguiu pôr em contato inúmeros empresários que financiavam a repressão em coletas feitas na entidade, durante reuniões promovidas por Bueno Vidigal [Banco Mercantil de São Paulo], João Batista Leopoldo Figueiredo [Itaú e Scania] e Paulo Ayres Filho [Pinheiros Produtos Farmacêuticos]”, segundo informações do site [Memórias da Ditadura](#).

Apenas para registro, a Fiesp que se mobilizou para derrubar João Goulart em 1964 é a mesma que financiou os patos amarelos que foram às ruas em meados da década atual, por

ocasião das manifestações que culminaram como o impeachment de Dilma Rousseff.

Outro personagem civil central nessa trama foi o engenheiro Quirino Grassi, um colaborador intelectual frequente da Escola Superior de Guerra [ESG] e membro de uma família empresarial do ramo de carrocerias de bondes e ônibus. Durante conferência pronunciada na ESG em 30 de julho de 1973, Quirino fala sobre uma estratégia de mobilização nacional, cuja execução seria “encargo dos órgãos territoriais do Ministérios Militares [Distritos Navais, Zonas Aéreas e Regiões Militares]”, desencadeada “em íntima ligação com os órgãos de classe empresariais da agricultura, do comércio e da indústria”. A participação do empresariado no golpe de 1964 e nas benesses da ditadura é escancarada no livro “1964 – A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe”, do historiador e cientista político uruguaio René Armand Dreifuss.

Além disso, dois personagens civis intimamente ligados aos militares protagonizaram escândalos de corrupção durante os governos Geisel e Figueiredo. O “caso Lutfalla” envolveu o empréstimo de dinheiro público para uma empresa em situação de falência, de propriedade do sogro de Paulo Maluf, conhecido político paulista com influência no meio militar. Engenheiro civil e empresário, Maluf assumiu como vice-presidente da Associação Comercial de São Paulo um dia antes da

deposição de João Goulart. Escancaravam-se, assim, as portas para sua aproximação com o mundo da política e com os governos militares. Já em 1967 é indicado para o cargo de presidente da Caixa Econômica Federal.

Maluf foi prefeito nomeado pela ditadura para a capital paulista e candidato a presidente do Brasil na eleição indireta de 1985 que resultou na escolha de Tancredo Neves, pelo Colégio Eleitoral, para presidente do país. Tancredo morreu antes de assumir e José Sarney, eleito como seu vice-presidente, se tornou o primeiro presidente da chamada “Nova República”. Sarney esteve durante todo o período da ditadura na base de apoio aos governos militares, aliando-se à oposição somente no apagar das luzes do regime autoritário.

Nosso segundo personagem é Delfin Neto, à época poderoso ministro do Planejamento do governo João Figueiredo e protagonista do escândalo que ficou conhecido como “caso Delfin”. De acordo com o Memórias da Ditadura, “a Delfin operava uma caderneta de poupança e atuava no crédito imobiliário, tipo de investimento popular ligado ao mercado imobiliário e às políticas oficiais de habitação”. Inevitavelmente, a Delfin mantinha relações financeiras com o Banco Nacional de Habitação [BNH], vinculado ao Ministério do Interior, ocupado por Mário Andreazza. Segundo o Memórias da Ditadura, “as relações entre a Delfin e o BNH envolveram uma negociata

com terrenos superfaturados, no qual o banco quitava uma dívida da empresa, determinando um preço cerca de seis vezes superior ao do mercado para os terrenos entregues”. Os recursos repassados pelo Banco estatal para a Delfin somaram cerca de 200 milhões de dólares e mesmo diante da oposição de diretores do BNH e funcionários de carreira do órgão, as operações foram realizadas por “ordem superior”.

Uma das principais contribuições para entender a corrupção durante a ditadura civil militar iniciada em 1964 foi dada pelo historiador Pedro Campos, autor de “Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988”, publicado em 2014. Pedro Campos e Raimundo Pereira, ex-editor do jornal Movimento, falaram sobre o assunto em conversa com a codiretora da agência de jornalismo investigativo Pública, Marina Amaral. A entrevista foi publicada no início de abril de 2017 e [vale ser conferida](#).

Além disso, em reportagem publicada pela Pública, em março de 2017, os jornalistas Luri Barcelos e Ciro Barros revelam o papel do setor de segurança privada nas ações de repressão aos que se opunham ao regime autoritário, criando um ramo de negócio próspero para membros das Forças Armadas e, em especial, do aparato repressivo da ditadura. “De acordo com documentos analisados pela reportagem da Pública, as empresas de segurança constituídas por esses agentes durante a

ditadura se envolveram também em casos de tortura, assassinatos, desaparecimento, cárcere privado e outras violações de direitos humanos”, destaca a reportagem, que deve ser lida por quem tiver interesse em conhecer como o esquema de repressão e enriquecimento ilícito de militares e amigos do regime, iniciado com o golpe de 64, foi “dos porões às agências de segurança privada”.

Nos dias atuais, a ditadura bolsonariana recorre a mentiras para espalhar o terror e denegrir a imagem de seus adversários políticos e fantasmas ideológicos que sequer existem, cerceia as liberdades de profissionais de imprensa que sejam críticos a seu [des]governo, além de pautar sua agenda pela disseminação do ódio, do preconceito e da intolerância, atacando as chamadas minorias políticas e ameaçando os direitos dos povos indígenas e de outras comunidades tradicionais. Some-se a isso a crescente onda de eugenia social, agravada pela aproximação do clã Bolsonaro com milicianos, o que remete à associação com as práticas adotadas pelo regime ditatorial iniciado em 64 em relação ao setor de segurança privada.

Voltando a 64 e seus desdobramentos, vale lembrar que esse sombrio período de nossa história recente não trouxe só a violência e o medo, próprios de regimes autoritários. Sob o comando dos governos militares o Brasil conheceu as ilusões do chamado “milagre econômico”, que teria ocorrido entre 1969

e 1973. Contudo, devemos considerar que entre 1945 e 1980 o Brasil cresceu, em média, 7% ao ano, uma das maiores taxas de crescimento no período em todo o mundo, tendo como ponto alto os anos associados ao suposto milagre.

Como nos lembra o economista e professor Odilon Guedes, o sucesso econômico desse período se baseou na infraestrutura ociosa herdada dos anos JK [1956-1961], no cenário internacional favorável e, sobretudo, no controle da inflação pela via do arrocho salarial. Para Guedes, o essencial do legado econômico da ditadura foi a dívida contraída no exterior, que se somou ao aumento da concentração de renda e das desigualdades sociais.

De acordo com a Auditoria Cidadã da Dívida, a dívida externa brasileira saltou de US\$ 3,294 bilhões em 1964, para US\$ 105,171 bilhões em 1985, o que significa um crescimento de 32 vezes durante os governos militares. *Marcos Arruda, socio-economista e educador do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul [Pacs], destaca que nesse período “os governantes e os grandes empresários tomaram uma massa de empréstimos externos que elevou a dívida a níveis impagáveis, não só pelo montante a pagar, mas pelo tipo de juros e outras condicionalidades que agrilhoavam esta dívida”.*

Quem se beneficiou do endividamento público durante a ditadura? Ao buscar responder a essa pergunta, Arruda destaca

também que “os dados sobre a evolução da distribuição da renda e da terra no Brasil em períodos que incluem os 21 anos de ditadura são eloquentes [e] revelam que a ditadura propiciou as condições político-econômicas para a concentração da renda e da terra, aprofundando também a desigualdade entre os ganhos do capital e os do trabalho”.

Voltando aos dias atuais, chegou ao Congresso Nacional há alguns dias uma proposta de reforma da Previdência que tem inspiração no modelo de capitalização adotado pelo ditador chileno Augusto Pinochet na década de 1980. Paulo Guedes, ministro da Economia do [des]governo Bolsonaro e capitão da reforma apresentada ao Congresso, é simpatizante dos Chicago Boys, discípulos do economista neoliberal Milton Friedman e responsáveis pela concepção do modelo de previdência chileno. Mais que isso: Guedes é fundador do BTG Pactual, um dos fundos de pensão com atuação no modelo de previdência privada adotado pelo Chile e que tem levado ao aumento dos registros de suicídios entre idosos naquele país.

Durante audiência na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, no último dia 27, Paulo Guedes afirmou que se a reforma da Previdência enviada ao Congresso Nacional não fosse aprovada ele deixaria o cargo. A chantagem não adiantou muito e ninguém veio a público pedir para que ele ficasse. Nem mesmo seus colegas de governo ou seus amigos

banqueiros embarcaram na sua viagem. Ao contrário, surgiram várias manifestações nas redes sociais com a *hashtag* “já vai tarde”. Dois dias antes, em evento promovido pela Frente Nacional de Prefeitos [FNP], Guedes, se comportando como um calhorda, havia declarado que a interrupção do pagamento de salários de servidores será a “primeira coisa a acontecer” caso a reforma não seja concretizada.

A própria estratégia de apresentar ao Congresso Nacional uma proposta que mais parece uma espécie de *Frankenstein da Previdência* a ser remontado de acordo com as exigências dos potenciais aliados políticos, demonstra claramente até onde Guedes está disposto a ir para garantir os interesses dos grupos econômicos aos quais está vinculado. Negocia-se quase tudo, menos a proposta de capitalização, o que significará, em outras palavras, a transformação do direito à previdência como política pública integrante do tripé da Seguridade Social, em negócio lucrativo para banqueiros e afins, ainda que às custas dos mais pobres.

Paulo Guedes é, no atual governo, o nome mais próximo dos interesses da Fiesp e dos caciques do liberalismo que, de tanto se preocuparem com a difamação da imagem de seu principal adversário eleitoral, esqueceram de preparar e projetar um candidato próprio que servisse aos seus interesses. Com Alckmin [PSDB] e Amoedo [Novo] sem qualquer expressão

eleitoral na corrida presidencial de 2018, sobrou para Bolsonaro surfar na onda da cultura antipetista construída pelos caciques do liberalismo político e econômico e seus amigos da mídia liberal burguesa.

Bastou a Bolsonaro acrescentar muitas pitadas de seu poderoso veneno, produzido à base de ódio, intolerância e preconceito, fazendo eclodir a misoginia e vários outros tumores da empobrecida sociedade da pós-modernidade. O resultado está aí, escancarado em nossas caras e espalhando dor, medo e vergonha.

Logo no início da obra “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”, o autor Karl Marx, retomando uma afirmação de Hegel sobre a reencenação de fatos e personagens da história mundial, afirma que ele [Hegel] se esqueceu de acrescentar que a história se repete, “a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”. E eu me arriscaria a dizer que, no nosso caso, ela está sendo reencenada sob a incompetente e desastrosa direção do ridículo.

**NENHUM DIREITO A MENOS. NENHUMA FLOR A MENOS.**

09MAI2019

*“Não é Eduardo e Mônica. É Brumadinho e Mariana, na lama. Indecência por grana. Aonde quem pensa apanha. Foda-se o capitão e o general [foda-se!]. **O amor é o mais alto grau da inteligência humana**”.*

*[Deus e o diabo na terra do sol | Djonga]*

O império do ódio, da insanidade e da irresponsabilidade se instalou de vez no Palácio da Alvorada e nos Ministérios do [des]governo Bolsonaro e ameaçam o presente e o futuro de uma nação inteira, inclusive de parcela expressiva das elites e das classes médias que, em passado bem recente, criaram as condições subjetivas e objetivas para a eleição do capitão das *fake news*. Já não se trata de declarações desastrosas e irresponsáveis do presidente da República, de seus assessores mais próximos e de seus filhos intrometidos e boçais, com o propósito maior de tirar o foco de questões mais sérias como a PEC da Reforma da Previdência, por exemplo.

No dia 29 de abril, durante a abertura da Agrishow, em Ribeirão Preto [SP], o presidente Jair Bolsonaro [PSL] prometeu enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei garantindo salvo-conduto a fazendeiros que atirarem em trabalhadores que

ocuparem suas terras. Pela promessa do capitão, os atos de violência praticados por um “cidadão de bem” ao defender a sua propriedade rural poderão entrar nas excludentes de ilicitude previstas na legislação atual. O que significa, em outras palavras, autorização para matar, acompanhada da certeza da impunidade.

Por seu discurso no evento de Ribeirão Preto, Bolsonaro ignora ou despreza o fato de que a violência no campo é um problema antigo no nosso país e decorre, sobretudo, da injusta estrutura fundiária e da ausência de uma política efetiva de reforma agrária. Some-se a isso a onda de massacres no campo, patrocinada pela elite agrária brasileira de quem o capitão se declara um par.

Enquanto o presidente da República incita a violência, representantes do Ministério Público silenciam e membros da Suprema Corte insistem na frágil tese de que “as instituições estão funcionando normalmente”, ainda que Fabrício Queiroz, ex-assessor de Flávio Bolsonaro [PSL/RJ], não tenha aparecido para depor no caso de movimentação atípica de R\$ 1,2 milhão na sua conta. Ou que, decorridos mais de 400 dias, não de saiba quem mandou matar Marielle Franco e os porquês. Ou ainda, que nada tenha sido esclarecido sobre a proximidade da família Bolsonaro com milicianos, em que pese a vasta

quantidade de evidências dessa proximidade e a gravidade disso.

Voltando à questão agrária, dados da Comissão Pastoral da Terra [CPT] apontam que nos últimos 33 anos foram registrados 49 massacres que vitimaram 230 pessoas em dez estados brasileiros. Em março desse ano, só no município de Baião [PA] foram registrados dois massacres, com seis vítimas fatais. O Pará é o estado com maior número de conflitos acumulados nas três últimas décadas e, também, aquele onde a violência contra assentamentos de reforma agrária, acampamentos de trabalhadores sem-terra, comunidades indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais se faz mais frequente.

Além disso, de acordo com dados do documento Conflitos no Campo – Brasil 2017, publicado pela CPT, naquele ano foi registrado o maior número de mortes em conflitos no campo da década, resultando em 71 pessoas assassinadas. “O último ano com números tão expressivos havia sido 2003, quando foram computadas 73 mortes. O crescimento dos assassinatos acompanha uma tendência que iniciou em 2015, quando as mortes saltaram de 36 em 2014, para 50 pessoas assassinadas e continuou em 2016, com 61 mortes”, destaca o documento da pastoral católica. Historicamente, a violência no campo vem acompanhada da impunidade dos executores e mandantes, a exemplo do assassinato de 21 trabalhadores rurais sem-terra

pela Polícia Militar do Pará, ocorrido em 27 de abril de 1996. O episódio ficou conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás e em abril último completou-se 23 anos de impunidade.

Realizado anualmente no mês de abril, em Brasília, o Acampamento Terra Livre [ATL] reúne, há 15 anos, lideranças e representantes dos povos indígenas do Brasil para chamar a atenção do Estado e da sociedade para seus modos de vida, seu compromisso com o presente e o futuro do planeta e suas pautas e bandeiras de luta que, neste ano, incluíram o combate à Medida Provisória 870, assinada por Bolsonaro logo nos primeiros dias de governo e que, dentre outros efeitos, gerou o esvaziamento das funções e poderes da FUNAI, principal órgão de interlocução dos indígenas em governos anteriores.

O 15º ATL aconteceu entre os dias 24 e 26 de abril e foi recebido pela Força Nacional de Segurança. Através da Portaria 441/2019, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, atendendo manifestação do ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Augusto Heleno, autorizou o uso da Força Nacional pelo período de 33 dias, a contar de 17 de abril de 2019. Em nota pública, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão [PFDC/MPF] declarou que “é manifestamente inconstitucional e ilegal o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em

atividade de segurança preventiva, ostensiva ou investigativa, originariamente de responsabilidade de um Estado ou do Distrito Federal, por mera solicitação de um Ministro de Estado, salvo, eventualmente, em situações de intervenção federal”.

Também por meio de uma nota, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil [APIB] lembra que “a história da nossa existência, é a história da tragédia desse modelo de civilização referendado pelo atual governo que coloca o lucro acima da vida”. O documento lembra ainda que “somos a resistência viva, e nos últimos 519 anos nunca nos acovardamos diante dos homens armados que queriam nos dizer qual era o nosso lugar, agora não será diferente”.

A destilação de ódio contra os povos indígenas não é algo novo no repertório de Bolsonaro. Durante pronunciamento na Câmara dos Deputados, em abril 1998, o então deputado federal, referindo-se ao modo como a cavalaria brasileira lidou com os indígenas, declarou que esta fora “muito incompetente”, acrescentando que “competente, sim, foi a cavalaria norte-americana, que dizimou seus índios no passado e hoje em dia não tem esse problema em seu país”.

Já empossado como presidente da República, Bolsonaro continuou patrocinando uma série de ataques verbais e atos concretos que ameaçam os direitos dos povos e comunidades tradicionais do Brasil, especialmente os povos indígenas. As

declarações do presidente da República chegam aos ouvidos de latifundiários, grileiros, mineradoras e outros grupos econômicos interessados nas terras indígenas como um passaporte à violência.

Em documento publicado recentemente [Cumplicidade na Destruição], a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil denuncia “como os consumidores e financiadores do Norte permitem o ataque do governo Bolsonaro à Amazônia brasileira”. Desde março desse ano, pelo menos 14 casos de invasões ilegais de territórios indígenas foram documentados em todo o Brasil, principalmente na Amazônia, representando um aumento de 150% desde que Bolsonaro assumiu a presidência. “O insolente conflito de interesse de Bolsonaro com o setor do agronegócio envia sinais perigosos para facções criminosas, como grileiros, madeireiros ilegais e garimpeiros, conduzindo uma onda de invasões de territórios tradicionais. [...] A impunidade que isso implica está provocando uma explosão de invasões de terras indígenas”, enfatiza o documento da APIB.

Se abril foi o mês de ataques aos povos indígenas, maio foi eleito o mês de ataques à educação pelo [des]governo Bolsonaro. Em audiência na Comissão de Educação, Cultura Esporte do Senado, no último dia 7, Abraham Weintraub<sup>66</sup>, que

---

<sup>66</sup> Abraham Weintraub é formado em ciências econômicas pela Universidade de São Paulo [1994]. Embora tenha sido apresentado

substituiu Véléz Rodriguez no cargo de ministro da Educação, logo no início de sua fala, afirmou que “a criança começa a interagir aos três anos de idade”, revelando sua ignorância sobre assuntos ligados à educação. Se tivesse lido Jean Piaget [1896-1980], por exemplo, o ministro saberia que o desenvolvimento cognitivo das crianças ocorre em quatro fases, com a primeira delas [a sensório-motor] se dando até os 2 anos de idade. Hoje, sabemos que somos um ser aprendente a partir mesmo do momento em que nos colocamos em contato com o mundo.

Em uma apresentação medíocre, que resumiu a educação a gráficos e números pouco confiáveis ou questionáveis, Weintraub concentrou grande parte de suas energias na desconstrução da imagem da universidade pública para, depois, no debate com os senadores, fazer a defesa dos cortes no orçamento da Educação, que ele apresenta sob o disfarce de bloqueio. Além disso, o ministro somou-se Paulo Guedes [Economia] no jogo imoral de chantagens escancaradas ao Congresso Nacional e à sociedade, visando vincular uma possível

---

como “doutor” pelo presidente Jair Bolsonaro, ele é mestre em administração na área de finanças pela Fundação Getúlio Vargas [FGV] e professor da Universidade Federal de São Paulo [Unifesp]. Na iniciativa privada, trabalhou no Banco Votorantim por 18 anos, onde foi economista-chefe e diretor, e foi sócio na Quest Investimentos.

liberação dos recursos da Educação à aprovação da proposta de desmonte da Previdência, deliberada ou equivocadamente chamado de reforma por muitos de dentro e de fora do governo. O fato é que, já não se trata de palavras jogadas ao vento por um irresponsável e despreparado que resolveu brincar de ser presidente. Ações muito concretas começam a afetar seriamente a vida de milhões de pessoas, especialmente as mais pobres e vulnerabilizadas.

Já passa da hora de encararmos de frente o fato de que estamos vivendo um Estado de exceção, num [des]governo dividido entre a obediência aos interesses do mercado, o fundamentalismo religioso, as orientações de um pseudointelectual lunático, a presença de amigos de milicianos e a vaidade sem limites e criminosa de um ex-juiz arrogante, dentre outras influências nefastas.

Definitivamente, não há mais o que esperar. Parafrazeando Eduardo Alves da Costa, em seu imortal poema “No caminho com Maiakovski”, lembro aqui que eles já roubaram muitas flores dos nossos jardins, já pisaram e cuspiram em nossos mais elementares direitos e estão chacinando a esmo nossos irmãos e nossas irmãs das periferias, das florestas e do campo. E se nada dissermos e fizermos, logo o mais frágil deles, sozinho e conhecendo nosso medo, nos arrancará a voz da

garganta. Não há como continuarmos fingindo que não é conosco e seguirmos neutros, como se nada estivesse acontecendo.

Como nos questiona Paulo Freire, o intelectual brasileiro mais odiado e temido pela asnice que se instalou no atual [des]governo, ‘que é mesmo a minha neutralidade senão a maneira cômoda, talvez, mas hipócrita, de esconder minha opção ou meu medo de acusar a injustiça?’ Assim, afirmo com a mais lúcida das consciências, que a neutralidade, além de ser uma amarga ilusão, é a forma mais imbecil e covarde de submissão. E volto a Freire para lembrar que “lavar as mãos em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele”.

Definitivamente, minha história e meu compromisso ético com a vida e com minha gente me exigem uma tomada de posição que passa, necessariamente, pela rejeição de toda e qualquer forma de submissão. Por todos e todas que me antecederam e pelas gerações futuras, reafirmo minha crença de que a hora é de desobediência civil e de insurgência contra toda e qualquer forma de opressão e exceção de direitos.

Fico, por fim, com o sopro de esperança que me é trazido por Gilmara, estudante do curso de Administração Pública da UFCA, ao me afirmar que tudo isso irá passar. Que a luz chegará mais uma vez. E Gilmara encerra sua afetuosa mensagem com um afago que é, na verdade, um alento: “Vai ser difícil,

mas, vai passar, professor”. Sim, também creio piamente que vai passar. Mas, para isso, precisaremos lutar irmanados para vencermos a tirania, a insanidade e a imbecilidade que hoje nos governam. Precisaremos ser capazes de construir redes de afeto e solidariedade que nos possibilitem romper os grilhões que nos aprisionam e nos impulsionem rumo à uma perspectiva ética libertária, radicalmente comprometida com o amor e com a vida. Com toda forma de amor e com a inteireza da biodiversidade planetária e cósmica. Sim, vai passar, porque, como nos lembra o poeta, **“o amor é o mais alto grau da inteligência humana”**.

## **SOBRE O AUTOR**

Com origem nos movimentos populares, de onde herdou o gosto pela participação e pela construção coletiva, Joelmir Pinho trabalhou como técnico do Programa de Apoio à Autogestão das Organizações de Agricultores do Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho [Petrolina/PE] e do Programa Nacional de Capacitação Técnica [convênio INCRA/BNB/PNUD], dirigiu o Instituto de Estudos, Pesquisa, Projetos e Assessoria Municipal da Prefeitura de Maranguape/CE e coordenou o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do mesmo município.

Foi consultor do processo de elaboração dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano dos municípios de Viçosa do Ceará e Ubajara, na Serra da Ibiapaba [Ceará] e integrou a equipe responsável pela elaboração do Projeto de Regularização Fundiária, Urbanística e Edilícia do Município de Fortaleza/CE.

Coordenou a elaboração do Plano de Governo de Maranguape – Gestão 2001/2004 – e tem larga experiência na organização e facilitação de seminários, conferências, fóruns e outras atividades correlatas. Em junho de 2000 participou do “Seminário Internacional del Proyecto de Monitoreo del Ciudades Intermedias em América Latina y el Caribe”, realizado na cidade de Cuenca, no Ecuador. De novembro de 2011 a outubro de 2012 gerenciou o Núcleo de Gestão Metropolitana da Secretaria de

Planejamento e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Juazeiro do Norte/CE.

Graduado em Administração Pública e Gestão Social pela Universidade Federal do Cariri [UFCA] e mestrando em Desenvolvimento e Gestão Social na Universidade Federal da Bahia [UFBA], escritor e aprendiz, nos últimos anos Joelson Pinho tem se dedicado ao estudo de temas relacionados a educação sistêmica, políticas públicas, gestão social e processo legislativo, sendo, com frequência, convidado para produzir textos, conduzir cursos e oficinas e participar de rodas de conversa dentro dessas áreas.

Integrou a equipe do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial [NEDET] da UFCA [Convênio MDA/CNPq/UFCA] na função de Assessor Territorial de Gestão Social [ATGS]. É um dos fundadores da Escola de Políticas Públicas e Cidadania Ativa [EPUCA] e presta serviços de assessoria e consultoria independente nas áreas de seu estudo.

Foi responsável pela concepção metodológica e coordenação do processo de execução do Ciclo de Encontros sobre a Política Municipal de Assistência Social de Maranguape, realizado em 2017, sob os auspícios da STDS de Maranguape, município da Região Metropolitana de Fortaleza, no Ceará.

Em 2017 integrou a equipe da Agência de Desenvolvimento Econômico Local [Adel] responsável pelos percursos

formativos sobre Políticas Públicas no âmbito do Projeto Paulo Freire [Governo do Estado do Ceará/FIDA/IICA] em dez municípios do Cariri Oeste, no sul do Ceará.

Desde 2011 coordena a Semana Freiriana do Cariri, evento nacional que em 2021 terá sua sétima edição, celebrativa do centenário de nascimento do educador Paulo Freire. Entre 2015 e 2017 atuou como consultor do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura [IICA], através do Projeto Inclusão na Agricultura e nos Territórios Rurais, junto a comunidades rurais do Cariri cearense.

Professor substituto do curso de Administração Pública da Universidade Federal do Cariri – UFCA nos anos de 2018 e 2019, atualmente Joelmir Pinho é diretor geral da Escola de Políticas Públicas e Cidadania Ativa [EPUCA].

---

joelmirpinho.com | @joelmirpinho | joelmirpinho@gmail.com